

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÕES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
URBANO E REGIONAL**

A ESSÊNCIA DO EXISTIR

**Um Estudo sobre a Conservação da Autenticidade Tipológica de
Áreas Históricas Patrimoniais: O Caso do Centro Histórico de
Belém do Pará – C.H.B.
(Dissertação de Mestrado)**

Lúcia Tone Ferreira Hidaka

**Recife – Pernambuco
2000**

LÚCIA TONE FERREIRA HIDAKA

A ESSÊNCIA DO EXISTIR

**Um Estudo sobre a Conservação da Autenticidade Tipológica de
Áreas Históricas Patrimoniais: O Caso do Centro Histórico de
Belém do Pará – C.H.B.**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Curso de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Urbano e Regional,
do Centro de Artes e Comunicação da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre, sob a orientação
do Prof. Dr. Silvio Mendes Zancheti.

Recife – Pernambuco

2000

A Deus, acima de tudo, pela vida.

Ao meu pai, Germano; minha mãe, Lúcia e meu irmão, Leonardo Jun pelo apoio irrestrito e amor incondicional;

Aos meus avós, Torao, Ester e Odaléa (*in memoriam*) pelos ensinamentos dados.

“Sem minha família nada seria possível. Ela me permite e me instiga vãos maiores...”.

AGRADECIMENTOS

Ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional da Universidade Federal de Pernambuco, na figura de seus professores e funcionários, pelo apoio e ajuda sempre que precisei;

Aos professores, alunos e funcionários do Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial – CECI, responsáveis pelo começo desta caminhada, pelo carinho e respeito;

Ao CNPq por um ano de bolsa disponibilizada a esta pesquisa;

Ao Prof. Dr. Silvio Mendes Zancheti, por acreditar e investir no meu potencial desde o início, pela dedicação para comigo e com esta pesquisa, por se manter presente mesmo estando distante, enfim, por esses anos de convivência, aprendizado e crescimento profissional;

À Prof^a. Dr^a Ana Rita Carneiro, pelo incentivo e ajuda nos primeiros passos do mestrado;

Ao Prof. Dr. Geraldo Gomes pela amizade e pelas indicações bibliográficas pertinentes ao trabalho;

Ao Prof. Dr. Luís De La Mora pelas orientações dadas na confecção do projeto de pesquisa;

Ao Prof. Dr. José Júlio Lima, primo e orientador, por tudo;

À Prof^a. Mestra Ana Cláudia Cardoso pelo exemplo profissional e incentivo acadêmico;

À Prof^a. Elna Maria Trindade pela disponibilidade, incentivo e apoio;

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN-2ªSR – pela valiosa contribuição de informações, sobre os imóveis componentes da amostra utilizada nesta pesquisa;

Ao Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado do Pará pela disponibilização de informações a esta pesquisa;

À Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL – Divisão Técnica, na figura de seus funcionários, pela disponibilidade, respeito e amizade para com esta profissional;

Ao Instituto de Cultura Brasil-Itália pelo conhecimento adquirido, que possibilitou montar o referencial teórico desta dissertação;

Aos arquitetos José Pina, Thaïs Zumeró, Filomena Mata, Ana Léa Nassar e Dorotéia pela disponibilidade com que participaram de entrevistas complementares à pesquisa;

Aos queridos Rebeca, Jonas e José, da secretaria do MDU, pela disponibilidade e boa vontade com que sempre me receberam e me ajudaram no que precisei;

À amiga Cristina Presbiteris por me mostrar o universo maravilhoso que é a Cultura Italiana e por me orientar sempre na busca dos valores nobres da caridade, da perseverança e da humildade.

À querida Dona Zezé, da biblioteca do DPH da FUMBEL pelo carinho e prontidão com que me ajudou na pesquisa bibliográfica sobre o C.H.B.;

À querida “tia” Laís Zumeró pela revisão de português desta dissertação;

Aos amigos Mariana Sampaio e Hamilton Ferreira pelas indicações valiosas à coleta de dados deste trabalho;

À amiga Alithéa Corrêa pelas importantes pesquisas feitas à distância para este trabalho e pelas informações sobre o cenário cultural de Belém;

Ao amigo José Luís Moreira Júnior pela ajuda, pelas conversas e pelo compartilhar ímpar dos meses de pesquisa de campo no C.H.B.;

Ao amigo Jakson Seixas e Silva pela disponibilidade aos trabalhos de escanear as ilustrações, e ao apoio técnico ao microcomputador utilizado nessa pesquisa;

Ao amigo André Pina pela disponibilidade e ajuda com as referências bibliográficas e escanear (de última hora) de ilustrações;

À amiga Adriana Penha pelas dicas valiosas sobre a organização gráfica do texto.

À minha “irmã de vida” Giselle Mascarenhas pelas brigas, conversas, risos e lágrimas do viver diário dos últimos três anos;

À minha “mãe judia” Mênia Zaicaner pelo amor irrestrito com esta sua “filha índia”;

À minha “irmã de mente e coração” Germana Zaicaner por existir e me deixar fazer parte da sua vida;

Às famílias Juarez Vieira, Fernanda Vieira da Cunha e Roberto Sawada por me receberem de braços abertos em seus lares e pelo apoio nos momentos que mais precisei;

Aos meus tios, tias, primos e primas pela confiança e incentivo, sempre;

Aos amigos Paraenses e Pernambucanos pelas farras, alegrias, tristezas, companheirismo e solidariedade.

Aos moradores e trabalhadores do C.H.B. por me receberem em suas casas ou locais de trabalho com respeito e atenção.

“Às vezes o passado é jogado fora com raiva, às vezes é ignorado, mas através do fazer e desfazer de cidades, fica claro um esforço constante para corrigir e melhorar, com a intenção de, finalmente, fazer a coisa certa”. (Witold Rybczynski)

LISTA DE FIGURAS

- Fig. 01: Esquema metodológico de pesquisa.
- Fig. 02: Escala arquitetônica – o tipo construído.
- Fig. 03: Escala arquitetônica – o tipo construído.
- Fig. 04: Escala da paisagem construída – o tipo edilizio.
- Fig. 05: Escala da paisagem construída – o tipo edilizio.
- Fig. 06: Escala do organismo urbano – o tecido urbano.
- Fig. 07: Escala do organismo urbano – o tecido urbano.
- Fig. 08: Escala do território – a região urbanizada.
- Fig. 09: Escala do território – a região urbanizada.
- Fig. 10: Análise tipológica em Bolonha.
- Fig. 11: Área urbana característica do período colonial.
- Fig. 12: Sítio rural.
- Fig. 13: A morada rural térrea e urbana assobradada.
- Fig. 14: A evolução da apropriação territorial no Brasil.
- Fig. 15: Planta característica de um sobrado.
- Fig. 16: Um sobrado de corredor central.
- Fig. 17: Um sobrado de esquina.
- Fig. 18: Exemplos de edificações civis não excepcionais.
- Fig. 19: Casa térrea com porão.
- Fig. 20: Casa térrea em corte.
- Fig. 21: Uma casa de fazenda.
- Fig. 22: Casas térreas com plantas anteriores ao puxado.
- Fig. 23: Casas térreas com plantas anteriores ao puxado.
- Fig. 24: Casas térreas com plantas anteriores ao puxado.
- Fig. 25: Sobrado de três pavimentos e planta baixa.
- Fig. 26: Partido arquitetônico característico no Brasil.
- Fig. 27: Partido arquitetônico característico no Brasil.
- Fig. 28: Partido arquitetônico característico no Brasil.
- Fig. 29: Planta baixa característica de imóvel sobrado.
- Fig. 30: Planta baixa característica de casa térrea.
- Fig. 31: Planta baixa característica de casa térrea.

Fig. 32: Planta baixa característica de casa térrea.

Fig. 33: Morada inteira.

Fig. 34: Casa térrea e sobrado.

Fig. 35: Trecho urbano e plantas baixas do loteamento.

Fig. 36: Perfil urbano.

Fig. 37: Sobrado de dois pavimentos e planta baixa.

Fig. 38: Sobrado de esquina com dois pavimentos e planta baixa.

Fig. 39: Sobrado de dois pavimentos e planta baixa.

Fig. 40: Casa térrea com porão.

Fig. 41: Partidos arquitetônicos.

Fig. 42: Partidos arquitetônicos de porta e janela, meia morada e morada inteira.

Fig. 43: Esquemas de coberturas.

Fig. 44: Cortes esquemáticos de casas térreas a sobrados.

Fig. 45: Casa térrea com porão não habitável.

Fig. 46: Circulação externa e ausência de alcovas isoladas.

Fig. 47: O vestíbulo.

Fig. 48: Casas tradicionais em Olinda.

Fig. 49: Dinâmica dos partidos arquitetônicos em Vila Rica.

Fig. 50: Belém na Região Norte.

Fig. 51: Belém na Baía de Guajará.

Fig. 52: Belém e o Centro Histórico.

Fig. 53: Vista da Baía de Guajará.

Fig. 54: Vista da “Cidade Velha” e da “Campina”.

Fig. 55: Rua Dr. Malcher.

Fig. 56: Rua Cametá.

Fig. 57: Mapa de Belém em 1650.

Fig. 58: Mapa de Belém em 1700.

Fig. 59: Rua Riachuelo.

Fig. 60: Trav. Padre Eutíquio.

Fig. 61: Obras de Landi.

Fig. 62: Obras de Landi.

Fig. 63: Obras de Landi.

Fig. 64: Rua Conselheiro João Alfredo.

Fig. 65: Rua Conselheiro João Alfredo.

Fig. 66: Trav. Padre Prudêncio.

Fig. 67: Rua Santo Antônio.

Fig. 68: Mapa de Belém em 1754-1761.

Fig. 69: Mapa de Belém em 1771.

Fig. 70: Mapa de Belém em 1791.

Fig. 71: Mapa de Belém em 1800.

Fig. 72: Boulevard Castilhos França e Cais do Porto.

Fig. 73: Trav. 1º de Março.

Fig. 74: Boulevard Castilhos França.

Fig. 75: Mapa de Belém em 1901.

Fig. 76: Mapa de Belém em 1919.

Fig. 77: Crescimento Urbano de Belém.

Fig. 78: Evolução de Belém – vetores direcionais de crescimento.

Fig. 79: Rua Conselheiro João Alfredo.

Fig. 80: Avenida Presidente Vargas em 1948.

Fig. 81: Avenida Presidente Vargas em 1960.

Fig. 82: Vista complexo Ver-O-Peso.

Fig. 83: Vista casario da Feira do Açaí e Ladeira do Castelo.

Fig. 84: C.H.B. e Áreas de Tombamento.

Fig. 85: C.H.B. e zonas de uso e ocupação do solo.

Fig. 86: C.H.B. e setores de caracterização arquitetônica.

Fig. 87: Exemplo casa térrea no C.H.B.

Fig. 88: Exemplo casa térrea no C.H.B.

Fig. 89: Exemplo sobrado no C.H.B.

Fig. 90: Exemplo sobrado no C.H.B.

Fig. 91: Exemplo sobrado de esquina no C.H.B.

Fig. 92: Exemplo sobrado de esquina no C.H.B.

Fig. 93: Imóvel de valor excepcional no C.H.B.

Fig. 94: Imóvel de valor excepcional no C.H.B.

Fig. 95: Imóvel de valor excepcional no C.H.B.

Fig. 96: Imóvel de valor excepcional no C.H.B.

Fig. 97: Imóvel de valor não excepcional no C.H.B.

Fig. 98: Imóvel de valor não excepcional no C.H.B.

Fig. 99: Imóvel de valor não excepcional no C.H.B.

Fig. 100: Imóvel de valor não excepcional no C.H.B.

Fig. 101: Imóvel de valor não excepcional no C.H.B.

Fig. 102: Imóvel de valor não excepcional no C.H.B.

Fig. 103: Imóvel de valor não excepcional no C.H.B.

Fig. 104: Vista do Ver-O-Peso.

Fig. 105: Tipo Base da habitação não excepcional no C.H.B.

Fig. 106: Evolução do Tipo Base.

Fig. 107: O 1º Tipo evoluído.

Fig. 108: O 2º Tipo evoluído.

Fig. 109: Esquema de imóveis com diferenciações frente a usos originais.

Fig. 110: CH02n108.

Fig. 111: CH15n234.

Fig. 112: CH03n252.

Fig. 113: CH08n40.

Fig. 114: Esquemas fachadas – casas térreas.

Fig. 115: Esquemas fachadas – sobrados.

Fig. 116: Mapa com localização dos imóveis pesquisados.

Fig. 117: CH09n414.

Fig. 118: CH113s/n.

Fig. 119: CH18n48.

Fig. 120: CH16n120.

Fig. 121: Vista panorâmica do Ver-O-Peso.

Fig. 122: Imóvel descaracterizado no C.H.B. – CH113n233.

Fig. 123: Imóvel descaracterizado no C.H.B. – CH03n58.

Fig. 124: Imóvel descaracterizado no C.H.B. – CH116n640.

Fig. 125: Imóvel descaracterizado no C.H.B. – CH02n130.

Fig. 126: Imóvel descaracterizado no C.H.B. – CH18n07.

Fig. 127: Imóvel descaracterizado no C.H.B. – CH65n273.

Fig. 128: Esquemas imóveis compostos de três partes.

Fig. 129: Exemplos de imóveis compostos de três partes.

Fig. 130: Exemplos de imóveis compostos de três partes.

Fig. 131: Exemplos de imóveis compostos de três partes.

Fig. 132: Esquemas imóveis compostos de duas partes.

Fig. 133: Exemplos de imóveis compostos de duas partes.

- Fig. 134: Exemplos de imóveis compostos de duas partes.
- Fig. 135: Exemplos de imóveis compostos de duas partes.
- Fig. 136: Esquema composto de três partes.
- Fig. 137: Conclusão dos esquemas de Corpo Principal.
- Fig. 138: Conclusão dos esquemas de Puxado.
- Fig. 139: Conclusão dos esquemas de Pós-puxado.
- Fig. 140: Esquema composto de duas partes.
- Fig. 141: Conclusão dos esquemas de Corpo Principal.
- Fig. 142: Conclusão dos esquemas de Puxados + Pós-puxado.
- Fig. 143: Detalhes arquitetônicos do interior dos imóveis pesquisados.

RESUMO

Este trabalho analisa o Centro Histórico de Belém do Pará – C.H.B., segundo a tipologia habitacional, não excepcional, do universo de bens imóveis de interesse à preservação. Coloca a conservação do tipo *edilizio* como eixo básico para a conservação da Autenticidade Cultural frente às intervenções de reabilitação do patrimônio histórico construído.

A pesquisa baseia-se na teoria de análise tipológica, defendida pelos seguidores do arquiteto Saverio Muratori, difundida segundo estudos tipológicos em cidades italianas tradicionais. Fundamenta-se na pesquisa do processo de evolução tipológica das relações entre edifícios e espaços livres da paisagem construída urbana; onde o “*Tipo*” resume a essência de existir do construído em questão. Essência que possibilita a conservação da Autenticidade do patrimônio construído mesmo diante das transformações inerentes à evolução urbana.

As análises constataram que a tipologia habitacional, não excepcional, do C.H.B. pertence a uma única família tipológica, com tipo base originando dois ramos evoluídos, segundo diferenciações em relação às dimensões de lote; e um outro ramo com peculiaridades em relação a usos originais dos imóveis. O trabalho acrescentou às análises recomendações sobre a conservação da Autenticidade Tipológica do C.H.B., no sentido de orientar futuras intervenções de reabilitação urbana na área em questão, assim como reflexões sobre a temática.

ABSTRACT

This work analyses Belém's historic centre according to the ordinary housing typology of the buildings that ought to be preserved. It places the preservation of the typology of buildings and related open spaces (*tipologia edilizia*) as the basis for the preservation of the city's cultural authenticity against the interventions that intend to rehabilitate the historic inheritance.

The study is based on the theory of typological analysis which is defended by the followers of architect Saverio Muratorio, and was developed through typological studies in traditional Italian towns. Its foundation is the study about the process of typological evolution of the relationship between buildings and open spaces in the built urban landscape; where the “*type*” is the essence of existence of the building under analysis. This essence enables the preservation of the authenticity, even when confronted with the transformations inherent in urban development.

The analyses showed that the ordinary housing typology of Belém's historic centre is part of a single typological family with one basic type from which two branches emerge, according to differentiations related to the dimensions of the lot; and another one according to peculiarities related to the original use of the buildings. The study produced recommendations concerning the preservation of the typological authenticity of the historic centre, in order to guide future interventions of urban rehabilitation in the area, as well as reflections about the theme.

SUMÁRIO

	Página
Introdução	1
Capítulo I — Referencial Teórico.	14
1. Autenticidade da Herança Cultural.	15
2. A Teoria do Tipo.	22
3. Autenticidade Tipológica do Patrimônio Construído.	50
Capítulo II — Estudos no Brasil.	58
1. Estudos no Brasil sobre Habitação Civil não Excepcional e a Questão Tipológica.	59
Capítulo III — O Caso do C.H.B.	102
1. O Processo de Consolidação do Centro Histórico de Belém.	103
2. Caracterização Tipológica atual do C.H.B..	124
3. Análise Tipológica da Habitação Civil não Excepcional no C.H.B..	136
Recomendações e Considerações Finais	176
Bibliografia	187
Anexos	196

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação, intitulada *“A Essência do Existir: Um Estudo sobre a Conservação da Autenticidade Tipológica de Áreas Históricas Patrimoniais — O Caso do Centro Histórico de Belém do Pará — C.H.B.”* tem como tema a Conservação da Autenticidade da Herança Cultural de Áreas Históricas Patrimoniais, frente aos projetos de Intervenções de Reabilitação do Patrimônio Construído.

O **objeto de investigação** é o estudo das tipologias habitacionais civis não excepcionais, do patrimônio histórico construído, que conservem a sua autenticidade, frente ao planejamento de intervenções¹ projetuais, arquitetônicas e urbanísticas, em áreas históricas patrimoniais², relacionando-as a novos usos e funções.

Estudo que se faz relevante, pois a questão de preservar e conservar as Áreas Históricas, Patrimônios Culturais³ de determinado povo ou Nação, entra na década de 90 frente ao paradigma do Desenvolvimento Sustentável, sob o qual todas as cidades do mundo se depararam mais fortemente, e conscientemente, após a RIO-92 (*Conferência Geral das Nações Unidas sobre Meio Ambiente – Carta do Rio, 1992*).

O paradigma do Desenvolvimento Sustentável (D.S.) estrutura-se no conceito de que *“o Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”* (Nosso Futuro Comum, 1991).

¹ Neste trabalho “significa atuar no sentido de manter e/ou incentivar os elementos e a dinâmica que caracterizam estas estruturas [de interesse à preservação], ou reverter o sentido do processo, modificá-lo ou estancá-lo. (...) significa manter a diversidade, a pluralidade dos espaços sociais, conservá-los vivos e capazes de expressar os muitos fragmentos da história coletiva em constante processo de transformação, propiciando espaços democráticos onde a cidadania se manifesta; ir contra a privatização, elitização, segmentação do acesso a esses espaços” (Arquiamérica I: 1º Congresso Pan Americano do Patrimônio da Arquitetura. IAB-MG, 1992).

² Áreas Históricas Patrimoniais ou sítios históricos, aqui entendidos como: “todas as estruturas, espaços, ambientes, zonas e paisagens naturais e/ou construídas — incluindo essas últimas os edifícios isolados, conjuntos de edificações, bairros, núcleos, centros e cidades — que constituam patrimônios de valor histórico, arquitetônico, sócio-cultural, estético, etnológico ou antropológico, arqueológico ou paleontológico, científico e natural” (Freitas, 1992).

³ O Patrimônio Cultural como conjunto de bens naturais, construídos ou imateriais referentes a uma coletividade e a um determinado tempo.

Conceito que implica, a todo planejamento de intervenção em estruturas urbanas consolidadas⁴, o princípio de que elas devem ser utilizadas e transformadas para atenderem às necessidades da contemporaneidade; permitindo, porém, que o futuro receba um legado que conserve, inerente, valores diversos da sua identidade, para que possa ser utilizado de acordo com as necessidades que vierem a se constituir.

Mais que isso, implica uma nova ordem às cidades. Ordem que prioriza um processo de transformação com incremento das oportunidades de uma sociedade, compatibilizando, em determinado tempo e espaço, a conservação do meio ambiente, da diversidade cultural, o desenvolvimento econômico e a equidade social.

Busca-se minimizar o uso de recursos naturais não renováveis, usar de maneira racional os recursos renováveis, acesso irrestrito à habitação e ao transporte, manutenção do capital ambiental construído, entre outros. Melhorias qualitativas na relação homem x meio ambiente urbano.

Talvez seja utópico pensar que se pode alcançar o D.S. nas suas múltiplas faces e exigências. Mas, algumas ações podem e precisam ser feitas em busca de um possível D.S.. Com isso, o problema do que fazer entre valor e bem material deve ser encarado a partir de uma visão abrangente e flexível.

A partir daí, há um compromisso e interligação entre as idéias de desenvolvimento (crescimento econômico com distribuição), de preservação ambiental (manter a natureza sem degradação) e de herança para o futuro (níveis da natureza e da qualidade de vida mantidos no tempo).

Na verdade, os pressupostos referentes ao Planejamento Urbano e à Conservação Urbana apropriam-se da abordagem temática do D.S., enfatizando que o patrimônio é um recurso, natural ou construído, não renovável, importantíssimo a ser deixado às futuras gerações. Recurso, esse, com valor econômico e cultural em potencial.

⁴ “São espaços urbanos que adquiriram de alguma forma características próprias, características que podem ser denominadas ‘qualidades’; referem-se a quem usa e como usa os espaços: relações público x privado, usos e formas de apropriação, atrações e segregações, significados em relação às histórias coletivas e tudo o que fala aos sentidos (as imagens, os sons, os cheiros, a proximidade dos corpos)” (Arquiamérica I: 1º Congresso Pan Americano do Patrimônio da Arquitetura. IAB-MG, 1992).

Ocorre, então, a soma de dois modos de intervir no urbano: o Planejamento Urbano (preocupado com a habitação popular e o crescimento urbano) e a Conservação Urbana (preocupada com a preservação da memória e identidade cultural através dos sítios históricos mais significativos de determinado local). Há a convergência das políticas de Conservação Urbana, de Planejamento Urbano e de Desenvolvimento Econômico.

A síntese desta somatória de políticas urbanas estrutura-se nos princípios da Conservação Integrada⁵ (descritos na Declaração e no Manifesto de Amsterdã (1972), entre outras cartas patrimoniais) que conjuntamente com os do D.S. tornam-se o “novo olhar” sobre a cidade, um “novo agir” na cidade. A cidade vista na sua totalidade e integração urbana e territorial.

Segundo Alva (1997), *“a cidade é uma totalidade, e essa totalidade se apresenta como um fenômeno integrado, que não pode ser compreendido nem tratado de modo fragmentário”* — apesar de que analiticamente é necessário fragmentá-lo para apreendê-lo. A Conservação Integrada (C.I.) e o D.S. observam e entendem o ambiente de um ponto de vista mais abrangente possível. Uma visão holística que parte da apreensão da forma do ambiente e dos valores da sociedade.

A C.I. incorpora a conservação do patrimônio arquitetônico ao planejamento de áreas urbanas e ao planejamento físico-territorial, e tem como implicações a necessidade de diálogo constante entre conservadores e planejadores, e o entendimento de ambos sobre a questão dos espaços não serem equivalentes. Portanto, as intervenções, nesses espaços peculiares, devem ser conforme as especificidades de cada um.

Além disso, observa na valorização dos aspectos tradição, continuidade e transformação implicações como a avaliação de princípios e valores; e a estruturação, estabelecimento e desenvolvimento de todo um sistema de

⁵ “A conservação do patrimônio arquitetônico como um dos objetivos maiores do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico territorial”; conclamando os poderes locais à responsabilidade; a participação dos cidadãos; a adaptação de medidas legislativas e administrativas; a promoção de métodos, técnicas e aptidões profissionais ligadas à restauração e reabilitação; assim como condiciona seus resultados aos fatores sociais e requer medidas financeiras apropriadas aos seus princípios e práticas.

planejamento, implementação e gestão de intervenções urbanas. A C.I. é o novo paradigma do planejamento estratégico das cidades.

Vale frisar que a prioridade da política de C.I. baseia-se na necessidade, não apenas de proteger legalmente (“Tombo⁶”) as estruturas de interesse histórico e cultural, mas também, e principalmente, de reabilitá-las⁷, integrando-as aos novos contextos sócio-econômicos em que se encontram. Tem na participação da população um fator importante do processo.

Assim, evidencia-se a importância da identificação dos processos sociais de determinação dos valores existentes em determinado tempo e espaço. Os valores são, então, inerentes às relações sociais, “*e não atributos naturais ou intrínsecos das coisas e dos objetos*” (Zancheti e Jokilehto, 1997).

O elemento “homem” é agente passivo e ativo no que conservar, por que conservar e como conservar. A multiplicidade e diversidade de tipos de valores são grandes, porém “*o valor monetário é preponderante nas sociedades modernas*” (Zancheti e Jokilehto, 1997). Mas, dentro da temática da conservação, valores culturais e valores sócio-econômicos devem se complementar.

Portanto, segundo Zancheti e Jokilehto (1997), a forma e o grau de conservação do legado patrimonial não serão definidos pela sobreposição de um tipo de valor e sim, através de uma avaliação relativa de uma série de tipos de valores. Pensar em reabilitação de estruturas urbanas, de áreas de interesse histórico, é pensar num equilíbrio entre valores históricos e estéticos e valores de utilização do legado patrimonial, também.

Deve-se, além disso, observar que a política de C.I. exige medidas legislativas, administrativas e financeiras apropriadas. Mais que isso, exige métodos, técnicas e aptidões profissionais de acordo com a problemática abordada.

⁶ Inscrever determinado bem em um dos quatro Livros do Tombo (Arqueológico, etnográfico e paisagístico; Histórico; Belas artes; e Artes aplicadas) com objetivo de proteger, controlar, guardar, registrar para preservação.

⁷ Aqui entendida como adaptação de estruturas tradicionais a usos contemporâneos.

A escolha dos valores a serem priorizados sempre tem um certo grau de arbitrariedade, pois parte do ponto de vista do interesse de grupos específicos. Por isso, do conhecimento à tomada de decisão, o caminho a tomar dependerá exclusivamente dos atores e agentes do processo.

A C.I., então, pode ser vista como um processo que procura coordenar e regular, na medida do possível, os processos de continuidade e mudança de uma estrutura urbana, assim como os valores ali existentes, tendo em vista que esses valores se transformam no tempo como um sistema; um sistema dinâmico e ininterrupto.

A *continuidade* pode ser entendida como a utilização de elementos e estruturas urbanas existentes, incorporados de pequenas transformações para uma readaptação aos novos estilos de vida e de atividades na cidade (Zancheti e Jokilehto, 1997).

Já a *mudança*, em oposição, pode ser vista como um processo radical de transformação das estruturas urbanas, podendo chegar a grandes transformações ou até substituições de elementos urbanos quando diante de situações que requeiram tal alteração (Zancheti e Jokilehto, 1997).

Portanto, a C. I., diz respeito a um conjunto de ações de gestão de áreas urbanas consolidadas, ou em consolidação. Busca o Desenvolvimento Sustentável através da continuidade e/ou transformação de estruturas físicas e sociais, integradas às novas funções e usos demandados pela contemporaneidade.

A cidade é vista como riqueza ambiental construída, e por isso se deve primar para o não declínio do seu patrimônio, pois as formas do passado, com sua diversidade, podem ser a solução para problemas futuros — aumentam a possibilidade de se alcançar a tão almejada equidade social pela continuidade e transformação natural dos valores no tempo e no espaço.

Este “novo olhar”, no que se refere aos centros históricos⁸, busca novos caminhos e estratégias que, juntamente com os instrumentos jurídicos existentes, possibilitem a

⁸ As áreas referentes à origem da cidade, identificadas como áreas históricas patrimoniais.

valorização contínua de áreas históricas de significativo valor cultural. Projetos de reabilitação urbana se multiplicam em vários lugares do globo, buscando o incremento econômico e cultural dos seus diferenciais locais.

Como exemplos, temos os casos do Pelourinho em Salvador, do Bairro do Recife Antigo em Recife, do projeto Reviver em São Luís, dentre outros, que em comum se caracterizam por grandes intervenções urbanas de reabilitação nos imóveis de habitação civil não excepcional, principalmente.

Algumas implicações devem ser frisadas. Como coloca Zancheti (1998), primeiramente, as estruturas do *futuro* devem conter registros autênticos do *passado* (*passado* relativo ao *hoje*); assim como, registros do *hoje*; e, também, registros do *passado* que foram transformados no *hoje*.

É preciso encontrar um equilíbrio entre o quanto transformar e o que manter no âmbito do legado do passado. Deve-se, pelo menos, garantir “*a manutenção da riqueza do meio ambiente urbano e um incremento no grau de diversidade nos elementos componentes das estruturas*” (Zancheti, 1998:10) considerando, sempre, os processos implícitos na valorização dos estados do legado.

“Para garantir a transmissão intergerações desses valores, fundamental para a existência de uma sociedade, a geração de hoje pode apenas tentar transmitir a matéria física (o estado) e intervir nos processos que garantam a transferência desses valores. Os processos de conservação material fixarão a informação, permitindo que os valores sejam revelados, lidos e sentidos no futuro” (Zancheti, 1998:10).

Todavia, as práticas de Intervenções em áreas de interesse histórico apropriam-se dos princípios da C. I. e do D.S. de maneiras diversas e, muitas vezes, os problemas de perda de valor, degradação de estruturas e evasão de atividades, de determinada área histórica, são encarados apenas com a visão econômica. É a percepção diferenciada, segundo os atores envolvidos no processo da intervenção.

Aliás, isto ocorre porque não se tem uma prática de intervenções urbanas em que os “*códigos de leitura e interpretação do material sejam mantidos através de processos de continuidade cultural*” (Zancheti, 1998:10). Ou seja, ainda é incomum o desvendar e evidenciar valores no planejamento urbano, subsidiando as propostas de intervenções.

Na verdade, a não aplicabilidade de uma prática de priorização da questão de permanência dos valores culturais se dá, muitas vezes, pela busca desenfreada por um desenvolvimento econômico desejado. E isso ocorre, porque muitas sociedades se apropriam de valores exógenos às suas necessidades e realidades.

Sendo assim, valores importantes das estruturas urbanas (estéticos e históricos), do legado patrimonial, são postos em segundo plano; e ao invés de conservarmos a Identidade, a Estrutura e o Significado⁹ (Lynch, 1985) da memória histórica dos nossos centros, contribuímos para a degradação e perda de valor da mesma. A autenticidade da herança é seriamente comprometida.

O problema da Autenticidade vem da preocupação com as transformações no estado do Bem cultural, principalmente frente às intervenções de reabilitação urbana que pressupõem novos usos e funções ao construído. Até que ponto tais ações conservam a Autenticidade da herança patrimonial? Como conservar a Autenticidade mesmo reabilitando segundo novos usos e funções?

A Autenticidade¹⁰ é a conjugação de diversos valores da herança patrimonial, materiais e imateriais, que sofrem influência de sua natureza cultural, de seu contexto cultural e de sua evolução através do tempo. É a “*qualidade da herança patrimonial de ser a verdadeira representatividade de uma cultura e de seus interesses diversos*” (Nara, 1994). Conservar a Autenticidade é conservar o valor maior da herança patrimonial.

⁹ Identidade referente aos aspectos históricos e estéticos; estrutura em relação à substância da herança; e significado segundo os valores apropriados por determinado tempo e lugar.

¹⁰ A pesquisa, ora desenvolvida, parte de critérios pré-definidos como fontes de informação para verificação em relação à Autenticidade da herança (Ver Capítulo I). Não é objeto de estudo desse trabalho a discussão sobre a definição desses critérios.

No conceito sobre Autenticidade da Carta de Nara (1994), observa-se que há um apreender de valores (muitos com alta carga de relatividade), condicionado a diversos fatores e conjunturas complexas, que as avaliações e reavaliações em relação à temática são imprescindíveis.

Condicionar uma determinada qualidade a conceitos extremamente específicos e relativos possibilita apropriações equivocadas e deturpadas. Entretanto, Jokilehto e Feilden (1993) colocam de maneira clara e abrangente quais os aspectos que podem materializam a Autenticidade: os materiais, a mão-de-obra, o desenho e o lugar (espaço).

Muitas discussões persistem ao se tratar da problemática sobre Autenticidade, pois a questão central sobre o assunto é *valor(es)*. Estrutura-se, assim, uma alta complexidade do sistema, podendo-se ir da eleição de um valor absoluto ao relativismo total dos valores. Porém, sempre implícito e importante fator é que a Autenticidade corresponde à noção de memória e identidade do legado — principais motivos do porquê conservar qualquer que seja o Bem Cultural¹¹.

A manutenção das peculiaridades de uma área de interesse histórico quanto às formas, usos, atividades e população é primordial para uma possível sustentabilidade urbana, pois peculiaridades estéticas, históricas e sócio-culturais são a matéria-prima a ser trabalhada para aumentar a capacidade de adaptações à mudanças que possam comprometer o equilíbrio do universo em questão.

Sustentabilidade é, também, sinônimo de auto-suficiência e incremento de riqueza; mais que isso é a capacidade de evolução de um sistema, no tempo, utilizando seus próprios recursos, sem extinção do seu capital natural, construído e humano. O fato é que um sistema urbano sustentável deve satisfazer necessidades e desejos endógenos e exógenos de sua população sem dispor de relações de dependência e de exploração de outros sistemas.

Como coloca Zancheti (1998), *“o equilíbrio entre as várias dimensões da sustentabilidade tem que necessariamente passar por uma análise de custo-*

benefício, onde os efeitos positivos e negativos de todas as ações dentro de cada uma das dimensões são examinados e avaliados”. Acrescenta que, “este ponto não pode ser evitado ou descartado, nem pode uma decisão ser tomada favorecendo uma dimensão em detrimento de outra”.

Logo, conhecer e reconhecer as muitas faces da cidade é de extrema importância para um processo inovador que diminua a fragilidade e aumente a capacidade de regeneração de um sistema urbano. Um processo realmente em busca de uma possível sustentabilidade.

A conservação da Autenticidade Cultural de determinada sociedade é reflexo das escolhas inconscientes, ou conscientes, que forem feitas ao longo de sua história. Quanto maior o desenvolvimento de metodologias de apreensão dos valores formadores e transformadores de determinado ambiente, maiores as ferramentas para uma conservação sustentável.

Portanto, **as intervenções em áreas históricas devem ser planejadas e implementadas com o objetivo de proporcionar o retorno de atividades e a reabilitação do patrimônio realmente através de uma política de C.I., que busque o D.S., e que tenha a preocupação constante de garantir a salvaguarda da Autenticidade desse patrimônio que nos foi legado.**

Esta política prima pela convocação de todos os cidadãos e governantes para participarem do processo de decisão, implementação e gestão da intervenção. A sociedade é responsável por suas continuidades e mudanças, pelo que recebeu do passado, o que faz do presente e o que deixará para o futuro de seus descendentes.

Partindo do universo exposto, o **objeto empírico de investigação** (Estudo de Caso), pré-definido, foi o Centro Histórico de Belém (C.H.B.), mais especificamente os imóveis da arquitetura civil habitacional não excepcional, reconhecidos como de interesse à preservação. Tais imóveis, na sua maioria, são remanescentes do século passado e início de século XX.

¹¹ “Toda produção humana, material e imaterial, e também a natureza, que propiciem o conhecimento e o

Justifica-se a escolha do estudo de caso pela importância da cidade de Belém do Pará como “Portal de entrada e Capital da Amazônia”. O Centro Histórico de Santa Maria de Belém do Grão Pará, a “Cidade das Mangueiras”, é museu vivo da história da capital paraense, nesses 384 anos de existência, materializados nas suas Igrejas, palácios, praças, sobrados, mercados e portos.

Entretanto, essa área, herança cultural da história paraense, que se destaca por uma atividade comercial intensa e significativa atividade de serviços, presentes desde as origens da cidade, tem sido alvo constante de ações depredadoras, assim como do descaso das autoridades governamentais e da sociedade civil em geral.

A princípio, parece que a atual administração municipal tem como uma das suas prioridades o resgate da importância da história e herança patrimonial paraense, pois obras de reorganização da feira livre e projetos de restauração dos prédios do complexo do Ver-O-Peso já foram iniciados, assim como a campanha empreendida para que o Ver-O-Peso integre a lista de Patrimônio da Humanidade da UNESCO.

Será que o acervo cultural paraense, herança da miscigenação do índio, do negro africano e do branco colonizador finalmente terá o lugar de importância que merece? Será que as intervenções, que sem dúvidas são necessárias, serão realmente de conservação desse patrimônio singular de raízes européias e alma amazônica?

Estas dúvidas se fazem presente porque, no período de 1983 até 1985, a prefeitura de Belém iniciou uma grande intervenção urbana, priorizando os espaços públicos, tendo como projeto-marco a revitalização do complexo do Ver-O-Peso, além de outras obras na cidade em geral. Ao todo um montante de 140 projetos que refletiam a filosofia de um urbanismo operacional, realizando as obras necessárias mesmo sem projeto concluído, pois o prazo era de exímios nove meses (Bozzo, 1990).

Passada essa administração, as que se seguiram não conservaram as mesmas prioridades, como é de praxe no planejamento urbano brasileiro, e o patrimônio histórico foi deixado à deriva. Juntamente, porém, com a questão do descaso público está o processo de como se intervém na herança histórica. Será que as intervenções

conservaram a informação histórica ali existente? Muito pouco provável, já que a política de intervenção urbana no Brasil é normalmente guiada pelos interesses do momento sem elos com o passado e muito menos com o futuro.

O lema é fazer no prazo estipulado da maneira que é possível fazer, mas mesmo com boas intenções, talvez não seja a melhor maneira. Na verdade, não se tem, no país, a prática de consolidar informações e transmiti-las gestão após gestão, até serem de domínio público. Pelo contrário, o que se fez antes é esquecido e o processo parte do zero.

Por isso, Belém do Pará, na figura de seu Centro Histórico, não só é importante como estudo de caso, pelo seu papel na Amazônia à pesquisa ora proposta, como a pesquisa será de grande relevância à própria cidade. Estará possibilitando estudo de significativo valor a um território muitas vezes isolado do país pelo desconhecimento que se tem sobre sua história e sua grandeza.

E assim, como **objetivo** maior, a pesquisa buscou investigar, identificar e analisar as tipologias habitacionais não excepcionais do patrimônio construído, primando pela conservação da Autenticidade do processo de evolução das mesmas, visando a propor recomendações para formulação de projetos arquitetônicos, direcionados à reabilitação da herança construída dos centros históricos.

Especificamente significou identificar e analisar as tipologias que compõem o Patrimônio Construído, visando a propor recomendações direcionadas à conservação da Autenticidade do processo de evolução tipológica, na formulação de projetos arquitetônicos e urbanísticos de reabilitação de estruturas.

Buscou também identificar e analisar enquanto usos e funções a herança habitacional civil comum, visando a propor recomendações segundo a manutenção de usos tradicionais, ou a adequação de novos usos e novas funções direcionadas à reutilização do Patrimônio Construído, sem o comprometimento da Autenticidade Tipológica do mesmo.

Com isso, a **metodologia** de análise escolhida para o estudo em questão, a análise tipológica da habitação civil não excepcional, desenvolveu-se a partir da “Escola Muratoriana” de estudos tipológicos, segundo o entendimento em relação ao tipo arquitetônico e à paisagem construída (tipo *edilizio*) e, também, à Autenticidade do processo de evolução tipológica do legado cultural construído. Esquematiza-se segundo o diagrama de blocos exposto abaixo:

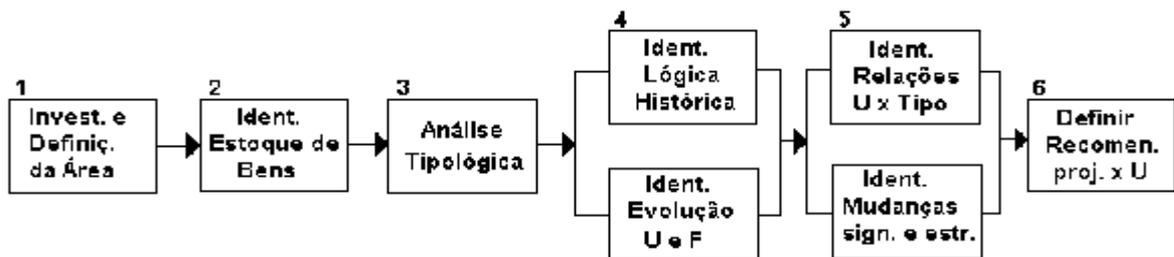


Figura 1: Esquema metodológico de pesquisa.

Legenda:

1. Investigação e definição da área (C.H.B.).
2. Identificação do estoque de bens imóveis da herança patrimonial a ser investigada.
3. Análise tipológica.
4. Identificação da lógica histórica de evolução das tipologias em estudo.
5. Identificação das relações originais e de maior permanência no tempo de tipologias *vis à vis* usos.
6. Definição das recomendações para intervenções arquitetônicas.

O presente documento conforma-se, então, num primeiro capítulo de Referencial Teórico, subdividido nos itens: 1) Autenticidade da Herança Cultural; 2) A Teoria do Tipo; e 3) Autenticidade Tipológica do Patrimônio Construído.

O Capítulo I mergulha no universo teórico de reflexão sob a ótica da Autenticidade da Herança Cultural Construída, do legado patrimonial. Especifica-se em relação à teoria do Tipo, observando a problemática da Autenticidade Tipológica frente ao planejamento de intervenções urbanas em áreas de interesse histórico.

Já o segundo capítulo, concentra-se nos Estudos no Brasil sobre Habitação Civil não excepcional e suas abordagens sobre a questão tipológica. A abordagem restringe-

se a uma crítica quanto às análises e quanto aos caminhos propostos para intervenções de planejamento segundo os estudos pesquisados.

Posteriormente, no terceiro capítulo, o universo do Estudo de Caso — o Centro Histórico de Belém — a subdivisão conformou-se em: 1) O processo de consolidação do Centro Histórico de Belém do Pará (C.H.B.), 2) Caracterização Tipológica atual do C.H.B.; e 3) Análise Tipológica da Habitação Civil não excepcional no C.H.B..

É no Capítulo III, que o Centro Histórico de Belém do Pará (C.H.B.) desvenda-se segundo a evolução da sua lógica de composição, de estruturação e de distribuição tipológica. A abordagem especifica-se na análise das características tipológicas do C.H.B., sob a ótica da sua evolução histórica segundo os registros pesquisados e leitura tipológica dos imóveis estudados. Concentrando-se, por fim, em recomendações a respeito da reabilitação das tipologias não excepcionais estudadas.

Concluindo a pesquisa, tem-se um capítulo de Recomendações e Considerações Finais reafirmando pontos importantes e estratégicos de todo o desenvolvimento do trabalho realizado, em que procurou traçar recomendações gerais, sobre a temática em estudo, orientações para investigações futuras, além de específicas, sobre o estudo de caso.

Por fim, este trabalho partiu de um sonho. O sonho amadureceu e se concretizou diante dos olhos.

CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO

O Capítulo I, deste trabalho, consiste no universo teórico de reflexão sobre a **Autenticidade da Herança Cultural**, temática maior aqui estudada. Restringe-se à abordagem sob a ótica da **Teoria do Tipo**, segundos estudos italianos sobre o assunto. Culmina, então, na apreensão sobre a questão da **Autenticidade Tipológica do Patrimônio Construído**, especialmente em relação às tipologias não excepcionais da habitação civil frente ao planejamento de intervenções em áreas de interesse histórico.

1. Autenticidade da Herança Cultural

Dentre as questões que se apresentam em torno da temática da Conservação da Herança Cultural, a Autenticidade desse legado é, talvez, a questão primeira que se deva ter em mente no planejamento de intervenções em áreas históricas, dentro da visão da C.I. e do D.S.. É a noção mais discutida nos últimos tempos sobre conservação patrimonial no mundo, já que é fundamental aos métodos e procedimentos para a inscrição na *World Heritage List*¹ (Jokilehto e Feilden, 1993).

A Autenticidade da Herança Cultural é uma questão extremamente complexa, pois está intimamente interligada a diversos aspectos sócio-culturais que pressupõem e determinam a atribuição de valores² ao legado. Valores materiais e imateriais que variam com o tempo e o lugar, e que estão associados a uma infinidade de fontes de informação³.

Deve-se observar que todos os julgamentos sobre os valores atribuídos à herança cultural, assim como a credibilidade e aceitação das fontes de informação expostas, podem diferir de cultura⁴ para cultura, e dentro da mesma cultura. Os critérios para a

¹ Lista dos sítios históricos Patrimônios Mundiais da UNESCO.

² Entendidos como critérios de classificação, identificados segundo a relação sujeito x objeto.

³ Todo material escrito, oral e figurativo que possibilitam conhecer a natureza, as especificações, o significado e a história da herança cultural.

⁴ Entendida como código de símbolos partilhados por determinada comunidade. (Ver Laraia, 1997).

apreensão dos valores não são fixos. Continuidade e transformação são inerentes ao processo de apreensão dos mesmos.

Tendo referência à palavra “original” em oposição à “cópia”, a definição de Autenticidade atravessou a história incorporando visões e concepções de mundo específicas. Sua definição sofreu acréscimos e apropriações diversas, podendo-se referir a uma suposta origem ou autor; ser original em oposição a uma falsificação; ou ter o significado de ser ele mesmo ou agir como ele próprio (Nara, 1994).

Jokilehto, em texto do documento do encontro sobre Autenticidade Patrimonial realizado em Nara (1994) no Japão, coloca que *“ser autêntico refere-se a um evento específico; descreve alguém ou algo agindo autonomamente e não dependendo de outros, tendo autoridade e profunda identidade em forma e substância, sendo original, criativo, único, sincero, verdadeiro, excepcional ou genuíno”*.

Observa-se assim, e é importante ressaltar, que o valor de Autenticidade não pode ser acrescentado ao monumento. Ele é apenas reconhecido e revelado através da atribuição de valores, os quais estão sujeitos aos processos culturais e encontram-se em permanente transformação. Conhecer as fontes de informação é importantíssimo nesta apreensão.

Vale frisar que, a própria definição de Autenticidade Cultural, *“qualidade da herança patrimonial de ser a verdadeira representatividade de uma cultura e de seus interesses diversos”* (Nara, 1994), enfatiza a especificidade dos recursos patrimoniais e singularidade de seus contextos cultural e físico. Uma dinâmica composta pela interação histórica e social de tempo e lugar.

A Herança Cultural deve ser, então, analisada dentro do seu próprio ambiente e fundamentalmente depende do reconhecimento do seu significado através da atribuição de valores ao legado. Tudo o que possa contribuir para o conhecimento da sua natureza geográfica e material, e seu contexto cultural e histórico são fontes de informação à definição da Autenticidade de uma cultura.

Na verdade, o conceito moderno de Autenticidade, formulado a partir do século XVIII, envolve o todo sócio-cultural e formal à qual a herança pertence (Nara, 1994).

A Autenticidade é vista como uma condição do legado em relação a suas qualidades específicas. Aspectos históricos, sócio-culturais e artísticos estruturam o conceito.

A preocupação com os aspectos Históricos e Artísticos, sobre a questão da Autenticidade, tem nos estudos no campo da restauração patrimonial exemplos importantes. Neles, a conservação da Autenticidade significa a preservação da matéria (substância) e da significação cultural⁵, da obra de arte, como um todo, da origem até o ato da intervenção restauradora, e da visualização dos acréscimos realizados neste ato (Cartas Patrimoniais, 1995).

Alois Riegl, na sua obra *O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese* de 1903, esquematiza a consciência restauradora com base em dois tipos de valores: de *rememoração* e de *contemporaneidade*; subdividindo o primeiro em *valor de antigüidade* e *valor histórico* e o segundo em *valor de uso* e *valor artístico* (Riegl, 1989). A Autenticidade do patrimônio é revelada a partir do valor a ele atribuído; e isso guiará a intervenção no mesmo.

Defende que a conservação dos monumentos não possui um único caminho a ser seguido e executado, e sim várias soluções alternativas e de validade transitória, pois sofre influência direta das necessidades contemporâneas. Observa também, que o restauro⁶ deve sempre garantir a salvaguarda e transmissão às gerações futuras da herança recebida do passado.

Mais tarde, década de 40, o italiano Cesari Brandi define a atividade do restauro como *“o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua bi-polaridade estética e histórica, visando à sua transmissão para o futuro”* (Brandi,1993). A consistência física do monumento tem prioridade à restauração, pois ela representa a sua imagem estética e histórica.

No restauro crítico de Brandi *“se restaura só a matéria da obra de arte”* e *“deve-se primar pelo restabelecimento da sua unidade potencial, sempre que possível e sem cometer uma falsificação artística ou histórica”*. Além disso, *“não se deve apagar*

⁵ “(...) designará o valor estético, histórico, científico ou social de um Bem para as gerações passadas, presentes ou futuras” – Carta de Burra, 1980.

⁶ “(...) o restabelecimento da substância [matéria] de um Bem em um estado anterior conhecido” – Carta de Burra, 1980.

traço algum do transcurso da obra de arte através do tempo". A Autenticidade do patrimônio está consolidada nas suas matéria, imagem e história através do tempo.

A consciência histórica e artística, dos especialistas e também da sociedade civil em geral é uma das principais ferramentas na verificação da Autenticidade do patrimônio componente da herança cultural de determinado tempo e lugar. Porém, muitos outros fatores fazem parte desta Autenticidade; os aspectos histórico e artístico são apenas fragmentos deste complexo quebra-cabeça.

No que diz respeito aos aspectos cultural e social, devem-se levar em conta, em relação à Autenticidade patrimonial, conceitos como *tradição social e pluralismo cultural*. Observa-se, assim, que muitos dos valores referentes aos aspectos cultural e social da definição da Autenticidade patrimonial são imensuráveis.

Falar em *tradição* nos remete às crenças e práticas de determinada cultura ou sociedade através dos tempos e das gerações. Ora, além de ter implícito a noção de continuidade de valores, observa-se o *pluralismo cultural*, pois cada sociedade tem suas crenças e práticas, e é formada por uma miscigenação de povos e culturas.

É de extrema importância frisar neste momento, a questão tácita em todos os aspectos expostos anteriormente: o uso e a função da herança cultural. Sem a conservação de uso e função da herança cultural, há um comprometimento do legado às gerações futuras. Os usos e funções relacionam-se com as tradições e com o pluralismo cultural, segundo demandas sociais contemporâneas.

Entendendo o *uso* como a ação de usar para determinado fim ou objetivo, a *função* tem implícita a relação entre a *forma* (estrutura, materiais e técnica construtiva) e o fim a que se destina. As intervenções em áreas históricas vão justamente trabalhar a relação de usos e funções frente aos aspectos históricos, artísticos e sócio-culturais que conformam a Autenticidade de determinado tempo e lugar.

Promover intervenções visando à conservação da Autenticidade Cultural é buscar e primar por um ponto de equilíbrio entre desejos e necessidades da sociedade contemporânea frente às suas estruturas históricas urbanas remanescentes. O

primeiro grande desafio é definir como apreender os valores de um tempo e lugar para o reconhecimento da Autenticidade deste.

Sendo assim, como a *World Heritage Convention* estabelece que “ser autêntico” é imprescindível para a nomeação de um monumento na *World Heritage List*, seis fontes de informação ou parâmetros foram pré-definidos, representando três tipos de noções, para embasar e satisfazer o teste de Autenticidade da Herança Cultural de determinado lugar ou sítio histórico.

Os três tipos de noções são: I) gênio criativo humano; II) testemunho ou exemplo representativo da herança cultural; e III) intercâmbio ou associação de valores e idéias. E as seis fontes de informação ou parâmetros listados são: 1) forma e desenho; 2) materiais e substância; 3) uso e função; 4) tradições e técnicas; 5) localização e cenário; e 6) espírito e sentimento.

Relacionando fonte de informação e noção, temos: parâmetro (1) relativo à noção (I) — forma e desenho são relativos ao gênio criativo humano; parâmetros (3), (4) e (5) relativos à noção (II) — uso e função, tradições e técnicas, localização e cenário são relativos ao testemunho ou exemplo representativo da herança cultural; e parâmetros (2) e (6) relativos à noção (III) — materiais e substância, espírito e sentimento são relativos ao intercâmbio ou associação de valores e idéias.

Antes de qualquer coisa, vale frisar a posição da *World Heritage Convention* de que “... a essência da aplicação do teste de Autenticidade, na avaliação dos lugares indicados para a *World Heritage List*, deve ser na verificação que a origem das informações tem sobre os valores relevantes serem verdadeiros ou terem credibilidade, e que o legado seja um genuíno e autêntico representante destas informações” (Jokilehto e Feilden, 1993).

A noção de Gênio Criativo remete-se geralmente a um trabalho de arte ou construção inovadora, específica e singular, dita “obra-prima da criação humana”. Não admite cópias ou réplicas. Para satisfazer o Teste de Autenticidade, o propósito do legado deve ter a singularidade relativa a um processo criativo humano genuíno em determinado tempo e lugar.

Forma e desenho são as principais fontes de informação para a investigação da noção de Gênio Criativo, pois dizem respeito à estrutura, a materiais e à técnica construtiva conjuntamente com a imagem estética e histórica da obra produzida pelo homem. Valores com base material.

O Testemunho ou Exemplo Representativo da Herança Cultural é a noção fundamental à conservação moderna, pois diz respeito ao valor histórico do legado, o legado visto como um documento ou testemunho de determinada civilização ou tradição cultural — um exemplo representativo de construções tipos ou usos tradicionais.

O Teste de Autenticidade, segundo a noção acima, consiste na verificação de que o legado seja a verdadeira representação da tradição cultural, ou legítimo exemplo de construção tipo ou uso marcante de determinado contexto sócio-temporal.

A verificação tem, então, como fontes de informações importantes o uso e função, as tradições e técnicas, a localização e cenário do legado. Observam-se implícitos tanto aspectos sócio-culturais quanto históricos e artísticos. Valores com base material e imaterial.

Na terceira noção, o Intercâmbio ou Associação de Valores e Idéias, as fontes de informação referem-se à relação do legado com eventos, tradições, idéias e crenças. As fontes de informação relacionadas à terceira noção, materiais e substância, espírito e sentimento, remetem a valores com base imaterial.

No Teste de Autenticidade, a verificação deve constatar o intercâmbio de valores e a associação de idéias ou eventos com o legado. Sendo assim, as idéias ou valores devem renovar-se constantemente no tempo e no espaço. Processos de continuidade e transformação definindo a Autenticidade cultural do legado e a conservação do mesmo.

Portanto, determinado monumento necessariamente deve satisfazer a um, ou mais, dos seis critérios e ao teste de Autenticidade, da noção a que se refere, para ser tido, ou entendido, como “*autêntico*” — genuína representação da sua natureza cultural, seu contexto cultural e sua evolução através do tempo.

Na verdade, a Autenticidade da Herança Cultural é um enorme quebra-cabeça que compõe o grande mosaico da conservação de áreas de interesse histórico. Então, conscientes do paradigma do D. S. e buscando uma política de C. I. o objetivo de nossas intervenções em áreas históricas patrimoniais, como observa Jokilehto, deve ser:

“(...) não congelar a mudança, mas proporcionar uma estrutura para planejamento e manejo que considere os recursos realistas para um crescimento e desenvolvimento econômico sustentável. Valores da Herança Cultural devem ser entendidos neste contexto dinâmico, e, portanto, também o conceito de Autenticidade compreendido em relação à continuidade tradicional, para a renovação e conservação das artes e ofícios para a manutenção e reabilitação do estoque existente de imóveis, com devido interessar-se por áreas históricas ou estruturas que respeitem o modo de vida de tradições autênticas” (Nara, 1994).

Também o *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites* (1993) defende que a análise das formas⁷ de uma área urbana é a fase inicial do processo de planejamento da mesma; pois a investigação da lógica histórica de evolução do legado patrimonial construído é o primeiro passo para uma efetiva conservação da Autenticidade da Herança Cultural.

O primordial é, finalmente, o entendimento dos processos de conformação e evolução (de continuidade e transformação) da realidade observada. Mais que a Autenticidade dos estados da matéria do monumento, é importante a Autenticidade dos processos de origem e evolução do mesmo; pois conservando os processos, têm-se mais chances de se conservar a Autenticidade do bem, frente às demandas da contemporaneidade.

Sendo assim, este estudo preocupou-se justamente com a Autenticidade das formas construídas de uma área de interesse histórico. Especificamente, com a Autenticidade Tipológica da Herança Construída; mais precisamente, as edificações

⁷ “O meio urbano como arquitetura, ou seja, um conjunto de objetos arquitetônicos ligados entre si por relações espaciais” (Lamas, 1993).

não excepcionais, de interesse à conservação, componentes da arquitetura, paisagem e ambiência⁸ de centros históricos.

A análise tipológica constituiu-se na metodologia de investigação desse legado não excepcional, mais precisamente o referencial teórico da “*Escola Muratoriana*” a respeito do *Tipo* construído de determinado tempo e lugar. Tipo, Análise Tipológica, Autenticidade Tipológica e Conservação da Autenticidade da Herança Cultural conformam a linha mestra de concepção e desenvolvimento deste trabalho.

2. A Teoria do Tipo

Na Itália, os estudos tipológicos começaram, na década de 40, através de Saverio Muratori (1910-1973), um arquiteto que estava profundamente incomodado pelos efeitos, principalmente físicos, da arquitetura moderna em cidades e habitats existentes.

Observando que as riquezas da arquitetura não estavam na extraordinária prática modernista, mas dentro da tradição mais contínua de construção de cidades que predominou desde a Antigüidade até a década de 30, iniciou estudos sobre a evolução do *design* urbano durante as décadas que se seguiram, enquanto lecionou na Universidade de Veneza (nos anos 50) e na Universidade de Roma (depois de 1964).

Muratori analisou o processo de construção da cidade em cidades italianas tradicionais, fazendo desta análise a base para uma teoria de *design* urbano. Suas análises baseiam-se em extensas classificações de edifícios e de espaços livres relacionados, desde seu estado original, às diversas transformações através do tempo, na conformação da cidade como um todo. Para Muratori, a forma da cidade só poderia ser entendida historicamente, tendo a tipologia dos prédios como a base da análise urbana.

⁸ “(...) o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” – Recomendações da UNESCO, 1976.

Ele defendia que a forma e a estrutura urbanas são um agregado de várias idéias, escolhas e ações que se materializam em determinados prédios e nos espaços públicos do entorno (jardins, ruas, etc). Estes prédios e espaços, chamados *edilizia* em italiano e traduzidos livremente como a *paisagem construída*, podem ser classificados pelo *tipo*, o que resume a sua essência de existir (Moudon, 1994). Estes diferentes tipos tornam-se uma *tipologia edilizia*, ou uma tipologia dos prédios e espaços livres relacionados, o que define a essência da estrutura da paisagem construída, do edifício e da cidade.

O trabalho de Muratori teve um grande impacto na teoria e na prática do *design* na Itália, e indiretamente, no uso de tipos de edifícios em *design* arquitetônico na América do Norte (Samuels, 1983). Em verdade, Muratori transformou o estudo tipológico das cidades no passo inicial e obrigatório na sua prática arquitetônica; e como filósofo, pesquisador e praticante, ele é reconhecido como o pioneiro da análise tipológica na arquitetura italiana, e o mentor intelectual de arquitetos como Aldo Rossi e Carlo Aymonino.

Durante uma década, estudantes de arquitetura de Veneza, sob a orientação de Muratori, desdobraram-se em estudos sobre 12 bairros na cidade, os quais foram publicados em 1959. A metodologia de investigação consistia em levantamentos através de uma combinação de observação direta e evidências documentais, sobre a evolução destas áreas escolhidas, ou pelas suas diferentes datas de origem, ou pelo fato de terem passado por mudanças funcionais consideráveis.

A preocupação expressa no trabalho da "Escola Muratoriana" traduziu-se em estabelecer uma ligação entre a mutação dos *tipos* de edifícios ao tecido urbano e às maiores mudanças sócio-econômicas, no evoluir histórico.

O trabalho foi usado para apontar um caminho, através de estudos teóricos, para um posicionamento efetivo do papel do arquiteto como o responsável pela organização do espaço humano (por excelência a cidade) em oposição ao individualismo excepcional defendido pelo Movimento Moderno (Samuels, 1983). Uma explícita rejeição à idéia do Movimento Moderno de reinventar a cidade.

Conseqüentemente, Muratori foi rotulado como um retrógrado em favor da manutenção do “*status quo*” da cidade tradicional, com todos os seus inerentes problemas sócio-econômicos pós Revolução Industrial, ao invés de buscar novas formas, através da arquitetura moderna, apropriadas a contemporaneidade de uma sociedade reformista e revolucionária.

A metodologia desenvolvida por Muratori logo se tornou indispensável aos arquitetos italianos que até hoje vêm a análise tipológica urbana como um passo preparatório essencial para o *design* da cidade. E os membros do grupo de estudantes de Veneza tornaram-se a segunda geração da “Escola Muratoriana”, em especial Paolo Maretto e Gianfranco Caniggia.

Maretto publicou um estudo sobre a residência unifamiliar à medida que ia se modificando durante um período identificado como crucial ao desenvolvimento de Veneza. Isto foi importante para oferecer um modelo para estudos posteriores sobre tipologias de habitação civil.

Caniggia (1933-1987) lecionou a cadeira de composição arquitetônica em Florença, e seus trabalhos representam a fonte mais completa e acessível das idéias de Muratori. O principal herdeiro da tradição Muratoriana conjuntamente com Gian Luigi Maffei (membro da terceira geração da “Escola Muratoriana”) desenvolveu, dentre outros, um estudo sobre o centro histórico de Florença, que serve como instrumento para o desvendar cuidadoso e sistemático de processos tipológicos na gestão da cidade, no que tange ao seu planejamento.

A ênfase dada primeiramente por Muratori ao processo tipológico como a ferramenta para entender a construção das cidades, coloca a Itália como o centro principal das discussões, trabalhos e contribuições do universo das tipologias *edilizie*. Estudos como “*Lettura dell’edilizia di Base*” e “*Il Progetto Nell’Edilizia di Base*” de Gianfranco Ganiggia e Gian Luigi Maffei; “*La Casa Fiorentina nella storia della città dalle origini all’ Ottocento*” de Gian Luigi Maffei (com originais de Gianfranco Caniggia); e “*La Casa Veneziana nella storia della città dalle origini all’ Ottocento*” de Paolo Maretto; entre outros, são a prova disso.

O que é o tipo?; Como apreendê-lo?; Qual a metodologia da análise tipológica?; Por que a partir dela pode-se trabalhar o projeto arquitetônico? Por que a partir dela pode-se conservar a Autenticidade do construído? E outras muitas perguntas perpassam o entendimento e o estudo do *tipo*.

Especificamente, na pesquisa em questão, o foco é o estudo da tipologia da habitação civil não excepcional em um centro histórico de uma cidade brasileira; é primordial, então, primeiramente o entendimento da metodologia de análise tipológica desenvolvida na Itália, para que a posteriori, frente às especificidades do universo urbano brasileiro, apropriações e adaptações sejam feitas com o máximo de critério e consistência temática.

Sendo assim, a “*Lettura dell’ Edilizia di Base*” (Caniggia e Maffei, 1995) propõe-se justamente a “*um exame da estruturação antrópica [humana] atuante, no interior do seu modo de ser, intrínseco ao seu processo de formação e de mutação*”. Estudos tipológicos tratam, justamente, do estudo da morada, da habitação, sua evolução desde a origem, observando transformações e permanências ao longo do tempo, no espaço.

Portanto, ampliando e estruturando uma metodologia de “Leitura ou Análise Tipológica”; observa-se que esta se constitui mais que um “*método de estudo que procede do particular ao geral, mediante fracionamento de um todo orgânico nas partes que o compõem*”; pois, definido o objeto de interesse e a escala de análise ou leitura, a investigação estrutura-se segundo os instrumentos apropriados, em que o tempo e o lugar são variáveis presentes e influentes do processo.

De fato, em se tratando de Centros Históricos, a função residencial é característica marcante; entender o modo como se realizam os diversos tipos de construções habitacionais, em seus aspectos internos e externos, parte do entendimento prévio da estruturação tipológica do assentamento.

Do ponto de vista da morfologia urbana, a tipologia tem um papel próprio na constituição da forma, pois representa uma constante repetida e definida por caracteres de homogeneidade física e espacial, correlacionados à instância tempo transcorrido.

Falar em características tipológicas, de determinada ordenação arquitetônica, refere-se a condicionantes estéticos e estruturais, técnicas construtivas, parâmetros dimensionais e materiais utilizados, segundo o tempo e o lugar em questão.

Além disso, o “**tipo**” não é uma invenção lógica, e sim, um **produto da “consciência espontânea, das atitudes de um sujeito ativo para adequar-se, no seu agir, à essência civil herdada, sem a necessidade de mediação ou escolha”** (Caniggia e Maffei, 1995) num tempo e num momento, mas que possui uma lógica de apreensão e evolução. Ou seja, a construção do conceito de “tipo” vem a partir do significado atribuído ao termo “consciência”.

Os estudos sobre a paisagem construída urbana (*edilizia*), em grande parte, mergulham sobre os fatos antrópicos envolvidos na atividade de produção da construção do ambiente citadino. Fatos que possuem como características principais, intrínsecas e inter-relacionadas à historicidade, à sociabilidade, à totalidade e à ambientalidade.

Historicidade que diz respeito ao ambiente construído enquanto produto de releitura da própria evolução humana; *sociabilidade* em relação à realidade construída enquanto fato histórico resultado de trabalho individual, condicionada pelo espaço e pelo universo social de vizinhança em questão; *totalidade* como característica própria dos fatos humanos, compreendida pela apreensão da paisagem construída (*edilizia*) do passado como resposta das exigências práticas e da moral de determinada época; e *ambientalidade* entendida como o exercício da atividade construtiva, fundamentada numa predisposição imitativa, interpretativa e inovativa do preexistente, na qual a individualidade formal fixava-se à história comum da natureza e sociedade (Maretto, 1986).

Mais do que características, a historicidade, sociabilidade, totalidade e ambientalidade são implicações de uma instrumentação metodológica de investigação do ambiente humano construído, a cidade por excelência. Elas devem garantir que a *consciência crítica* não se prenda aos fatos singulares para que possibilite e legitime uma leitura historiográfica realmente interpretativa, altamente subjetiva.

Para o entendimento do que seja a *consciência crítica*, tão importante aos processos de especificação teórica em geral, metodológica efetiva, e crítica circunstancial da historiografia interpretativa, é necessário entender as várias escalas de observação e, antes de tudo, a dialética histórica existente entre sujeito e objeto, entre homem e mundo.

Então, o primeiro olhar em relação ao homem, deve ser aquele onde sua figura não seja associada a um protagonista da realidade, e sim a um artífice, ímpar, da vida e da história. A partir disso, este homem define-se em fases do seu evoluir humano (e social), da infância à maturidade, segundo sua interação em relação ao ambiente ao seu redor (Maretto, 1986).

Esquemáticamente, temos quatro fases a destacar. A primeira é a da ***consciência natural*** ou ***empírica***, baseada na experimentação sensorial. Esta fase traduz-se em reações operativas *com*, *no* e *para* o meio. Os sentidos são o meio de interação, e os produtos dessa relação são as transformações produzidas na realidade.

A segunda é a da ***consciência espontânea*** ou ***histórica***, promovida pela instância produtiva do homem, baseia-se na opinião operativa da hereditariedade em vigência, traduzindo-se em novas proposições análogas-imitativas que servem para a perpetuação, ou continuação, de tradições comportamentais e realizações materiais passadas.

Em verdade, mais que expansão e valorização histórica e social das prerrogativas da *consciência empírica*, a *consciência espontânea* promove a unidade e continuidade da diversidade cultural civil operativa do passado. Diversidade acumulada e protagonizada na homogeneidade e caracterização dos modos de viver relacionados em atos como o *pensar* (mentalidade e cultura de base); o *fazer* (experiências e atitude operativa); o *comportar-se* (costumes e tradições); e o *expressar-se* (linguagem ambiental de expressão).

Outra fase é a da ***consciência reflexiva*** ou ***crítica***, promovida pela instância conceitual do homem, que se baseia na valorização comparativa de síntese e de generalização dos dois universos anteriormente referidos. Traduz-se na capacidade

consciente do homem de articular atividades como o conhecimento cultural crítico e científico; o técnico e disciplinar; o civil institucional e jurídico; o artístico estilístico; para apreender, intervir e interagir no meio.

Por fim, tem-se a **consciência teórica** ou **autoconsciência**, promovida pela instância racional universalizante do homem, baseada segundo caracterizações mentais que se traduzem em modos de pensar (da matemática à filosofia)⁹. A *consciência teórica* ou *autoconsciência* estrutura-se segundo categorias sucessivamente unificadoras da lógica, da economia, da ética e da estética.

Muratori defendia que “... *uma análoga completude espiritual é implícita a todos os quatros momentos: lógico, momento de afirmação emergente ou divulgação; econômico, momento de afirmação estrutural ou efetiva; ético, momento de afirmação moral ou orgânica; artístico, momento de afirmação individual ou conclusiva. Cada um nos quatro aspectos implícitos na afirmação, isto é, como universalidade, essencialidade, totalidade, individualidade*” (Maretto, 1986).

Com isso, podemos dizer que cada homem tem uma atividade predominante no agir no urbano, e que cada idade da sua vida caracteriza-se por atividades peculiares de estado de consciência diversos, ou seja, só o indivíduo é, ou deveria ser sujeito, independente de como viva ou o que faça. E a realidade se conforma segundo diversos estados de consciência coletiva.

Sendo assim, as fases que mais interessam para a investigação da relação homem x meio ambiente, segundo a história do construído, é a da *consciência espontânea* ou *histórica* e a da *consciência reflexiva* ou *crítica*, pois as fases da *consciência natural*, ou *empírica*, e da *consciência teórica*, ou *autoconsciência*, são largamente igualáveis na objetividade do existente ou estranhas na subjetividade do sujeito, respectivamente. Fases importantíssimas à apreensão do universo da análise tipológica.

De fato, as fases da *consciência espontânea* ou *histórica* e da *consciência reflexiva* ou *crítica* destacam-se por uma maior organicidade da relação operativa de

⁹ Não se constitui interesse do trabalho investigar os meandros da estruturação mental dos modos de pensar; o objetivo de tais colocações restringe-se ao entendimento das fases de apropriação do meio pelo homem, através dos níveis de consciência relativos a fases de desenvolvimento.

investigação das atitudes do homem e da estruturação do mundo natural e histórico, isto é, maior apreensão dos aspectos conectores, diversos, de inter-relação, participativa ou valorativa, entre sujeito e objeto. Mas esse entendimento não exclui as fase-extremos identificadas anteriormente.

Observando o concatenar das idéias expostas, temos então que a história da paisagem construída do homem foi possível, antes de tudo, por uma conquista da *consciência teórica* ou *autoconsciência*, partindo da identificação primeira (*consciência natural* ou *empírica*) do abrigo, no âmbito da natureza, pelos homens primitivos. Posteriormente, com progressiva ascensão histórica da idéia de casa (*consciência espontânea* ou *histórica*) no fazer urbano, trabalhou-se, então, o conceito de arquitetura (*consciência reflexiva* ou *crítica*), segundo uma observação cultural crítica.

Entretanto, os homens primitivos não identificaram somente abrigos singulares, pelo contrário, a maioria deparou-se (*consciência natural* ou *empírica*) com abrigos tipos, repetitivos e aglomerados, onde a sociedade, ali instalada, evoluiu. Sociedade operativa materializada em tipologias repetitivas, agregáveis e instaladas em forma de tecido de implantação edificado.

Essas formas de morar, com o passar dos tempos, sofrem avaliações (*consciência reflexiva*) críticas da cultura a qual pertencem, com objetivo de um evoluir de respostas mais condizentes à pluralidade da demanda habitacional. Constitui-se uma busca constante de (re)organização da paisagem construída.

A aquisição do morar, ou melhor, da escala arquitetônica do apropriar-se do meio, vem de uma interpretação global (*consciência teórica* ou *autoconsciência*) contínua e sistematicamente transmitida pela escala social de vizinhança. Trata-se, eminentemente, do momento econômico da atividade humana do construir. Momento econômico entendido como o da *consciência reflexiva* ou *crítica* de embate entre matéria e técnica na produção do espaço.

Portanto, a atuação urbana humana, pelo confluir de interesses diversos, às vezes desconexos, constitui-se num verdadeiro “nó” histórico-civil de um assentamento

urbano. “Nó” visto como, eminentemente, o momento ético (*consciência reflexiva* ou *crítica*) de explicação do construído da cidade.

Então, para compreender o território como a máxima escala sócio-construída, observa-se, primeiramente, a individualização no mundo natural (*consciência natural* ou *empírica*) de uma área considerada vital pelos povos primitivos; posterior caracterização técnica e lingüística (*consciência espontânea* ou *histórica*) das regiões históricas; e então, reconhecimento (*consciência reflexiva* ou *crítica*) das sociedades evoluídas segundo critérios cívicos e culturais.

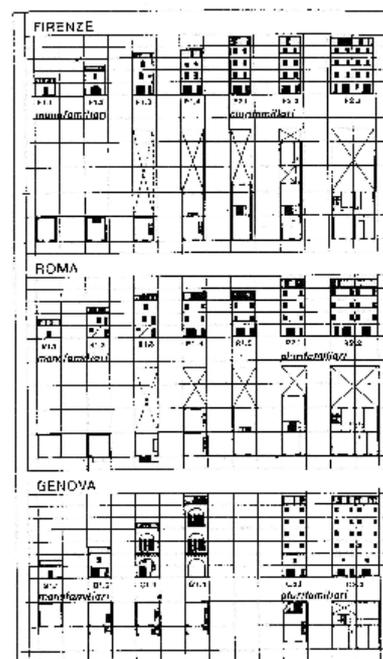
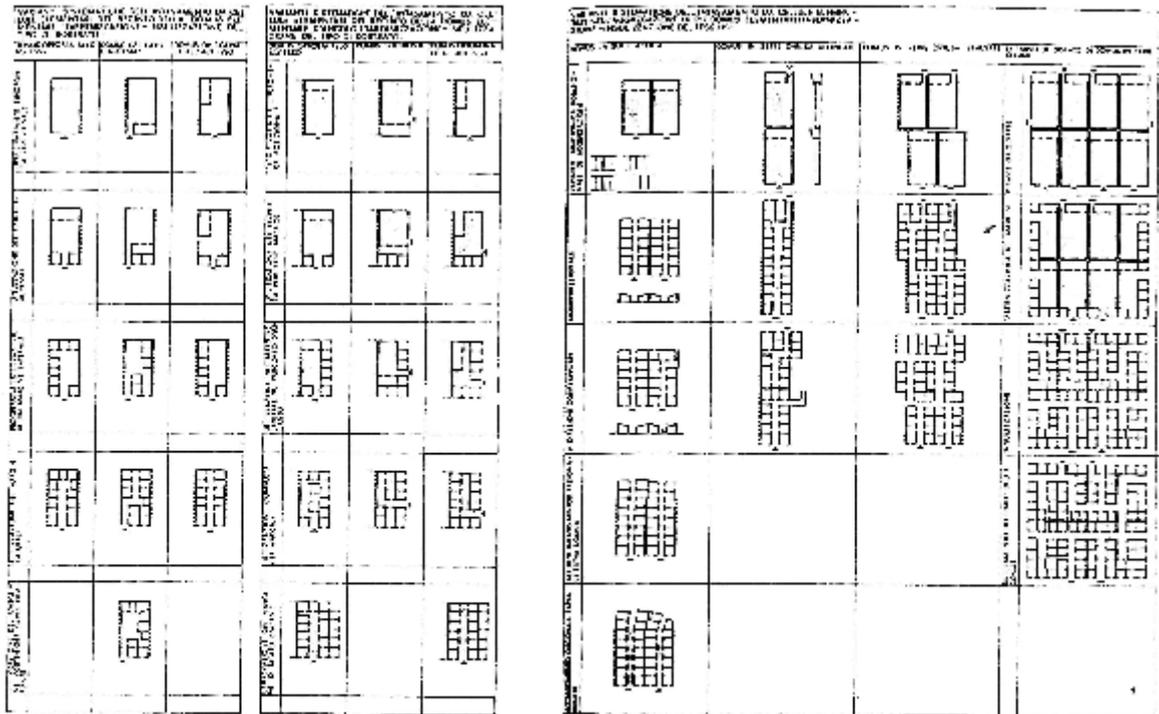
Enfim, é no urbano que manifestações históricas e construídas da coletividade humana se distinguem e se materializam. As realidades urbanísticas, construtivas arquitetônicas, do repetitivo nível de consciência coletiva em área vital, região histórica ou território nacional são fatos antrópicos de um momento estético, resolutivo e comunicativo do processo de interação do construído de uma civilização.

E quais são as fases de aquisição desses diversos conteúdos construídos urbanos? Mareto, no estudo da casa Veneziana (1986), estrutura as fases de aquisição ou categorias de tipificação dos componentes da paisagem em *concepção, constituição, aplicação e uniformização*.

Ora, antes de qualquer coisa, as fases de aquisição, ou categorias de tipificação, dos componentes da paisagem, advêm do despertar das noções da *consciência espontânea* ou *histórica* da *casa*, da *rua*, da *cidade* e da *região*, que se traduzem para via teórica nos conceitos críticos de *arquitetura*, *paisagem construída (edilizia)*, *área urbana* e *território*, respectivamente.

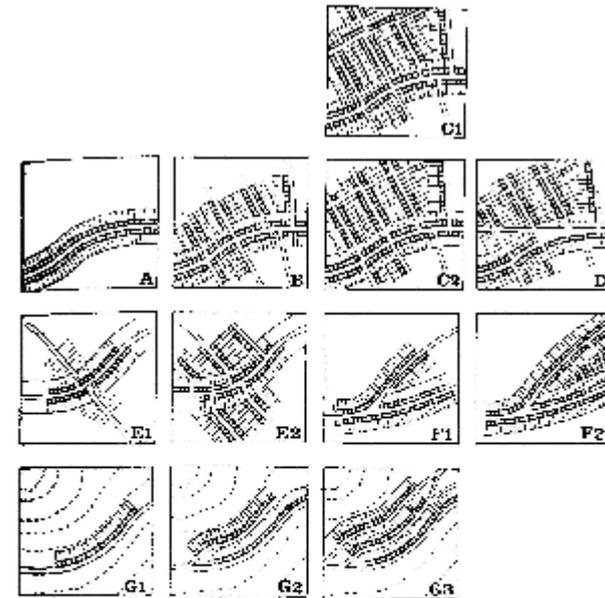
A operatividade do apreender de informações específicas sobre cada um dos distintos momentos-aspectos de concepção-consistência; de constituição-estruturação; de motivação-aplicação; e de uniformização-resolução (Mareto, 1986), é uma adesão às semelhanças nas quais são materializados os respectivos processos tipológicos individuais de formação da *arquitetura* (Ver Figura 02 e 03), da *paisagem construída (edilizia)* (Ver Figura 04 e 05), da *área urbana* (Ver Figura 06 e 07) e do *território* (Ver Figura 08 e 09).

As semelhanças, enquanto êxitos de intrincada apreensão, são suscetíveis de leituras adaptáveis, ou seja, algumas pesquisas podem não investigar as motivações gerais da semelhança em questão, ou suas implicações específicas, outras podem ressaltar apenas o que foi observado. Porém, uma pesquisa progressiva de todas as fundamentais componentes específicas, da síntese individual até os elementos de *conformação*, *motivação*, *constituição* e *concepção*, implica uma conquista da consciência crítica do objeto.



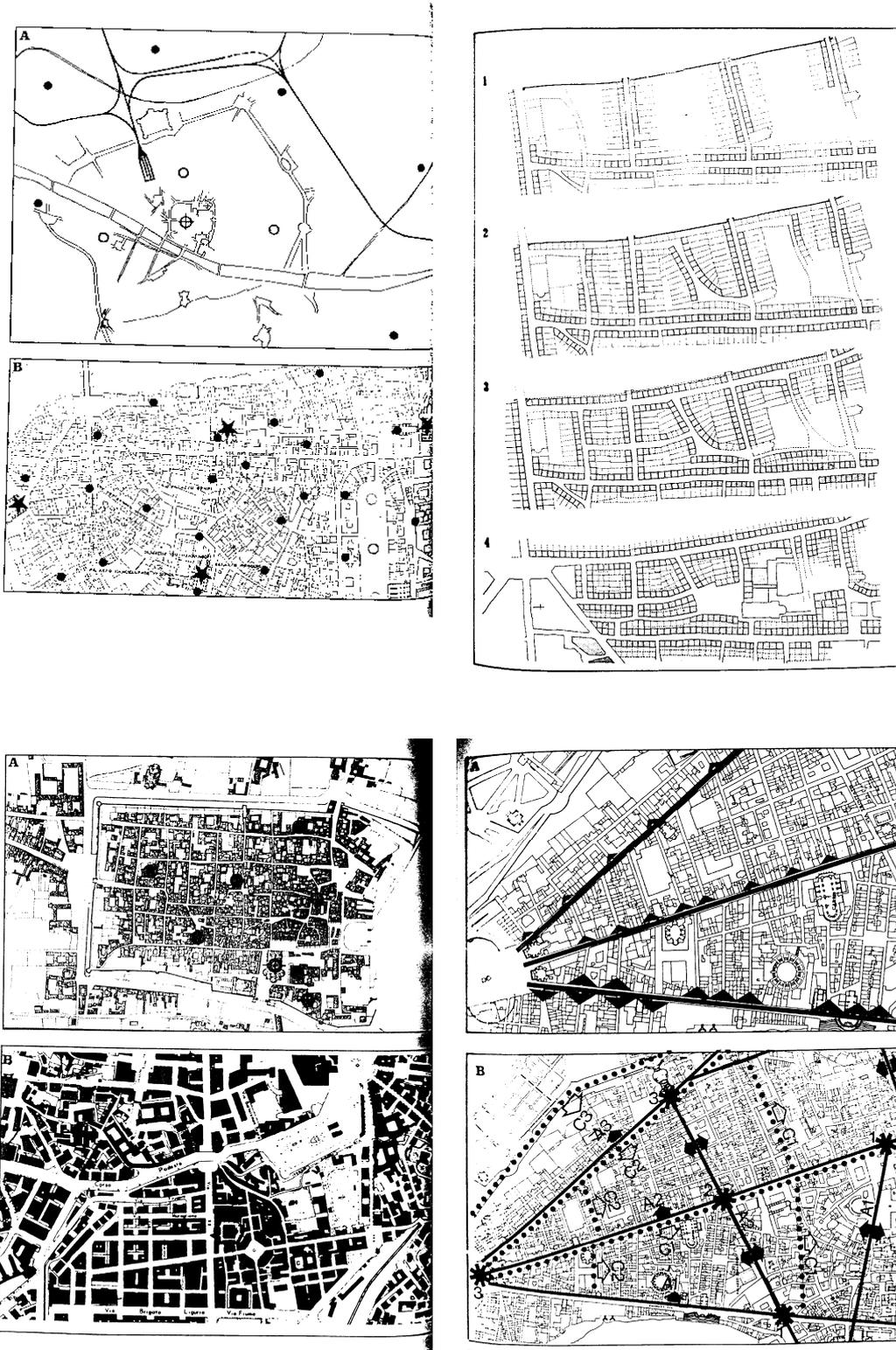
Figuras 02 e 03: Escala Arquitetônica – o Tipo construído.

Fonte: Caniggia e Maffei, 1995.



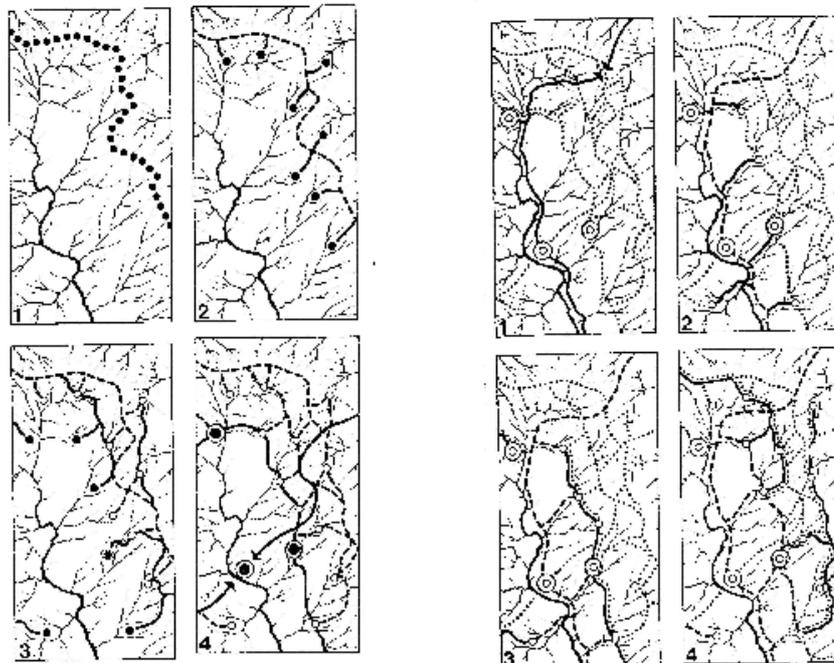
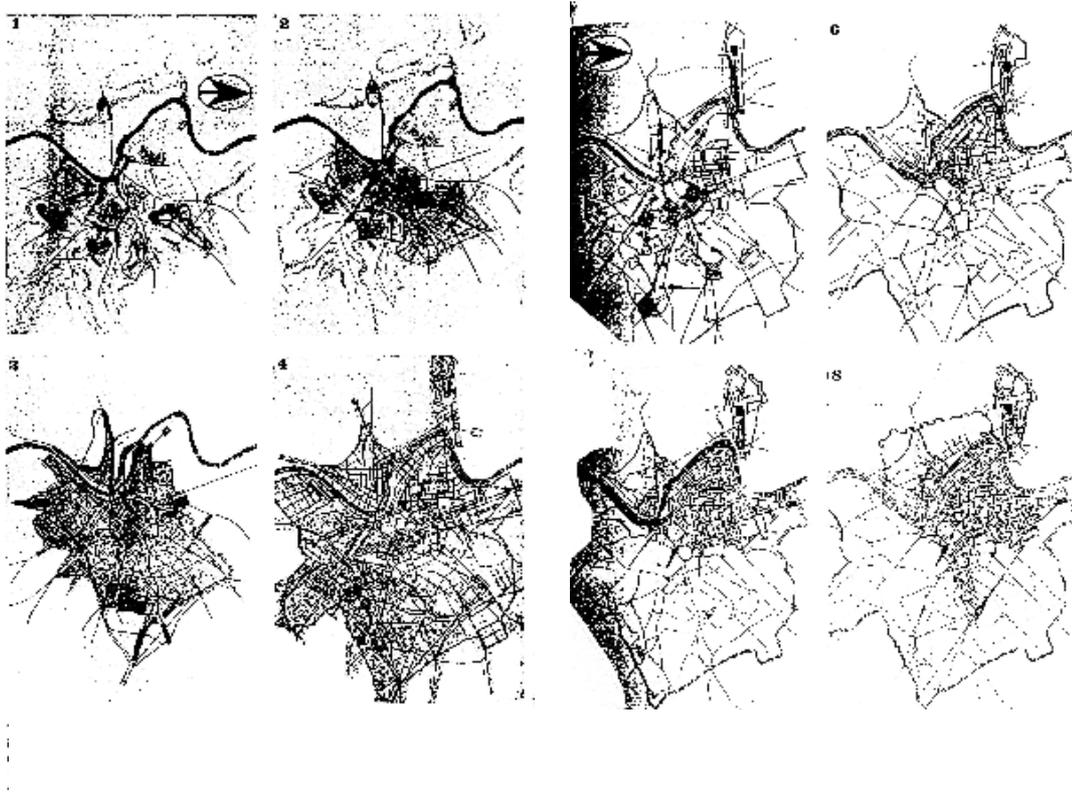
Figuras 04 e 05: Escala da Paisagem Construída – o tipo edilício.

Fonte: Caniggia e Maffei, 1995.



Figuras 06 e 07: Escala do Organismo Urbano – o tecido urbano.

Fonte: Caniggia e Maffei, 1995.



Figuras 08 e 09: Escala do Território – a região urbanizada.

Fonte: Caniggia e Maffei, 1995.

Tal pesquisa tem como caminho a percorrer os pontos nodais de passagem de uma escala para outra. A investigação, em lógica e estética, parte do tipo (de escala superior) aos indivíduos (de escala inferior), ou seja, da tipologia instalada territorial aos relativos indivíduos urbanos componentes; do núcleo urbano típico aos relativos indivíduos construídos do tal núcleo; do tipo construído aos relativos indivíduos arquitetônicos que o exemplificam.

Contudo, para obter conhecimento adequado do objeto, a elevação crítica da realidade construída não poderá firmar apenas o registro analítico da contemporaneidade, mas também obter consistência historiográfica do observado. Deve-se compreender os processos de formação dos aspectos que estão sendo estudados, e nesse sentido é primordial inverter-se o esquema teórico de investigação de partir do tipo (de escala superior) aos indivíduos (de escala inferior).

Em verdade, a conceituação dos processos formativos deve mover-se a partir da escala arquitetônica (e não da escala territorial), quando o homem se encontra na concepção da habitação e da casa em semelhança, antes de uma plena consciência da sua capacidade de transformar o mundo natural em mundo citadino (o território).

Além disso, as análises não se estruturam como procedimentos de aprendizagem escolar, dos organismos singulares individuais aos conjuntos de organismos mais complexos; mas obterá aqueles através da exigência destes, ou seja, primeiramente ver quais componentes fazem parte de determinada instância (quer seja de concepção tipológico-tecnológica, constituição estrutural, organização espacial), posteriormente observar sua composição física e formal explícita e, então, ler seus conteúdos ou significados mais gerais como especificação das circunstâncias históricas e também, tão importante quanto, das condições ambientais (culturais, éticas, lingüísticas) traduzidas em termos tipológicos (Caniggia, 1995).

De fato, investiga-se a tipologia dos componentes e também das resultantes dos processos, pois, enquanto resultantes, não podem deixar de ser elas mesmas, em qualquer que seja a medida de tipificação, já que na civilização operativa do passado, era através de uma sintética tipologia formal que se transformava operante, também, as tipologias espaciais, estruturais e tecnológicas.

Por isso, o *tipo* (ou os tipos) — de casa, de edificações, de urbanização e também de intervenção territorial — não existiu como um dos modos possíveis do objeto, mas concretiza sinteticamente a idéia do objeto, que existia na consciência (e na imaginação) daquela tipologia específica (Caniggia, 1995).

Explicando melhor, a *consciência espontânea* não possuía uma idéia genérica, por exemplo, de casa, mas sim, uma idéia tipológica de casa; e a *consciência crítica* tendia a se referir a sua concepção da arquitetura doméstica sob um específico conceito tipológico de habitação.

Um fato construtivo — analisado segundo suas componentes concretas, físicas, mas sob a luz dos respectivos aspectos tipológicos, que representam a civilização ambiental e o momento histórico, com escolhas operativas espontâneas-intuitivas — torna-se mais individualizado historicamente no âmbito de circunstâncias específicas. Porém, em ordem àquela síntese de civilização lingüístico-construtiva, a tipologia se define através de uma consciência coletiva conceptiva, com uma semelhante linguagem comum aos objetos e seus componentes.

Por conseguinte, as quatro escalas dos fatos construtivos (arquitetura, paisagem construída (*edilizia*), urbanística e território), apresentam-se intrinsecamente distintas, na diferença entre os êxitos concretos e implicações respectivas e estruturalmente correlatas, no paralelismo da consciência formativa das progressivas fases produtivas.

Traduzem-se na construção espacial própria das diversas escalas edificadas, unificadas em ponto confluyente, da constante troca conceitual-formativa de indivíduos e tipos (escala menor e maior, respectivamente), e globalmente definidas, entre os extremos da relação homem e natureza.

Todavia, antes de adentrar no desvendar dos meandros de tais fases, é necessário completar a organização das idéias, muitas, no entendimento da tipologia arquitetônica, pois como escala menor de observação, o seu apreender guiará os subseqüentes olhares sobre as diversas escalas de investigação.

Pois bem, os materiais arquitetônicos nascem na natureza e terminam na arquitetura através de quatro fases progressivas da aquisição do homem, sempre tipificadas antes de serem individualizadas. São elas: fase da concepção dos materiais naturais, da constituição dos materiais construtivos, da aplicação dos elementos estruturais e da conformação dos componentes arquitetônicos.

A primeira fase é a da apreensão dos materiais naturais, sob o ponto de vista tecnológico de potencialidade construtiva (fase da concepção); a segunda trabalha os materiais construtivos, segundo características tipológicas peculiares (fase da constituição).

Já a terceira fase, constitui-se na utilização lingüística dos elementos estruturais (fase da aplicação); e, por fim, a fase em que ocorre a elaboração estilística dos componentes arquitetônicos segundo precedentes aquisições lingüísticas, tipológicas e tecnológicas (sociais e ambientais), visando a uma finalização formal-individual (fase da conformação).

No entanto, ao tomarmos as estruturas arquitetônicas, enquanto economia do uso dos materiais para a construção, isto é, do selecionar dos materiais ao definir dos espaços e formas, cada fase de aquisição humana estrutura-se segundo a tipologia tecnológica (concepção), a tipologia construtiva (constituição), a tipologia espacial (aplicação) e a tipologia compositiva (conformativa).

Portanto, primeiramente temos que o reconhecimento tipológico das estruturas arquitetônicas considera-as, antes de tudo, enquanto sistemas de reunião dos materiais; sem deixar de lado, porém, as características físicas tipológicas dos elementos construtivos e determinantes.

Nesse sentido, o reconhecimento das tipologias estruturais arquitetônicas pode ser feito através da escolha de dois tipos de materiais, considerados fundamentais, segundo atributos de síntese e comunicabilidade da conformação final da estrutura. Posteriormente, deve-se fazer a distinção das estruturas homogêneas, constituídas do mesmo tipo de material ou de materiais compostos.

Promove-se, então, a individualização de duas tipologias de assentamento dos elementos tecnológicos em sistema estrutural, na estrutura mais empírica, ou seja, observa-se estruturas descontínuas (individuais) de elementos justapostos ou sobrepostos, e estruturas contínuas (conjunto) de elementos conexos ou estratificados. Finalmente, cruzam-se as informações relacionando os elementos a ambos os tipos de materiais escolhidos.

De tal análise comparativa emergem tipos fundamentais de estruturação arquitetônica concreta (Maretto, 1986), definidos a partir do entendimento sobre a implantação espacial, a qual reassume em si os valores da arquitetura enquanto promove e finaliza as concepções tecnológicas e as capacidades técnico-estruturais em espaços adaptados às exigências do homem.

A implantação espacial é entendida, assim, segundo aquisição planimétrica do solo (concepção); o tipo de elevação construída (constituição) da implantação planimétrica; o tipo de definição volumétrica da elevação (aplicação); e o tipo de conotação plástica do volume interna e externa (conformação) do construído. Tais fases de aproximação à integridade do organismo arquitetônico permanecem a partir de articulações tipológicas da espacialidade arquitetônica.

É importante lembrar que a forma arquitetônica não se conforma apenas como semelhança do objeto, mas também como forma-organismo, sendo origem e repetição ao mesmo tempo. Nasce eminentemente como intuitiva, sendo uma resolução unitária dos diversos aspectos de caráter tecnológico, estrutural, espacial e conformativo.

É assim que a prioridade da instituição formal torna-se individualmente possível e socialmente válida, pois **a forma arquitetônica é a presença operante na consciência coletiva do ambiente e do tempo de uma idéia ou conceito tipológico (arquitetônico), que, por ser tipologia de forma-organismo, já é síntese de relativa tipificação dos componentes tecnológicos, estruturais, espaciais ou compositivos.**

A específica síntese arquitetônica, o edifício, não é a versão concreta-individual de uma síntese tipológica, é o modelo tipológico na sua síntese estética, com

individualidade ambiental e histórica (Maretto, 1986). Analiticamente, a forma típica, e então a forma individualizada, é referida a importantes especificações conformativas das progressivas componentes tipológicas.

Sendo assim, precisamente teríamos a forma arquitetônica em respeito ao tipo de concepção tecnológica, evidenciada pela tipologia conformativa das superfícies de invólucro interno e externo; ao tipo de consistência espacial, evidenciada pela tipologia conformativa do volume arquitetônico, e das aberturas, que são a transição entre interno e externo; e ao tipo lingüístico e estilístico de acabamento de cada uma das componentes, com valor de confirmação e acentuação da tipologia conformativa.

A semelhança dos tipos arquitetônicos revela, também, a existência de um mínimo arquitetônico construtivo denominado de *célula*, a qual é irreduzível, pois se trata da mais elementar organização unitária dos fatores (tecnológicos, estruturais, espaciais e formais) “necessários e suficientes” a constituírem arquitetura e a produzir paisagem construída.

É presença importantíssima, além de fator e garantia de medida humana aos organismos arquitetônicos mais vastos e mais complexos. Esta célula-tipo de medida incrivelmente constante se relativiza nas diversas épocas e nos diversos lugares, e é, antes de qualquer coisa, entendimento sensorial, pois através da capacidade mental, psicológica do indivíduo é apreendida em semelhança externa e especialidade interna.

A célula também é susceptível de subdivisões com permanência integrada da sua substância construtiva, quando não ocorre alteração da sua representação figural, ou da sua imagem. Ela foi e é os efeitos das habitações no nível monocelular (Maretto, 1986), um verdadeiro e próprio tipo particular na medida em que são, relativamente, os edifícios mais complexos espécimes construídos da civilização evoluída passada e atual.

Historicamente os tipos arquitetônicos mais complexos não podem ser formados sobre a base do tipo monocelular, enquanto primeiro modelo arquitetônico da vida familiar mais elementar, espacialmente diferenciado. Articulados segundo as

diversas funções domésticas, desenvolvidos por repetição, os tipos arquitetônicos são enfim incrementados organicamente com a hierarquização de espaços diversos.

Portanto, a célula, definida como matriz da paisagem construída, permanece em todos os edifícios construtivos da cidade (Maretto, 1986): o módulo base de um tipo de grelha planimétrica, de um traçado regulador ideal de todos os tipos construídos.

Tipos que foram os verdadeiros protagonistas históricos da ordem construtiva das cidades, porque guiaram a conformação homogênea dos edifícios singulares, a sua estruturação unitária, a sua unívoca conquista de posse, a sua individualização coletiva.

E o tipo arquitetônico doméstico? Qual é o conceito da casa síntese, de operante tipologia tecnológica, estrutural, espacial e conformativa?

O tipo arquitetônico doméstico assume a consistência e efetividade de tipo da paisagem construída (*edilizia*), no definir dos elementos formativos dos sistemas e dos organismos de maior escala sócio-construtiva (Maretto, 1986).

Tem como atitudes expansivas a reprodução de edifícios típicos análogo, seguido de agregação em tecido construtivo típico homogêneo, posterior instalação de tipos unitários em implantação construída e, finalmente, construção em organismos edificados típicos individuais.

É evidente como a correspondência histórica urbana, entre tipo arquitetônico doméstico e ordem familiar, traduz-se naquela do tipo edificante, tendo a família como módulo social típico, da qual as habitações (casa-lote) são exatamente análogas.

As modalidades relacionais interfamiliares, os costumes associativos de semelhança, e finalmente a vida coletiva de vizinhança, desenvolvem-se com a idéia da casa como o modelo de conhecimento da habitação, entendendo o tipo da paisagem construída (*edilizio*) na sua potencialidade de tecido.

Destaca-se assim, a importância da apreensão da evolução histórica de uma paisagem construída (*edilizia*) instalada, que pode ser determinada a partir do transformar de um ou mais aspectos típicos da vida doméstica como sociais, morais, econômicos, etc.

Tipo arquitetônico e tipo da paisagem construída (*tipo edilizio*), nas respectivas implicações e explicações, resultam em legados históricos de relacionamentos de troca, freqüentemente identificadores, e às vezes também conflitantes. Diferem-se apenas por classificação de escalas de observação, pois o mesmo tipo pode ser tido como modelo resumo de implicações da escala arquitetônica e de modelo propulsivo de validade da escala do construído.

Nesta dialética relação entre componentes e compostos, estrutura-se uma série de termos em relação a uma série de escalas de abordagem da realidade. Nos estudos de Caniggia e Maffei as escalas de abordagem dividem-se em “*elementos, estrutura de elementos, sistema de estruturas, organismos de sistemas*” (1995); cada escala define-se e é observada, segundo a escala do objeto investigado. O olhar condiciona e é condicionado pelo objeto olhado.

Entendendo as quatro escalas expostas, temos: os *elementos* como os componentes de dimensões menores, mas que em relação à dimensão do organismo total, são considerados acabados em si; as *estruturas* como associações de elementos que não possuem uma autonomia evidente no conjunto em si; os *sistemas* são os sub-organismos já legíveis segundo uma certa autonomia, ou especificação, do *organismo* mais geral, de abrangência maior e totalizante.

Caniggia e Maffei (1995), também nos dizem que uma forma de atentarmos para a variação de escalas frente ao objeto investigado é observarmos como se estruturam as escalas ao investigarmos o *edifício* e a *cidade*.

No caso do *edifício* seus *elementos* serão os tijolos, suas *estruturas* as paredes (feitas desses tijolos, que individualmente não possuem autonomia no todo), seus *sistemas* serão os cômodos (feitos das paredes, já com uma certa autonomia em relação ao todo), e o *organismo* é o edifício na sua totalidade construtiva.

Na *cidade*, a menor escala, ou seja, os *elementos*, são os edifícios; as *estruturas* são os quarteirões, formados por esses edifícios; os *sistemas* são os bairros definidos pelos quarteirões, e o *organismo* formado pelos sistemas é a cidade como um todo.

Sendo assim, as implicações da síntese tipológica arquitetônica e dos elementos tipológicos da paisagem construída não são legadas de uma progressiva e irreversível sucessão do particular ao geral; pelo contrário, a evolução histórica da consciência e dos fatos construídos atravessa infinitas mutações setoriais.

Torna-se evidente, assim, o valor nodal do binômio tipo arquitetônico/ tipo da paisagem construída, através do qual passavam a se correlacionar também mutações de dimensão e de qualidades distantes. Um tecnológico-arquitetônico de um lado com um edificar-ambiental de outro.

A dialética entre a “autonomia” arquitetônica e a “heterogeneidade” da paisagem construída é freqüentemente reveladora da condição sócio-econômica do operar de caracteres técnico-estilísticos do momento histórico e da lingüística do ambiente (Maretto, 1986).

A distinção entre explicação arquitetônica e explicação da paisagem construída (*edilizia*) do tipo não é, então, supérflua. Pode servir para avaliar com mais perspicácia os movimentos coletivos daqueles que se têm operado, avaliando de novo a metodologia crítica, baseada sobre a concepção tipológica. Esquematiza-se uma direção para verificar a operatividade também no âmbito dos interesses mais explicitamente arquitetônicos, individuais.

De fato, um reconhecimento da condicionante de realização daquele intento da escala da paisagem construtiva, repetitiva, associativa, instaladora e construtiva, que na sua intrínseca sociabilidade tem a mais intensa qualificação humana, a construção do mundo citadino.

E como ocorre a repetição tipológica? O que está implícito na repetição da paisagem construída (*edilizia*) do tipo construído? De que maneira tipologia e linguagem se condicionam na repetição?

A repetição tipológica não é uma manifestação da consciência construída do homem. Vista em escala de sistemática agregação de lotes, é também e simplesmente a repetitividade de singularidade arquitetônica, mais precisamente, repetição (*edilizia* ou arquitetônica) de um tipo arquitetônico ou de um tipo da paisagem construída (*tipo edilizio*).

A repetição arquitetônica de um tipo arquitetônico é a realização conforme um modelo de casa substancialmente autônomo a respeito da determinação do lote, e do tecido, e do acesso do percurso quando falarmos de casa isolada. Já a repetição arquitetônica de um tipo *edilizio* é a aplicação em simplificada situação de relativa autonomia instaladora de um tipo maduro, também em condições de construção *edilizia*.

A repetição *edilizia* de um tipo arquitetônico é o adaptar na condição de tecido de um tipo doméstico autônomo. E a repetição *edilizia* de um tipo *edilizio* é a mais direta e difusa via de promoção, formativa e transformativa, da atividade de construção da paisagem. Repetição como contínua e complexa troca entre a escala arquitetônica e a escala urbana.

A repetição *edilizia*, fenômeno integralmente construído na consciência (*tipo edilizio*) e na prática, é historicamente verificada em modos diversos segundo sua maturidade no mesmo lugar (*sintopia*) ou em lugares distintos (*diatopia*); no mesmo momento histórico (*sincronia*) ou em momentos históricos sucessivos (*diacronia*). É na dialética entre as várias circunstâncias ambientais e históricas, de imitação, influência e informação que as várias modalidades de tipologia instalada se traduzem em efeitos lingüísticos apropriados.

E um dos resultados dessa relação entre tipologia e linguagem, ou seja, entre costumes construtivos e predisposição de comunicação, é a complementaridade para a tipologia-linguagem e o condicionamento para a linguagem-tipologia, tendo então, a compensação de efeitos de “permanência lingüística” na “evolução tipológica” ou “permanência tipológica” na “evolução lingüística” (Maretto, 1986).

Entendendo melhor, as explicações tipológicas são mais conexas aos tempos, isto é, históricas, em que a sincronia seria igual à interpretação tipológica e a diacronia igual à evolução tipológica. Já os modos lingüísticos que são mais legados ao lugar, isto é, ambientais; tendo a *sintopia* igual à permanência lingüística e a *diatopia* igual às modificações lingüísticas. Apresentam à dinâmica do conteúdo tipológico uma resistência conservadora e também ativa ou condicionante.

Enfim, não só o tipo arquitetônico, mas também o tipo *edilizio*, com a mediação do lote (que o diferencia do primeiro), conformam-se e se apresentam como tecido da paisagem construída (tecido *edilizio*). É o tecido *edilizio* que representa a fase econômica dos processos de instalação do construído, que se estruturam em atuações sistemáticas de valor agregador ao tipo *edilizio* — constituição dos elementos-edifícios no sistema-tecido (Maretto, 1986).

Diversamente na repetição de um tipo arquitetônico (ou também na repetição arquitetônica de um tipo *edilizio*), assim como na repetição de um tipo *edilizio* (ou também arquitetônico em tecido *edilizio*) as exigências básicas de acesso, aeração, iluminação, etc., são resultados da adoção do edifício isolado e do lote como um todo.

Isto conforma ambos como componentes do lote, os quais estabilizam as regras de conexão com o percurso de adoção (a fachada e o acesso do lote), e os lotes limítrofes (limites de lotização), fazendo do lote o verdadeiro “elemento” do sistema-tecido. O entendimento, então, da tipologia arquitetônica e construtiva instaladas, inicia-se pela apreensão da conformação do lote de implantação.

O movimento de escala da paisagem construída (*edilizia*) só não é contínuo quando a aglomeração empírica, ou sucessão de recintos domésticos, vem substituindo a sistemática agregação de lotes *edilizios* contíguos ao longo de um percurso comum. Nesse caso, as áreas marginais, de um ou de ambos os lados do percurso, têm suas fachadas construídas, de pertinência, transformadas e estruturadas exatamente sobre o trecho de loteamento.

Por fim, a consciência *edilizia* tem unido em fato, a máxima organicidade conceituativa-operativa no identificar-se plenamente com uma consciência

arquitetônica a sua volta compreensiva, quando, então, obtém-se a completa coincidência entre lote e casa. O entendimento dos tipos de tecido e das tipologias evolutivas vem dessa afirmação.

Sendo assim, a implantação *edilizia* se coloca como o momento social da ação construtiva, exatamente pelo valor nodal entre instância instalada, recursos tipológico-técnicos e objetivo propositivo ambiental, de uma pluralidade de homens e de fatos, a respeito da organização dos espaços convenientes da vida familiar e de vizinhança.

O espaço *edilizio*, então, a respeito de percurso de lotes, possibilita a produção de instalação, repetição e recíproca comunicação da tipologia das fachadas de acessos aos lotes, da série de limites laterais a eles, da linha limite de cobertura posterior de todos, etc, implantação *edilizia* definida na consistência e na projeção edificada do organismo *edilizio*.

Maretto (1986) coloca que, das mediações entre as situações ambientais e o percurso gerador, com diferenciações de implantação instalada e de condições aplicativas da tipologia *edilizia*, fundamenta-se nos seguintes tipos de implantação *edilizia*: o unilateral aberto, o bilateral indefinido, o simétrico indefinido e o simétrico concluído.

No primeiro, ocorre tecido *edilizio* ao longo de apenas um lado do percurso; no segundo, constitui-se a forma desenvolvida do precedente, tendo tecido *edilizio* (diverso ou similar) em ambos os lados do percurso; no terceiro, ambos os lados do percurso têm tecidos similares e simétricos; e por fim o quarto, implantação como o precedente, mas que se especifica por um centro *edilizio* concluído à extremidade de condições urbanas de preexistência *edilizia* ou de explícito programa edificador.

A consciência lotizadora de um organismo da paisagem construída (*edilizio*) tem, em fase formativa, sua determinação na tipologia adotada da paisagem construída; e vice-versa.

A evolução histórica desta é fortemente condicionada pela implantação primeira, mas os tipos de implantação também sofrem transformações em tempos de

desenvolvimento civil. De qualquer modo, a primeira instalação e transformação serão da implantação dos tecidos e da tipologia restantes, fixados na concreta conformação da edificação, num dado momento de individualidade.

Do edifício da escala arquitetônica à paisagem construída de conjuntos urbanos da escala *edilizia* e aos tecidos construídos da escala instalada urbana, o universo de investigação da relação sujeito x objeto (homem x mundo) conclui o raciocínio com a apreensão do organismo construído urbano individualizado (organismo *edilizio*).

Então, o organismo *edilizio* individualizado, ou o núcleo *edilizio*, é definido pelo complexo construído real, atuante enquanto visão específica (individual, das circunstâncias ambientais e humanas de implantação e de transformação) de tipologias de organização *edilizia* operantes em base civil e histórica geral — o núcleo *edilizio* típico ou, mais geral, o tipo edificador.

Isto ocorre, porque em arquitetura há pluralidade de sujeitos e de tempos na produção da escala construída. Uma tipologia também conformativa de organismo e de constituintes (implantação, tecido e tipo construído), nos seus vários aspectos, pode ser referida a suas componentes planimétricas (modulação da implantação do loteamento), volumétricas (fachadas estratificadas e rítmicas dos tecidos *edilizios*), e figurativas (o tecido construído como linguagem semelhante).

E assim, cada organismo construído individualizado, ou núcleo edificado, é a versão individual exata de uma matriz tipológica de componentes e de organismos chamada tipo *edilizio* (Maretto, 1986). Há um respeito de costumes de convivência interfamiliar e de vizinhança, respectivamente, próprio para a sua sistemática construtiva (repetição, agregação, lotização) em base ao elemento “tipo *edilizio*”.

“O tipo edilizio é aquele projeto não desenhado nem escrito, mas pensado como sistema de noção integrada que se tem em mente construir” (Caniggia e Maffei, 1995)

O tipo *edilizio* ou construído predisposto à expansão repetitiva e agregadora, com a transformação dos elementos de sistemas e de organismos à sua volta de mais alta escala, transforma-se em unidade urbana. Unidade urbana entendida como mais

organismos construídos análogos, enquanto repetição instalada de um tipo de implantação urbana, que podem formar um tecido urbano.

Da tipologia do edifício ao organismo urbano, a dinâmica segue os meandros da consciência social e da evolução histórica.

Portanto, tem-se **a análise ou leitura tipológica como individualização histórica, espacial e temporal, do processo tipológico, da matriz elementar à derivação complexa; do tipo base ao tipo evoluído; quer seja um construído especialista ou não**. A dialética constante entre uma análise direta e uma síntese conclusiva é um resultado sintético derivado de um procedimento analítico (Caniggia e Maffei, 1995).

Nas cidades de Bolonha, Brescia, Roma, Florença, Gênova, entre outras cidades italianas, a análise ou leitura tipológica é o instrumento básico de todo um processo de conservação de seus centros históricos. Leitura que combina a análise da evolução histórica do espaço em questão, assim como da sua realidade atual, produzindo um reconhecimento dos tipos construídos da arquitetura habitacional segundo entendimento do processo tipológico apreendido, subsidiando o planejamento de intervenções físicas e territoriais.

E é em relação ao planejamento de intervenções no meio ambiente construído, que a análise tipológica tem sua relevância maior à conservação da Autenticidade de tipologias não excepcionais de áreas de interesse à preservação, pois diferentemente das teorias de restauração de monumentos de valor excepcional, a análise tipológica possibilita a conservação da Autenticidade sem tolher mudanças na substância do Bem.

Em Bolonha, Brescia, Roma, Florença, Gênova, entre outras, a análise tipológica foi o instrumento-base para um plano de conservação e reabilitação urbana das áreas históricas ou centros históricos respectivos, ou seja, a apreensão do “tipo” vista como instrumento de análise e de proposição às intervenções urbanas.

Vale lembrar que diferentemente da pesquisa aqui exposta, a análise estende-se das edificações não excepcionais do construído às de valor excepcional, assim como aos espaços abertos que compõem a paisagem citadina.

Observando as experiências já realizadas na Itália, referentes à Análise Tipológica, tem-se como parâmetro de procedimento uma leitura estrutural da forma urbana em sua totalidade, analisando-a como uma relação dialética entre a permanência das instalações dos organismos originais e suas transformações tipológicas sucessivas, vistas em conjunto a sua evolução histórica.

Conhecer as coincidências entre o construído e o processo de formação da realidade em questão, conjuntamente ao entendimento entre o construído e a história da evolução da realidade em questão, é desvendar o processo tipológico do espaço em estudo. Espaço que se materializou segundo uma sucessão de fases; fases que se diferenciam tipologicamente conforme escalas de observação com maior ou menor complexidade.

A apreensão da lei de evolução e da constante de permanência de cada estágio de evolução do tipo ocorre, paralelamente, à consciência da existência de uma sistemática de modulação complexa. Modulação quer seja de uma escala maior ou menor, de um organismo componente ou composto, com um sistema de relativa especificação dimensional e funcional (Caniggia e Maffei, 1995).

Como visto, a análise concebe-se segundo um procedimento metodológico de investigação através de comparações, que objetivam descobrir as identidades e analogias estruturais do construído observado (tipologias civis comuns ou excepcionais).

Partindo de uma primeira fase de pesquisa que procura decompor as formas invariáveis, distinguindo-as de seus conteúdos variáveis, posteriormente permite a especificação das estruturas segundo funções diretamente relacionadas. Em seguida, realiza-se levantamento histórico sobre as transformações da paisagem construída na cidade, para desenvolver a leitura tipológica do construído existente.

A Análise Tipológica tem como elementos de leitura o edifício, a rua, o quarteirão e assim por diante até a região, entre outros, além das correlações entre esses elementos segundo as escalas de análise.

Com a investigação da dinâmica de evolução e desenvolvimento histórico da cidade, a partir do entendimento de suas relações endógenas ou exógenas, interdependentes ou não, identifica-se os tipos de construção e de urbanização dos diversos tempos ali materializados na tipologia urbana.

Esta identificação possibilita o entendimento da relação existente entre tipo construído e seu uso ou função; entendimento essencial para o planejamento de intervenções urbanas, principalmente em se tratando de áreas de interesse à conservação da herança cultural. Pode-se, com mais sagacidade e autoridade, decidir sobre permanências e transformações do legado histórico, primando, assim, pela conservação do seu valor maior que é o de Autenticidade Cultural.

É importante frisar que tanto a malha urbana, quanto as edificações possuem peculiaridades na conformação da forma e das estruturas urbanas, bastante rígidas frente às funções variáveis que assumem, frente às contínuas transformações na utilização de tais tipologias.

A descoberta ou o desvendar de permanências e transformações na forma urbana, principalmente das áreas de interesse à preservação, é que efetivamente possibilita uma conservação efetiva desses sítios, pois a análise expõe as relações existentes entre as estruturas físicas, o meio social ao qual pertencem e os diversos tempos que presenciaram até o momento da observação.

Ora, a tipologia constitui-se na forma do espaço arquitetônico e urbano, onde os usos e funções variam no tempo. As análises tipológicas, em suma, investigam as relações internas e externas ao patrimônio construído, correlacionando-as ao seu entorno urbano e arquitetônico, em conjunto com o entendimento da sua lógica histórica de evolução.

Em verdade, quando falamos em “tipo”, tendemos a visualizar a realidade segundo esquemas cognoscitivos e construtivos, tal a sua complexidade funcional e

estrutural. Pois, o “tipo” “*deve conservar certos caracteres de generalidade e estruturar-se de alguma maneira como esquema de classificação e protótipo; (...) como modelo abstrato, exemplar, de que se podem extrair sugestões válidas acerca da natureza do organismo específico*” (Gregotti, 1975).

Sendo assim, falar em características tipológicas de determinada ordenação arquitetônica, refere-se à permanência de “modelos constantes” relacionados a condicionantes estéticos e estruturais, técnicas construtivas, parâmetros dimensionais e materiais utilizados, segundo o tempo e o local em questão.

Percebe-se, a partir dessas colocações feitas, que a tipologia não é um estado das estruturas em inércia de repouso; ela se transforma, é dinâmica no tempo e no espaço. A análise tipológica, então, possibilita a leitura desse processo de transformação, quer seja de continuidade, quer seja de mudança, e a possibilidade de conservação da autenticidade tipológica da habitação civil não excepcional dos conjuntos edificados de centros históricos, mesmo diante das transformações inerentes à dinâmica urbana.

3. Autenticidade Tipológica do Patrimônio Construído

Segundo o *Managent Guidelines for Wolrd Cultural Heritage Sites* (1993), como visto anteriormente, a análise das formas de uma área urbana é a fase inicial do processo de planejamento da mesma. Assim, a busca da lógica histórica de evolução do legado patrimonial construído é o primeiro passo da conservação da Autenticidade da Herança Cultural.

Isto se deve à preocupação primeira de que se o espaço é fruto da sociedade, e vice-versa, uma ação que destrua as formas adquiridas pelo espaço e as que se fazem presentes nele, não está acabando com tudo aquilo de importante que ele representa e pelo qual deveria ser conservado?

Será que reabilitar o patrimônio histórico é dotar de infra-estrutura e equipamentos urbanos, restaurar fachadas de conjuntos significativos, facilitar o retorno de

atividades rentáveis, promover eventos culturais na área em questão, não importando, agora, se o patrimônio é apenas cenário sofisticado para turistas?

Promover intervenções sem dar a devida importância à conservação da informação histórica (o material tipológico e morfológico e, também, tão importante quanto, o material humano que o habita), que deveria ser deixada às futuras gerações não é uma ação de salvaguarda do patrimônio histórico construído.

Sendo assim, falar em C. I., com vistas a um D.S., que objetive a conservação da Autenticidade Cultural de determinado tempo e local, deve inicialmente visualizar as intervenções em áreas históricas patrimoniais como intervenções que conservem a Autenticidade Tipológica do legado histórico construído.

É importante observar na afirmação acima destacada que a preocupação primeira com a conservação da Autenticidade Tipológica, em detrimento, por exemplo, à autenticidade dos materiais, deve-se à preocupação da conservação dos processos e não dos estados das estruturas. De fato, é a conservação da lógica dos processos que vai possibilitar a conservação da Autenticidade, pois a sociedade é dinâmica, e os valores mutantes.

Então, falar em Autenticidade Tipológica perpassa pela verificação de que o legado, material ou construído, seja a autêntica representação da tradição cultural, ou legítimo exemplo de construção tipo ou uso marcante, de determinado contexto sócio-cultural. Os estudos têm nos usos e funções, nas tradições e técnicas, na localização e cenário do legado, as fontes de informações a serem pesquisadas (ICCROM POSITION PAPER, 1998), e na análise tipológica, a metodologia de investigação.

É importante ressaltar que o objeto de análise é o *presente*, e toda análise histórica é, apenas, o indispensável suporte à compreensão de sua produção e evolução. Deve-se levar em conta que não se trata de efetuar e objetivar uma investigação arqueológica. Trata-se apenas de um meio, uma metodologia de investigação através de elementos como planta baixa, usos, estilos arquitetônicos e história, entre outros.

O entendimento e conhecimento global e em profundidade são necessários, mas a questão não é *“uma volta ao passado como dado autônomo na pesquisa, mas como maneira de entender e definir o presente em vias de se fazer (o presente já completado pertence ao domínio do passado), permitindo surpreender o processo e, por seu intermédio, a apreensão das tendências que podem permitir vislumbrar o futuro possível e as suas linhas de força”* (Santos, 1997).

A evolução do espaço é tanto um efeito quanto uma condição da evolução de uma sociedade. Com a criação ou não de formas novas e a reabilitação ou destruição das antigas, as convenções sociais sofrem adaptações, pois *“são as formas que atribuem ao conteúdo novo provável, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo real”* (Santos, 1997), daí a unidade dos processos de continuidade e de descontinuidade de determinado tempo e lugar.

O processo tipológico é, portanto, um suceder-se de mutação e distinção temporal com relativa influência espacial mútua (Caniggia e Maffei, 1995). Ou uma evolução global de tipos no tempo numa mesma área cultural (*“mutação sintópica/diacrônica”*), ou em grandes áreas culturais num mesmo tempo em questão (*“mutação diatópica/sincrônica”*), ou no tempo em grandes áreas culturais (*“mutação diatópica/diacrônica”*), ou numa mesma área cultural num mesmo tempo em questão (*“mutação sintópica/sincrônica”*).

Além disso, *“transformação e movimento convertem-se nos novos e mais complexos parâmetros da tipologia ao nível da projeção. Os organismos arquitetônicos constituem-se como expansões de um fluxo contínuo, coágulos de uma densa rede de funções sobrepostas, capaz de dispor-se sempre em novas configurações, numa forma de mutação que tende a tornar contínuo o tecido urbano e a estrutura do organismo, a natureza do território; e a criar uma nova unidade formal entre tipo e organismo com a condição de que se renuncie à tradicional concepção de organismo e tipo”* (Gregotti, 1975).

Esta unidade de continuidade e de descontinuidade do processo histórico na formação de uma sociedade é materializada e enfatizada na estruturação espacial. A apreensão desse todo integrado, através de uma análise tipológica, possibilita um melhor planejamento de intervenções de conservação urbana, que objetivem um

manejo sustentável do ambiente sócio-cultural a ser legado ao futuro. A Autenticidade Tipológica define-se segundo tais relações.

O olhar da análise tipológica observa cada combinação de formas espaciais, e de técnicas correspondentes, como constituintes do atributo produtivo de um espaço, sua essência e sua limitação. Como visto, tem nas correlações espaciais e temporais um vasto sistema de inter-relações, a partir da dialética que existe entre observador e realidade observada.

Então, definindo o objeto de interesse e a escala de análise ou leitura, constrói-se a investigação segundo os instrumentos apropriados. Lembrando que o tempo e o lugar são variáveis presentes e influentes do processo. No caso do estudo em questão, a escala de investigação é a do edifício (partindo da sua apropriação do lote), não excepcional, especificamente a habitação civil comum, de uso residencial ou comercial, das áreas de interesse histórico, já que ao falarmos de tipo estamos nos referindo a uma infinidade de edifícios como igrejas, hospitais, palácios, etc.

O “tipo” não é uma invenção lógica, e sim, um produto da “consciência espontânea” (*“atitudes de um sujeito ativo para adequar-se, no seu agir, à essência civil herdada, sem a necessidade de mediação ou escolha”* [por parte de profissionais *experts*]). (Caniggia e Maffei, 1995), do fazer e desfazer cidadão num tempo e num momento, mas que possui uma lógica de apreensão e evolução.

A busca do “tipo” em questão observará o seu processo de evolução e desenvolvimento, identificará sua forma elementar e apreenderá suas transformações subseqüentes. Possibilitará com isso, o estabelecimento de recomendações para intervenções projectuais mais conscientes dos movimentos de continuidade e mudança das estruturas urbanas.

Com a investigação da dinâmica de evolução e desenvolvimento histórico da cidade, a partir do entendimento de suas relações endógenas ou exógenas, interdependentes ou não, identifica-se os tipos de construção e de urbanização dos diversos tempos ali materializados na tipologia do patrimônio construído urbano.

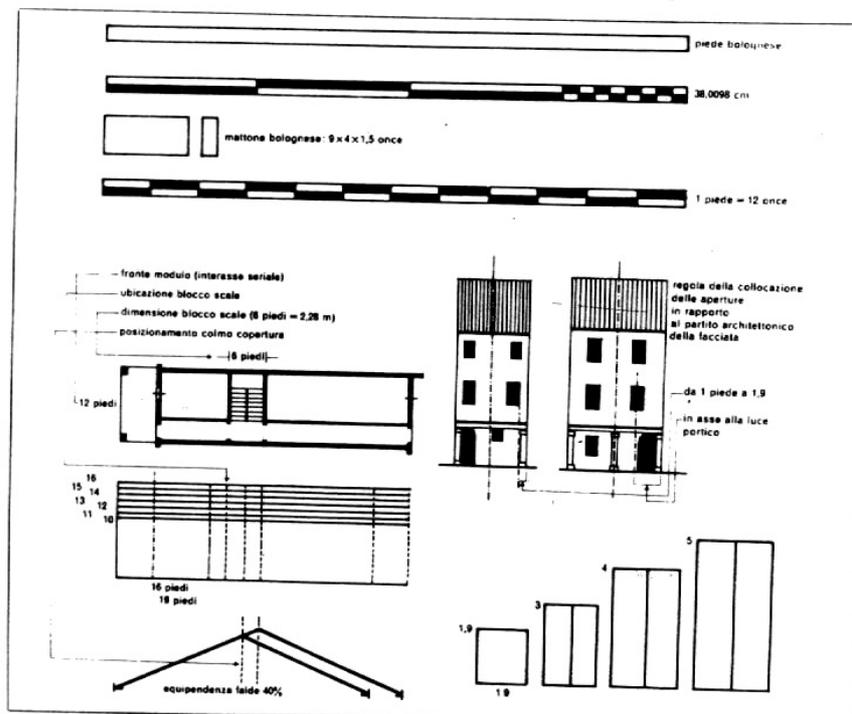
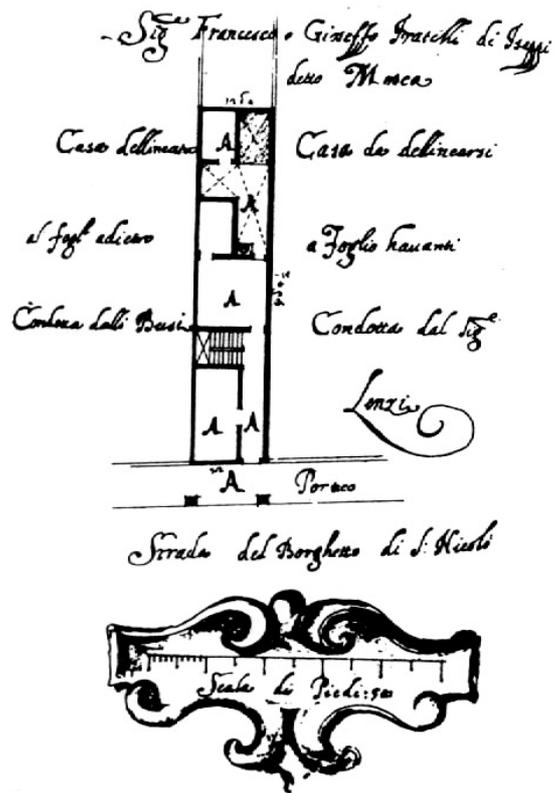


Figura 10: A análise tipológica feita em Bolonha no final da década de 70 para o plano de preservação do centro histórico

Fonte: Benevolo, 1984.

A análise tipológica, ou leitura tipológica, é, sem sombra de dúvidas, uma ferramenta importante para a conservação da Autenticidade Tipológica do legado patrimonial, pois, a partir de fontes de informação materiais e históricas, e de usos e funções, permite-nos conhecer, apreender e intervir de maneira consciente nas estruturas históricas patrimoniais. É a possibilidade de trabalhar os imóveis não excepcionais de interesse à conservação frente aos interesses da contemporaneidade.

Chances maiores são possibilitadas, para uma gestão da conservação da Autenticidade de áreas históricas patrimoniais, com a análise das tipologias de uma determinada sociedade e da sua interação com o território ao qual faz parte. Isso, sem dúvidas, possibilita um entendimento fundamental para a apreensão e avaliação dos valores determinadores das estratégias de conservação.

Este primeiro passo a ser dado, ao nos propormos uma gestão da conservação, é que nos levou à investigação da realidade singular do Centro Histórico de Belém do Pará — C.H.B.. Investigação que parte do primeiro nível de “leitura” proposto e estruturado por Caniggia e Maffei (1995) — o edifício, sem esquecer que este passo é apenas o início de um caminhar longo e abrangente, por uma estrada multifacetada que é a Conservação Integrada Urbana e Territorial.

Na verdade, a questão que se faz relevante neste momento é, então, até onde transformar o patrimônio construído existente, conservando continuidades ali materializadas no processo de evolução tipológica? Como conservar o processo para que se garanta a sua Autenticidade? Quais permanências garantem a Autenticidade Tipológica da Herança Cultural?

Segundo Lombardi (Falini, 1986:175), a unidade construtiva é definida “*na sua ação dinâmica, como estrutura habitada que permanece fiel aos modelos constantes no tempo e, conjuntamente, se atualiza e se modifica sob o impulso das transformações sociais, técnicas e formais*”.

Sendo assim, “*a análise morfológica e leitura tipológica oferecem os instrumentos de leitura das transformações da unidade construtiva sob os parâmetros de valorização crítica relativos à possibilidade de conservação ou transformação dos tipos construtivos*”.

Assim, se lançarmos mão de uma leitura comparada da estrutura própria, do sítio em estudo, com a análise tipológica do seu processo de evolução, segundo Lombardi (Falini, 1986:178), teremos delimitada a *unidade mínima construtiva* para intervenções.

A *unidade mínima construtiva* nada mais é do que a menor porção necessária para conservação da lógica de evolução tipológica a ser salvaguardada em ações na matéria patrimonial. É a porção necessária para a conservação da Autenticidade do construído em questão. Qualquer intervenção deve, então, ser em prol da conservação e valorização do objeto arquitetônico nas suas componentes fundamentais, da sua essência mínima.

Sendo assim, a análise das formas de uma área de interesse histórico é a fase inicial de todo o processo de planejamento urbano, pois irá estruturar as propostas e decisões com base numa avaliação da evolução do estado e significação das estruturas, assim como de usos e possibilidades de transformações futuras.

A reabilitação de áreas de interesse histórico, objetiva uma diversidade de usos contemporâneos para uma efetiva reintegração das estruturas patrimoniais, porém com responsabilidade de conservar a leitura tipológica nos seus padrões de evolução, conservar o valor maior dessas áreas, sua Autenticidade.

Deve-se reabilitar sem desfigurar ou descaracterizar; sem comprometer a autenticidade do legado. Respeitar o tipo base, ou especialista, na sua leitura de evolução é fundamental. O processo de evolução é que conforma a Autenticidade tipológica do patrimônio construído.

É verdade, segundo Jokilehto e Feilden (1993), que intervir em E.U.C. inevitavelmente acarretará algumas perdas ao legado, as quais podem ser perfeitamente justificadas e aceitas caso não comprometam o conhecimento e o entendimento sobre a essência deste legado às gerações que virão. O importante é conservar os processos de continuidades ou mudanças, existentes em cada realidade observada.

A defesa da permanência e/ou transformação de determinados valores do legado patrimonial, segundo regras de evolução tipológicas, é primordial. A leitura tipológica possibilita conhecer os tipos-base e seus processos de evolução, para definição de parâmetros e critérios de intervenções de conservação do legado, observando a ordem estrutural, distributiva e de composição do objeto construtivo analisado.

Por fim, as colocações feitas sobre Autenticidade e análise tipológica do construído não excepcional da habitação civil são a base do trabalho ora desenvolvido. Além de possibilitarem o desvendar da Autenticidade do caso em estudo, vão ao encontro do objetivo de traçar recomendações para o planejamento de intervenções no universo dos imóveis pesquisados, contribuindo para reflexões teóricas e práticas, gerais ou específicas, de temática tão complexa e instigante.

CAPÍTULO II: ESTUDOS NO BRASIL

O Capítulo II, deste trabalho, consiste no universo teórico de reflexão sobre a Tipologia habitacional não excepcional no Brasil. Trata-se da abordagem sobre **os estudos brasileiros em relação à habitação civil urbana não excepcional e às questões tipológicas referentes**. Observa o evoluir da morada no Brasil, segundo relatos bibliográficos, e especifica críticas quanto às análises realizadas por tais estudos, e quanto a proposições para intervenções de planejamento em tais tipologias.

1. Estudos no Brasil sobre habitação civil urbana não excepcional e a Questão Tipológica

No Brasil, os estudos sobre tipologia habitacional, não excepcional, são referentes a obras de autores como Sylvio de Vasconcelos, Carlos Lemos, Nestor Goulart Reis Filho, Olavo Pereira da Silva Filho, entre muitos outros¹. Estudos que se desdobram sobre o universo da ocupação do solo e do morar brasileiro, da colônia aos dias atuais, principalmente sobre nossas cidades mais antigas.

A interseção entre as várias investigações no âmbito das questões tipológicas, no Brasil, geralmente tem como eixos ou o desvendar do processo de apropriação do solo, no que tange ao desenvolvimento dos assentamentos urbanos, como nos trabalhos de Murillo Marx, por exemplo, ou os estudos sobre a forma de morar em períodos distintos, segundo os aspectos históricos e sociais, como nos trabalhos de Luís Saia, por exemplo.

Estudos que não seguem a lógica dos estudos tipológicos sobre habitação não excepcional, desenvolvidos na Itália, mas que nos são de grande valia, pois desvendam e sistematizam a evolução do morar brasileiro, observando aspectos históricos e sociais do transformar a paisagem natural e urbana desse imenso Brasil.

¹ Ver a Bibliografia deste trabalho.

Sem ser o objeto de investigação do estudo em questão, observou-se após pesquisa bibliográfica a respeito, que divergências em relação aos trabalhos sobre tipologia na Itália existem, mas semelhanças também; e são as semelhanças que possibilitaram mesclar aqueles a esses, no intuito de obter uma metodologia de análise tipológica de acordo com o universo peculiar que é a habitação no Centro Histórico de Belém – C.H.B..

A evolução da habitação civil não excepcional no Brasil

“A história da arquitetura civil doméstica no Brasil começa com o estabelecimento do Governo Geral e a fundação da cidade de Salvador em 1549”. (Smith, 1969)

Segundo Marx (1991), o parcelamento do solo em lotes urbanos tem origem a partir da própria colonização do território, mas efetivamente os *lotes* só irão fazer parte da paisagem brasileira em meados do século passado. A divisão da porção de terra, do lado oriental do Tratado de Tordesilhas, em *capitanias hereditárias*, pelos portugueses, inicia o processo, sendo posteriormente suplantado pelas chamadas *sesmarias*, *datas*, *glebas* até finalmente o *lote* propriamente dito².

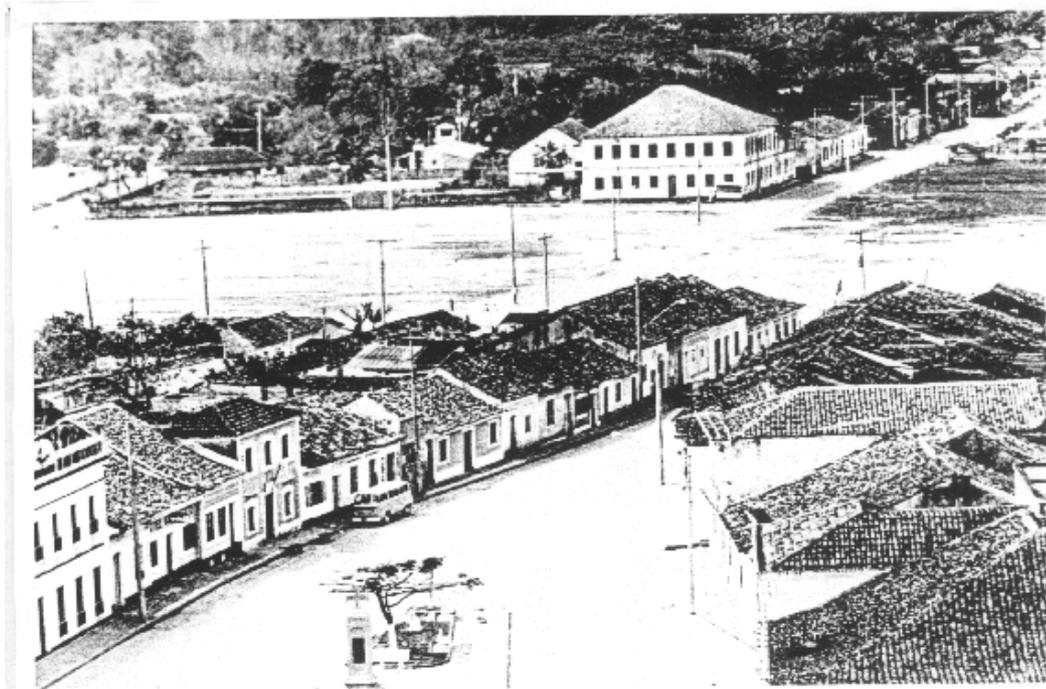


Figura 11: Ilustração de área urbana do período colonial; com casas térreas geminadas.

Fonte: Lemos, Carlos A. C. *A Casa Paulista*, 1999.

² Maiores detalhes e definições sobre o assunto Ver Marx, 1991.

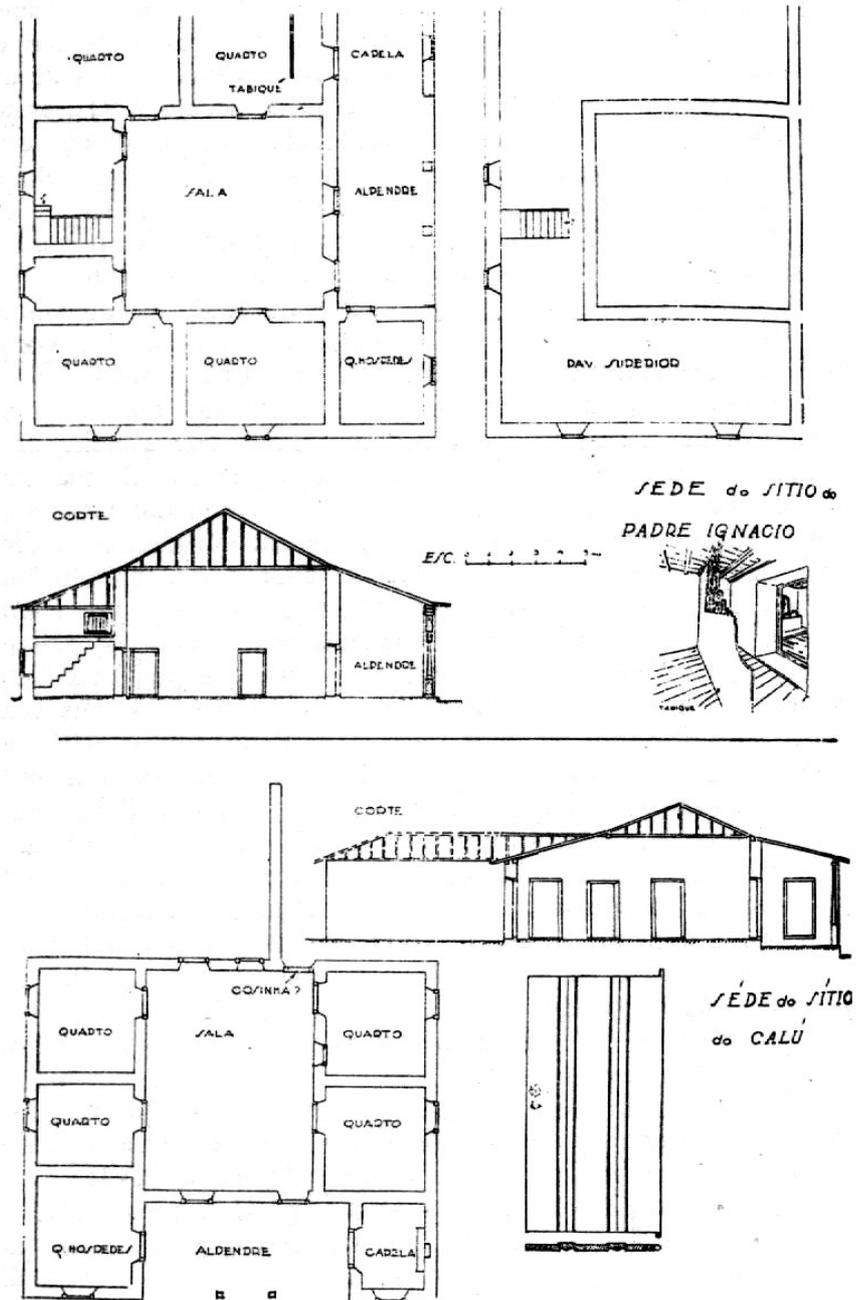
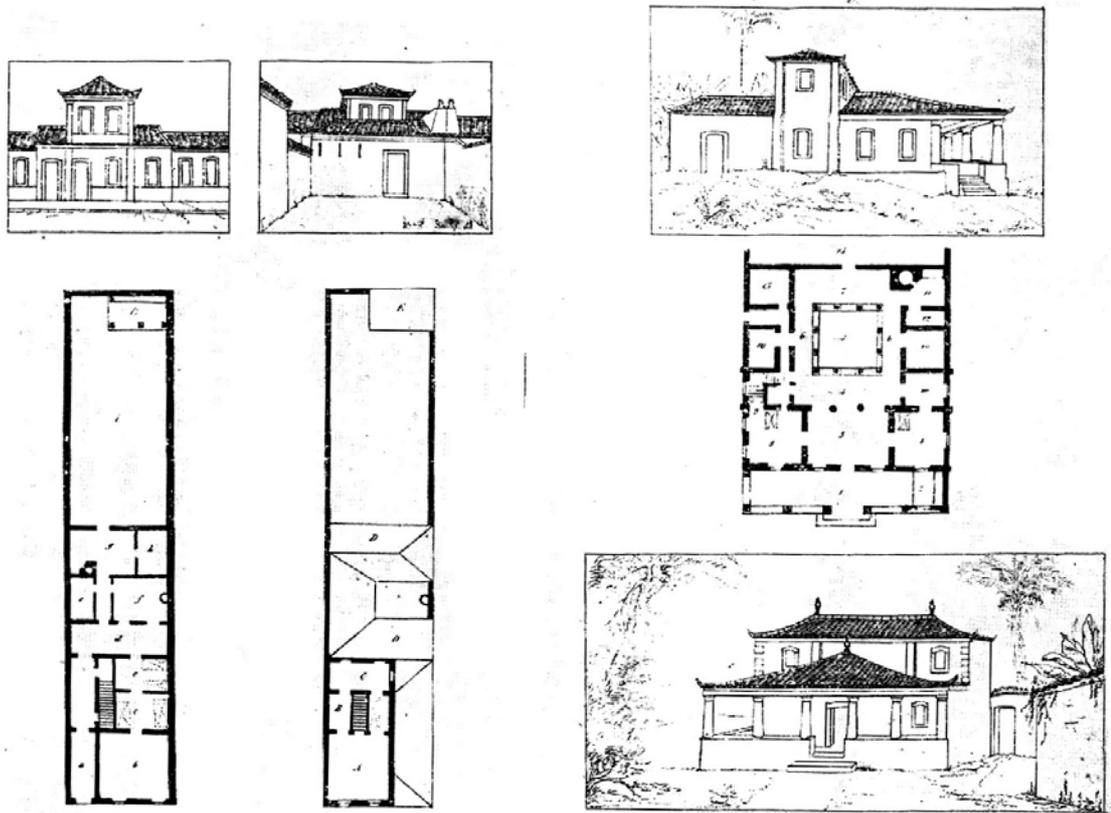


Fig. 27

Figura 12: Exemplo de casa rural com a definição das áreas sociais e íntimas do morar. Muitos autores consideram conformação da morada rural como base do morar urbano.

Fonte: Saia, 1944.



PLANTAS E ELEVAÇÕES DE DUAS PEQUENAS CASAS

Figura 13: Dois partidos de planta residencial característicos do Brasil colônia, um rural (térreo) e outro urbano (sobrado).

Fonte: Debret, 1975, v. II.

Mais que reflexo do processo de colonização (e da propriedade fundiária)³, a conformação dos lotes urbanos está diretamente ligada às concessões de *patrimônios religiosos*, *patrimônios públicos* e *patrimônios leigos* no Brasil (Marx, 1991).

“Ora, tal processo de ocupação de um ponto do território, de concentração de gente e de moradas, de partição de terra, deve ter gerado a conformação inicial de muitos arraiais, com a definição primeira ainda que tímida e insegura, de muitos percursos e partilhas, de muitos tecidos urbanos incipientes. A criação de um patrimônio não apenas definia o terreno da capela primitiva, de seu adro e da área à sua volta, como ia, paulatinamente, e por vezes de forma muito rápida, desenhando por sobre os campos uma série de parcelas, objeto de alguma melhoria que era exigida, e, correspondentemente, uma série de caminhos comuns e vias (Vasconcelos, 1977, 101 e 1983, 46; nossa comunicação ao II Congresso do Barroco no Brasil em 1989)” (Marx, 1991:41).

No litoral brasileiro, embora não tenham sido fundadas cidades segundo um xadrez rigoroso de implantação territorial, com praças retangulares, os povoados se construíram em reticulados e em áreas exíguas, inclusive para fins de defesa, *“adotando partido bastante diverso dos observados pelos longelíneos povoados mineiros”* (Vasconcelos, 1943).

Dos arraiais às cidades — através da apropriação da terra segundo patrimônios religiosos, públicos e, finalmente, leigos na conformação dos lotes urbanos — apesar de pequenas diferenciações, houve uma íntima ligação e correlação entre a uniformidade dos lotes e a uniformidade dos partidos arquitetônicos que atravessou o período Colonial, Imperial, e adentrou a República em todo o território brasileiro.

Segundo Marx (1991), a conformação de lotes estreitos, característicos de nossas aglomerações urbanas mais antigas, deve-se ao fato de que *“a forma do lote terá (...) vantagens em assumir a figura de um quadrado ou retângulo, geralmente este*

³ “Nesse sentido, nem foi atendida a sistemática prevista por Hipodamus, nem foi a mesma substituída por outra qualquer. Pura e simplesmente se acolheu o desenho de subdivisão das sucessivas glebas arruadas em quadras para que a área destas fosse subdividida em lotes. Tal solução herdou, entretanto, do sentido abstrato da solução original, aquele desconhecimento da realidade topográfica da gleba, o que originou, não raro, interrupções ou ladeiras impraticáveis. O fato de as glebas sucessivamente loteadas serem definidas por acidentes naturais (corrégos, espigões, etc.) gerou disparidades de ângulo entre as glebas contínuas, cada uma com o seu xadrez disposto segundo sua própria orientação”. (Saia, 1972:202)

último, pois a frente ainda guarda seu privilégio, que interessa ao futuro loteiro, ao loteador, ao governo municipal. Tal retângulo, regular e ortogonal, mostra-se como a figura geométrica mais adequada para o retalhamento de uma gleba. A sua área refletirá a tensão entre a necessidade de atender ao comprador e a de obter o maior lucro possível. (...) O lote não se concebe por si mesmo, mas como módulo de uma vasta superfície a ser repartida”.

Vauthier (1943) observou que *“as quadras nas cidades brasileiras dividem-se em um grande número de habitações independentes. Seja por tradição da mãe-pátria, seja por necessidade de construção local, essas habitações são estreitas e longas. Cada casa ocupa sobre a rua apenas uma largura de 5 a 8 metros; as que ultrapassam essa dimensão constituem fenômenos”.*

Sendo assim, a ocupação do solo urbano (distribuição e utilização da terra) é fonte de estudo imprescindível para o desvendar dos diversos valores de uma coletividade, em especial, do desvendar do processo tipológico de suas estruturas urbanas construídas.

Portanto, no que tange à habitação brasileira, não excepcional, vale reiterar, que o morar tem raízes lusitanas, porém, como toda cultura imigrada, sofre influências do meio em que se insere (Geertz, 1989): têm influências da oca indígena; e o negro escravo, apesar de não ter contribuído para conformação do morar brasileiro, foi essencial para o seu funcionamento.

O exterior demonstrava nossas origens colonizadoras, de casas caiadas lembrando Lisboa, mas o interior, que era determinado por condições ambientais da nova terra, distinguia-nos em relação aos irmãos de além-mar, sem a existência das chaminés. Influências daqui e dali, os programas de necessidades da nova terra refletiam o entrelaçar das culturas que se mesclavam: dos índios vieram as cozinhas ao ar livre; dos europeus, as subdivisões internas, separando as atividades, isolando os dormitórios segundo costumes cristãos (Lemos, 1996).

É importante lembrar que não só por causa das condições ambientais se conformavam os partidos arquitetônicos da habitação brasileira, mas, principalmente pelas condições econômicas. Rico morava de um jeito, pobre adaptava-se de outro.

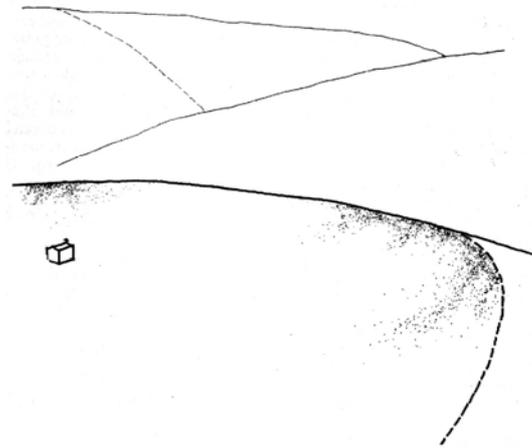
Na verdade, as origens da morada brasileira, além de refletir a estratificação do grupo social existente naquele tempo, caracterizava-se pela existência ou não do negro escravo. A classe dominante tinha sua cozinha longe do habitar, devido ao calor em demasia que a atividade provocava e, é claro, pela existência da mão-de-obra escrava para se locomover e executar todos os serviços da casa (Lemos, 1996).

Já o pobre, dormia e cozinhava sob o mesmo teto (Lemos, 1996). Dois modos de viver que, conforme evolui a sociedade brasileira, vão mesclar-se e desenvolver-se não mais com diferenciações gritantes nos programas de necessidades e sim, em relação às dimensões dos imóveis.

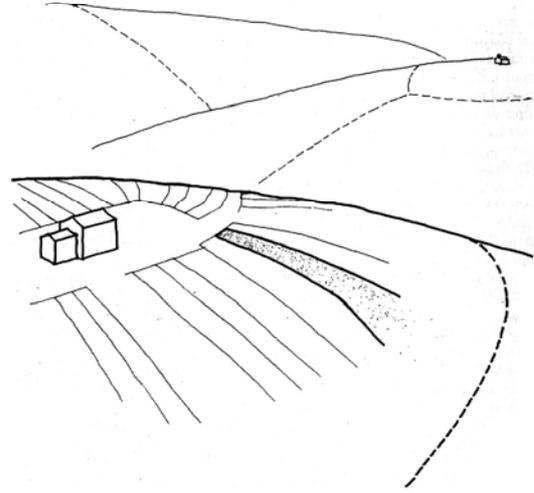
Praticamente em todo Brasil a casa urbana colonial apresentou a mesma conformação interna de cômodos, diferindo apenas as técnicas construtivas no que tange à mão-de-obra e aos materiais utilizados — *“...as casas absolutamente idênticas, tanto interna como externamente, diferem apenas pelo número de janelas”* (Debret, v. I, 1975:226).

“Assim quem viu uma casa brasileira, viu quase todas. Uma sala na frente, uma sala nos fundos; comunicando-se a cada uma das peças, há uma ou duas alcovas fechadas por meio de portas envidraçadas; entre esses dois grupos, um corredor, mais ou menos comprido, de onde parte a escada e para onde dão, às vezes, diversos cubículos sem iluminação. Tal é a disposição geral dos andares acima do rés-do-chão”. (Vauthier, 1943)

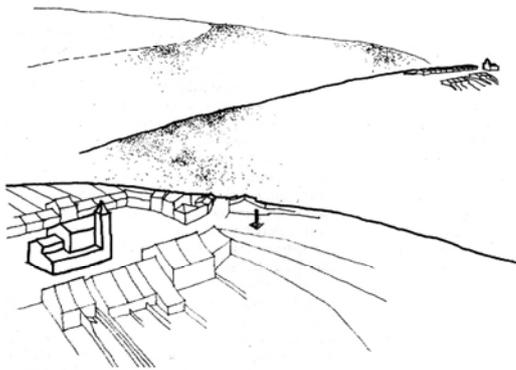
Com construções geminadas, construídas em lotes estreitos e profundos em sua maioria, reflexo do parcelamento do solo (Marx, 1991), os cômodos eram dispostos alinhados ao longo da edificação. *“Cada casa tem apenas uma porta e uma janela, isto é, a unidade básica de habitação nas cidades coloniais brasileiras”* (Smith, 1969).



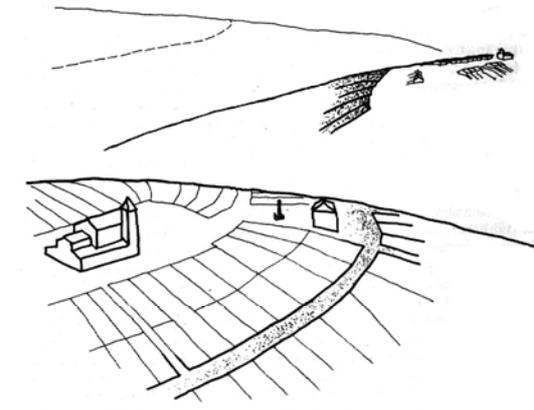
O patrimônio de uma capela se constitui por entre as sesmarias, contribui para seu sustento, possibilita o acesso à terra.



A capela acolhe moradores em pequenas porções de sua gleba, torna-se instrumento de urbanização e cria uma nova paisagem.



Próspero e avantajado, o lugar — certamente uma freguesia — ascende a vila e ganha um patrimônio, agora público: o rossio.



Uma câmara administrará o município, o pelourinho simbolizará sua autonomia; uma nova etapa da vida urbana e da ordem fundiária.

Figura 14: Evolução da apropriação da terra no Brasil. Da sesmaria ao lote urbano, do poder religioso ao especulador imobiliário a apropriação territorial se desenvolve.

Fonte: Marx, 1991.

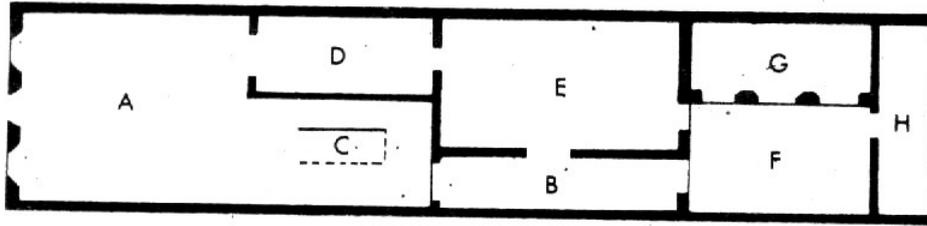


Fig. 7 — Rés-do-Chão

- A — Vestíbulo
- B — Corredor
- C — Escada
- D — Quarto de serviço do cavalariaço
- E — Dormitório do cocheiro e dos escravos
- F — Patio
- G — Cocheira
- H — Jardim

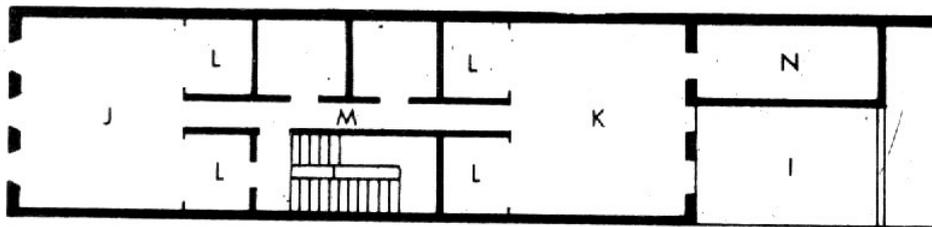


Fig. 8 — Primeiro andar

- I — Sacada
- J — Salão de recepções
- K — Sala de jantar de cerimônias
- L — Alcovas
- M — Corredor
- N — Copa

- Segundo andar
- Sala de visitas comum
- Quarto de dormir
- Alcovas
- Corredor
- Escritório
- Terceiro andar
- Quarto das crianças
- Sala de jantar
- Alcovas
- Corredor
- Copa

(as figs. 7 e 8 estão em escala 3mm p. m)

Figura 15: Planta característica do sobrado colonial no Brasil. Esquema de agenciamento interno que se perpetuou pelo Brasil à fora.

Fonte: Vauthier, 1943.

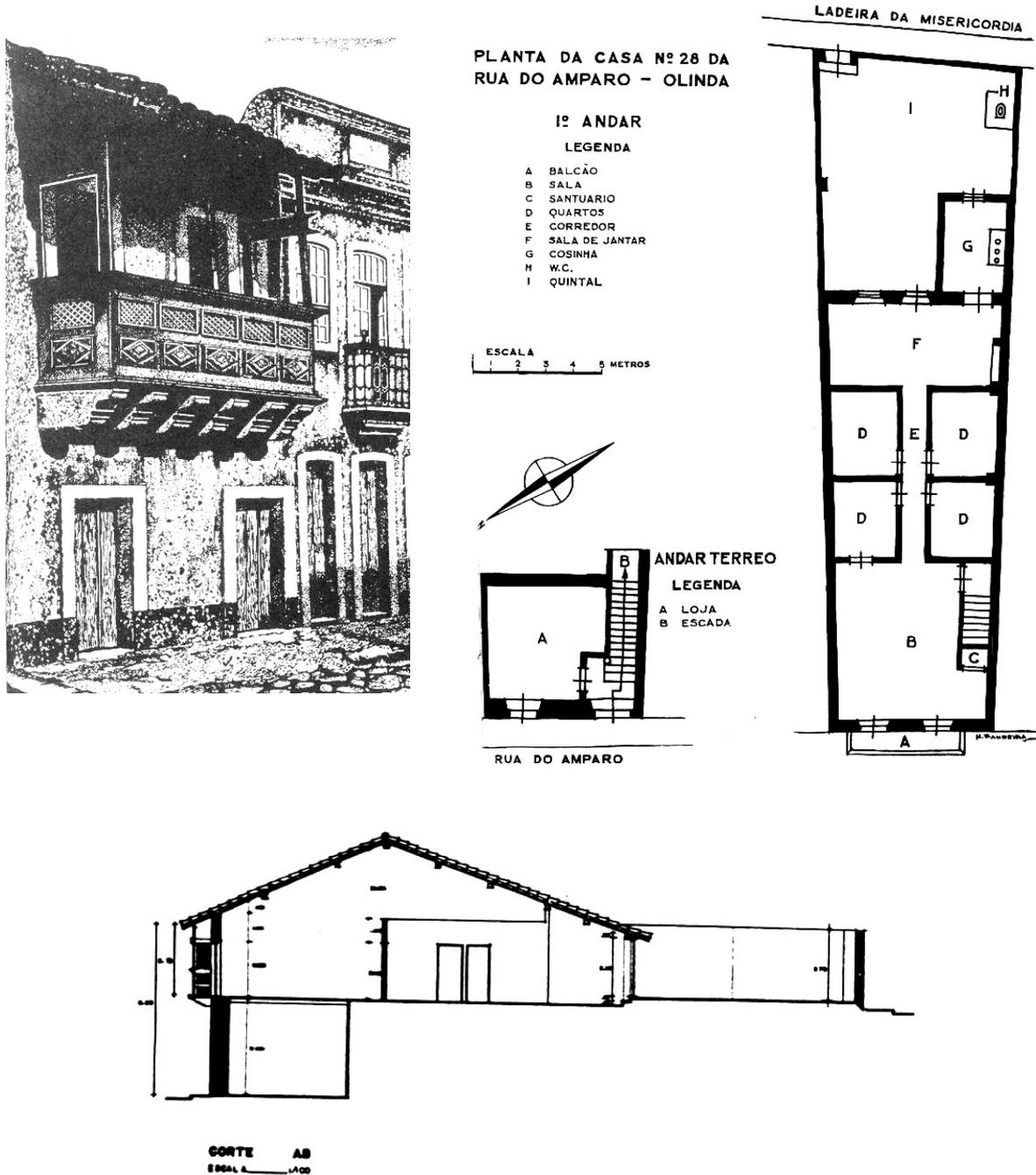
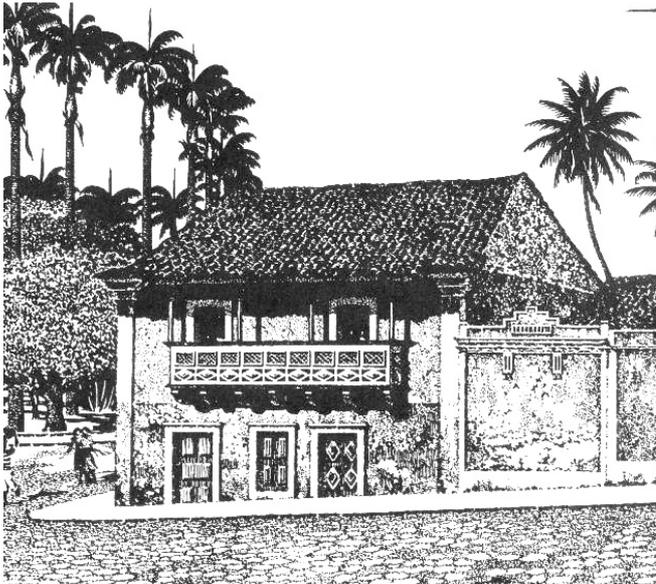


Figura 16: Sobrado com corredor central. Observa-se a planta térrea com vão livre característico dos estabelecimentos comerciais ou de serviços; e o pavimento superior para residência, com suas alcovas isoladas e quarto de hóspedes apenas com comunicação à área social (sala da frente) da casa.

Fonte: Freyre, 1980 e Pinto, 1943.



PLANTA DO ANDAR TÉRREO
DA CASA Nº 7 DO PÁTIO DE
S. PEDRO - OLINDA

LEGENDA

- A LOJA
- B ESCADA PRINCIPAL
- C GRANDE DEPOSITO
- D ARMAZEM
- E QUARTO DE ENCOMAR
- F PASSAGEM
- G QUARTO DE CRIADO
- H RESERVATORIO D'ÁGUA
- I BANHEIRO
- J TANQUE DE LAVAR ROUPA
- K W.C.
- L QUARTO
- M ESCADA POSTERIOR
- N QUINTAL

ESCALA 1:1000

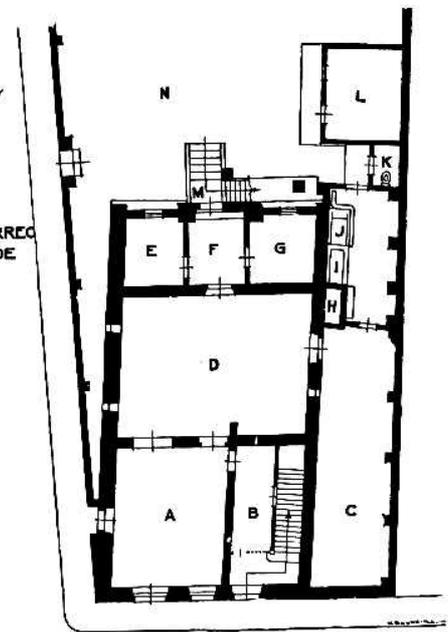


Figura 17: Sobrado de esquina, com
corredor central, de uso misto.

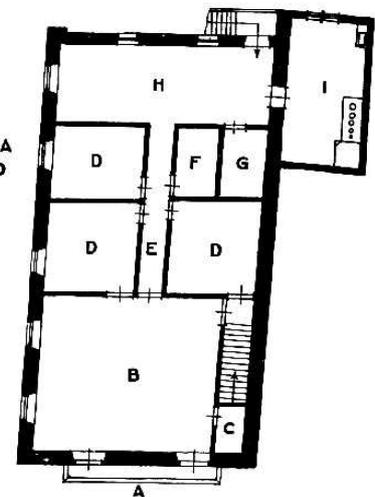
Observa-se a planta térrea
subdividida para atender ao
estabelecimento comercial; e o
pavimento superior para residência,
com suas alcovas isoladas, sala de
visitas e sala de jantar, e o anexo da
cozinha.

Fonte: Freyre, 1980 e Pinto, 1943.

PLANTA DO 1º ANDAR DA CASA
Nº 7 DO PÁTIO DE S. PEDRO
OLINDA

LEGENDA

- A BALCÃO
- B SALÃO
- C SANITÁRIO
- D QUARTOS
- E CORREDOR
- F CAMARINHA
- G DESPENSA
- H SALA DE JANTAR
- I COZINHA



Smith (1969) descreve a sala da frente como o centro da vida social da família colonial do Brasil — *“Era, já no século XVII, (...) “a sala de visitas” com a melhor mobília e a mais bonita ornamentação da casa”*. Da sala partia um corredor estreito que a ligava até os fundos da morada com portas de ambos os lados dando para os quartos *“que não passavam às vezes de pequenas alcovas sem ar nem luz”* (Smith, 1969).

Esse relato complementa-se com o de Vauthier quando este expõe que *“ao fundo da sala da frente, encontraremos as alcovas – ou a alcova única se a largura for pequena - , bem como a porta do corredor que conduz à sala posterior, para a qual dão um ou dois quartos sem iluminação. Esta sala, disposta como a da frente, abre-se sobre um pequeno pátio contíguo à casa e serve, ao mesmo tempo, de sala de jantar e de cozinha, a menos que um pequeno apêndice, que se prolonga sobre o pátio, desempenhe esse ofício”* (Vauthier, 1943).

Nas casas térreas, não diferiam muito os relatos sobre a conformação das áreas e cômodos do morar. As plantas dispunham-se nos partidos em L, U ou I, excepcionalmente com pátio central; apresentando programas perfeitamente claros com dois grandes ambientes: um de receber, social ou comercial; outro de habitar, o da família (Vasconcelos, 1943).

As alcovas ou os quartos para hóspedes, localizavam-se segundo a forma tradicional, em uma ou duas filas, entre a parte social e íntima. *“Em alguns casos, a fim de permitir uso optativo – para hóspede ou para a família – existiam duas portas, uma para a parte social e outra para a íntima”* (Vasconcelos, 1943).

Já o corredor é a peça que constitui a dinâmica das plantas do morar, que ocupam em geral toda a largura dos terrenos. É ele que estabelece o acesso entre as várias áreas da casa e a ligação entre a via pública e os quintais. *“É a espinha dorsal das moradias, furando-as de fora a fora e servindo-as por inteiro. É quase um beco particular que supre a falta de área livre nas laterais”* (Vasconcelos, 1977).

É verdade que muitos sobrados se alteraram sobre primitivas casas térreas que, antes destinadas à habitação, depois se adaptaram a novas funções, conservando,

porém, traços evidentes de seu anterior agenciamento (Vasconcelos, 1977). De fato, o pavimento térreo era para as atividades de serviço ou comerciais: “*como anota Kidder, nas cidades o andar inferior [dos sobrados] raramente é ocupado para moradia; serve às vezes para casas de comércio, outras para cocheiras ou estábulo*” (Jurema, 1952:100).

Então, na grande maioria das cidades e vilas brasileiras da fase colonial do Brasil (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Ouro Preto, Sabará, Parati, etc.) o elemento mais característico, além das construções religiosas, é o conjunto de pequenas casas térreas ou assobradadas daqueles que enriquecendo, fazem seu sobrado na vila (Saia, 1972).

Segundo Freire (1943:112), nas casas térreas⁴, o próprio Vauthier destacou que moravam naquele tempo, além de pobres, as prostitutas — ironia, já que hoje, grande parte encontra-se instalada em sobrados que foram nobres e símbolos de riqueza e abastança.

De modo geral, a casa térrea foi o tipo de residência de uso mais freqüente no Brasil até o fim do período colonial, pois era o tipo de residência usado pelos elementos mais pobres, a maioria da população.

As descrições antigas de cidades e vilas confirmam tal afirmação, porém, em fins do século XVIII e princípios do XIX, passou a ser preferência as casas de chácaras luxuosamente mobiliadas nos arredores do Rio de Janeiro, Salvador e o Recife, que eram propriedade de ricos moradores da cidade (Smith, 1969.)

Nas casas dos ricos, ocorria uma separação de atividades semipúblicas e privadas, mais acentuada, já que os imóveis estruturavam-se em casas assobradadas. Nos térreos ficavam atividades comerciais ou de serviços e nos pavimentos superiores o habitar. As fachadas e as dimensões do imóvel refletiam o poder econômico do proprietário.

⁴ “O [cômodo] da frente, com janela no alinhamento da rua, quase sempre era a sala de recepção, quando não abrigava alguma oficina de artesanato ou mesmo uma loja [o espaço semipúblico]. Os cômodos intermediários, acessíveis por corredor lateral, eram os dormitórios, naquele tempo chamados de camarinas, alcovas ou ‘casas de dormir’. Nos fundos, fechava a fila, a cozinha, a varanda alpendrada que dava acesso ao quintal, onde sempre havia um arremedo de instalação sanitária” (Lemos, 1996:32).

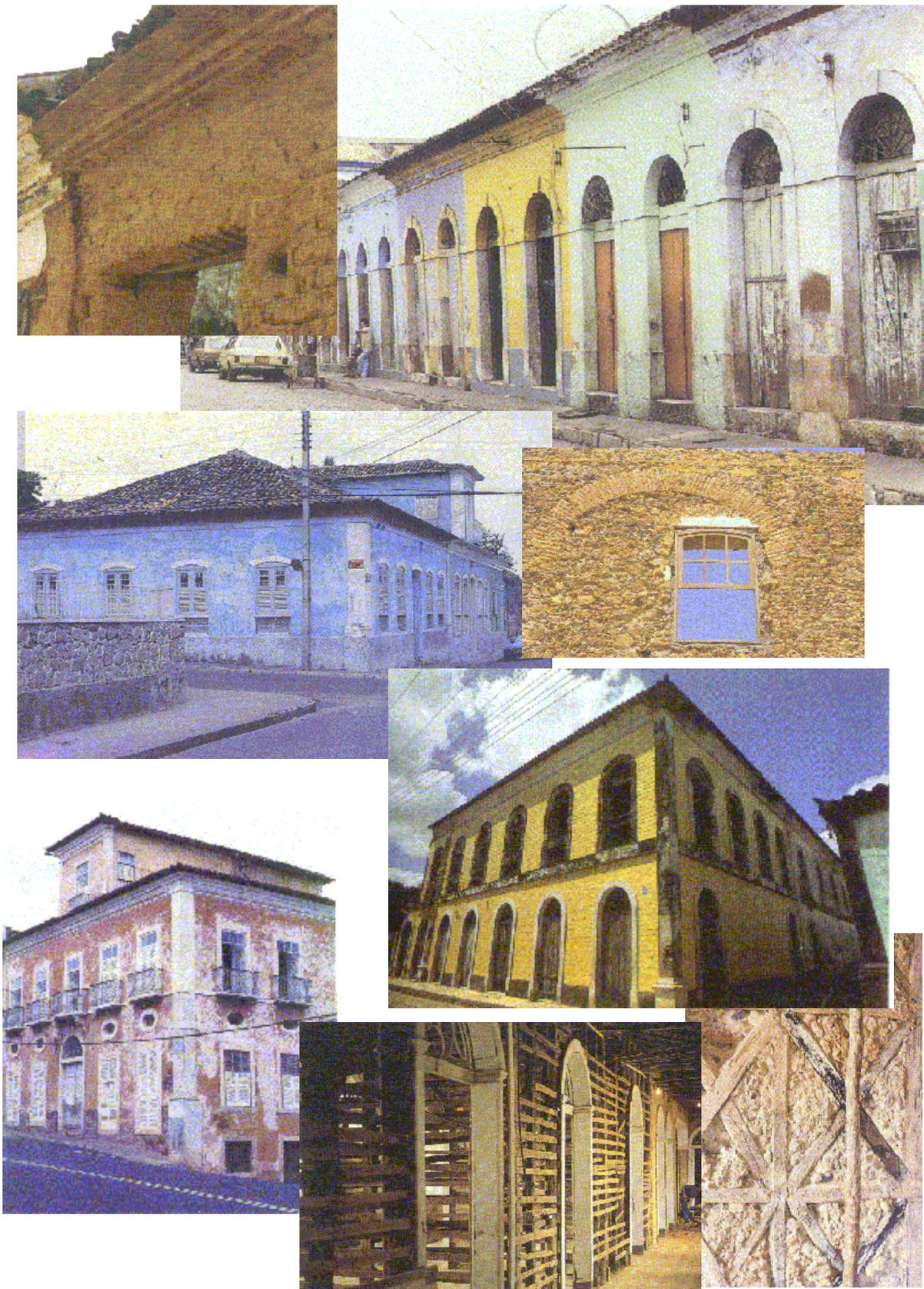


Figura 18: Exemplos de edificações da habitação civil não excepcional (e estruturas de paredes em taipa) em São Luís do Maranhão. Observa-se similaridades com o resto do Brasil.

Fonte: Silva f., 1998.

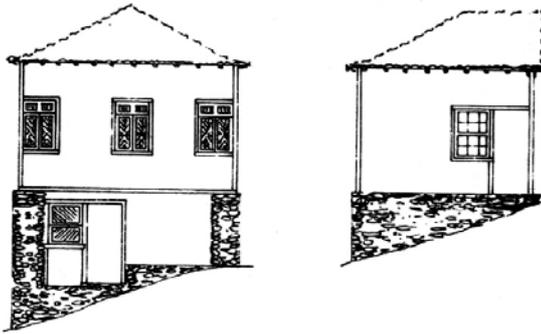


Figura 19: O partido arquitetônico de casa térrea com porão habitável.

Fonte: Vasconcelos, 1977.

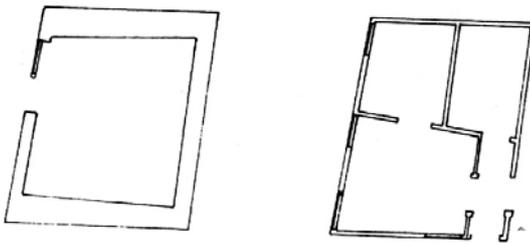


Fig-25-A

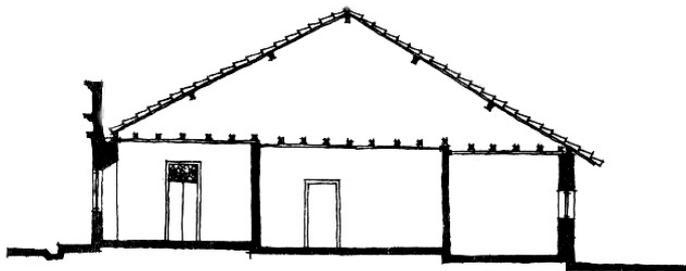
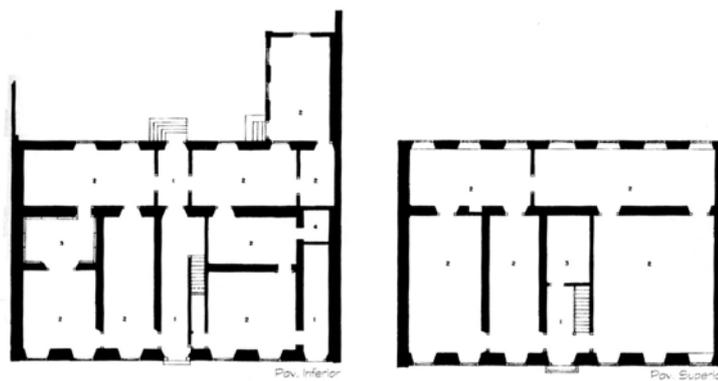


Figura 20: Uma casa térrea em corte. Atenção para a cobertura em duas águas, característica marcante na morada brasileira.

Fonte: Freyre, 1980.

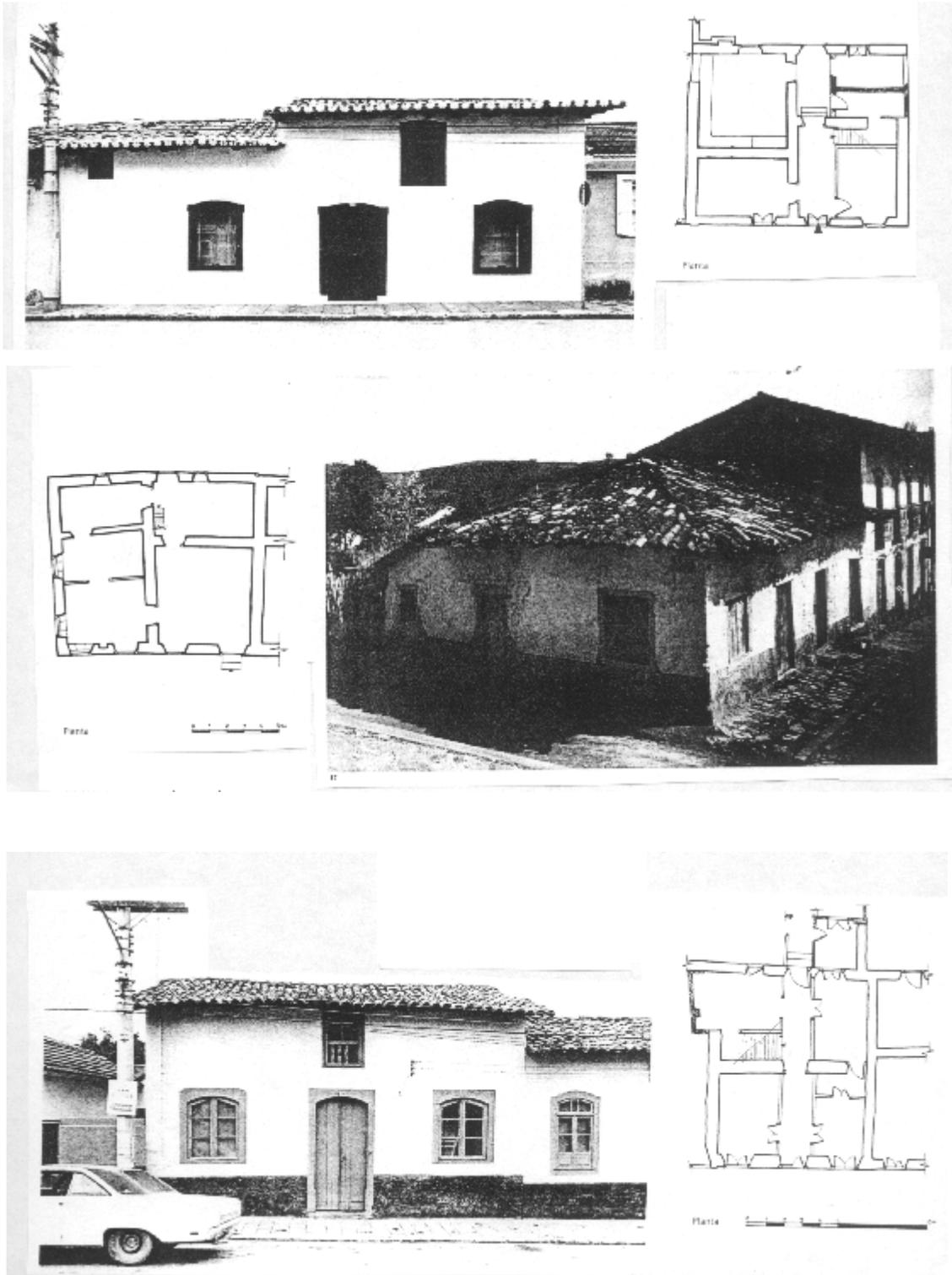


Legenda:

1. vestíbulo
2. sala
3. sala forte
4. sanitário

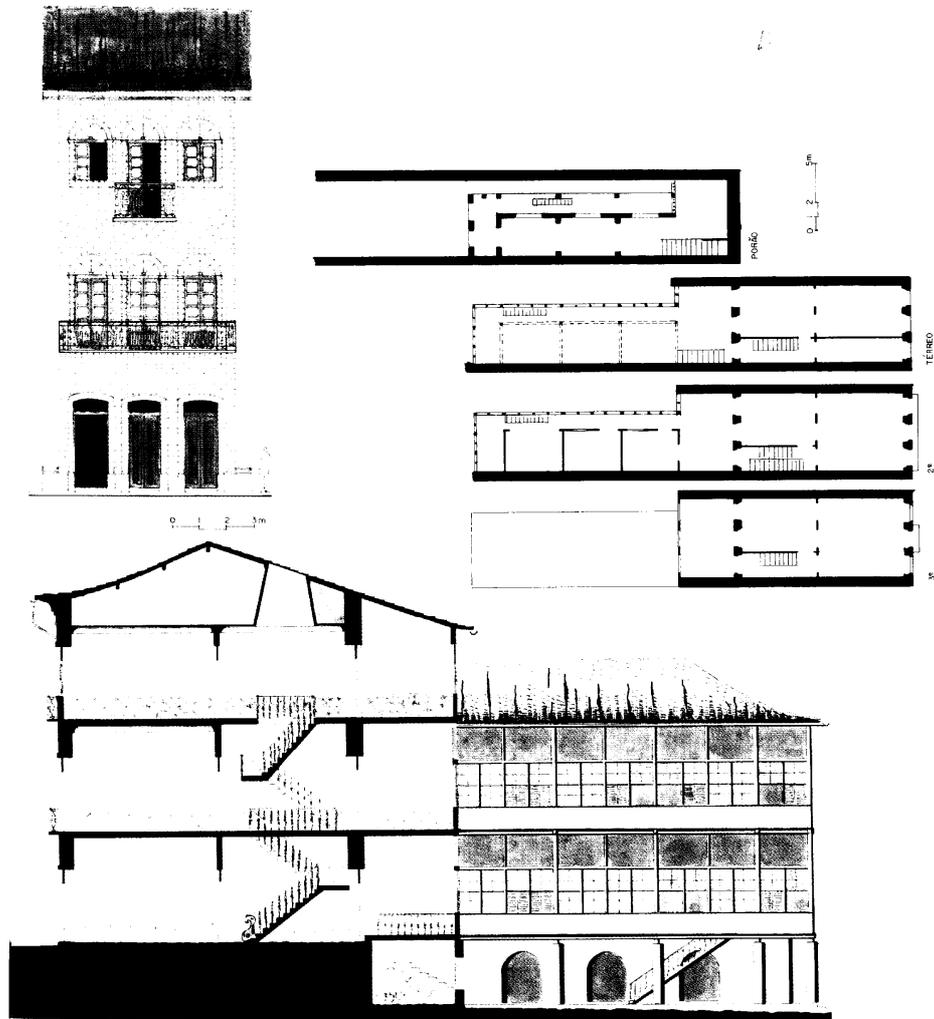
Figura 21: O partido arquitetônico de meia morada em imóvel assobradado de casa de fazenda.

Fonte: Coelho, 1999.



Figuras 22, 23 e 24: Três exemplos mais simples de conformação interna de cômodos, sem a existência de complementação do partido com o puxado da cozinha e do banheiro.

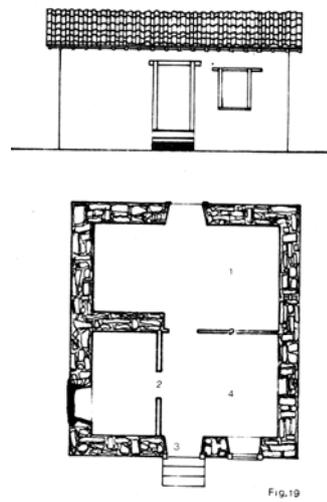
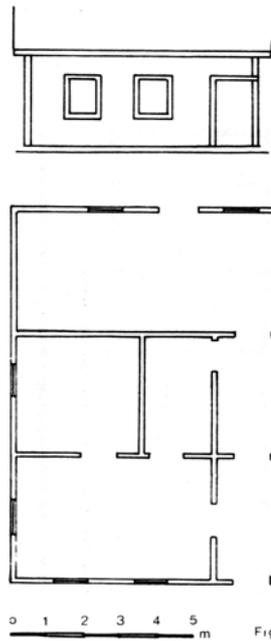
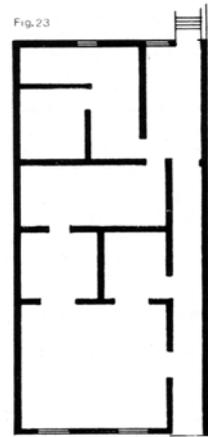
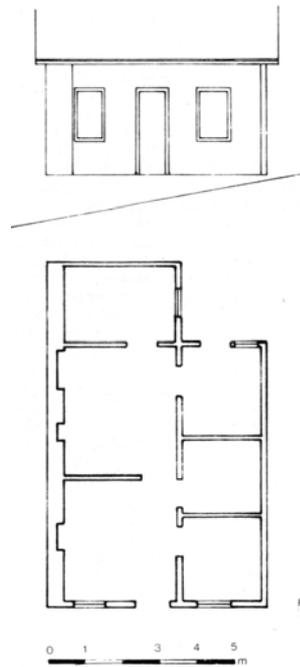
Fonte: Lemos, Carlos A. C. *A Casa Paulista*, 1999.



São Luís. Elevação, corte e plantas de um sobrado de três pavimentos e porão na Rua Formosa.

Figura 25: Exemplo de repetição de esquema residencial, de conformação de cômodos, independente do pavimento do imóvel. Geralmente, porém, o esquema residencial localiza-se no último pavimento, e o térreo caracteriza-se pelo vão livre ou grandes vãos (para atividades comerciais ou de serviços).

Fonte: Silva f., 1998.



Figuras 26, 27 e 28: Partidos arquitetônicos característicos no Brasil.

Fonte: Vasconcelos, 1977.

Durante todo o período colonial, a legislação voltada ao controle das edificações urbanas jamais teve a intenção de intervir no agenciamento interno das residências (no espaço privado), porém procurava não negligenciar nos aspectos estéticos da cidade (no espaço público), assim como em relação às condições ambientais até então carentes de higiene e de conforto.

O programa de necessidades, fundamental condicionador do partido arquitetônico, somado às posturas municipais ou Cartas Régias que controlavam a dimensão e o número de aberturas, as alturas dos pavimentos e alinhamentos com edificações vizinhas garantiam para as vilas e cidades brasileiras uma aparência lusitana (Silva, 1998).

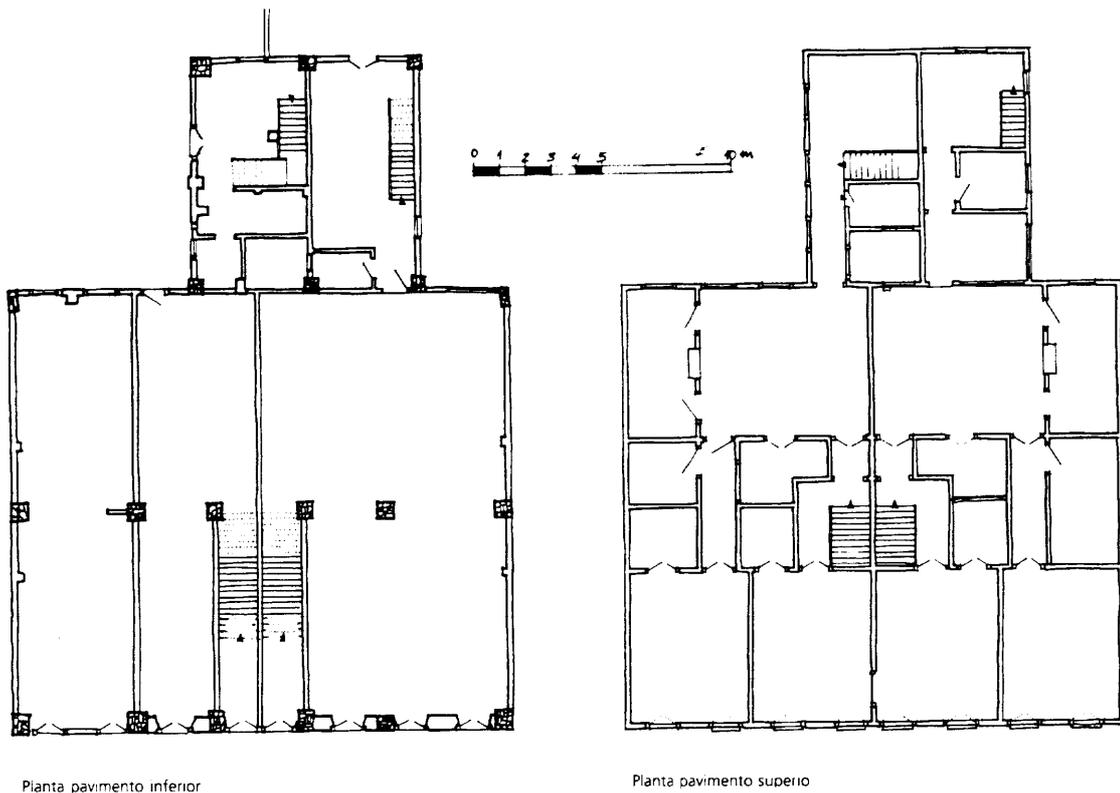
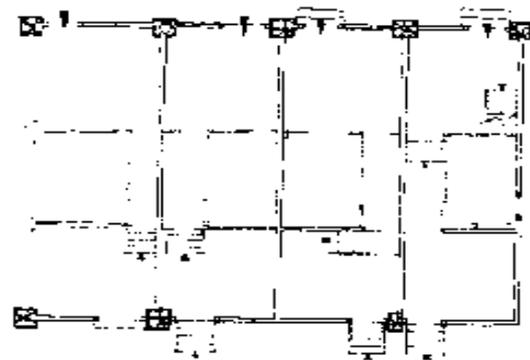
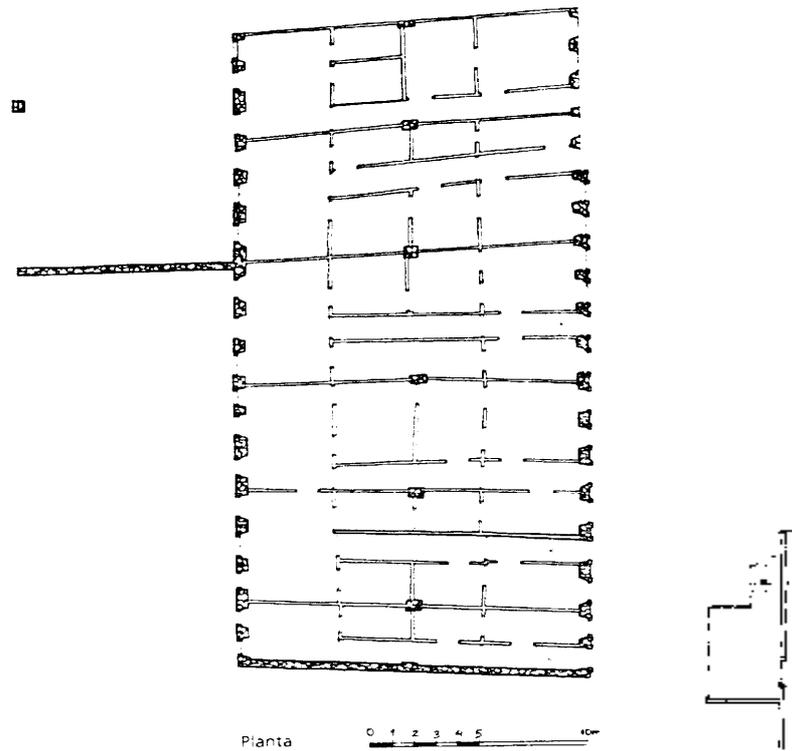


Figura 29: Esquema de sobrado com térreo caracterizado pelos grandes vãos e pavimento superior residencial com alcovas e circulação isolada. Observa-se a constância da lógica de agenciamento interno.

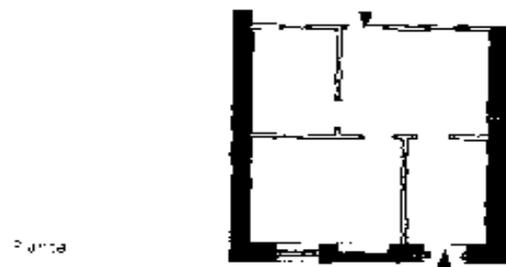
Fonte: Lemos, Carlos A. C. *A Casa Paulista*, 1999.



Planta do apartamento "Laruz"

Figuras 30, 31 e 32: Exemplos que demonstram a repetição do agenciamento interno de cômodos no universo do morar urbano no Brasil.

Fonte: Lemos, Carlos A. C. *Casa paulista*, 1999.



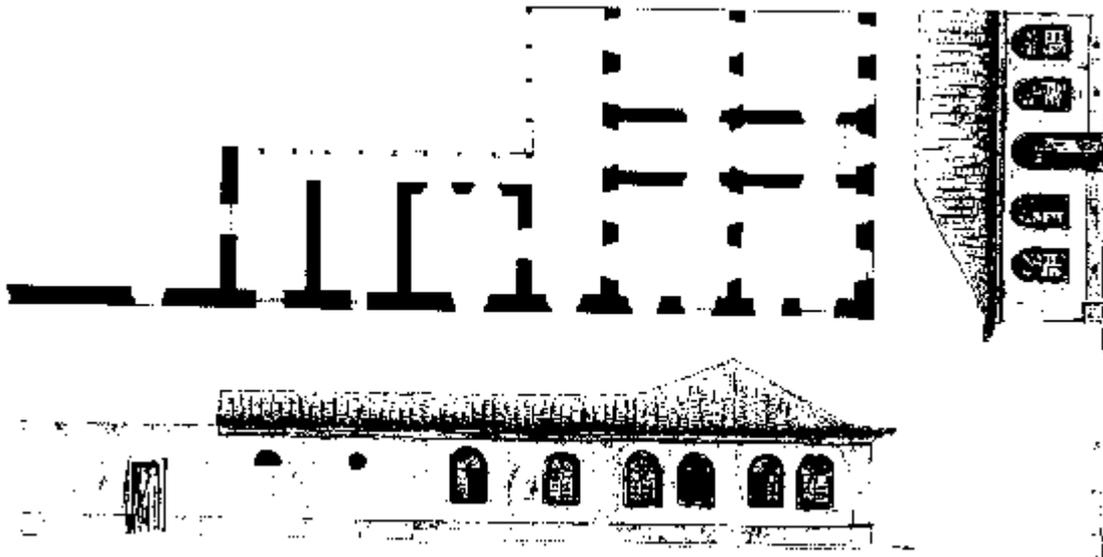


Figura 33: Detalhes de uma morada inteira na Rua da Paz - Rua A. C. de Santaninha (Glenópolis).

Figura 33: Morada inteira (circulação central) com salas na parte da frente, alcovas isoladas, varanda e puxado de complementação do agenciamento de cômodos.

Fonte: Silva f., 1998.

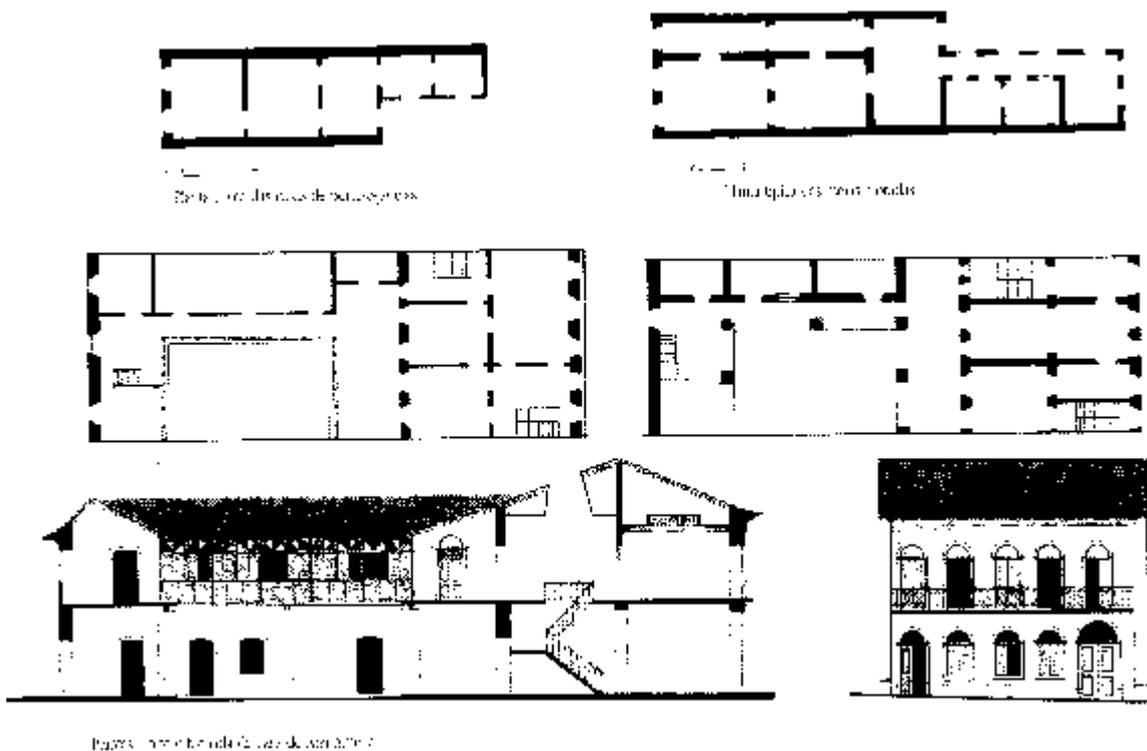


Figura 34: Dois exemplos do esquema de corredor lateral, sala(s), alcova, varanda e puxado com circulação, cômodos e área livre. Bastante característico no Brasil em geral.

Fonte: Silva f., 1998.

Além disso, nas vilas e cidades do Brasil colonial, as ruas tinham aspecto uniforme, devido às casas térreas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas e sobre os limites laterais dos terrenos. A rua conformava a união entre os conjuntos de prédios e por eles era definida espacialmente, tendo como marca característica da sua paisagem a ausência de verde (Reis Filho, 1970) — “*A vegetação significa o campo e as árvores não são julgadas dignas de se mesclarem às obras do homem*” (Vauthier, 1943).

Então, a planta da residência do século XVII foi minuciosamente descrita, através de diversos observadores, em virtude de sua importância como arquétipo da arquitetura residencial do Brasil Colonial. Em suma, aproveitando o relato de Smith (1969) temos: no andar térreo: (1) a loja com o depósito adjacente e os quartos de escravos ou de hóspedes; (2) as peças à parte para fins de guardados ou trabalhos domésticos; (3) o saguão de entrada e a escada. No sobrado: (1) a grande sala de frente em comunicação direta com a varanda da fachada; (2) o corredor central com (3) as filas de quartos ou alcovas; a (4) grande sala de jantar e estar aos fundos com escada externa para o quintal; (5) a cozinha ao lado da sala dos fundos

No que se refere ao exterior da edificação, a cobertura apresentava-se geralmente em 2 águas (para rua e para o quintal, evitando calhas). A Proteção das empenas contra as chuvas ocorria graças às edificações nos limites laterais, ou telhas aplicadas na vertical. A “água-furtada” aparecia como variação mais freqüente. Havia, vale lembrar também, uma predominância dos cheios sobre os vazios na composição das fachadas (Silva, 1998).

Ao falar do habitação no Piauí, comparando-a com a do Maranhão, Barreto (1938) caracteriza com maestria as variações de fachada e planta baixa do morar brasileiro, possibilitando estender tais características ao resto do Brasil. Ele coloca que “*a superposição da planta da morada inteira originou os sobradões de azulejos de São Luís, cujas fachadas posteriores se nos apresentam totalmente de madeira. A morada inteira, esparramada, é a casa do Piauí: cômodos maiores, paredes mais grossas; tudo aumenta e se abaixa. A morada inteira no Maranhão é vertical; no Piauí – horizontal*”.

Continua dizendo que, “o tipo “porta e janela” compreende: uma sala; um quarto dependente, passagem obrigatória para a varanda; a varanda; e a cozinha, em uma pequena “puxada”, fazendo corpo com a varanda. (...) A varanda era a casa de se viver, onde tudo se fazia, até a sesta. A mulher vivia no quarto, na varanda e na cozinha. Os estranhos não passavam da sala, cuja finalidade era a de receber.”

Já “o tipo de “meia morada” caracteriza-se pela independência do quarto e da sala e, conseqüentemente, pelo maior comprimento da varanda. Em uma das extremidades do prédio aparece o corredor. A sala tem porta para o corredor, e o quarto para a varanda. A parte íntima do prédio ainda é característica pois a parede divisória entre a sala e o quarto, prolonga-se transversalmente ao corredor, onde há uma porta com bandeira”.

Enfatiza que, “a “morada inteira” participa do corredor central e o quarto e sala se repetem de ambos os lados com a mesma disposição anteriormente descrita. A varanda aumenta sobremaneira de comprimento. A nova sala algumas vezes é quarto de hóspedes. A varanda é sempre larga; é a sala de jantar do sul, é a casa de estar”.

E, além disso, “quando há necessidade de maior número de cômodos a “puxada” se prolonga, eles são aí distribuídos, a cozinha recua e surge o “correr”, elemento de circulação ligado à varanda. No final, o correr se alarga para novamente criar a cozinha, que é a parte da varanda que foi para trás. (...) Aumentando, ainda, o número de cômodos, aparece do lado oposto uma nova “puxada”, com um ou outro correr: é a planta em U”.

Por fim, destaca que “as condições do clima do Maranhão impõem-lhe as varandas rotuladas, com suas paredes de madeira e persianas de alto a baixo, criando-se assim o sistema de ventilação diferencial”, característica que se observa em Belém nas áreas de saguão do puxado.

Durante todo o século XVIII, também a madeira e o barro foram os principais materiais usados nas construções de um modo geral no território, ou seja, as casas brasileiras do século XVIII diferem das do século anterior apenas pela maior simetria das fachadas e por maior variedade de ornamentos (Smith, 1969).

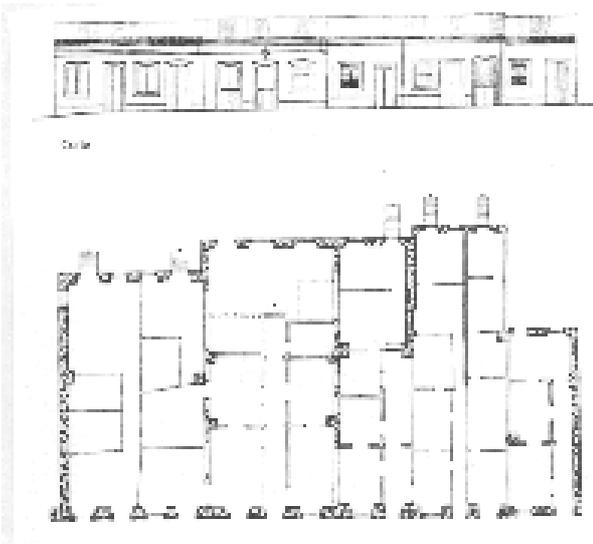
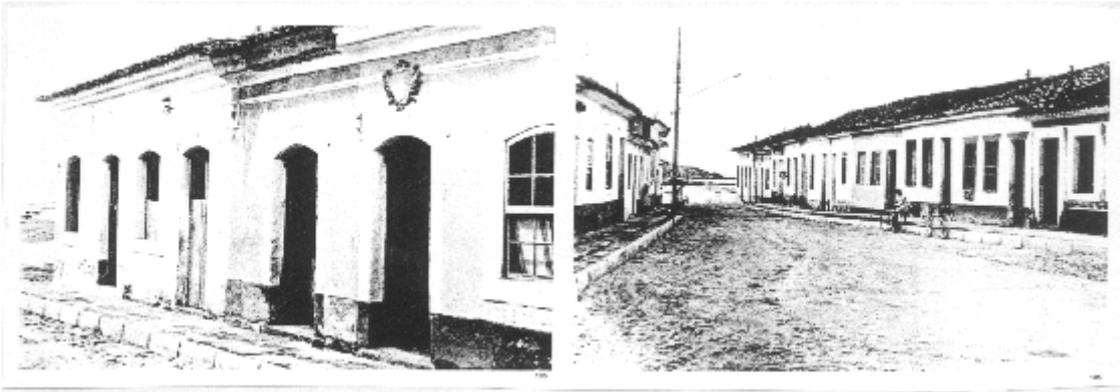


Figura 35: Ilustração de trecho urbano do período colonial, com casas térreas geminadas.

Fonte: Lemos, Carlos A. C. *A Casa Paulista*, 1999.

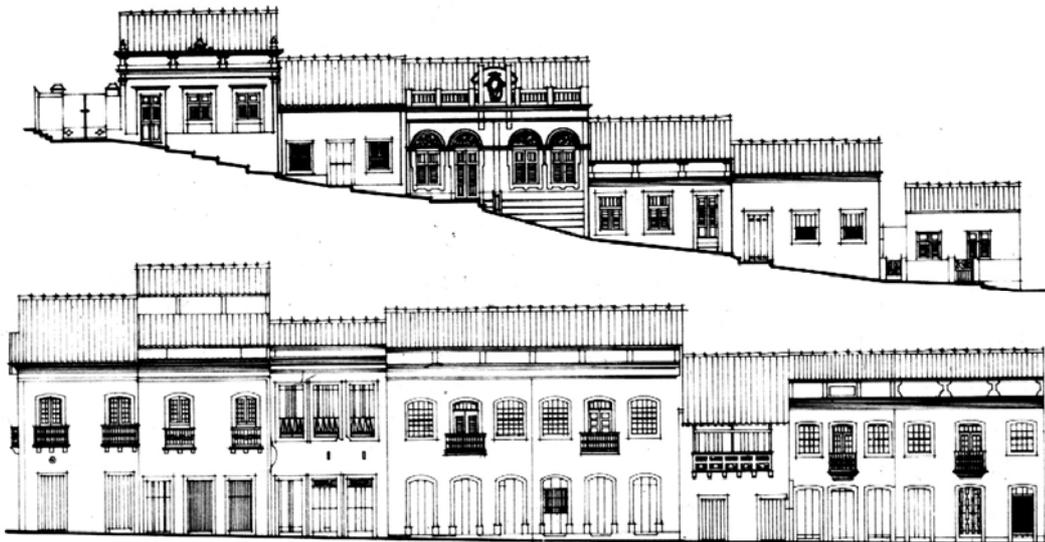


Figura 36: Perfil urbano característico de cidades coloniais no Brasil.

Fonte: Roteiro para execução de levantamento arquitetônico, 1987.



Planta

Planta

107. *Sobrado de Iguape.*

Figura 37: Exemplo de esquema residencial, de conformação de cômodos, que apesar de apresentar três circulações segue os esquemas anteriormente vistos.

Fonte: Lemos, Carlos A. C. *A Casa Paulista*, 1999.

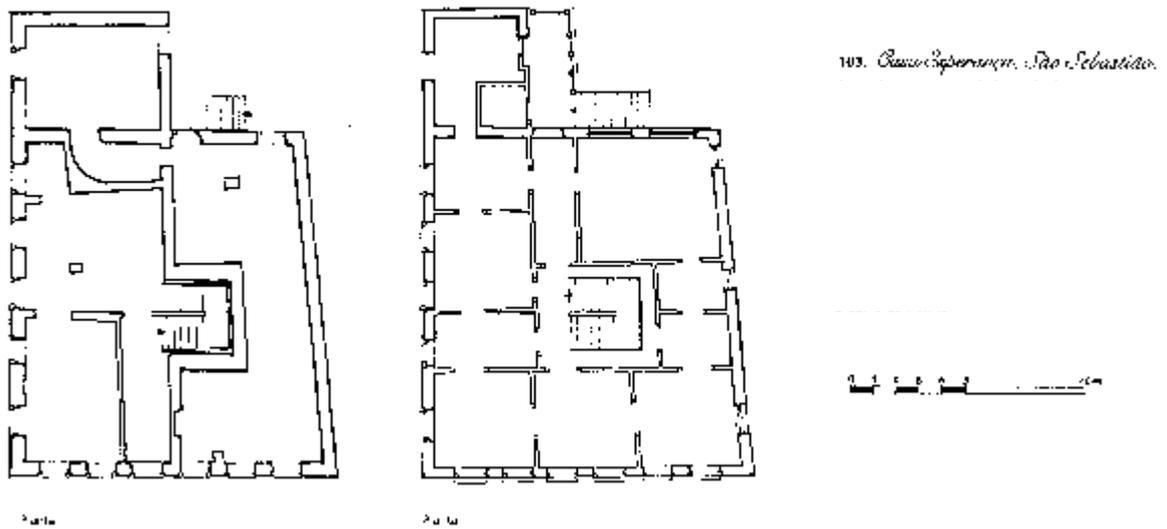
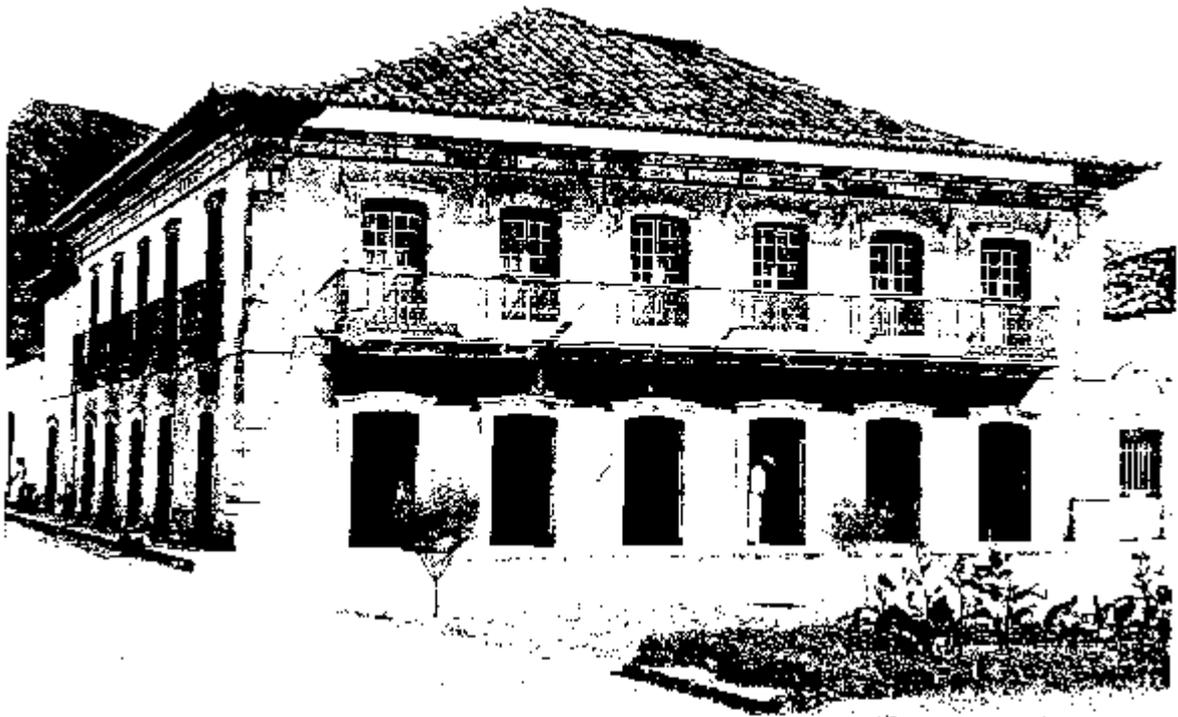


Figura 38: Sobrado de 02 pavimentos de esquina. O segundo pavimento segue a lógica de salões na fachada, intercomunicação de cômodos e alcovas isoladas.

Fonte: Lemos, Carlos A. C. *Casa Paulista*, 1999.

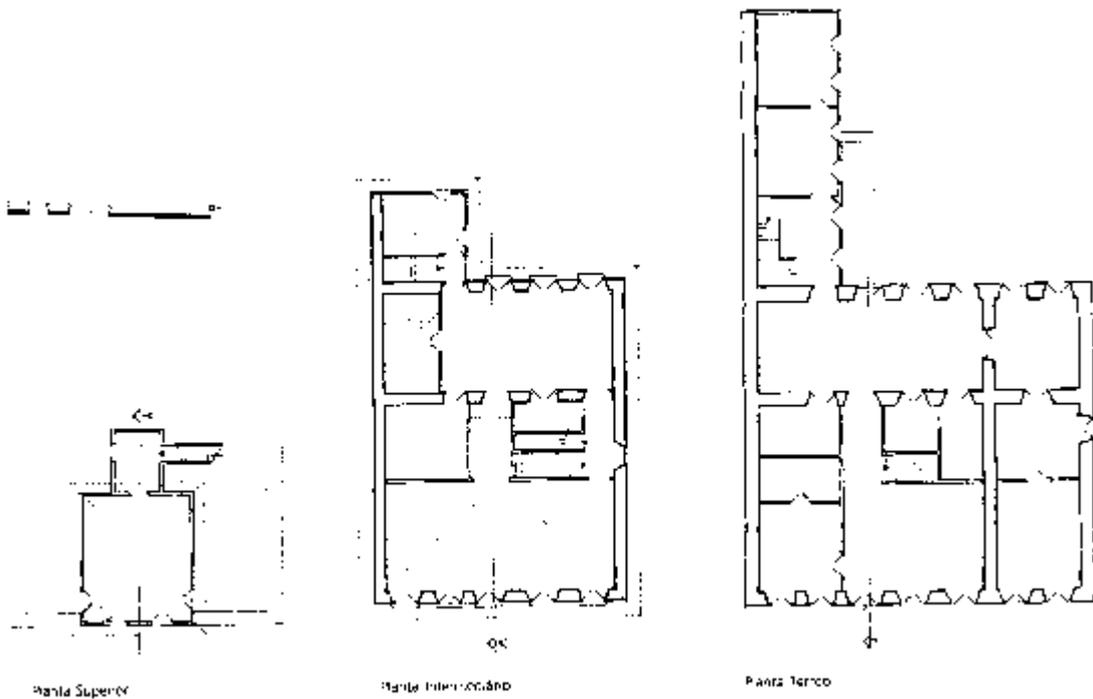


Figura 39: Novamente sobrado com esquema de salas na parte da frente da casa, alcovas isoladas, varanda e puxado de serviço acentuado.

Fonte: Lemos, Carlos A. C. *A Casa Paulista*, 1999.

No final do século XVIII, já se vê em alterações no morar brasileiro, como a presença de um porão (tentando dar mais privacidade aos cômodos da frente da residência), que no século seguinte irá tornar-se habitável; mas até meados do século XIX, a tipologia habitacional, não excepcional, no Brasil permaneceu igual ao século anterior. As construções mais refinadas só tomaram vulto com a Missão Cultural Francesa e a Fundação da Academia de Belas Artes (Lemos, 1989).

Entretanto, apesar do aperfeiçoamento construtivo, a implantação continuava nos moldes tradicionais, conservando a homogeneidade urbana. Ao fim do segundo século de colonização, os portugueses haviam implantado e consolidado a arquitetura tradicional da “mãe pátria” na “terra nova”, determinando, com isso, uma linha de evolução que haveria de manter-se até o fim do período colonial.

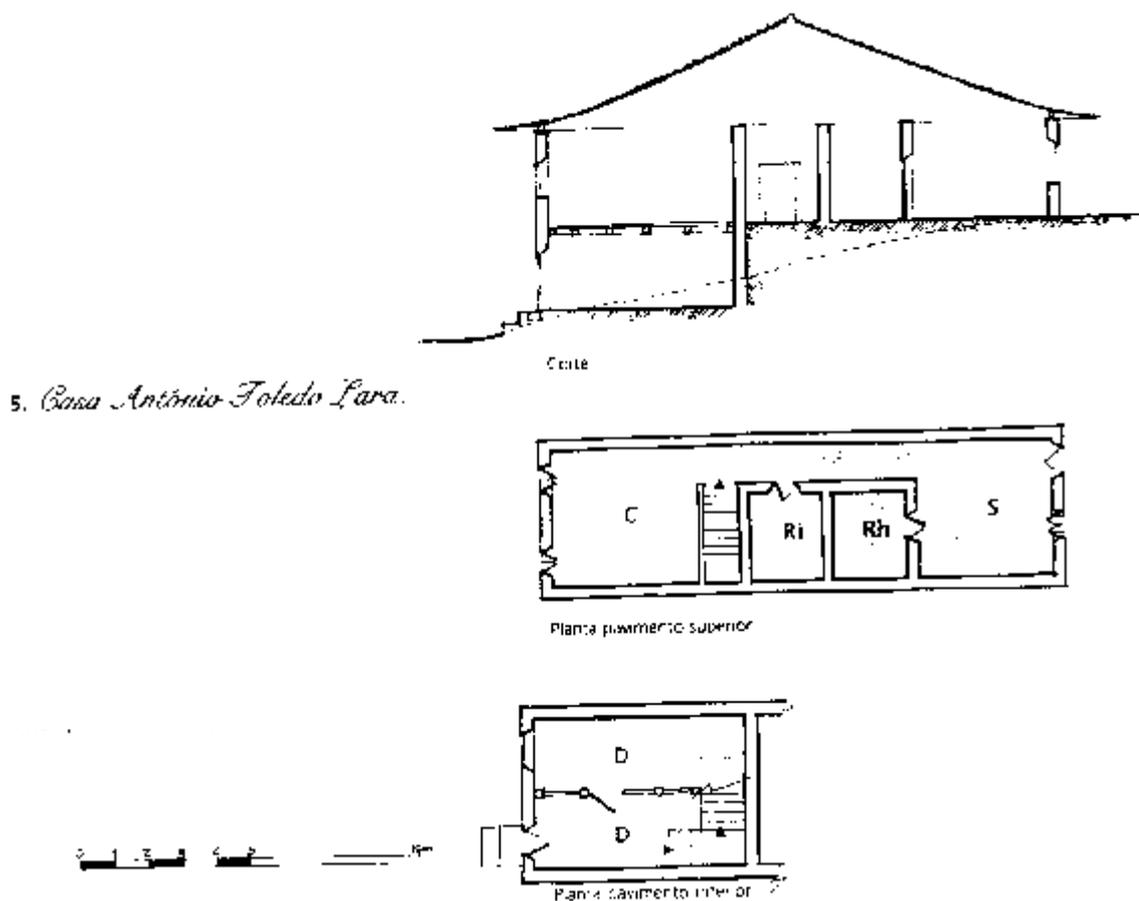


Figura 40: Exemplo de morada com porão, sem o puxado.

Fonte: Lemos, Carlos A. C. *Casa Paulista*, 1999.

Na verdade, os usos, as moradas e cidades sofriam transformações lentas, sendo necessário aguardar a segunda metade do século XIX, com a decadência da escravidão e o desenvolvimento da imigração, para que surgissem modificações de maior relevância. As mudanças sócio-econômicas são conformadoras das mudanças no construído.

Carlos Lemos (1989), ao falar de São Paulo, destaca que *“é realmente bonita a história da suplantação da antiga arquitetura por novos partidos ligados a uma nova sociedade, dona de outros hábitos, usos e costumes mesclados e de modernos critérios seletivos mercê de novos conhecimentos, novos códigos, novas leis. E fizeram uma cidade inteirinha de tijolos exatamente em cima da cidade velha de taipa”*.

Realmente, a alvenaria de tijolos e os demais novos materiais de construção, como as chapas de cobre ou ferro zincado, alguns perfis metálicos e as novas telhas planas, possibilitaram o surgimento dos telhados com 04 águas e de variados partidos arquitetônicos.

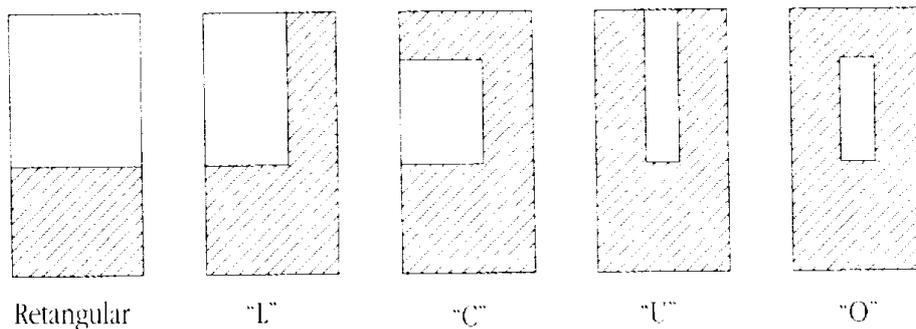


Figura 1. Tipologia dos partidos – Plantas.

Figura 41: Evolução de partidos arquitetônicos (encontrados em São Luís do Maranhão), demonstra a apropriação gradativa do lote.

Fonte: Silva f., 1998.

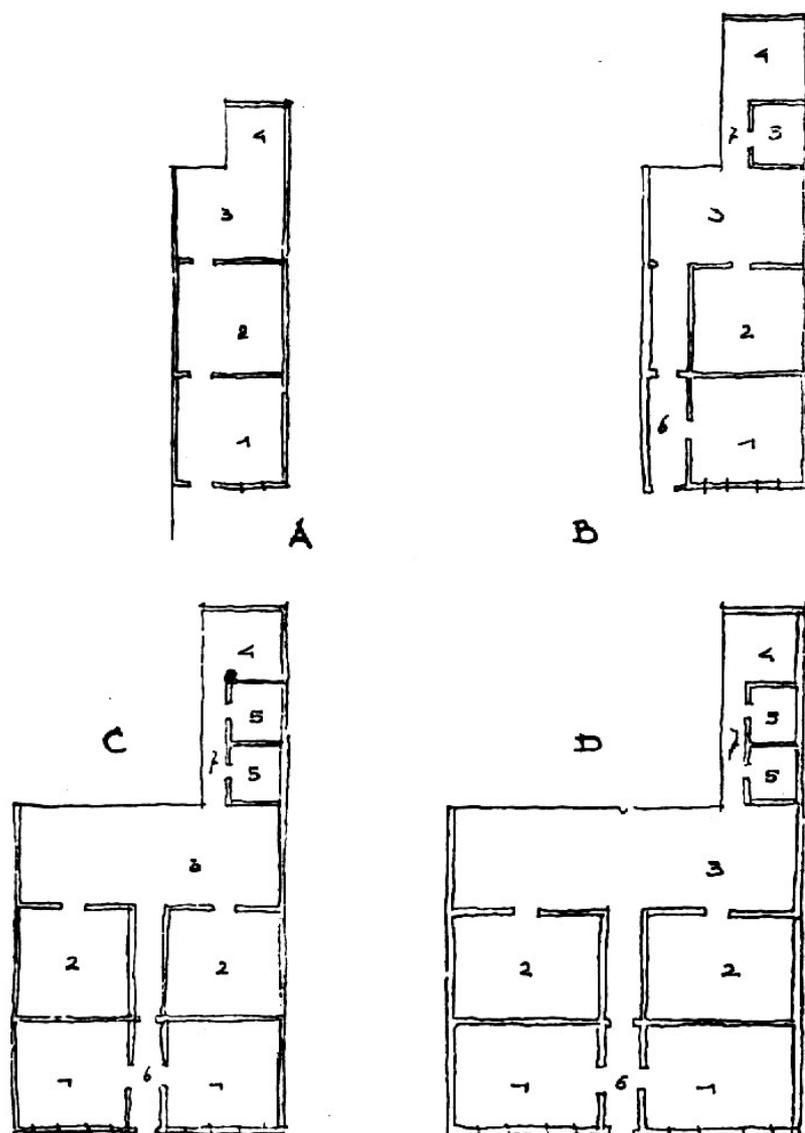


Fig. 1:
 A — Porta e Janela
 B — Meia morada
 C — Morada inteira
 D — Casa do Piauí
 1 — Sala
 2 — Quarto
 3 — Varanda
 4 — Cozinha
 5 — Dependência
 6 — Corredor
 7 — Correr

Figura 42: Partidos arquitetônicos de porta e janela, meia morada e morada inteira.

Fonte: Barreto, 1938.

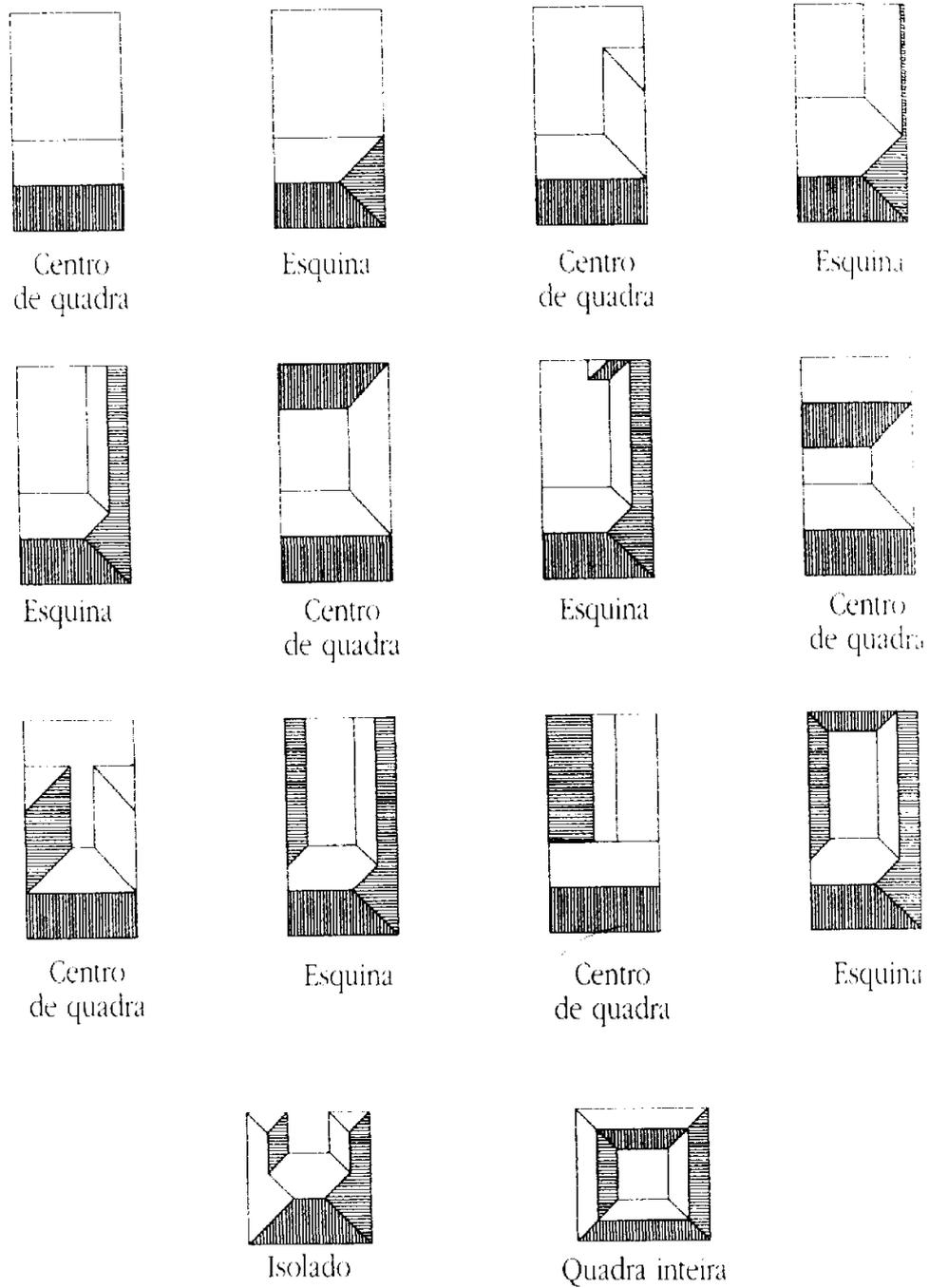


Figura 4. Esquema geral dos telhados.

Figura 43: Exemplos dos esquemas dos telhados das edificações em São Luís do Maranhão. Possibilita apreender a apropriação do lote por parte do imóvel.

Fonte: Silva f., 1998.

Os telhados passaram às soluções de vários planos recortados e movimentados, somente possíveis graças às calhas internas das águas-furtadas ou rincões; e os antigos beirais foram substituídos por platibandas com calhas e condutores (Lemos, 1989).

Também, as janelas ganharam novas dimensões e aproximaram-se mais umas das outras, dando novo ritmo às fachadas. As empenas e gelosias foram trocadas por vidros simples ou coloridos; as escadarias, colunas e frontões eram os ornamentos que apontavam o refinamento técnico do momento — o gosto Neoclássico.

As casas de porões altos ficaram livres da umidade devido aos novos critérios de impermeabilização que permitiram terraços descobertos e elevados. Aliás, é necessário detalhar melhor esse “novo tipo” de residência da segunda metade do século XIX: a casa de porão alto, de frente para a rua, uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas (Reis Filho, 1970).

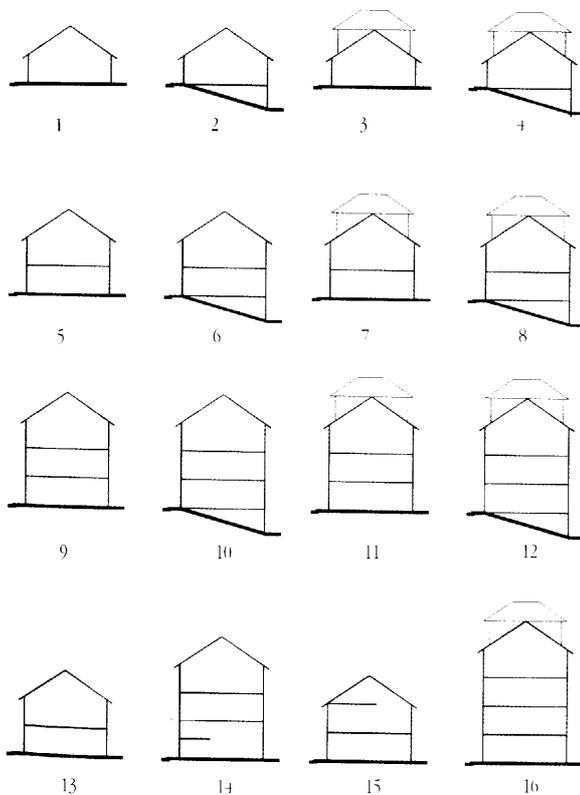


Figura 44: Cortes esquemáticos das edificações no centro histórico de São Luís do Maranhão. Observa-se a adequação à declividade do terreno com conseqüente aparecimento do porão.

Fonte: Silva f., 1998.

Figura 2. Tipologia dos partidos - Cortes: 1. casa térrea; 2. térrea e porão; 3. térrea e mirante; 4. térrea, porão e mirante; 5. 2 pavimentos; 6. 2 pavimentos e porão; 7. 2 pavimentos e mirante; 8. 2 pavimentos, porão e mirante; 9. 3 pavimentos; 10. 3 pavimentos e porão; 11. 3 pavimentos e mirante; 12. 3 pavimentos, porão e mirante; 13. casa de porão alto; 14. sobrado com mezanino; 15. sobrado com sótão; 16. 4 pavimentos.

Lembrando que as casas de taipa já possuíam pequenos porões devido aos seus assoalhos, as novas construções de alvenaria logo trataram de alterar os pés-direitos desses afastamentos do solo, criando o que se passou a chamar de “porões habitáveis⁵” (Reis Filho, 1970).

Qualquer pequeno desnível no terreno passou a ser pretexto para a elevação do piso da edificação em busca de maiores aproveitamentos. Tornaram-se extremamente comuns porões de 2,00 a 2,20m de altura destinados a depósitos e até a dormitórios de empregados (Silva, 1998).

O porão, além de afastar o assoalho da umidade do solo evitava que os cômodos dianteiros fossem devassados por quem passasse pela calçada, o que acontecia com as antigas casas térreas de taipa, cujas salas e corredores ficavam ao nível da soleira da porta da rua (Veríssimo e Bittar, 1999).

O desnível entre o piso da habitação e o plano do passeio era suplantado por uma pequena escada logo em seguida à porta de entrada. Antes da escada, geralmente havia um patamar de mármore com desenhos xadrez em preto e branco, e após a escada encontrava-se uma porta de meia altura de vidro ou madeira recortada (Reis Filho, 1970).

Porém observa-se que, apesar da transformação trazida com o porão habitável, ainda permanecia a uniformidade do lote e da lógica de agenciamento interno de cômodos. A mão-de-obra escrava sustentava a permanência das convenções sociais de usos e funções nas habitações urbanas.

A abolição da escravatura, a proclamação da República e a abertura às imigrações, assim como os códigos e posturas higienistas marcam um período de grandes transformações tipológicas e morfológicas no cenário urbano das cidades brasileiras.

⁵ Os “porões habitáveis” além de serem usados para atividades de serviço da morada, possibilitavam maior privacidade do cômodo da frente em relação à rua. Com a adoção dos afastamentos frontais e laterais, posteriormente pela morada eclética, tal recurso tornou-se desnecessário.

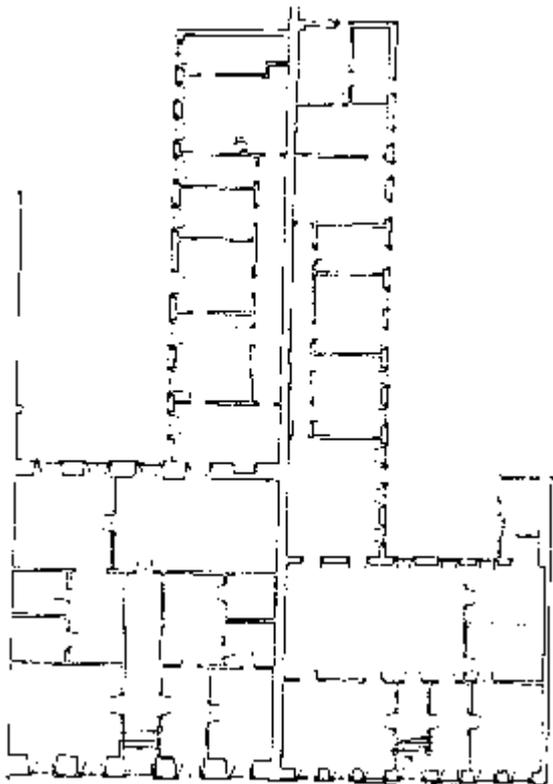
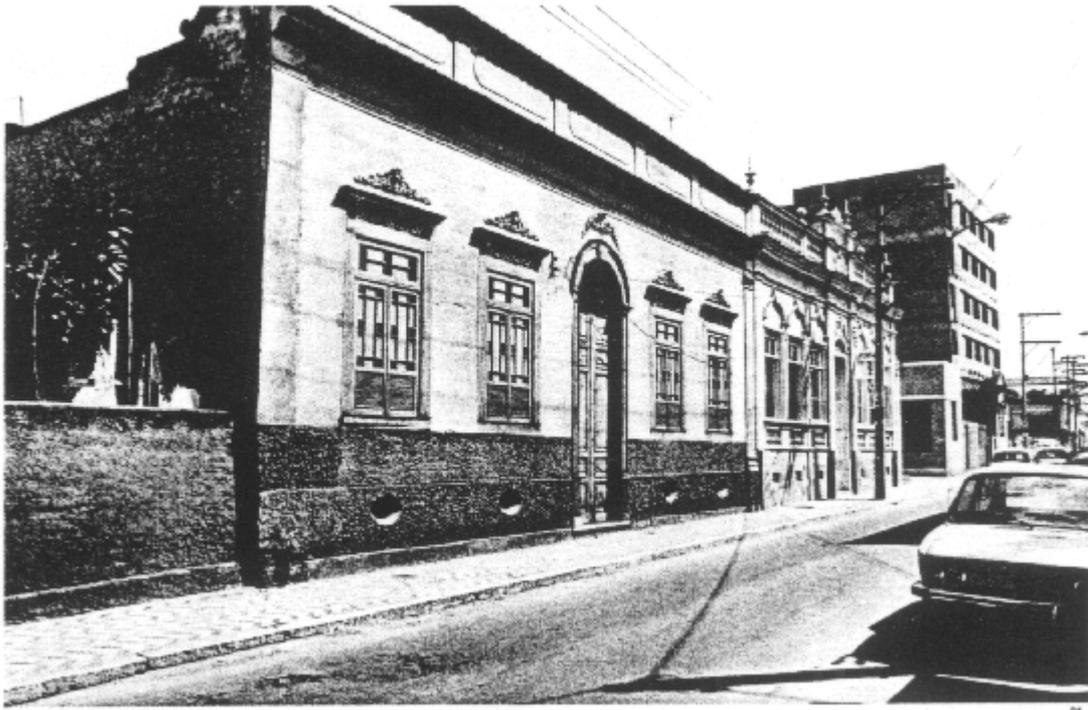


Figura 45: Exemplo de casa com porão não habitável. Há semelhanças de conformação de cômodos, tanto na morada com fachada neoclássica, quanto na morada de fachada eclética neogótica. Observação para o grande puxado de serviço de ambas.

Fonte: Lemos, Carlos A. C. *A Casa Paulista*, 1999.

A partir do último quartel do século XIX, o *ecletismo* começa a ser o estilo arquitetônico em prática, e foi nos programas de necessidades das casas residenciais que ocorreram mudanças de grande importância sócio-cultural e arquitetônica. Tudo vinha do exterior, tudo era copiado ou feito pelo imigrante estrangeiro (Reis Filho, 1970); tudo começou a mudar.

Os critérios de uso do solo alteraram-se bastante, não havendo, porém, uma significativa modificação na taxa de ocupação do lote. Mas, as construções já começaram a se afastar dos limites laterais do terreno no intuito de alcançar melhor iluminação dos cômodos. Fim das alcovas e mistura das chácaras com os sobrados.

Entretanto, tais partidos arquitetônicos eram quase impossíveis dentro do perímetro histórico original da cidade. Não existiam muitos lotes disponíveis, e intervir nos imóveis já existentes geralmente acarretava perdas comprometedoras à integridade histórica do legado. A cidade ganhou, então, nova dimensão através de seus novos bairros residenciais, novos bairros nas áreas de expansão urbana.

De fato, o “*Morar à francesa*” inseriu no cenário urbano brasileiro os jardins ao gosto europeu, cercados por altas grades de ferro; as ruas calçadas e os passeios junto às casas; e dividiu as atividades domésticas em 03 grupos distintos: o estar ou lazer; o íntimo (repouso, sono e banho); e os serviços, totalmente independentes entre si — “*la-se de uma a outra [zona] sem necessidade de atravessar a terceira. Isso significava o abandono dos velhos costumes que toleravam cômodos ou zonas de passagem obrigatória*” (Lemos, 1989).

A antiga sala de jantar, passagem obrigatória de quem quisesse ir à cozinha passou a ser inconcebível nas casas abastadas, mas perdurou nas casas mais pobres e casas de aluguel feitas no alinhamento do terreno, com corredor lateral descoberto. À francesa, somente os ricos moravam nos bairros recém abertos na cidade em expansão.

Essa total independência das 03 zonas de atividades da habitação foi conseguida através da introdução, na planta, do “*vestíbulo*” — faixa de transição entre o público e o privado na construção.

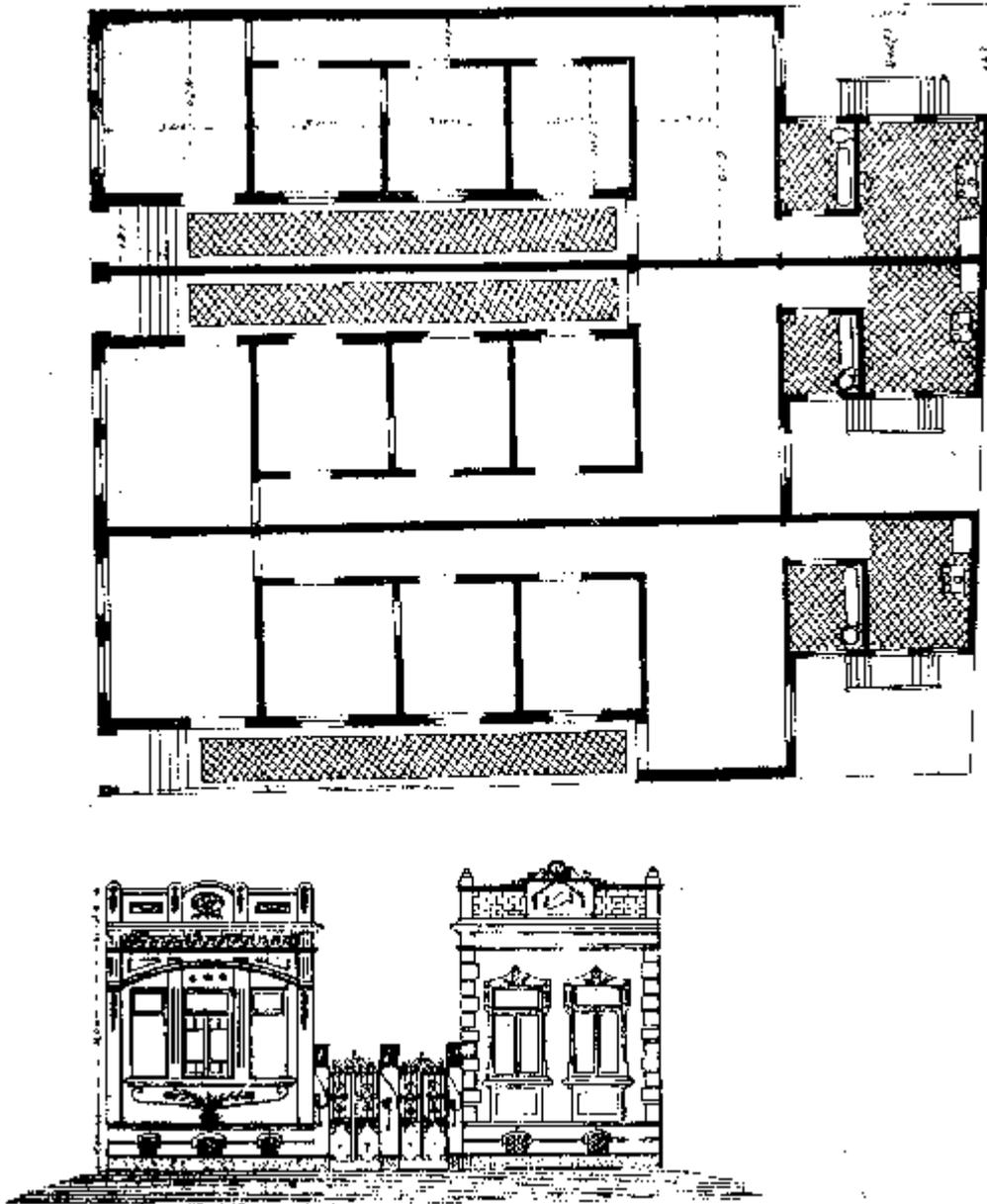


Figura 46: Exemplo de esquema residencial, de conformação de cômodos com circulação externa (descoberta) e circulação interna ligadas à varanda. A alcova isolada e sem janelas para o exterior não existe nesse esquema. Observa-se o puxado da cozinha e do banheiro integrados ao restante da edificação.

Fonte: Lemos, Carlos A. C. *A República ensina a morar melhor*, 1999.

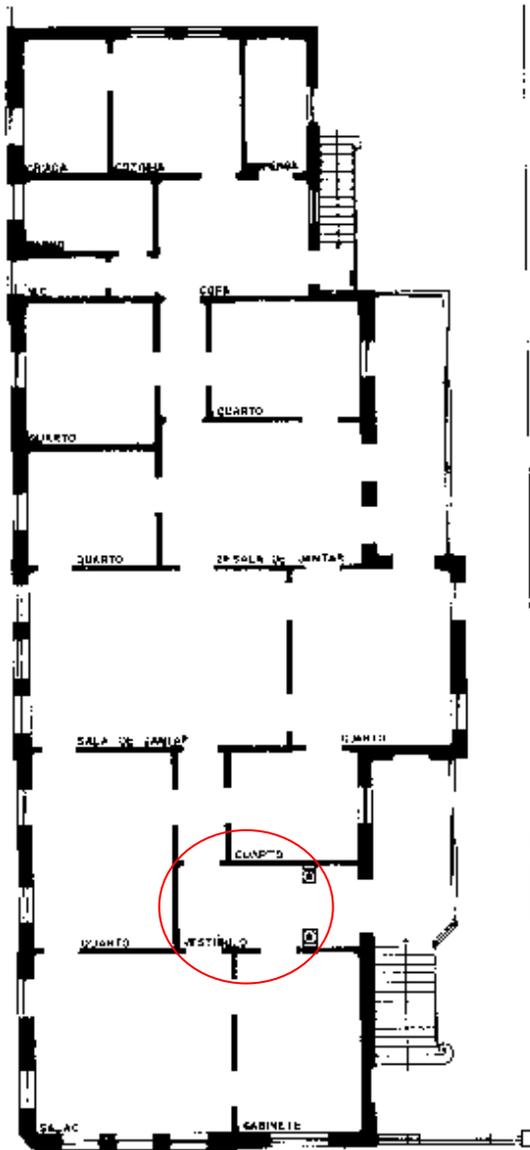
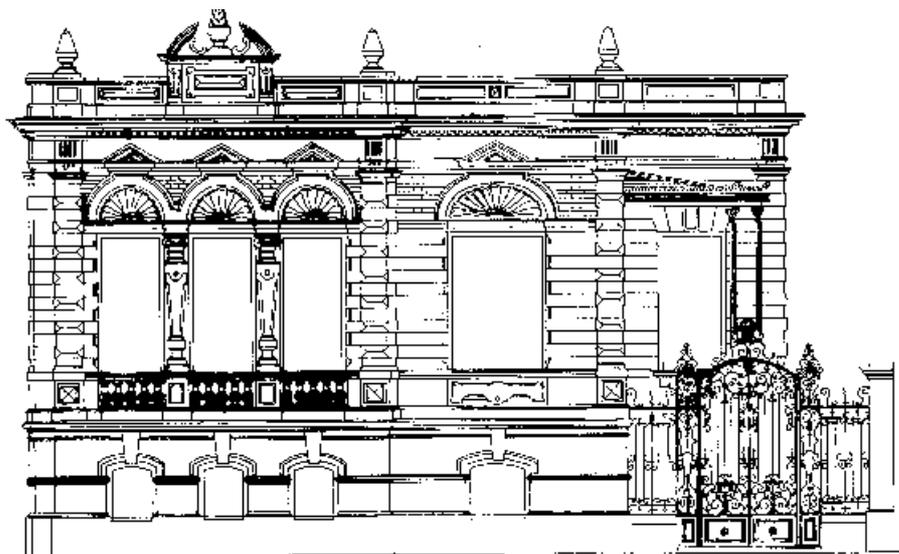


Figura 47: Exemplo já com a inserção do vestíbulo na conformação da planta baixa e do afastamento (lateral) dos limites do terreno – características que vão se configurar em mudanças tipológicas significativas no morar no Brasil.

Fonte: Lemos, *A República ensina a morar melhor*, 1999.



Além disso, as residências foram dotadas de serviços de água e esgoto com a utilização de equipamentos importados; os assoalhos passaram a ter junções mais bem acabadas (com madeira serrada); os pavilhões externos de serviço transformaram-se em “*edículas*” e ocorreu o desaparecimento progressivo de hortas e pomares e o fim dos porões que preservavam a intimidade da morada das vistas dos transeuntes.

A cidade crescia, além do núcleo urbano inicial, de maneira nunca antes vista. A expansão urbana acelerada é reflexo do crescimento econômico e das imigrações de final de século XIX. Aliás, é em resposta ao processo desenfreado da urbanização brasileira que surge a “*casa operária*”, a nova expressão da habitação modesta, verificada principalmente em São Paulo (Lemos, 1989).

A casa operária apresentava poucas dependências, mas seguia os critérios de composição arquitetônica que os novos materiais e técnicas permitiam. Critérios que também regeram a construção de outro programa novo, vindo com a expansão urbana desenfreada: o “*cortiço*”.

A princípio, o nome “cortiço” designava a construção composta de inúmeros cubículos, iguais entre si, destinados à habitação coletiva, com instalações sanitárias e tanques de lavagem de roupas de uso comum. Moradias promíscuas, também frutos da grande demanda de habitações da enorme massa proletária da cidade em expansão.

Posteriormente, porém, o termo também passou a designar a grande morada, antes rica e luxuosa, hoje decadente e abandonada, transformada em casa de cômodos, de uso promíscuo e de condições de higiene precárias, que muitas vezes constituem o patrimônio construído dos nossos centros históricos e que revelam por essa decadência a decadência das áreas (memória) das nossas origens.

Já no século XX, com as transformações e mecanização do transporte vertical e horizontal, as bases para um amplo desenvolvimento na arquitetura habitacional, não excepcional, foram estruturadas. Surge, assim, na década de 20, no Brasil, o prédio de apartamentos — o arranha-céus — possibilitando a verticalização e o adensamento do crescimento urbano.

A planta desse tipo de morada é extremamente variada, segundo seus infinitos programas de necessidades que sofrem influência direta das leis do mercado imobiliário. Porém, vale destacar uma peculiaridade brasileira: a separação entre circulação de serviço e circulação social, herança de nossas raízes escravistas.

No que tange às mudanças do cenário externo às edificações, os quarteirões tornaram-se compactos, super-edificados e superpovoados, seguindo a Paris de Haussmann. Desapareceriam “áreas” e surgiriam “poços” de ventilação, mas os “bairros jardins” das classes mais altas manteriam os prédios afastados obrigatoriamente dos limites, buscando uma interação homem e natureza segundo Sitte (Schorske, 1988). As grandes avenidas invadiram a paisagem do novo século, trazendo o progresso e a expansão territorial.

As inovações formais do modernismo (linhas retas, platibanda com ornatos retilíneos e estrutura de concreto) eram a nova linguagem da modernidade arquitetônica no início do século XX. O tratamento arquitetônico e paisagístico continuava acompanhando uma valorização sócio-econômica e cultural; e os centros históricos passaram a ser preservados em busca de uma memória a ser confrontada com o novo ambiente citadino moderno.

A questão tipológica



Figura 48: Trecho de casas térreas tradicionais em Olinda. (Foto: André Pina).

O que caracteriza o modo de morar de determinada sociedade são as regras de estruturação e conformação das diferentes atividades inseridas no espaço e no tempo. A principal função da habitação é o morar, e esse morar deve ser entendido dentro de uma concepção de unidade entre tempo, espaço e grupo social.

Como coloca Rodrigues (1945), é *“interessante [o estudo da casa antiga no Brasil], pelas características permanentes dessa casa principalmente pela unidade do seu aspecto em todo o território, e pela imutabilidade, através do tempo, dos princípios que presidiram à sua construção, fenômeno esse comparável, pela semelhança (tendo-se em vista a extensão territorial) ao da língua e ao da religião. Sofrendo entretanto como a raça, ou melhor como o homem, um processo lento de formação, como este, manteve a casa o seu caráter, a sua fisionomia, enquanto não perturbados pela ocorrência de elementos estranhos em certas regiões, e a partir de certas épocas – incidente natural e inevitável”*.

Pois bem, com esse vó pela história da evolução da tipologia habitacional brasileira, podemos observar que até o *“morar à francesa”*, existia apenas uma família tipológica, vinda da casa térrea, perpassando pela casa de porão não habitável, chegando ao porão habitável que poderia ser usado para fins comerciais, até o sobrado dos ricos que tinham no térreo suas áreas de serviço, ou os sobrados de uso misto dos comerciantes — uma evolução de *continuidade*.

O *vestíbulo* é que vai ser a *transformação*, pois concebe uma nova organização funcional no morar. O prédio de apartamentos, que no caso dessa pesquisa não é abordado, já que foge do foco-tempo principal em estudo, também caracteriza uma nova tipologia de evolução de transformação. Já as casas operárias e cortiços foram simplificações do morar segundo a grande demanda habitacional com o aumento considerável da classe trabalhadora.

As características arquitetônicas, estéticas e construtivas vão acompanhando as mudanças gradativas na habitação e mutuamente influenciam e são influenciadas pelas necessidades sócio-culturais que se apresentam. A especialização da mão de obra, principalmente vinda do exterior, foi fator decisivo no processo.

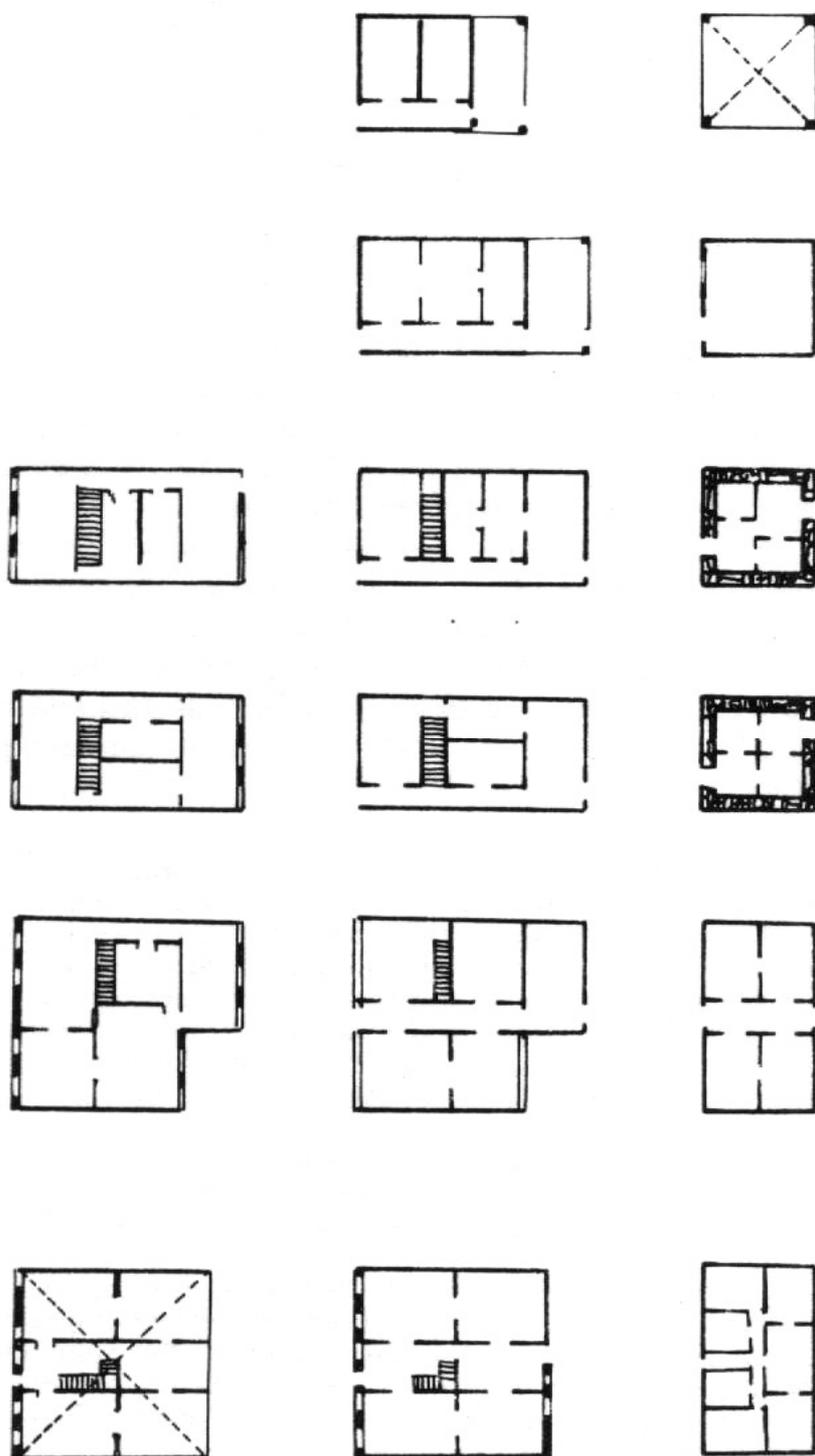


Figura 49: Dinâmica dos partidos arquitetônicos em Vila Rica, segundo estudos de Sylvio de Vasconcelos.

Fonte: Vasconcelos, 1977.

É importante salientar que os estudos brasileiros sobre habitação civil urbana, não excepcional, equivocam-se em relação à análise tipológica, pois concebem a casa térrea e o sobrado como tipologias distintas⁶. Não são. O sobrado⁷ é esquema evoluído da casa térrea, ou melhor, a diferenciação é a inserção da circulação vertical, sem que isso implique verdadeiramente mudanças de conformação do partido arquitetônico.

Outra colocação equivocada é a de que o porão habitável é marco de uma nova tipologia urbana de habitação civil não excepcional. Ele é apenas elemento acrescentado num evoluir tipológico de continuidade. Além disso, é uma versão mais modesta do sobrado, já que o porão não deixa de ser piso que sobra (a mais) na edificação.

A grande questão, porém, é que tais estudos, estritamente históricos, sem maiores pretensões além da sistematização de fatos já ocorridos, abstêm-se de quaisquer observações ou recomendações a respeito do planejamento de intervenções nas tipologias não excepcionais da habitação civil de nossas cidades. Tipologias que no caso de nossas áreas de interesse histórico são de interesse à conservação, pois fazem parte e conformam a ambiência de tais áreas.

Não há também preocupação dos estudos em enfatizar o fato, a necessidade e a possibilidade de uso contemporâneo de tais estruturas. A visão da reabilitação de estruturas não excepcionais, da habitação civil, para atender às necessidades da contemporaneidade não é abordada.

Os estudos tratam isoladamente o universo da habitação civil não excepcional segundo períodos históricos distintos, passados, e totalmente restritos ao momento histórico de origem, sem observar que a dinâmica urbana atual ainda comporta a utilização de estruturas de séculos passados.

6 "A planta da casa antiga apresenta multiplicidade de tipos, como é natural, tanto a do sobrado espaçoso da cidade ou a da esparramada casa de fazendas ou de engenho, como a da modesta e pequenina casa de porta e janela. Nas casas pequenas, apertadas entre construções, um corredor lateral serve a todos os cômodos; às vezes um ou outro vazio, à maneira de pátio, serve para clarear o interior. Para as grandes há uma variedade enorme de soluções..." (Rodrigues, 1945).

⁷ São Luís (Silva, 1998) classifica suas casas térreas em '*morada-inteira*' (uma porta central, com duas janelas de cada lado); '*meia-morada*' (uma porta em uma das extremidades e duas janelas ao lado); e '*porta-e-janela*' (uma porta e uma janela); onde a largura média varia entre 3 a 4 metros e os lotes apresentam profundidade média entre 10 e 20 metros. Já em relação aos seus sobrados, divide-os em '*solares*' e '*sobrados*'.

Totalmente desconectados da visão do planejamento de intervenções urbanas, tais estudos, entretanto, constituem-se de maior relevância pela análise conjunta das transformações no morar, materializadas no construído, com as transformações culturais e sócio-econômicas, de uso e ocupação do solo e de evolução tecnológica transcorridas.

É importante frisar que na habitação civil, não excepcional, no Brasil, não existe elemento que a integre nos rigores rígidos de uma ordem (Rodrigues, 1945); assim como, não se pode apontar tendência para expressões de caráter regional no período colonial. Por todo o país, as casas e edifícios públicos são quase idênticos: *“quanto a plantas, sistemas construtivos e ornamentação, as fórmulas reinantes são essencialmente as mesmas, de Belém do norte, a Santos no sul”* (Smith, 1969).

A Autenticidade da tipologia habitacional civil, não excepcional, no Brasil, é caracterizada a partir dos diversos processos de consolidação de partidos arquitetônicos, programas de necessidades, materiais e técnicas construtivas e estilos arquitetônicos, intrinsecamente ligados aos tempos e aos lugares aos quais dizem respeito. Porém, apesar das especificidades locais, há semelhanças gerais no território brasileiro como um todo.

Em geral, tanto *casa térrea* quanto *sobrado*, tinham características comuns em relação ao partido arquitetônico: salas da frente e lojas com aberturas sobre a rua; cômodos de permanência das mulheres e locais de trabalho nos fundos; alcovas (locais de permanência noturna) confinadas; e corredor longitudinal de circulação apoiado na parede lateral ou no centro da planta. Tais características conformam a Autenticidade Tipológica da habitação civil comum no Brasil.

O contexto da Autenticidade da Herança Cultural de determinado tempo e lugar, segundo a Autenticidade Tipológica do patrimônio construído, em especial da habitação civil não excepcional que o compõem, sob o olhar da conservação do tipo construído através de análise tipológica, estrutura o estudo do universo específico de investigação — o C.H.B.. Observar os meandros da evolução da morada brasileira foi, então, imprescindível para a abordagem que se propôs no trabalho.

CAPÍTULO III: O CASO DO C.H.B.

O Capítulo III, deste trabalho, consiste no universo do *Estudo de Caso, o Centro Histórico de Belém do Pará (C.H.B.)*. Inicia-se com uma retomada do *Processo de Consolidação do Centro Histórico* com ênfase nas edificações da área, traçando em seguida, o perfil da sua *Caracterização Atual* com o mesmo foco já mencionado. Finalizando, expõe, então, a *Análise Tipológica* desenvolvida com os imóveis estudados, desvendando o tipo base e o processo tipológico que caracteriza a habitação civil não excepcional no C.H.B..

1. O Processo de Consolidação do Centro Histórico de Belém do Pará – C.H.B.

“(...) a conquista da Amazônia foi o maior feito geográfico de Portugal em termos de continentalidade. (...) ora, histórica e geograficamente, Belém foi a base, o fulcro, o centro de irradiação de toda essa imensa conquista territorial. (...) nenhuma região dependeu tanto de uma cidade como a Amazônia dependeu de Belém. Nada se fez aí senão com base nela ou através dela” (Moreira, 1966:15).

Ao Norte do Brasil, maior país da América Latina e o que engloba a maior reserva de biodiversidade e extensão de florestas tropicais do mundo, encontra-se Belém do Pará, o “Portal” de entrada e a “Capital da Amazônia”. Uma cidade desenhada por rios, igarapés e canais.

Fundada em 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, com a construção do “Forte do Presépio” em plenas margens do Rio Guamá, Baía de Guajará, foi sinal de posse portuguesa e base de defesa militar da imensidão amazônica. De clima quente e úmido, famosa por sua flora medicinal e exótica, e fauna exuberante e diversificada, atualmente, conta com aproximadamente 1.089,1km² e 1,2 milhão de habitantes¹.

¹ IBGE, 1995.

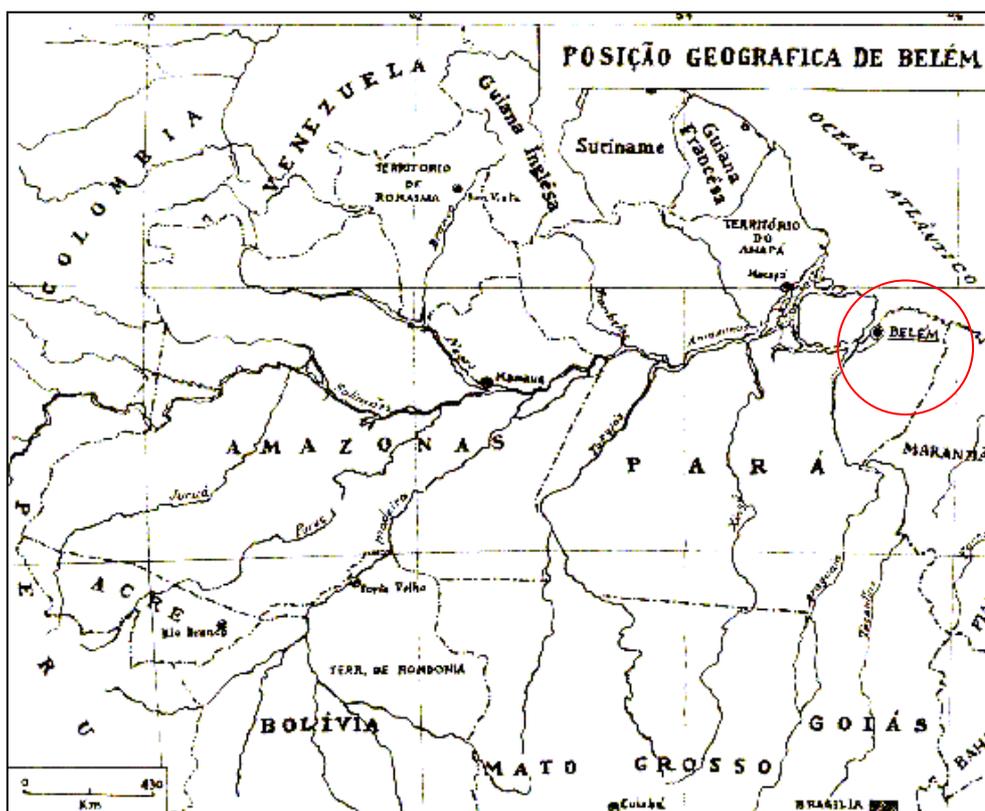


Figura 50: Posição Geográfica de Belém na Região Norte do Brasil.

Fonte: Penteadó, 1968, vol.1

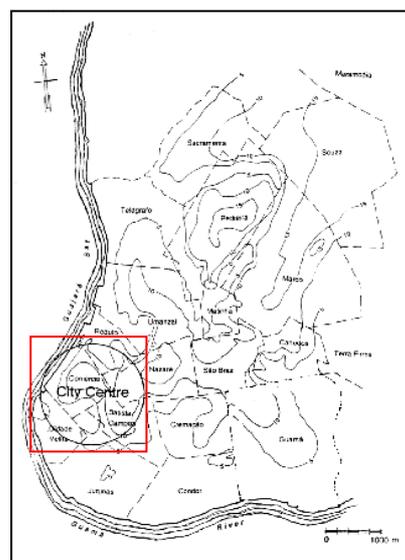


Figura 52: Belém e o Centro Histórico.

Fonte: Byman e Svensson, 1995.

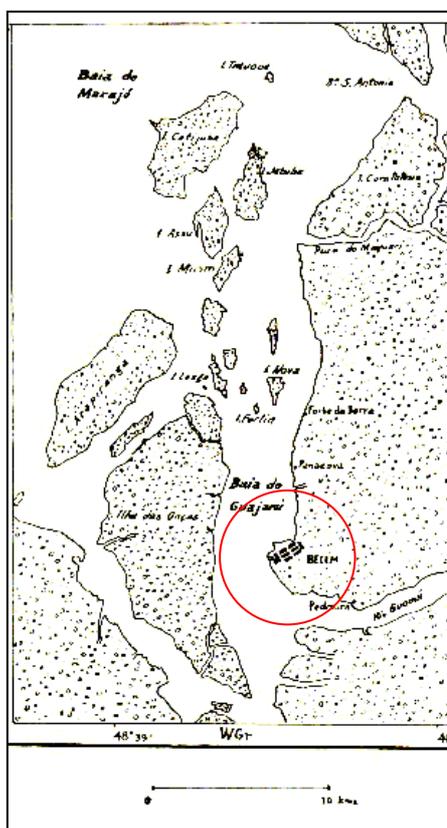


Figura 51: Posição Geográfica de Belém na Baía de Guajará.

Fonte: Penteadó, 1968, vol.1.



Figura 53: Vista da Baía de Guajará.
Fonte: Belém do Pará – ALUNORTE, 1995.



Figura 54: Vista dos Bairros da Cidade Velha e Campina
Fonte: Belém do Pará – ALUNORTE, 1995.

A fundação da cidade ocorreu segundo os critérios portugueses de estabelecimento de novos núcleos urbanos. A primeira rua de Belém nasceu, paralela ao rio Guamá, partindo da Praça d'Armas e ia até onde hoje se encontra a Igreja do Carmo. Foi chamada “Rua do Norte”, atual Rua Siqueira Mendes, no Bairro da Cidade Velha, eixo-guia das novas ruas e travessas posteriormente abertas.

Já em fins do século XVII, o novo assentamento conformava-se como embrião de 02 núcleos urbanos separados pelo Igarapé do Piri: a “Cidade” perto do Forte do Presépio, atual Forte do Castelo; e a “Campina” em torno da rua dos Mercadores, hoje, Rua Conselheiro João Alfredo (trecho situado entre o largo das Mercês — atual praça Visconde do Rio Branco — e o Piri). Tanto na “Cidade” quanto na “Campina” a paisagem urbana pouco diferia nessa época (Penteado, 1968).

Figura 55: Rua Dr. Malcher – Bairro da Cidade Velha.

Fonte: Foto do autor, 2000.



Figura 56: Rua Cameté – Bairro da Cidade Velha.

Fonte: Foto do autor, 2000.

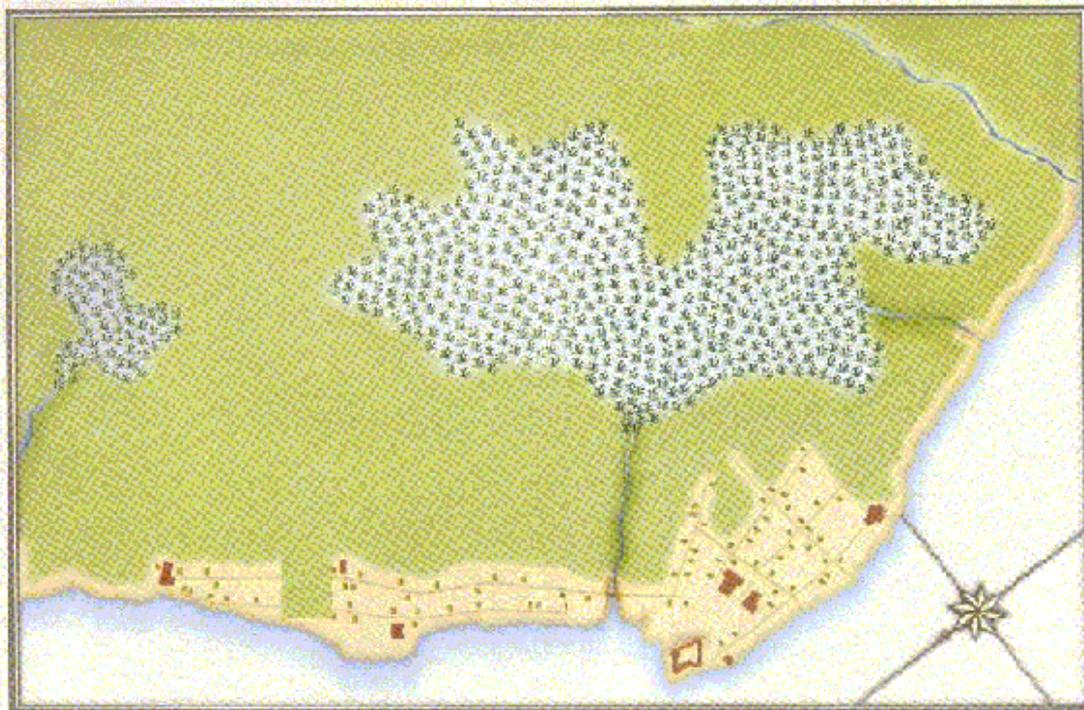


Figura 57: Belém em 1650. O igarapé do Piri e os núcleos urbanos da Cidade Velha e da Campina.

Fonte: Belém do Pará – ALUNORTE, 1995.

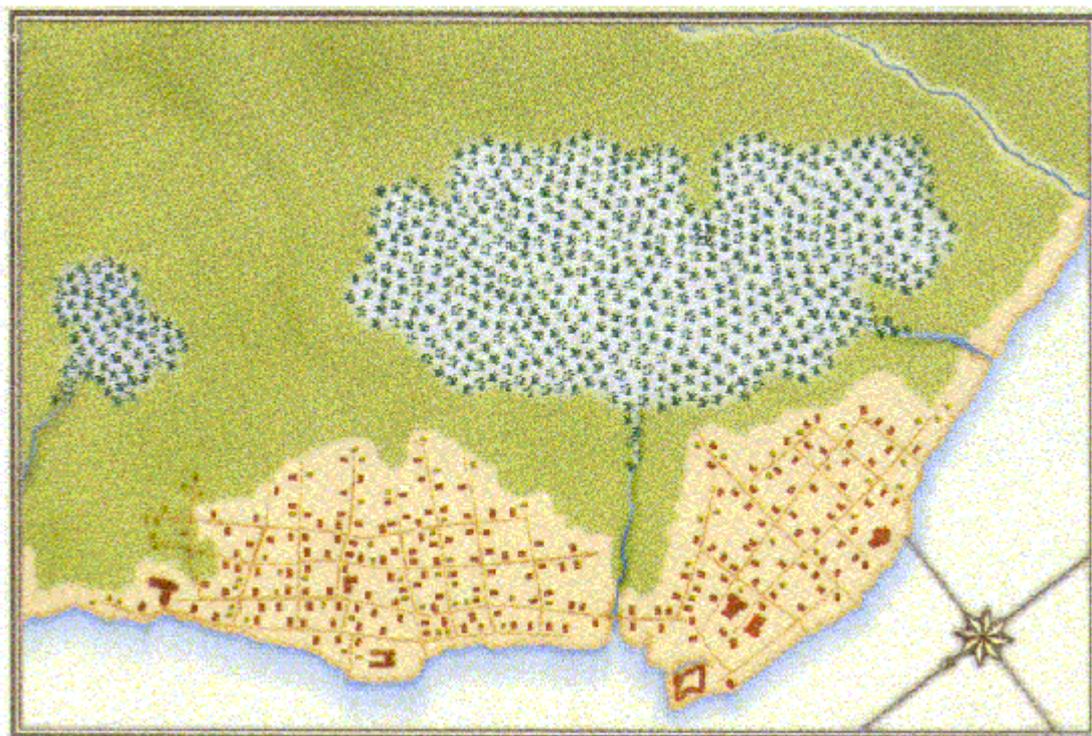


Figura 58: Belém em 1700.

Fonte: Belém do Pará – ALUNORTE, 1995.

As vias eram estreitas e tortuosas, especialmente as travessas, abertas perpendicularmente às ruas que seguiam paralelas à rua do Norte. Existiam poucas edificações, mas importantes igrejas e conventos já se sobressaíam em meio às casas de um só pavimento em taipa, com as portas ao caminho. De fato, o Patrimônio Religioso tem papel fundamental na sua estrutura morfológica, principalmente no século XVIII.

Segundo Penteadó (1968), o conjunto arquitetônico denunciava a espontaneidade do desenvolvimento urbano ali presente no início da fundação da cidade; e o comércio ainda era precário e incipiente. Belém não fugiu à regra geral das cidades brasileiras, pois se conformou, inicialmente, irregular, tendendo à linearidade, além de polinuclear sem contorno definido (Marx, 1980:23).

Figura 59: Rua Riachuelo.

Fonte: Foto do autor, 2000.



Figura 60: Travessa Pe. Eutíquio.

Fonte: Foto do autor, 2000.

No século XVIII, a cidade já apresenta uma expansão urbana, ainda que diluída, nas ruas abertas nos atuais bairros do Reduto, Nazaré e Batista Campos (bairros do entorno do núcleo inicial). Entretanto, até metade do século seguinte (Penteado, 1968), ainda conserva a paisagem de suas casas caiadas térreas à margem do rio, dominadas pelas cúpulas e torres das igrejas, rodeadas pela floresta 'virgem'.

Vale destacar aqui, que a administração do Marquês de Pombal, no governo de D. José I, deu a Belém atenção especial com a nomeação do irmão do Marquês, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o governo do Grão-Pará. Os recursos investidos e as obras feitas na cidade foram extremamente significativos para o desenvolvimento da forma urbana de Belém (Sarges, 1990).

O arquiteto italiano Antônio José Landi, vindo na Comissão Demarcadora de Limites, foi o principal responsável pelas transformações da paisagem belemense de 1753 a 1791 (data de sua morte) — houve um certo aprimoramento do conhecimento, técnica e fazer construtivo na cidade. As obras de Landi, igrejas e palácios principalmente, talvez sejam a memória mais expressiva da presença do Iluminismo Pombalino no Brasil Colônia (Sarges, 1990). (Ver Figuras 61, 62 e 63)

Os edifícios públicos impressionavam, já nesse momento, pela sua monumentalidade, como o Palácio dos Governadores (projeto de Landi); assim como as praças, emolduradas não só pelo casario como pelas palmeiras ali plantadas.

As novas igrejas, já com as proporções que chegaram aos nossos dias, eram construções grandiosas, que, concebidas com técnica mais aprimorada, apresentavam imponência, como a Catedral da Sé (1737-1751) e destacavam-se por sobremaneira na paisagem citadina.

A Rua da Paixão (atual Rua 13 de Maio) teve o primeiro calçamento feito na cidade (1757), com pedras irregulares da terra (grés ferruginoso) — sistema utilizado até meados do século XIX, quando passou a ser feito de paralelepípedos de granito importados com o dinheiro que advinha da borracha.



Figura 61: Igreja de Santo Alexandre (atual Museu de Arte Sacra de Belém).

Fonte: Belém do Pará – ALUNORTE, 1995.



Figura 62: Igreja de Sant'Ana (mausoléu de Landi).

Fonte: Nosso Pará, n.1.

Figura 63: Igreja de São João, excepcional pela forma octogonal.

Fonte: Nosso Pará, n.1.



“A artéria principal, escreve Wallace, é a rua dos Mercadores, onde se encontram quase todas as boas lojas da cidade, onde as casas só têm um pavimento e as lojas com todas as suas portas sempre abertas na frente, são conservadas limpas e esmeradamente arrumadas, tendo, de preferência, um variado sortimento de mercadorias”. (Penteado, 1968:23)



Figuras 64 e 65: Vistas da Rua Conselheiro João Alfredo, antiga Rua dos Mercadores (uma das primeiras ruas da “Campina”).

Fonte: Penteado, 1968, vol.1; e Nosso Pará, n.1.

Enquanto as arquiteturas religiosas e públicas eram monumentais, principalmente por influência do arquiteto Antônio Landi como já citado neste trabalho; a arquitetura civil, em grande maioria, ainda mostrava-se simplória e acanhada em dimensões, técnicas e materiais.

Nesse momento o azulejo entra como revestimento externo das moradas mais abastadas, e já se observa a existência de um porão, que, principalmente no século seguinte, vai se tornar “habitável”, sem que isso venha, entretanto, interferir no agenciamento interno dos cômodos do morar.

Belém podia ser, neste momento, dividida em três bairros (Penteado, 1968:157): o da Cidade Velha, “*muito tranqüilo, conservando o ar arcaico*”; o do Comércio², “*onde é propriamente estabelecido o comércio alto e baixo de todo o gênero, os bancos e os mercados*”; e o da Campina, destinado à parte residencial, “*moderno, cercando por assim dizer, os outros dois bairros*”. A população já conta em 1788 com 10.620 habitantes (Penteado, 1968).



Figuras 66 e 67: Ruas do Centro Histórico – Trav. Pe. Prudência e Rua St.º Antônio.

Fonte: Fotos do autor, 2000.

² Nos mapas da CODEM/SEGEP, de logradouros públicos, “Comércio” e “Campina” são um único bairro; apenas subdividido por motivos de especialização funcional.

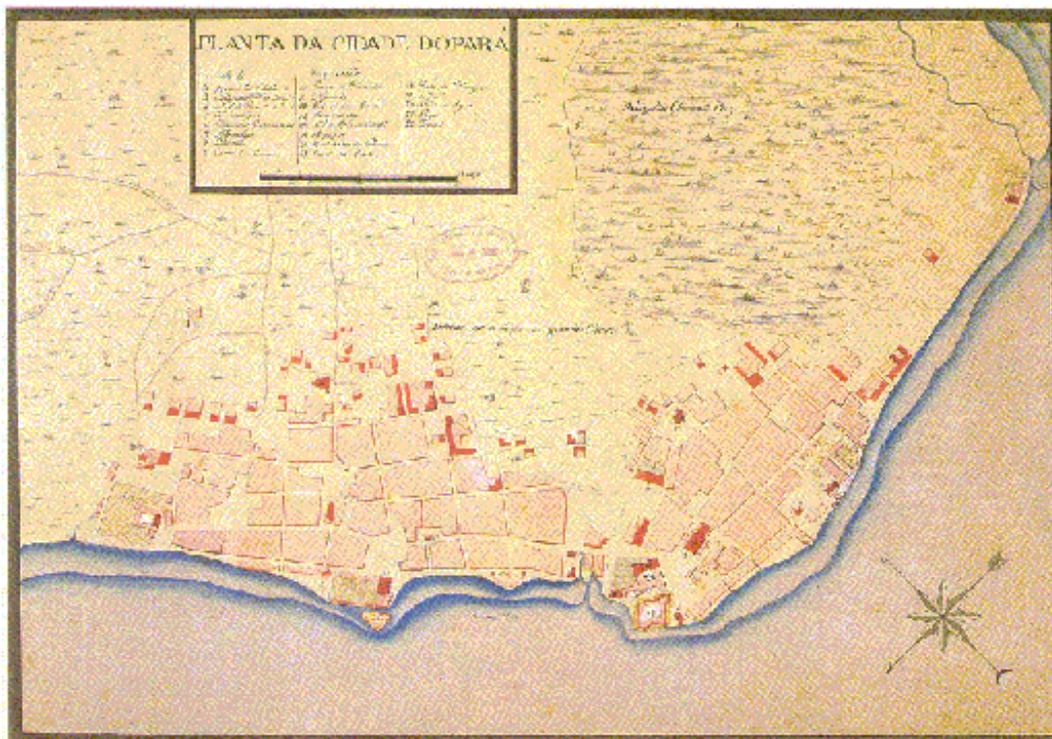


Figura 68: Belém em 1754-1761.

Fonte: Belém do Pará – ALUNORTE, 1995.

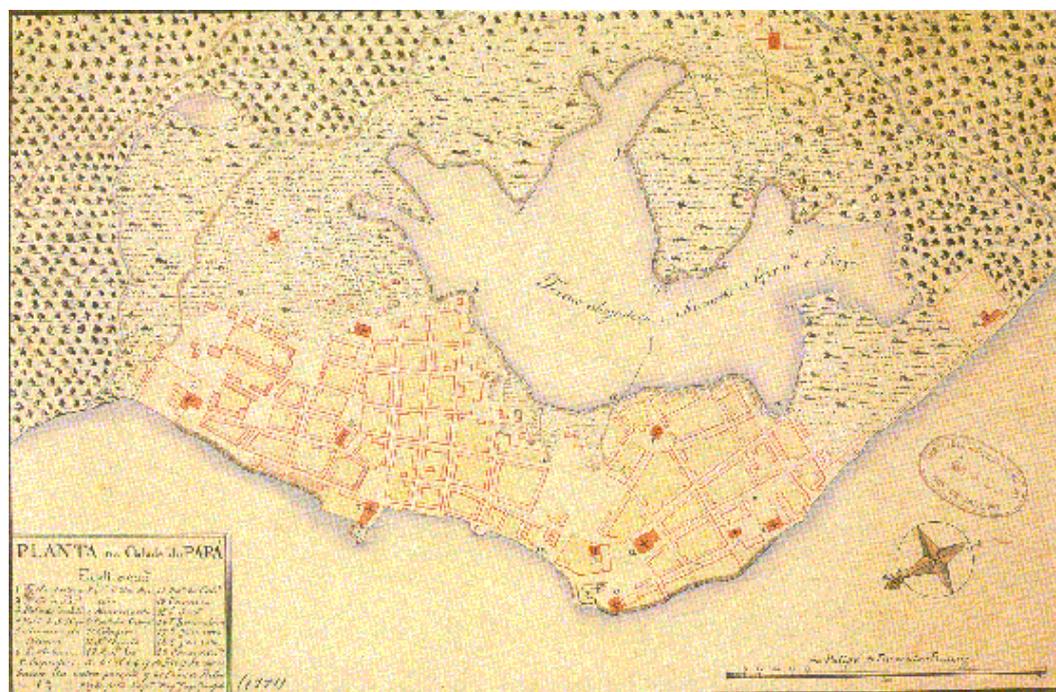


Figura 69: Belém em 1771.

Fonte: Belém do Pará – ALUNORTE, 1995.

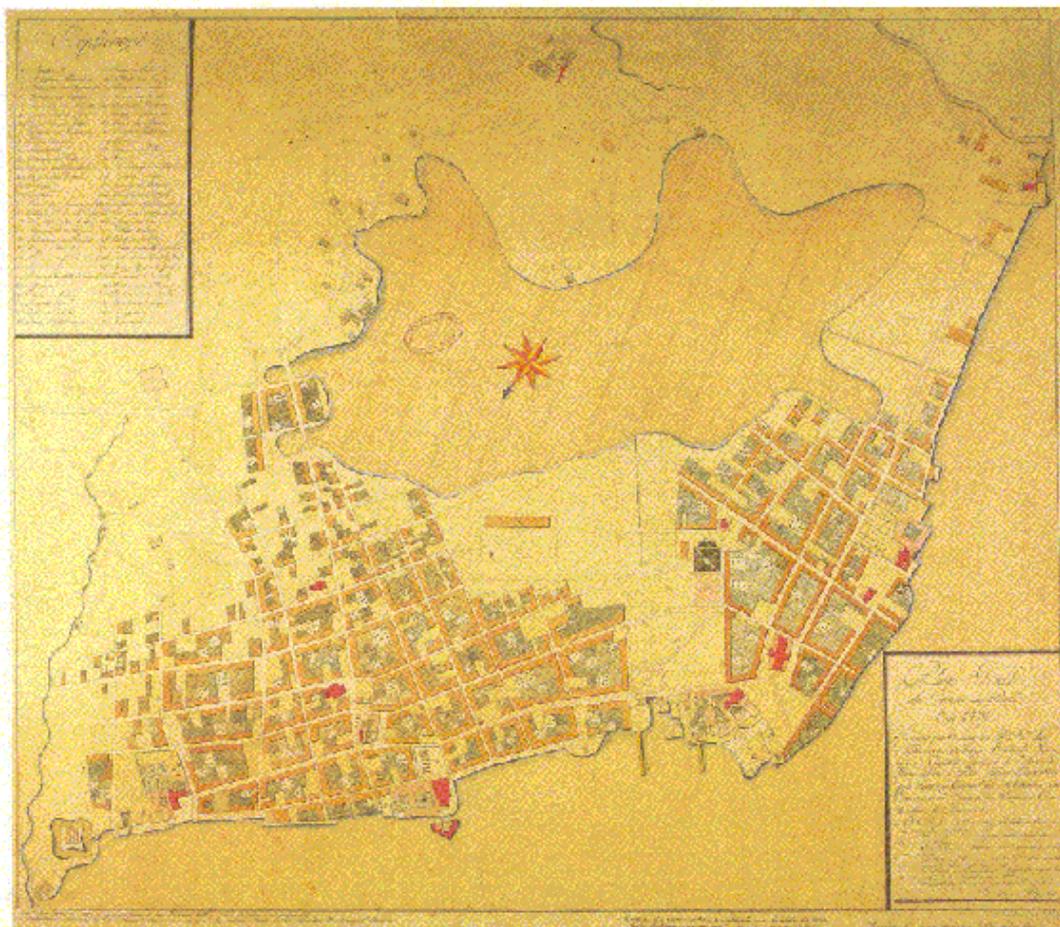


Figura 70: Belém em 1791.

Fonte: Belém do Pará – ALUNORTE, 1995.



Figura 71: Belém em 1800.

Fonte: Belém do Pará – ALUNORTE, 1995.

Do marco inicial, o Forte e a Rua do Norte, à conformação dos dois núcleos urbanos, e posterior expansão urbana, Belém teve períodos de desenvolvimento e de estagnação econômica. Atravessou o século XVII sem alterações marcantes na paisagem do casario construído; e, no século XVIII, adquiriu ares de prosperidade na monumentalidade de suas igrejas e nas fachadas azulejadas das edificações mais imponentes.

Mas, é no século XIX, principalmente no Ciclo do Ouro Branco — em referência ao látex extraído da seringueira — que enormes transformações na paisagem belemense serão vistas e sentidas, começando com o aterro do igarapé do Piri (início 1803), originando a praça Felipe Patroni, e várias ruas; e com a Revolta da Cabanagem (1835-40), que além de muitas mortes entre a população, destruiu grande parte das estruturas da habitação civil comum da Cidade Velha.

“Segundo Bates, (...) as ruas antes sem calçamento ou salpicadas de pedras soltas e areia, estavam agora pavimentadas de concreto, do modo mais perfeito, construções mais uniformes, ruínas substituídas por edifícios novos e bonitos, com longas e elegantes varandas na frente dos pavimentos térreos, a uma altura de alguns pés do caminho; as praças alagadiças tinham sido drenadas, limpas de plantas daninhas e plantadas com filas de amendoeiras e casuarinas, de modo que eram atualmente grande ornamento da cidade em vez de chaga, como antes...”
(Penteado, 1968:128).

É a chamada “*Belle Époque*”, o Ciclo de Ouro da Borracha, posterior à grande revolta da “Cabanagem”. Em busca de conforto, higiene e saneamento, a cidade concretizou melhorias urbanas que iam da iluminação a gás, rede parcial de água e esgoto, calçamento das ruas com paralelepípedos de granito importado, até a construção dos mercados municipais do Ver-O-Peso e do Teatro da Paz.

O intendente Antônio Lemos governou a cidade no auge desse período (1897-1912). Suas realizações foram em prol da expansão e do embelezamento urbano de Belém. As mudanças foram significativas não só nas edificações componentes da paisagem, mas também, e conseqüentemente, na malha urbana, principalmente nas ruas e travessas.

No bairro do Comércio, uma de suas obras mais importantes foi o aterro da orla, que deu origem a Boulevard Castilhos França e ao novo cais do porto. Já em relação aos novos bairros, ousou e foi pioneiro no país na implantação de um plano de expansão da cidade com base nos mais avançados padrões urbanos europeus.



Figura 72: Vista da Boulevard Castilhos França e do Cais do Porto.

Fonte: Belém a Amazônia é aqui (PMB - folheto turístico).



Figuras 73 e 74: Trav. 1º de Março e Vista da Boulevard Castilhos França.

Fonte: Fotos do autor, 2000.

Concebido pelo engenheiro Nina Ribeiro nos anos de 1883 a 1886, e revisto pelo desenhista municipal José Sidrim em 1905, o plano teve como pressupostos fundamentais a ortogonalidade e monumentalidade — com avenidas de até 44 metros de largura e travessas de 22 metros. Englobava toda a primeira légua patrimonial da cidade.

Segundo Duarte (1997), *“a implantação [do plano] segue os vetores de crescimento existentes, sem que haja superposição com o núcleo urbano remanescente do século XVIII. Os eixos de penetração existentes constituirão as geratrizes do plano, permitindo uma perfeita articulação com o tecido tradicional. A exemplo do que ocorrera em Barcelona, a partir das proposições de Ildefonso Cerdá (1859), Belém conservará a memória de sua expansão urbana perfeitamente legível no próprio desenho da cidade”*.

E assim se fez, pois, na quase total implantação do plano, apenas as áreas de baixadas ficaram de fora. Os aterros necessários devido aos alagamentos nunca foram feitos, dando origem a uma ocupação informal fruto da grande demanda habitacional (as “palafitas”) do início de século XX.

Enfim, diferentemente de outras cidades brasileiras, Belém conservou seu tecido tradicional, da área referente à origem da cidade, intacto, pois a cidade expandiu-se até os limites da 1ª Légua Patrimonial, a partir dos eixos de penetração existentes, em articulação perfeita entre o tecido urbano tradicional, remanescente da colonização portuguesa no século XVII, e o tecido demandado pelo urbanismo moderno, a exemplo das reformas ocorridas na Espanha.

Em termos de edificações (em 1885, 6.551 prédios segundo Penteado (1968)) civis, multiplicam-se os sobrados de dois e três pavimentos (uns de quatro e a maioria de um pavimento), com coberturas de quatro águas, mais apurados tecnicamente (melhoria da mão-de-obra local) e com ornamentos e acréscimos reflexos do ecletismo do final do século passado. Platibandas, arcos plenos, molduras em massa, forros trabalhados, foram melhorias que se adaptaram até mesmo aos imóveis de proporções menores, mais modestos.

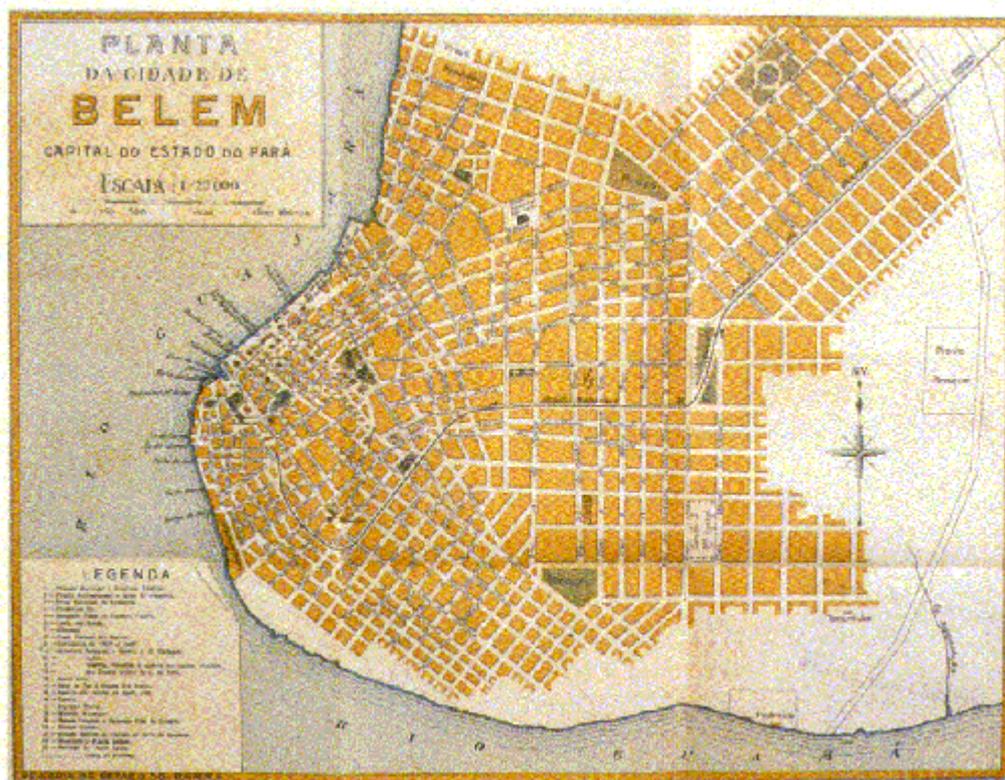


Figura 76: Belém em 1919.

Fonte: Belém do Pará - ALUNORTE, 1995.

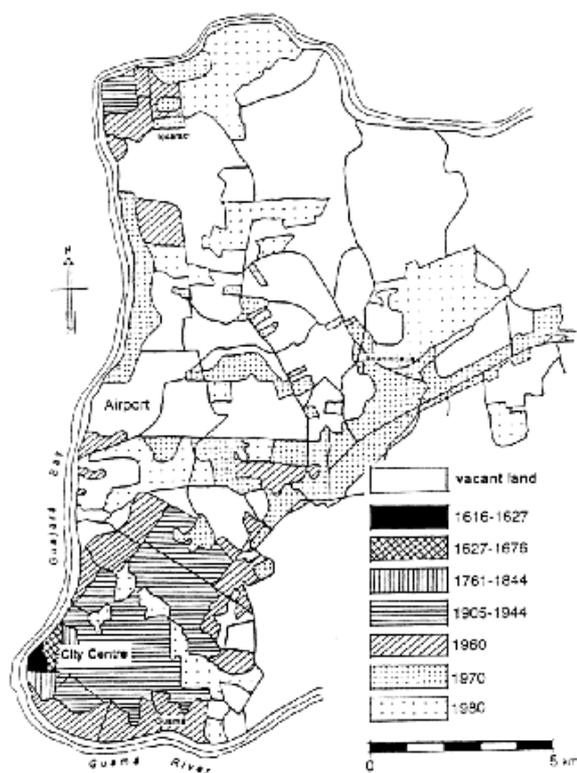


Figura 77: Crescimento urbano de Belém.

Fonte: Byman e Svensson, 1995.

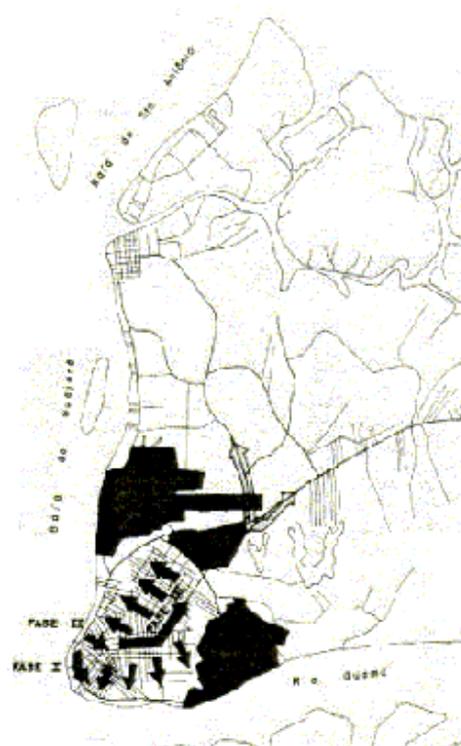


Figura 78: Evolução de Belém – Vetores direcionais de crescimento.

Fonte: Oliveira, 1992.

E é com a valorização do bairro comercial que as residências das famílias com maior poder aquisitivo foram sendo transferidas para os bairros de expansão, no entorno do núcleo inicial (Umarizal, Nazaré e Batista Campos). A terra mais barata viabilizava a aquisição de grandes lotes e a construção de moradias mais amplas e confortáveis, com a nova tipologia do “morar à francesa”, priorizando os afastamentos dos limites dos lotes (impraticáveis no núcleo original).

Realmente, Belém se tornara não só uma cidade comercial, com vida noturna animada, mas também um centro político de grande importância regional, contando com 200.000 habitantes em 1919; onde “os melhores pontos comerciais eram disputados a preço de ouro” (Penteado, 1968).

Das luzes à escuridão, a portentosa “Capital da Borracha” declina em aproximadamente meio século. Inicia o século XX, por volta dos anos 20-30, falida economicamente (quebra do monopólio do látex, perdendo a concorrência para a Indochina) contando, porém, com um patrimônio construído riquíssimo e de alta significação cultural.

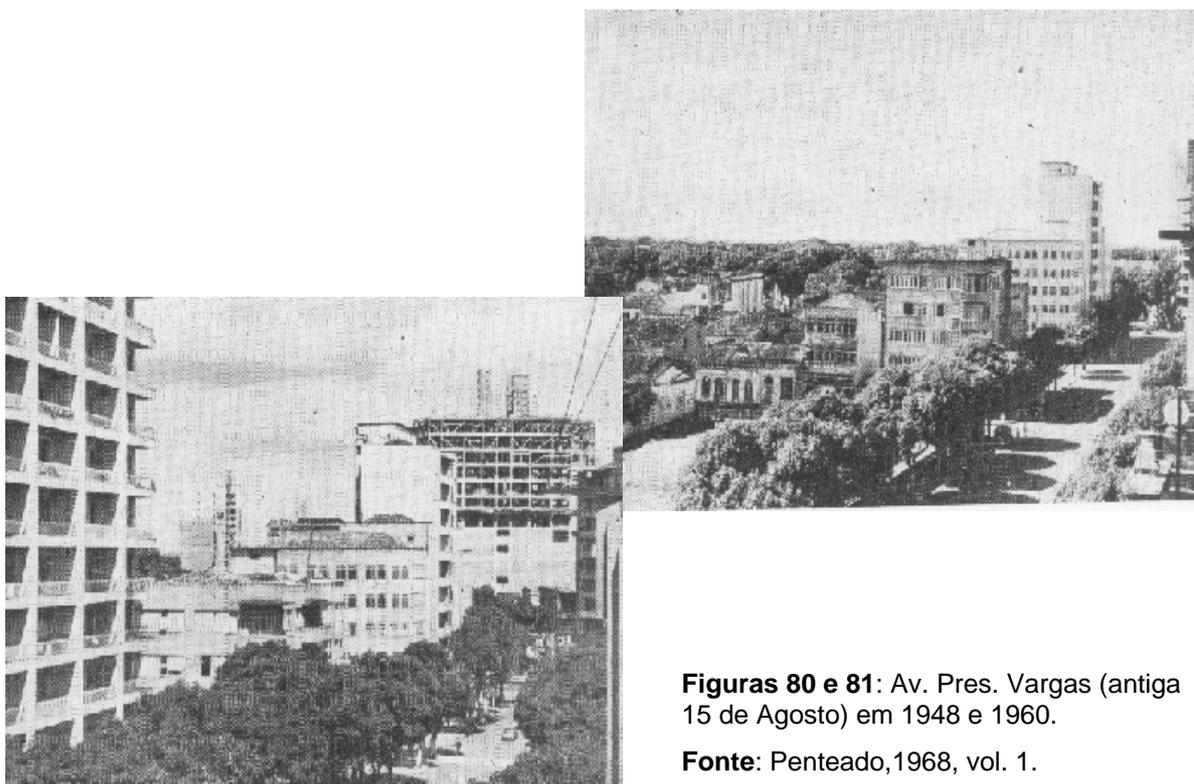


Figuras 79: A Rua Cons. João Alfredo.

Fonte: Foto do autor, 2000.

Especificamente em relação às atividades desenvolvidas no universo dos bairros da Cidade Velha, Comércio e Campina, ocorre um declínio das atividades comerciais, conseqüência direta do momento econômico; assim como, uma grande perda populacional nos referidos bairros, por causa da evasão dos moradores para outros bairros das áreas de expansão, em busca de novas e melhores condições de moradias. A área já não atendia às demandas da época.

Durante os anos que adentram o século XX, a área delimitada pelos três bairros citados sofre os reflexos da arquitetura moderna, principalmente em relação à interferência dos arranha-céus na paisagem antes dominada pelas torres e campanários, pelos edifícios institucionais ou arquitetura civil de vários pavimentos (os sobrados).



Figuras 80 e 81: Av. Pres. Vargas (antiga 15 de Agosto) em 1948 e 1960.

Fonte: Penteadó, 1968, vol. 1.

Sendo assim, a área que corresponde ao núcleo urbano mais antigo da cidade, apesar de consolidada, sofre transformações significativas na escala do seu legado edificado. Descaracterizações, desaparecimento e renovações no construído tornam-se perigos freqüentes em relação à herança ali existente.

Os bairros da Cidade Velha, do Comércio e da Campina, que historicamente estão presentes e são a origem da formação da cidade, são museus vivos da história da capital paraense nesses 384 anos de existência. Conformam o que se convencionou como o Centro Histórico de Belém (C.H.B.).

Da arquitetura neoclássica de Landi (que adotou Belém como morada), à arquitetura moderna dos arranha-céus da Av. Presidente Vargas, o núcleo urbano origem da cidade é ímpar. Suas Igrejas, palácios, praças, sobrados, mercados e portos são, hoje, a informação material da memória da “Cidade das Mangueiras”; assim como seu traçado urbano, que materializa o pensamento da modernidade europeia (Duarte, 1997).

Entretanto, é apenas na década de 90, que ocorre o Tombamento do Centro Histórico de Belém, em Lei Orgânica de 30 de março de 1990. Mas, esse tombamento não garantiu que a área, memória viva do início da ocupação da Amazônia, estivesse livre de descaracterizações e perdas que comprometam sua excepcionalidade. Excepcionalidade que nesse final de século XX pleiteia a sua inscrição no *World Heritage List* (O Liberal – Cartaz, 29 de novembro de 1998).

Essa área, que se destaca por uma atividade comercial intensa e significativa atividade de serviços, presentes desde as origens da cidade, além de ser o alvo constante de ações depredadoras, ainda enfrenta o descaso das autoridades governamentais e da sociedade civil em geral.

Além das preocupações constantes com o patrimônio excepcional do C.H.B., o que fazer com a arquitetura não excepcional de habitação civil? O que fazer para conservar a Autenticidade desse patrimônio construído?

É de suma importância, pois, que tenhamos em mente, sempre, que é nas suas travessas, ruas, quarteirões e lotes que o C.H.B. tem sua identidade materializada e traduzida na arquitetura dos edifícios religiosos, comerciais ou habitacionais, públicos e institucionais, os quais são patrimônios culturais de quase quatro séculos de existência luso-brasileira em plena floresta equatorial.



Figura 82: Vista do Complexo Ver-O-Peso no C.H.B.

Fonte: Belém do Pará – ALUNORTE, 1995.



Figura 83: Vista Casario da Feira do Açai e Ladeira do Castelo.

Fonte: Belém do Pará – ALUNORTE, 1995.

2. Caracterização Tipológica atual do C.H.B.

Atualmente, o universo construído do Centro Histórico de Belém do Pará – C.H.B. – encontra-se regulamentado pela Lei 7.709, de 13 de maio de 1994 (Diário Oficial do Município de Belém, ano XIX, n.º 6.247 de 1º de fevereiro de 1988); mas teve sua área definida pela Lei de Desenvolvimento Urbano do Município de Belém, n.º 7.401 de 29 de janeiro de 1988 (Diário Oficial do Município de Belém, ano XIX, n.º 6.773 de 30 de março de 1990)³. (Ver Figura 84)

Em relação à malha urbana da cidade, observa-se que o Centro Histórico de Belém compreende a ocupação urbana dos séculos XVII, XVIII e meados do século XIX da Primeira Léguas Patrimonial (concedida pela Coroa à Comarca de Belém com extensão territorial de 37,13km²).

O C.H.B. corresponde à parte dos bairros da Cidade Velha, do Comércio e Campina; tendo 17.400hab. e área de 2.223km², aproximadamente, segundo dados da CODEM/SEGEP⁴. Suas quadras são identificadas por “CH”, vindo a numeração logo em seguida. Totalizam 146 quadras. (Ver Anexo 03)

Na definição precisa da área referente ao C.H.B, determina-se também sua subdivisão nas Zonas de Uso Habitacional⁵, Zonas de Comércio e Serviço⁶, e Zonas de Uso Misto⁷. Como essas zonas coincidem com o entorno dos bens tombados a nível Federal, as restrições definidas pela 2ª Secretaria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/ 2ª SR – com relação ao gabarito máximo de tais áreas, foram incorporadas à Legislação Municipal em questão. (Ver Figura 85)

³ “Área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da Avenida Marechal Hermes com a Avenida Assis de Vasconcelos; segue por esta até a sua interseção com a rua Gama Abreu; segue por esta até sua interseção com a Avenida Almirante Tamandaré; segue por esta até o ponto de coordenada 777.545mE e 9.838.245mN, nas margens da Baía do Guajará; dobra à direita e segue, continuando às margens da Baía do Guajará até o ponto de coordenadas 778.940mE e 9.841.245mN, localizado na foz de um igarapé sem denominação; sobe por este até sua interseção com o prolongamento da Avenida Marechal Hermes; dobra à direita e segue por esta até o início da poligonal”. (Diário Oficial do Município de Belém, ano XIX, n.º 7.768 de 18 de maio de 1994 – Anexo I da Lei 7.709 de 18 de maio de 1994).

⁴ Cidade Velha com população de 12.304hab., área de 1188,32Km², com densidade de 10,35hab/km²; e Campina com população de 5.155hab., área de 1035,35km², com densidade de 4,98hab/km² segundo os dados do Anuário Estatístico do Município de Belém 1998 (Fonte: CODEM/SEGEP).

⁵ ZH2, ZH3, ZH4AG e ZH6AE.

⁶ ZCS-1, ZCS-2B, ZCS-3, ZCS-4 e ZCS-5.

⁷ ZUMIAC, ZUMIAD e ZUMIAE.

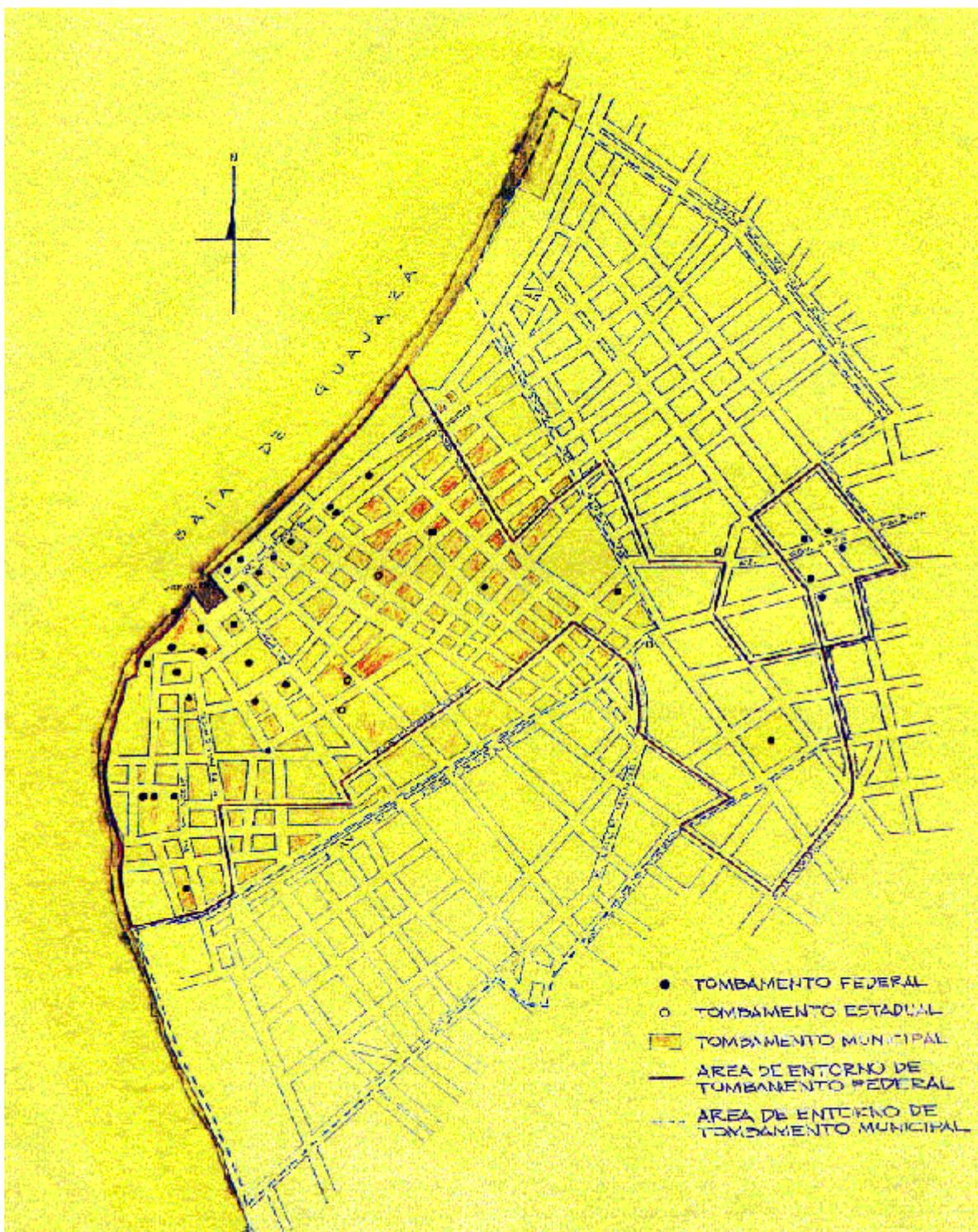


Figura 84: Centro Histórico de Belém/PA, áreas de entorno e bens tombados.

Fonte: Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL.

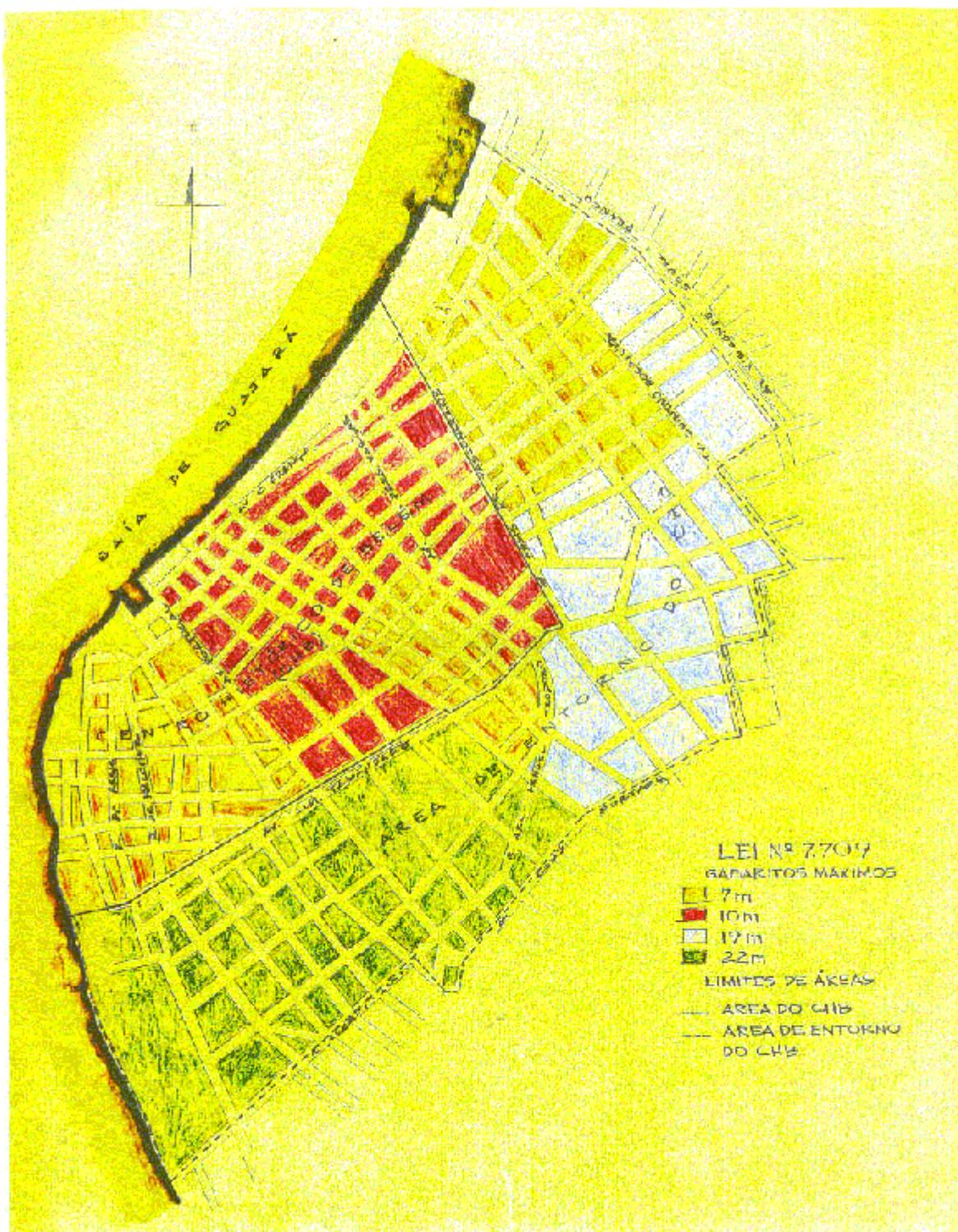


Figura 85: Centro Histórico de Belém/PA e Zonas de Uso.

Fonte: Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL.

Na verdade, segundo documento do “I Colóquio do Centro Histórico de Belém”, realizado pela Prefeitura Municipal de Belém em julho de 1999, o C.H.B. ainda encontra-se subdividido em 05 (cinco) setores ou zonas distintas quanto às suas características arquitetônicas e morfológicas, assim como em relação aos usos atuais predominantes. São eles: Setor 1 – Boulevar (segundo núcleo de ocupação da cidade); Setor 2 – Cidade Velha (núcleo origem da cidade); Setor 3 – Quartel (ocupação no início do século XIX); Setor 4 – Campina; e Setor 5 – Porto (inicia ocupação no século XVIII). (Ver Figura 86)

Especificamente ao trabalho aqui desenvolvido, esta subdivisão em setores de caracterização arquitetônica é de suma importância, pois com a caracterização arquitetônica e morfológica de cada setor, temos a caracterização, arquitetônica e morfológica, atual do C.H.B., já que os setores possuem peculiaridades afins.

Características como a regularidade do traçado urbano, correspondente à divisão das quadras em lotes estreitos e de grande profundidade; o alto grau de contigüidade da paisagem, quebrado apenas pelos monumentos tombados a nível federal e alguns prédios altos modernos; imóveis no alinhamento das ruas (sem arborização) e das laterais do terreno; praças arborizadas; fachadas com leitura vertical e tráfego intenso de veículos e pedestres, fazem parte do cenário do C.H.B..

Aliás, aqui se faz necessária uma observação no que tange ao afastamento dos limites do terreno, pois essa não é uma característica marcante no C.H.B., já que se trata de uma prática urbana posterior à consolidação da área. Nos bairros residenciais de expansão da cidade (Reduto, Nazaré e Batista Campos, por exemplo) é que se fizeram presentes nas *rocinhas* e *chácaras* das famílias mais abastadas.

As platibandas com ornatos e almofadas, cimalthas em três níveis, vãos em arcos plenos com molduras de massa, bandeiras fixas, sacadas de ferro entaladas, cunhais marcados, revestimentos em cores de tons pastéis ou em azulejos decorados, entretanto, são características arquitetônicas marcantes no cenário do C.H.B., características consolidadas em meados de século XIX com o estilo Eclético em voga.

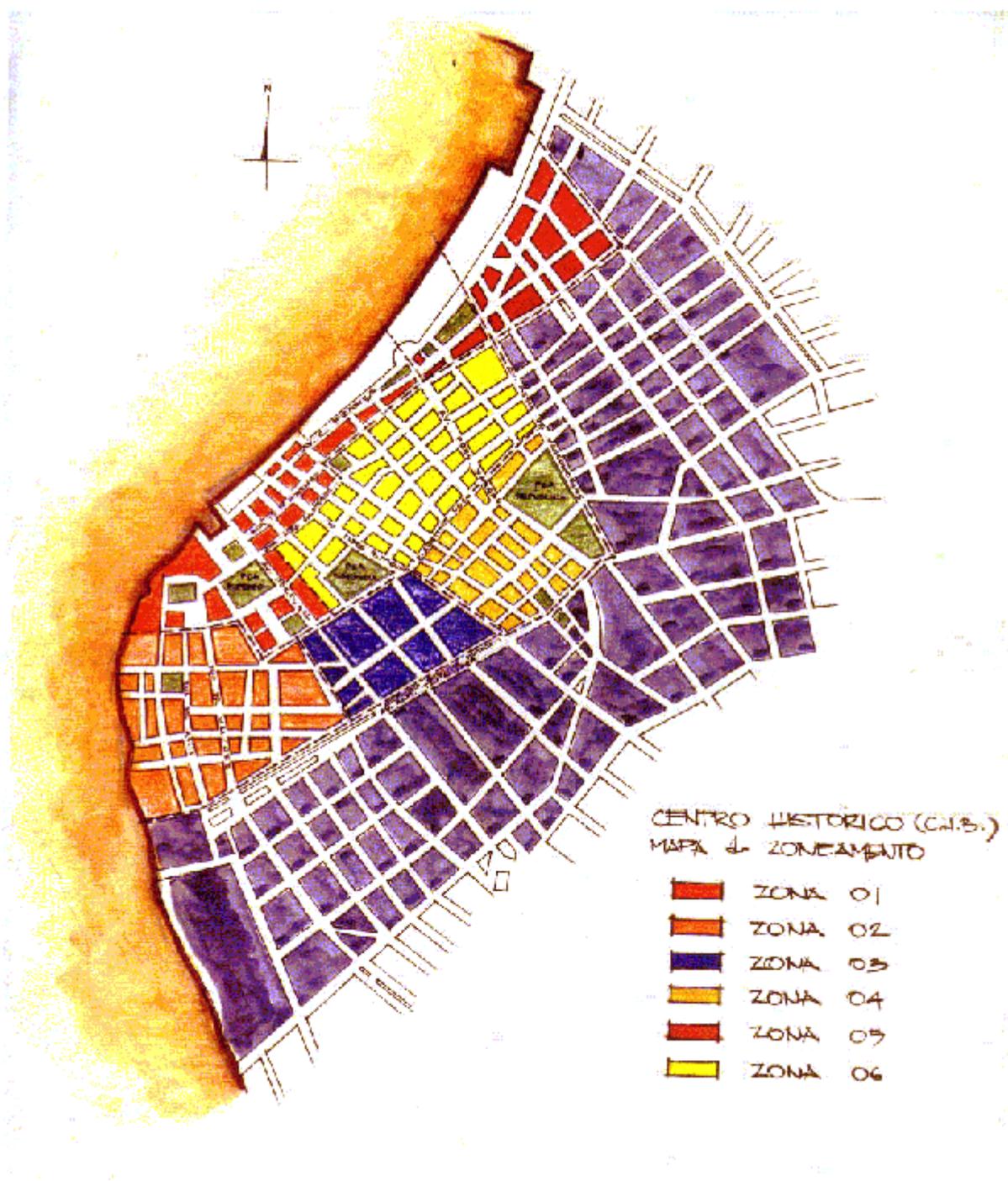


Figura 86: Centro Histórico de Belém/PA e Setores de caracterização arquitetônica.

Fonte: Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL.

Além dessas características, referentes à paisagem do C.H.B., destacam-se as características da conformação interior de planta baixa das casas térreas e sobrados característicos da área. Casas térreas com uso predominantemente residencial, possuindo uma distribuição interna de meia-morada, definida pelo corredor lateral de distribuição, sala de visitas, alcovas e sala de jantar (ou varanda). Complementada pelo chamado “puxado” com o banheiro e a cozinha; quando ocorre a existência de porão habitável, este geralmente é usado para o uso comercial. E sobrados com esquema afim, pois o térreo é geralmente destinado ao uso comercial, assim como o último pavimento é do uso residencial.



Figuras 87 e 88: Casas Térreas (CH03n46 e CH06n139) no C.H.B.

Fonte: Fotos do autor.

“... encontramos uma incidência maior de casas de porão no interior do bairro da Cidade Velha e os sobrados nas ruas Siqueira Mendes, Dr. Assis e imediações. No bairro do Comércio, estabeleceu-se atividade comercial dos mais variados gêneros, bancos, mercados, além de alguns serviços e habitações. Nessa área encontra-se predominantemente a tipologia do tipo sobrado. No bairro da Campina, quase que

exclusivamente habitacional, tem-se a presença de casas térreas, de porão, e, com freqüência, sobrados nas esquinas” (I Colóquio Centro Histórico de Belém, 1999).



Figuras 89 e 90: Sobrados de 02 e 03 pavimentos (CH06n107 e CH113n548) no C.H.B.

Fonte: Fotos do autor.

Casas térreas de porão habitável e sobrados, principalmente de dois pavimentos, característicos da arquitetura de meados do século XIX, foram as construções que vieram “modernizar” a “Capital da Borracha”, posterior às destruições advindas da revolta da Cabanagem, através de melhorias que demonstravam evolução nas técnicas e na mão-de-obra utilizadas na cidade.

No caso dos lotes de esquina no C.H.B., a observação a ser feita é que, geralmente, assentam edificações de dois ou mais pavimentos, com uso misto. Quando o segundo pavimento é residencial, segue a conformação interna das casas térreas, assim como o térreo estrutura-se de acordo com a atividade desenvolvida no mesmo.



Figura 91: Sobrado de esquina – CH09n422.

Fonte: Foto do autor (montagem).

São lotes privilegiados, pois possuem duas fachadas voltadas para a rua, e como coloca Marx (1980), quanto mais portas para a rua, mais privilegiado será o dono da edificação. Por isso, são também os lotes que se renovam com mais intensidade frente ao mercado imobiliário.

Além disso, segundo pesquisas nos inventários (1996) do Departamento de Patrimônio Histórico da

Fundação Cultural do Município de Belém, instituição municipal responsável pela conservação do C.H.B., o número total de imóveis de interesse à preservação, no C.H.B., soma 871 (oitocentos e setenta e um) edifícios.

Tais imóveis estão classificados em quatro categorias de intervenção⁸:

- 1) Preservação Arquitetônica Integral (P.A.I.);
- 2) Preservação Arquitetônica Parcial (P.A.P.);
- 3) Reconstituição Arquitetônica (R.A.);
- 4) Acompanhamento (A.).

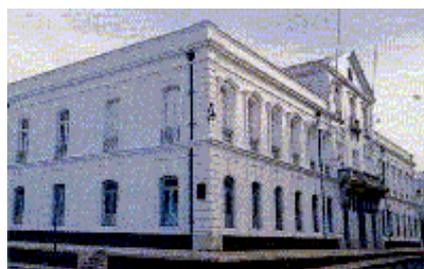
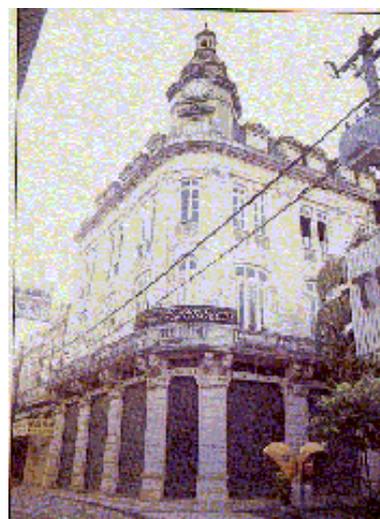


Figura 92: Sobrado de esquina – CH116n269.

Fonte: Foto do autor (montagem).

⁸ Lei n.º 7.709, de 18 de maio de 1994.

A primeira categoria, P.A.I., diz respeito àqueles imóveis que deverão ter preservado suas características arquitetônicas, artísticas e decorativas, internas e externas, quando alvos de uma intervenção. São em geral, imóveis tombados em nível Federal, Estadual ou Municipal pelo seu excepcional valor (histórico ou estético ou paisagístico); como o Forte do Castelo; as igrejas da Sé, das Mercês, de Nossa Sr.^a do Carmo, de Nossa Sr.^a do Rosário dos Homens Pretos, de Santana, de Santo Alexandre, e de São João Batista; o Palacete Pinho; os Palácios Antônio Lemos e Lauro Sodré; o Solar do Barão de Guajará; o Hospital Militar; os Mercados de Ferro do Ver-O-Peso; dentre outros.



Figuras 93, 94, 95 e 96: Teatro da Paz; Paris N'América; Igreja o Carmo e Palácio dos Governadores (sentido horário).

Fonte: Ver o Pará, n.2, 1993; Nosso Pará, n.1; e Belém a Amazônia é aqui (PMB - folheto turístico).

A Segunda categoria, P.A.P., refere-se aos imóveis que deverão ter preservado as características arquitetônicas, artísticas e decorativas apenas do seu exterior. São, principalmente, os imóveis da arquitetura civil comercial e habitacional. Já na categoria da R.A. encontram-se os imóveis que deverão ter características

arquitetônicas, artísticas e decorativas, de fachada e cobertura, recuperadas quando forem alvos de uma intervenção.



Figuras 97, 98, 99, 100, 101, 102 e 103: Imóveis P.A.P. e R.A.– CH03n264; CH15n234; Ch107n293; CH15n39 CH116n233; CH05n117 e Ch20n316 (sentido horário).

Fonte: Fotos do autor.

Imóveis classificados como de Acompanhamento são os que não possuem características arquitetônicas, artísticas e decorativas de interesse à preservação, mas que deverão manter a harmonia da volumetria com o seu entorno, no caso de uma intervenção, preservando, assim, a paisagem segundo a escala e as regras de composição das fachadas da área.

Com as observações e caracterizações do universo arquitetônico e morfológico do C.H.B., faz-se necessária neste momento, a exposição dos problemas que essa área enfrenta. Área que é herança cultural da história paraense, que se destaca, ainda hoje, por uma atividade comercial intensa e significativa atividade de serviços, como já foi dito anteriormente.

O C.H.B. vivencia um esvaziamento populacional, referente ao uso habitacional e atividades de serviços, além de desertificação noturna por causa da sua especificação funcional, principalmente no bairro do Comércio. Mais que isso, é alvo constante de ações depredadoras (descaracterização de vãos, demolição de prédios para áreas de estacionamento, deterioração dos imóveis por atividades como “cortiços”, etc.), assim como, do descaso das autoridades governamentais e da sociedade civil em geral — mesmo protegido pela legislação, mesmo tendo previsão de implantação de projetos de requalificação urbana, mesmo se buscando sua inscrição na *World Heritage List*.

É importantíssimo ressaltar que, no que tange ao processo de transformação controlada desse legado — atenção especial aos órgãos e profissionais pela salvaguarda do patrimônio — muitas vezes é preciso abrir mão da conservação do registro histórico da estrutura, distributiva e compositiva, interna do edifício para se conservar o exterior (invólucro), o qual interfere na paisagem do sítio histórico.

O questionamento a ser feito parte da constatação de que esse tipo de escolha e prática agride e compromete a Autenticidade da herança patrimonial, pois deixa de existir justamente o registro espacial de determinadas práticas sociais peculiares a um tempo na história. E essa prática é utilizada na gestão do C.H.B., como

verificada nas entrevistas realizadas com profissionais atuantes no universo da conservação em Belém do Pará⁹.

Essa postura, porém, não é de conservação, é sim de “cenografização” de uma realidade. O patrimônio perde sua “essência de existir” para ser apenas “imagem de consumo”. É a “consciência crítica” mal utilizada, comprometendo a “consciência espontânea” materializada no tipo construtivo. “Consciência espontânea” que não pode ser recuperada (Caniggia e Maffei, 1995) quando perdida; Autenticidade tipológica comprometida.

Esta problemática possui reflexos primários na perda e no comprometimento da informação histórica ali consolidada; herança cultural, memória coletiva de séculos de evolução. O que fazer para reverter, ou amenizar, tal quadro de perda de integridade e, principalmente, Autenticidade?

Voltando ao pressuposto de que, as intervenções em áreas históricas patrimoniais devem ser intervenções que primeiramente conservem a Autenticidade Tipológica do

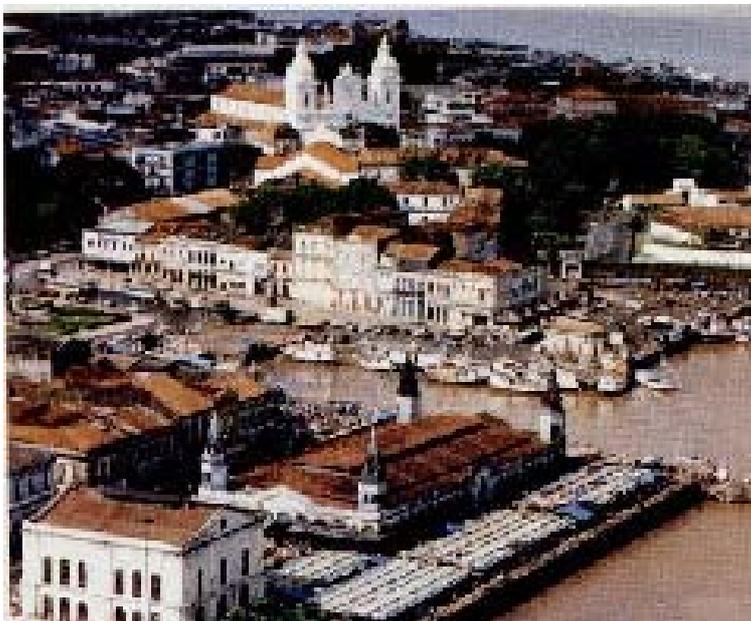


Figura 104: Vista do Ver-O-Peso.

Fonte: Belém a Amazônia é aqui (PMB – folheto turístico).

legado histórico, é, então, de suma importância investigar o que significa isso no Centro Histórico de Belém do Pará, especificamente. Só assim, pode-se pensar nas medidas necessárias para a sua conservação. Então, o que conservar para não comprometer (e sim, garantir) a Autenticidade Tipológica da habitação civil, não excepcional, do C.H.B.?

⁹ Foram realizadas entrevistas abertas, com seis profissionais atuantes no universo da conservação patrimonial em Belém, com o objetivo de verificar a importância prática da conservação tipológica dos imóveis de interesse à preservação, já que pela legislação vigente, tais imóveis não possuem proteção legal de seus interiores; consequentemente sofrem perdas irrecuperáveis de autenticidade tipológica.

3. Análise Tipológica da habitação civil não excepcional no C.H.B.

O tipo base

“... [o tipo base] indica um tipo de edifício que, por ser destinado à residência familiar da maioria, é o tipo que conforma, em uma determinada época e lugar, a maioria dos edifícios de determinado conjunto...”. (Caniggia e Maffei, 1995:109)

Em Belém, no C.H.B., existe apenas um tipo base da habitação civil não excepcional. Esse tipo base representa-se por 04 (quatro) esquemas de planta baixa que explicitam uma conformação funcional de separação das áreas semipúblicas e privadas em lotes de formato retangular. Em se tratando de imóveis com mais de um pavimento, ocorre a inserção da circulação vertical no referido esquema.

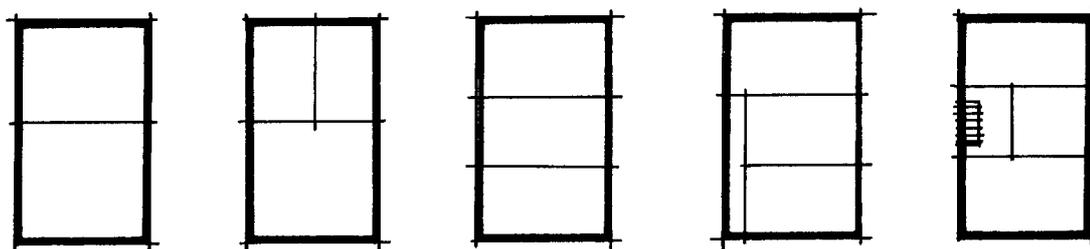


Figura 105: Tipo Base encontrado no C.H.B, em relação à habitação não excepcional – cruzamento da pesquisa bibliográfica e de campo. (Esquemas planta baixa)

A ocupação do lote

Com relação ao processo tipológico encontrado, caracteriza-se por uma evolução de acréscimos e parcelamentos de cômodos. Acréscimos e parcelamentos que se determinam primeiro, pelas dimensões dos lotes, segundo, pelo programa de necessidades demandado. Em geral, apresentam partidos em “I”, “L” ou “C”, no alinhamento das vias, estruturando-se esquematicamente dessa forma:

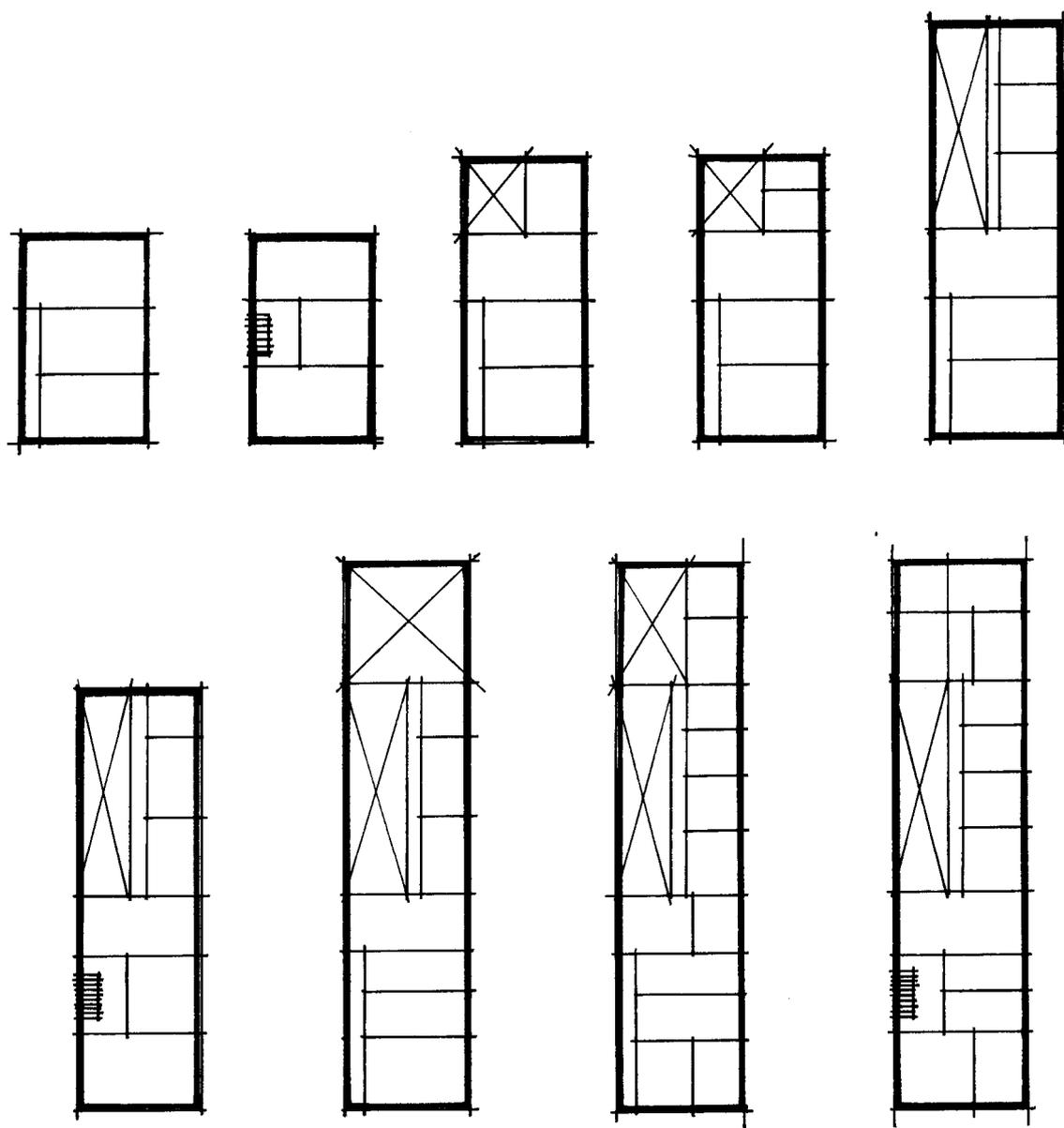


Figura 106: Evolução do Tipo Base da habitação não excepcional no C.H.B.. Conformação do agenciamento interno de cômodos e a ocupação do lote. (Esquemas planta baixa)

O 1º Tipo

Concluiu-se que o tipo base da habitação civil não excepcional, no C.H.B., evoluiu até um esquema que se estrutura em 03 (três) partes distintas, as quais chamamos neste trabalho de **Corpo Principal** (1ª), **Puxado** (2ª) e **Pós-Puxado** (3ª), em lotes retangulares de profundidade acentuada.

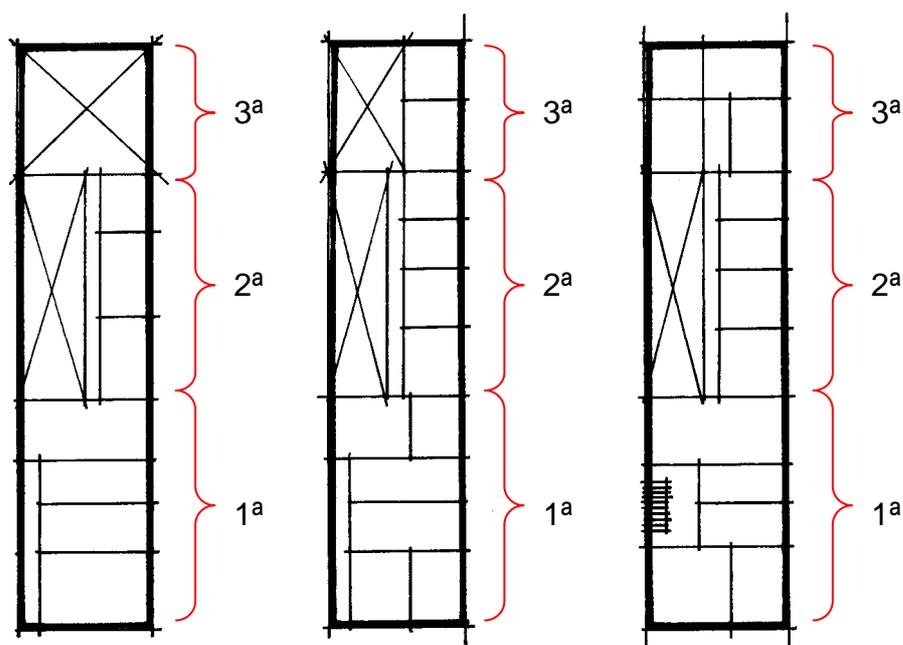


Figura 107: O 1º tipo evoluído conforma-se em três partes distintas.
(Esquemas planta baixa)

O 2º tipo

Observou-se ainda, a existência de um esquema anterior ao tipo mais evoluído, estruturado em duas partes apenas, de **Corpo Principal (1ª)** e **mescla de Puxado e Pós-Puxado (2ª)**, em lotes retangulares, onde o comprimento se aproxima da largura.

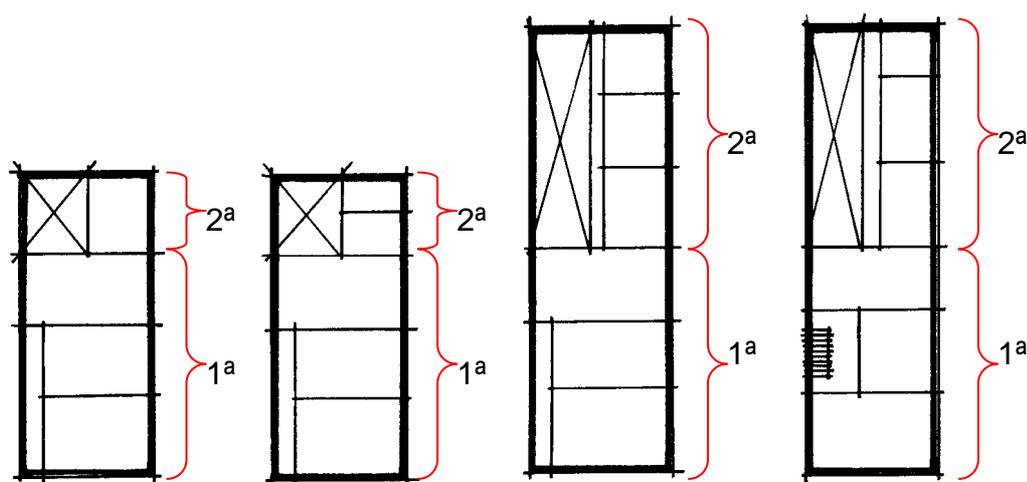


Figura 108: O 2º tipo evoluído conforma-se em duas partes distintas.
(Esquemas planta baixa)

Usos Atuais

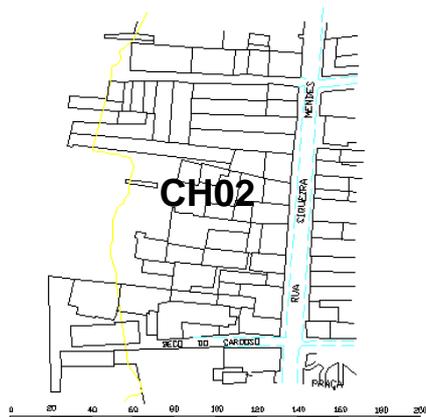
Em relação aos usos atuais, a arquitetura civil do C.H.B. é predominantemente de função habitacional e comercial (desde a sua origem). Com isso, ocorreu aproximadamente 71,7% e 39,6% de incidência do uso residencial e comercial, respectivamente, nos imóveis estudados; ocorrendo 56,6% de usos mistos dentre as 51 edificações.

Em relação aos esquemas tipológicos encontrados no C.H.B., descritos acima, a diferença encontrada foi justamente naqueles imóveis que não se originaram do uso residencial ou misto. São, porém, imóveis que possuem características afins aos esquemas expostos, pois seguem parte da conformação interna de cômodos e áreas funcionais.

Observa-se, nos quatro esquemas simplificados da planta baixa dos imóveis que não se identificam as partes como nos esquemas anteriores, mas há semelhanças de conformação de cômodos e circulação interna.



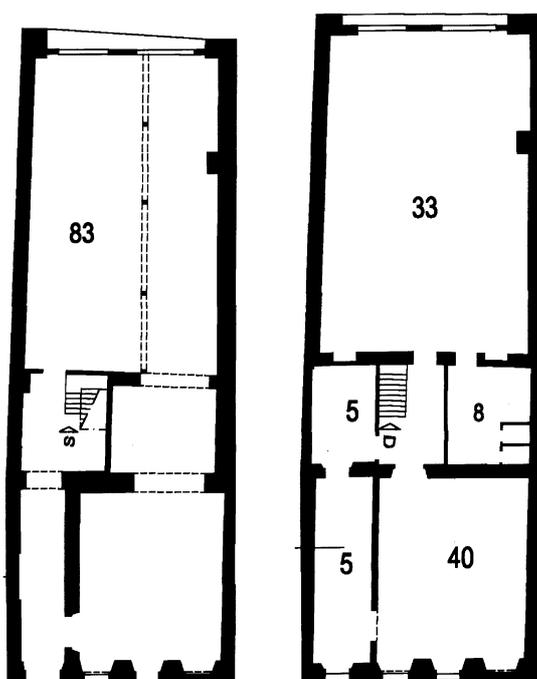
Figura 109: Esquemas de imóveis que seguem parte da evolução do tipo base, mas que se diferenciam frente aos seus usos originais. (Esquemas planta baixa)



Fonte: CODEM/SEGEP.



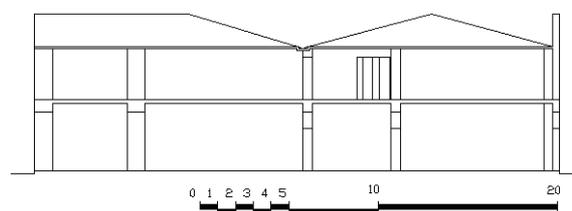
CH02N108



Térreo

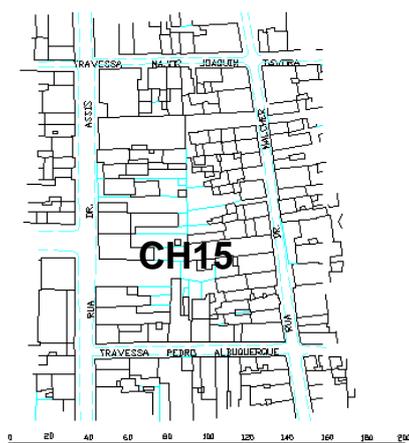
1º Pav.

Fonte: IPHAN – 2ª SR.



Corte esquemático (Desenho do autor)

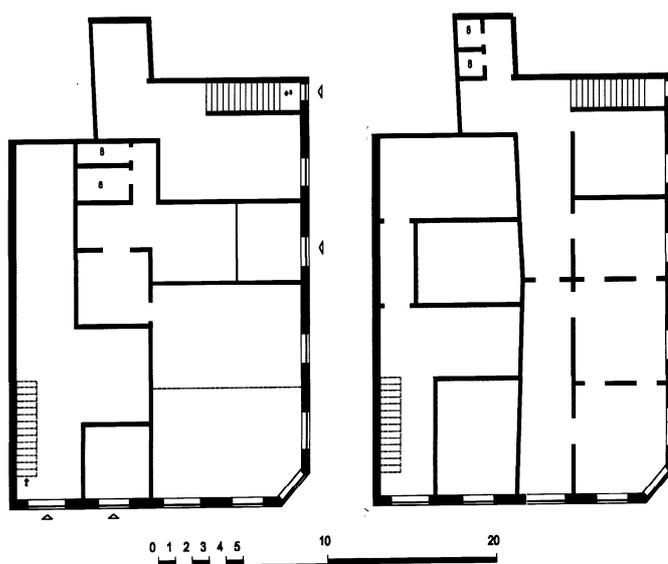
Figuras 110: Imóvel CH02n108 que apresentou mudanças tipológicas de conformação interna de cômodos, devido ao uso específico ao qual foi destinado, mas que tem semelhanças com o tipo base da arquitetura habitacional não excepcional do C.H.B, e que por isso não é classificado como excepcional. (Foto do autor)



Fonte: CODEM/SEGEP.



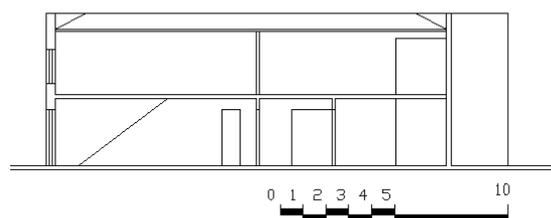
CH15N234



Térreo

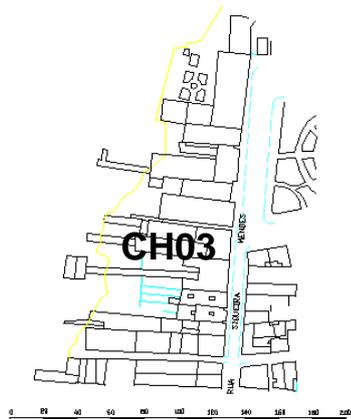
1º Pav.

Fonte: Levantamento de campo realizado com ajuda de estagiário.



Corte esquemático (Desenho do autor)

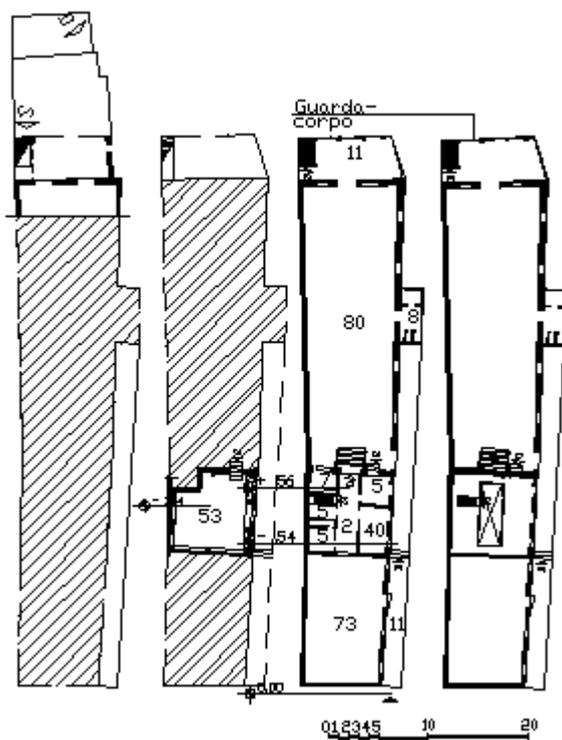
Figuras 111: Imóvel CH15n234 que apresentou mudança tipológica de conformação interna de cômodos, devido ao uso específico ao qual foi destinado, mas que tem semelhanças com o tipo base da arquitetura habitacional não excepcional do C.H.B, e que por isso não é classificado como excepcional. (Fotos do autor)



Fonte: CODEM/SEGEF

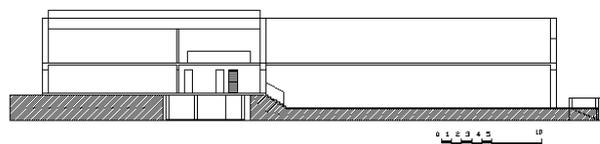


CH03N252



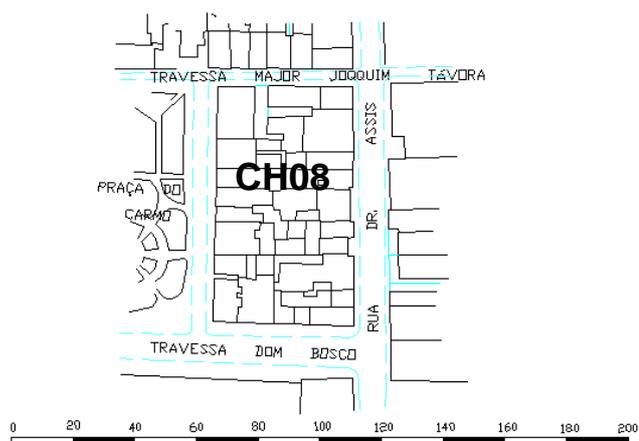
Subsolo 2 Subsolo 1 Térreo Mezanino

Fonte: IPHAN – 2ª SR.



Corte esquemático (Desenho do autor)

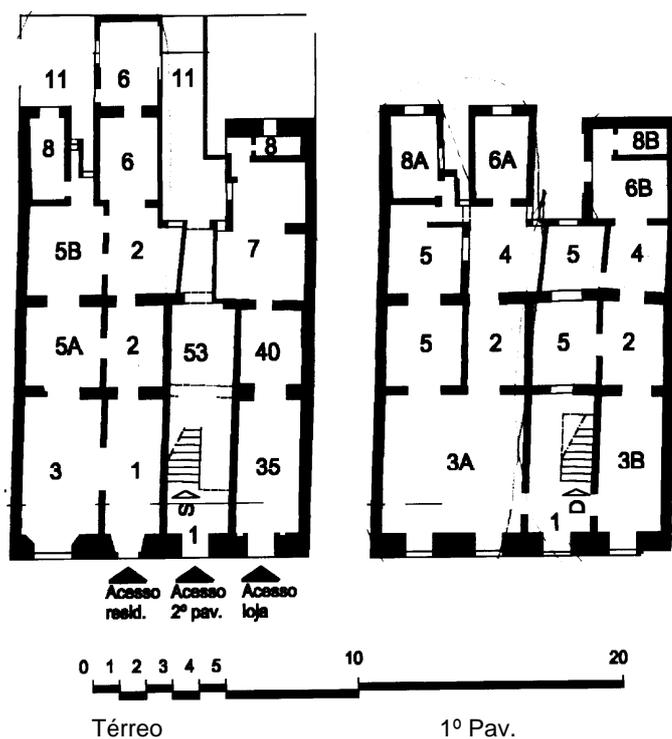
Figuras 112: Imóvel CH03n252 que apresentou mudanças na tipologia de conformação interna de cômodos, devido ao uso específicos ao qual foi destinado, mas que tem semelhanças com o tipo base da arquitetura habitacional não excepcional do C.H.B, e que por isso não são classificados como excepcionais. (Fotos do autor)



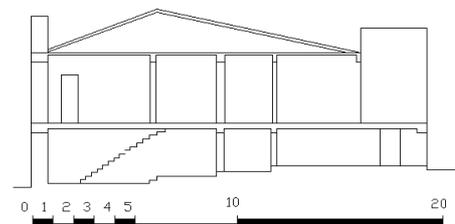
Fonte: CODEM/SEGEF.



CH08N40



Fonte: IPHAN – 2ª SR.



Corte esquemático (Desenho do autor)

Figuras 113: Imóvel CH08n40 que apresentou mudanças na tipologia de conformação interna de cômodos, devido ao uso específicos ao qual foi destinado, mas que tem semelhanças com o tipo base da arquitetura habitacional não excepcional do C.H.B, e que por isso não são classificados como excepcionais. (Fotos do autor)

A pesquisa

A **amostra**¹⁰ estudada, para tais conclusões, totalizou, por fim, 51 (cinquenta e uma) edificações, inventariadas em planta baixa e características arquitetônicas. Subdividiu-se em 11 imóveis térreos com porão ($\pm 21,5\%$); 10 imóveis térreos sem porão ($\pm 19,6\%$); 21 imóveis sobrados de 02 pavimentos ($\pm 41,3\%$); e 09 imóveis sobrados de 03 ou mais pavimentos ($\pm 17,6\%$)¹¹.

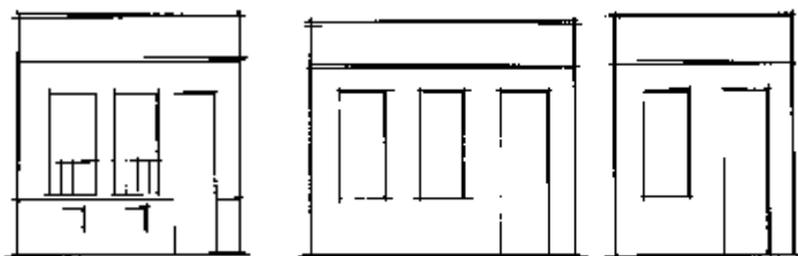


Figura 114: Esquemas (s/ escala) de imóveis térreos característicos do C.H.B – “meia morada com porão”; “meia morada sem porão” e “porta e janela”.



Figura 115: Esquemas (s/ escala) de imóveis sobrados de 02 e três pavimentos característicos do C.H.B.

¹⁰ Ver anexos 03, 04 e 05 sobre a definição da amostra e inventário arquitetônico.

¹¹ Estes imóveis inventariados localizam-se, segundo subdivisão da Prefeitura Municipal de Belém, nos setores 01 (Projeto Boulevard), 02 (Cidade Velha) e 04 (Campina) do Centro Histórico, tendo, porém características comuns aos setores 05 (Porto) e 06 (Comércio). Optou-se por deixar as edificações do setor 03 (Quartel) de fora da amostra inventariada, devido ao alto grau de descaracterização da área e por considerá-lo como área de transição, entre o C.H.B. e seu entorno, sem maiores relevâncias à amostra.

A **metodologia de análise** utilizada na pesquisa seguiu a lógica dos trabalhos italianos da Escola Muratoriana, a análise tipológica da habitação civil (não excepcional no caso desta pesquisa), segundo a conformação do lote e da edificação em si, através da apreensão da evolução histórica e social de determinado tempo e lugar. O ponto de vista aqui priorizado foi o da escala do edifício (da conformação do lote, à estruturação volumétrica do construído, e sua conformação tipológica interna).

Assim, identificando períodos de continuidades e de transformações, em relação ao geral (o Brasil) e ao estudo de caso (o C.H.B.), considerando aspectos históricos e sociais, e as referências da literatura italiana, estruturou-se todo o arcabouço teórico e metodológico para o entendimento e análise das informações vindas da pesquisa de campo.

É importante enfatizar que foi primordial o cruzamento de informações de universos tão diferentes, pois, ao contrário do universo italiano, o universo do estudo de caso apresentou carências que só puderam ser supridas pela pesquisa bibliográfica histórica. Como exemplo, podemos citar a importância dos levantamentos cadastrais, de século em século, das cidades italianas, que no momento do cruzamento com os cadastros contemporâneos às intervenções são a peça inicial para o entendimento do quebra-cabeça do processo tipológico observado.

No estudo de caso deste trabalho, pela ausência de tal peça do quebra-cabeça, foram de extrema importância as pesquisas, os relatos e as referências da literatura brasileira sobre o universo da origem dos nossos assentamentos e moradas urbanas para que a compreensão do processo tipológico específico fosse atingida.

A literatura brasileira foi importante também, pois se estrutura na relação entre a evolução do morar (o construído), a evolução histórica e a evolução social e cultural de determinado meio. A análise tipológica tem em tal relação o seu universo de investigação, compreensão e intervenção.

Estudo importante para o universo do C.H.B., vale destacar, foi o realizado por Olavo Pereira da Silva Filho (1998), em Alcântara e em São Luís do Maranhão, cidade irmã

de Belém do Pará, sobre a arquitetura luso-brasileira de tal cidade, possibilitando aproximações com Belém, pela similaridade de seus processos econômicos, históricos e sociais, em relação à apropriação do espaço.

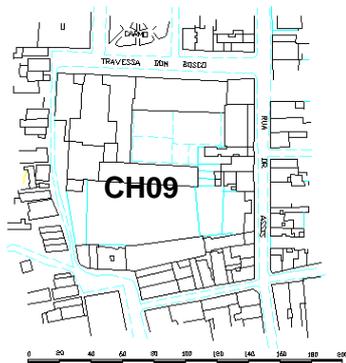
Entretanto, é necessário observar que determinadas afirmações encontradas na literatura brasileira sobre tipos base são equivocadas. Como por exemplo, no que se refere à afirmação de que casa térrea e sobrado são duas tipologias urbanas do Brasil colonial. Em verdade, originam-se de um tipo base, com esquema mais simples de composição e estrutura, e são variações subseqüentes deste, como vimos.

Portanto o referencial metodológico sobre análise tipológica da pesquisa desenvolvida conformou-se partindo da intercessão de referências bibliográficas maiores, a literatura italiana; referências bibliográficas gerais, a literatura brasileira; e referências bibliográficas específicas, a literatura sobre o caso de estudo.

Nas análises, primeiramente concluiu-se que a lógica de **conformação de lotes** estreitos e compridos observada no C.H.B. deve-se à conformação de quarteirões retangulares, consequência da malha urbana estabelecida pelas ruas e travessas abertas ainda no século XVII, como reflexo de, segundo Marx (1991), a melhor subdivisão de uma gleba com fins à especulação imobiliária.

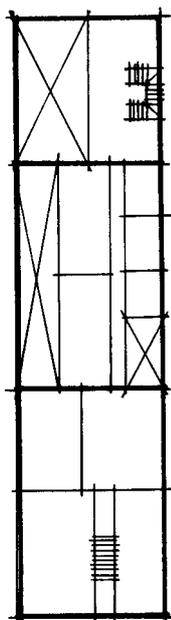
Constatou-se que, em geral, os lotes longos possuem fachada principal para as ruas (lado maior do quarteirão), e os lotes curtos para as travessas (lado menor do quarteirão), tendo melhor aproveitamento da área do quarteirão e de apropriação da rua. Quando os quarteirões são mais estreitos ou se aproximam da forma quadrada, essa lógica não se aplica.

Já em relação à **implantação no lote**, observou-se que todos os imóveis pesquisados apresentam implantação sobre a testada do lote e, que os partidos arquitetônicos oscilam em “I”, “L” ou “C”; características de áreas urbanas consolidadas até meados do século XIX, com similaridades arquitetônicas com a cidade irmã de São Luís do Maranhão (CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, 1998).



Fonte: CODEM/SEGEP.

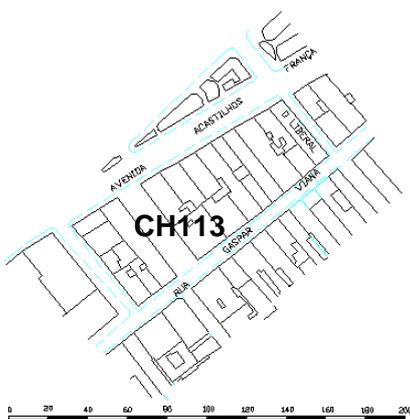
CH09N414



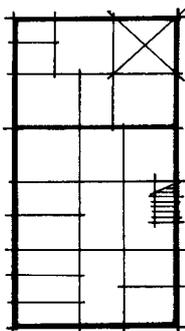
Esquema planta baixa



Figura 117: Imóvel $\frac{3}{4}$ de morada com implantação no alinhamento apresenta lote de grande profundidade (como pode ser visto no esquema (CH09n414) e na quadra da qual faz parte); composto por três partes distintas (corpo principal, puxado e pós-puxado). (Foto do autor)



Fonte: CODEM/SEGEP.

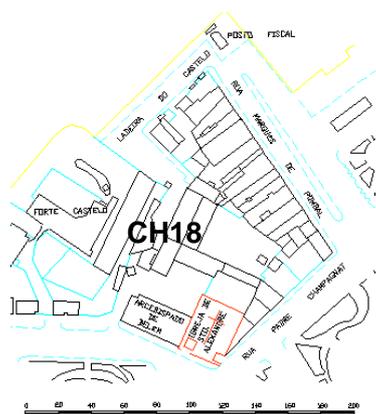


CH113s/n

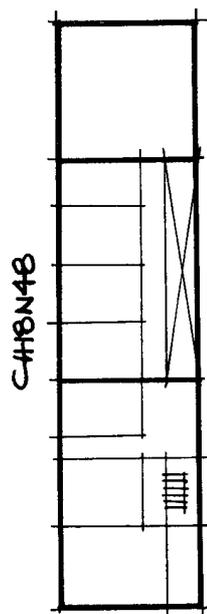
Esquema planta baixa



Figura 118: Imóvel sobrado, com implantação no alinhamento, apresenta lote de pequena profundidade (como pode ser visto no esquema (CH113s/n) e na quadra da qual faz parte); composto por duas partes distintas (corpo principal e mescla de puxado e pós-puxado). (Foto do autor)



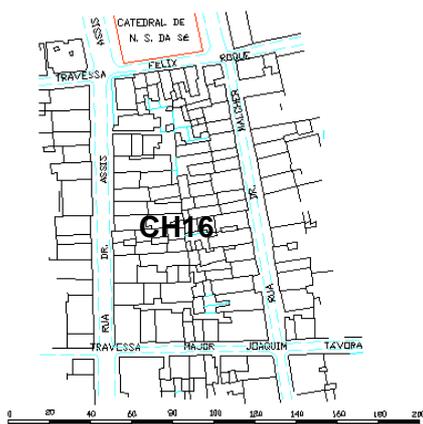
Fonte: CODEM/SEGEP.



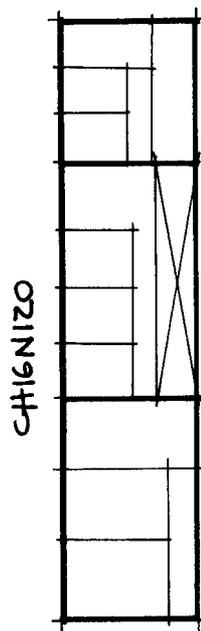
Esquema planta baixa



Figura 119: Imóvel sobrado de 02 pavimentos com implantação no alinhamento apresenta lote de grande profundidade (como pode ser visto no esquema (CH18n48) e na quadra da qual faz parte); composto por três partes distintas (corpo principal, puxado e pós-puxado). (Foto do autor)



Fonte: CODEM/SEGEP.



Esquema planta baixa



Figura 120: Imóvel meia morada, com implantação no alinhamento, apresenta lote de grande profundidade (como pode ser visto no esquema (CH16n120) e na quadra da qual faz parte); composto por três partes distintas (corpo principal, puxado e pós-puxado). (Foto do autor)

De fato, a habitação civil não excepcional no C.H.B. inicia-se com o partido em “I” das casas térreas, onde as áreas de serviços e o banheiro (a “casinha”) não estavam sob o mesmo teto da morada de cômodos íntimos e sociais ou comerciais. Porém, o partido já começa a apresentar modificações com a cozinha, ligando-se à casa propriamente dita, conformando o chamado “puxado”, assim como com o acréscimo de cômodos. É a conformação do partido em “L”.

A edificação toma a grande extensão dos lotes, através do suceder-se de cômodos, mas é só no século XIX, com a prosperidade que Belém adquire com o dinheiro da borracha, que o banheiro completa a edificação, já que se tinham condições financeiras para usufruir dos recursos existentes de instalações sanitárias e hidráulicas caras.

Ainda em relação à implantação no lote, o C.H.B. consolida-se anterior à prática dos afastamentos frontais e laterais do lote. O “*morar à francesa*” não é característico da área, pois o parcelamento urbano não comportava, sendo apenas viável nos bairros em expansão¹².

Mas, os arranha-céus se fazem presentes e muitos foram responsáveis por uma perda considerável de matéria histórica do C.H.B.. São, porém, a prova de que o centro histórico é um local multifacetado e multitemporal — é o local de identidade e memória dos diversos tempos vividos pela cidade e sociedade que a habita.



Figura 121: Vista Panorâmica do Complexo Ver-O-Peso.

Fonte: Foto do autor (montagem).

¹² O universo da pesquisa é o C.H.B. apenas (por motivos já expostos); mas a análise proposta e desenvolvida pode e deve ser estendida ao restante da cidade, especialmente em relação aos bairros de entorno do C.H.B.. Provavelmente, possibilitaria um enriquecimento e complementação da temática aqui tratada, assim como dos produtos alcançados. Além disso, também se faz importante estender a análise a uma gama maior de imóveis de interesse à preservação.

Sendo assim, até meados do século XIX, as tipologias de habitação civil não excepcional do C.H.B. conformaram-se assim: imóveis térreos (da origem da cidade) ou com o porão não habitável são marcantes até meados do século XVIII; imóveis térreos com porão habitável e imóveis sobrados (principalmente de dois ou três pavimentos) são marcantes de meados do século XVIII até fins do século XIX.

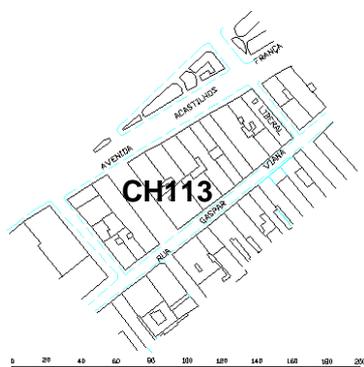
Vale frisar que em Belém, o “porão habitável” teve a peculiaridade de ser usado independente de desníveis no terreno, como no Maranhão, por exemplo. Aliás, é o porão habitável que possibilita a principal descaracterização da morada no C.H.B.: a abertura de vãos para garagem ou atividade comercial, quebrando totalmente a leitura da fachada.

Em relação à **análise das plantas baixas** dos imóveis, primeiramente, foi necessário transformá-las em esquemas mais simples para efetiva apreensão da lógica de estruturação interna da edificação. Nessa transformação foram destacadas as subdivisões internas do imóvel, sem considerar as aberturas de portas e janelas, pois o que importava era a apreensão da lógica de composição e evolução da morada.

Sendo assim, verificou-se que das 51 edificações pesquisadas, 06 (seis) imóveis apresentavam descaracterização internamente significativa, com perda total da leitura tipológica, tendo apenas preservado o invólucro histórico externo. (Ver Figuras 122-127)

Já as 45 edificações restantes, especificaram-se segundo 02 (dois) ramos, dentro da única família tipológica, da habitação civil não excepcional, existente no C.H.B.. Dois ramos que se distinguiram por diferenciações nas dimensões do lote (ramo que se divide em dois por causa de peculiaridades nas dimensões do lote) e no uso original do imóvel; mas que se originam de um único tipo base. (Ver Figuras 128-135)

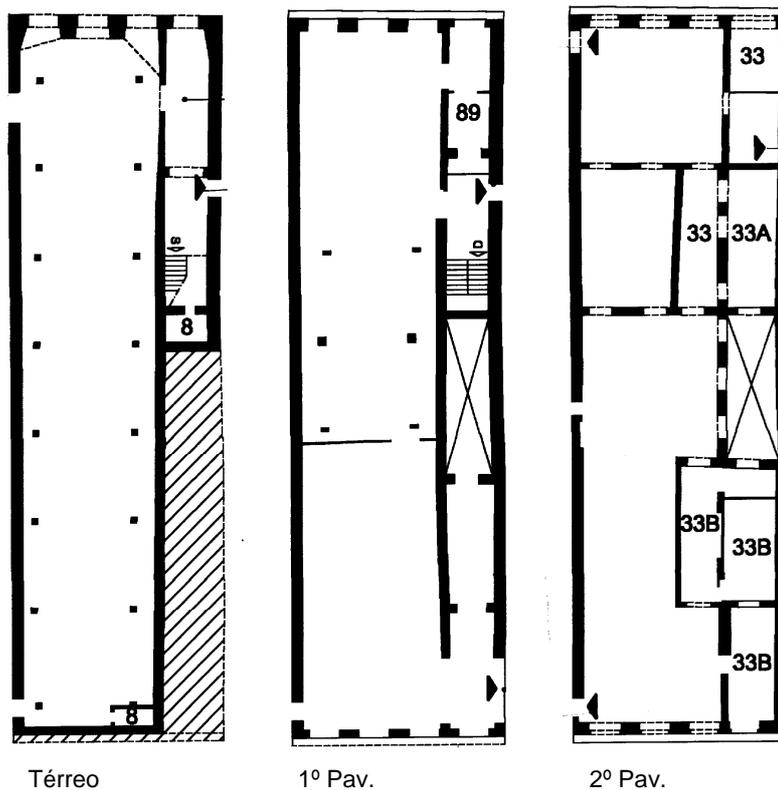
Essa subdivisão foi conclusão da simplificação dos desenhos das plantas baixas dos imóveis estudados. Observando similaridades entre um e outro esquema, assim como levando em consideração dimensionamentos (largura x comprimento), apreendeu-se as particularidade e subdivisões internas de cômodos.



Fonte: CODEM/ SEGEP.

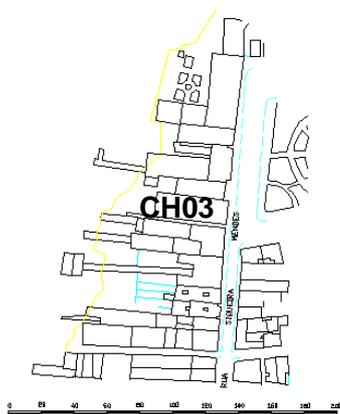


CH113N233



Fonte: IPHAN – 2ª SR.

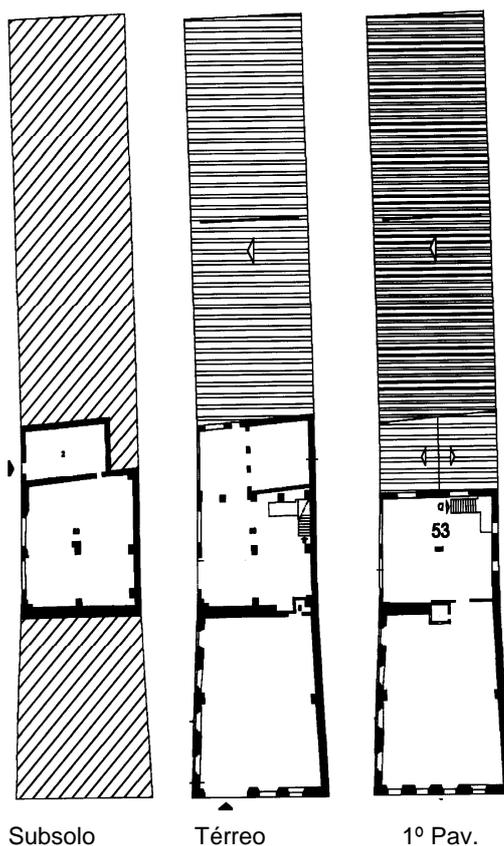
Figura 122: Imóvel descaracterizado no C.H.B. Observa-se a preservação da fachada (segundo a legislação – P.A.P.), mas a leitura interna de evolução tipológica perdeu-se completamente. Perda irreversível da consciência espontânea da evolução tipológica. Perda de Autenticidade tipológica. (Fotos do autor)



Fonte: CODEM/SEGEP.



CH03N58



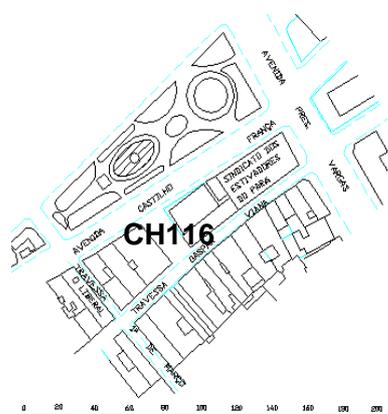
Subsolo

Térreo

1º Pav.

Fonte: IPHAN – 2ª SR.

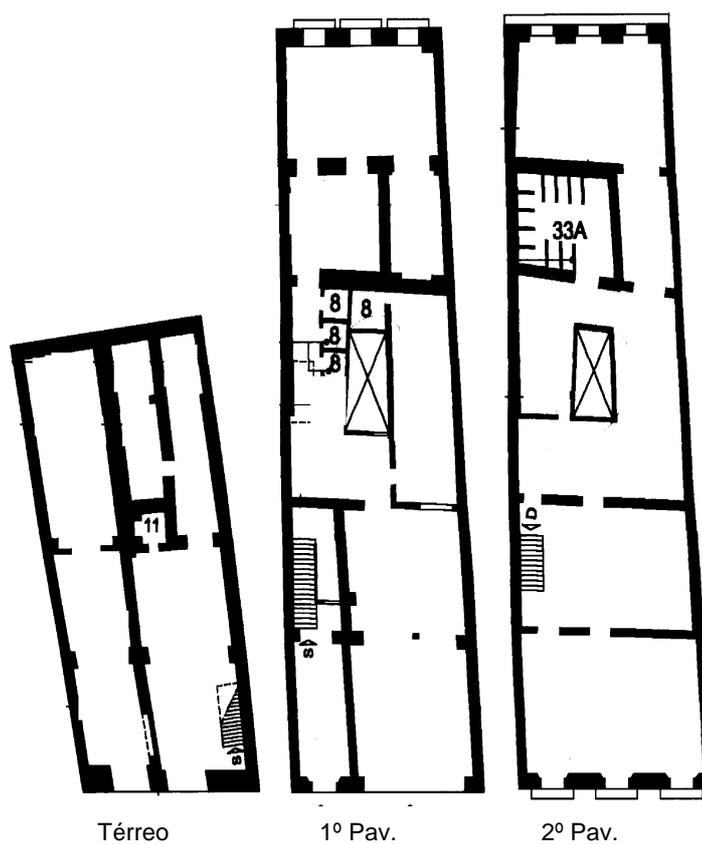
Figura123: Imóvel descaracterizado no C.H.B. Observa-se transformações na fachada (segundo a legislação – R.A.), e a leitura interna de evolução tipológica perdeu-se completamente. Perda irreversível da consciência espontânea da evolução tipológica. Perda de Autenticidade tipológica. Foto do Autor (montagem)



Fonte: CODEM/ SEGEP.

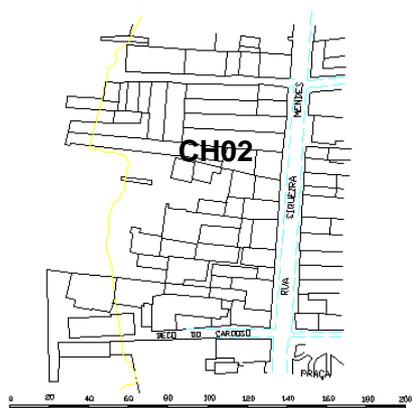


CH116N640

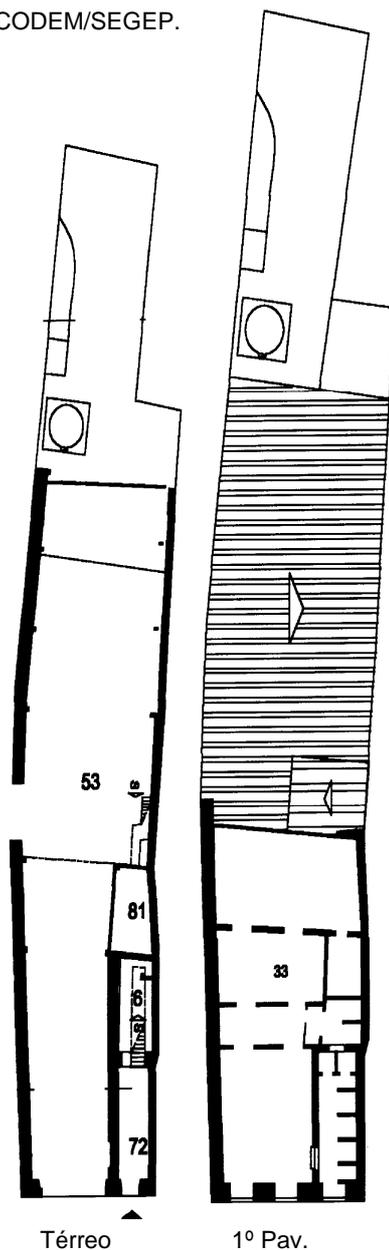


Fonte: IPHAN – 2ª SR.

Figuras 124: Imóvel descaracterizado no C.H.B. Observa-se a perda da leitura interna de evolução tipológica. Perda irreversível da consciência espontânea da evolução tipológica. Perda de Autenticidade tipológica. (Fotos do autor)



Fonte: CODEM/SEGEP.

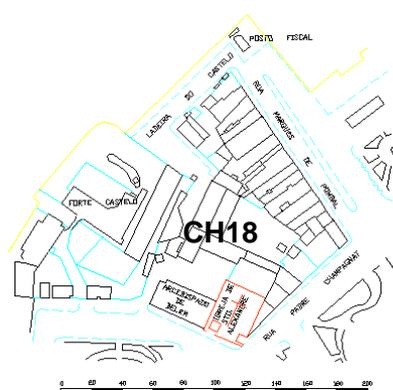


Fonte: IPHAN – 2ª SR.



CH02N130

Figuras 125: Imóvel descaracterizado no C.H.B. Observa-se a perda da leitura interna de evolução tipológica. Perda irreversível da consciência espontânea da evolução tipológica. Perda da Autenticidade tipológica. (Foto do autor)

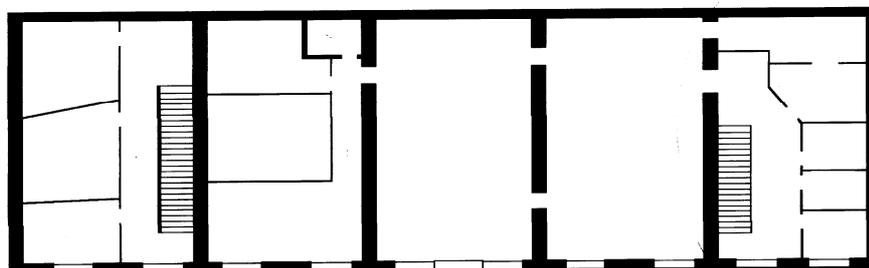


Fonte: CODEM/SEGEF.

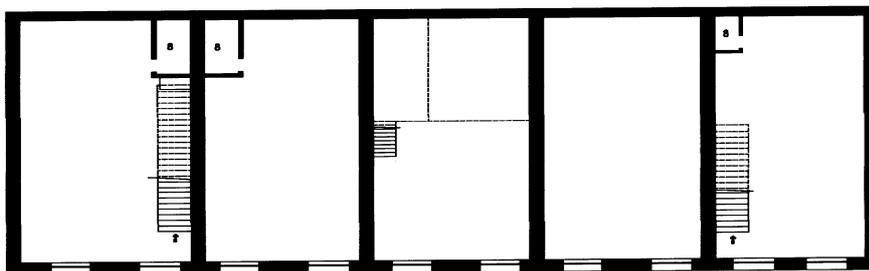


CH18N07

1º Pav.

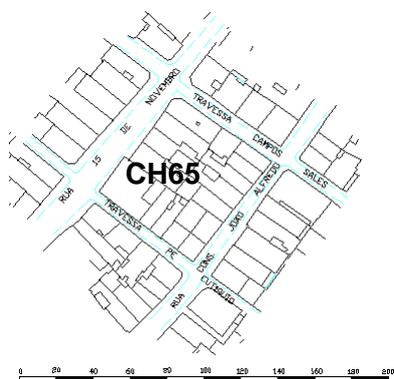


Térreo



Fonte: Levantamento de Campo com ajuda de estagiário.

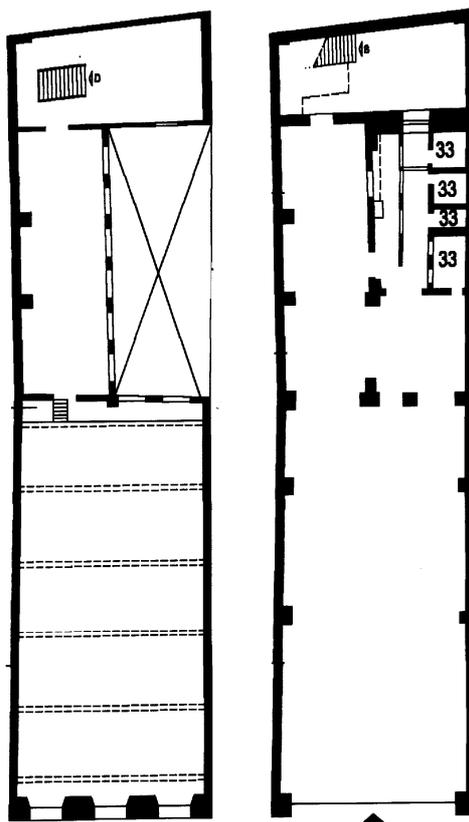
Figuras 126: Imóvel descaracterizado no C.H.B. Observa-se a preservação (segundo a legislação – P.A.P.) da fachada, com perda total da leitura interna de evolução tipológica. Perda irreversível da consciência espontânea da evolução tipológica. Perda da Autenticidade tipológica. (Foto do autor)



Fonte: CODEM/SEGEF.



CH65N273



Térreo

1º Pav.

Fonte: IPHAN – 2ª SR.

Figuras 127: Imóvel descaracterizado no C.H.B. Observa-se a degradação (segundo a legislação – R.A.) da fachada, com perda total da leitura interna de evolução tipológica. Perda irreversível da consciência espontânea da evolução tipológica. Perda da Autenticidade tipológica. (Foto do autor)

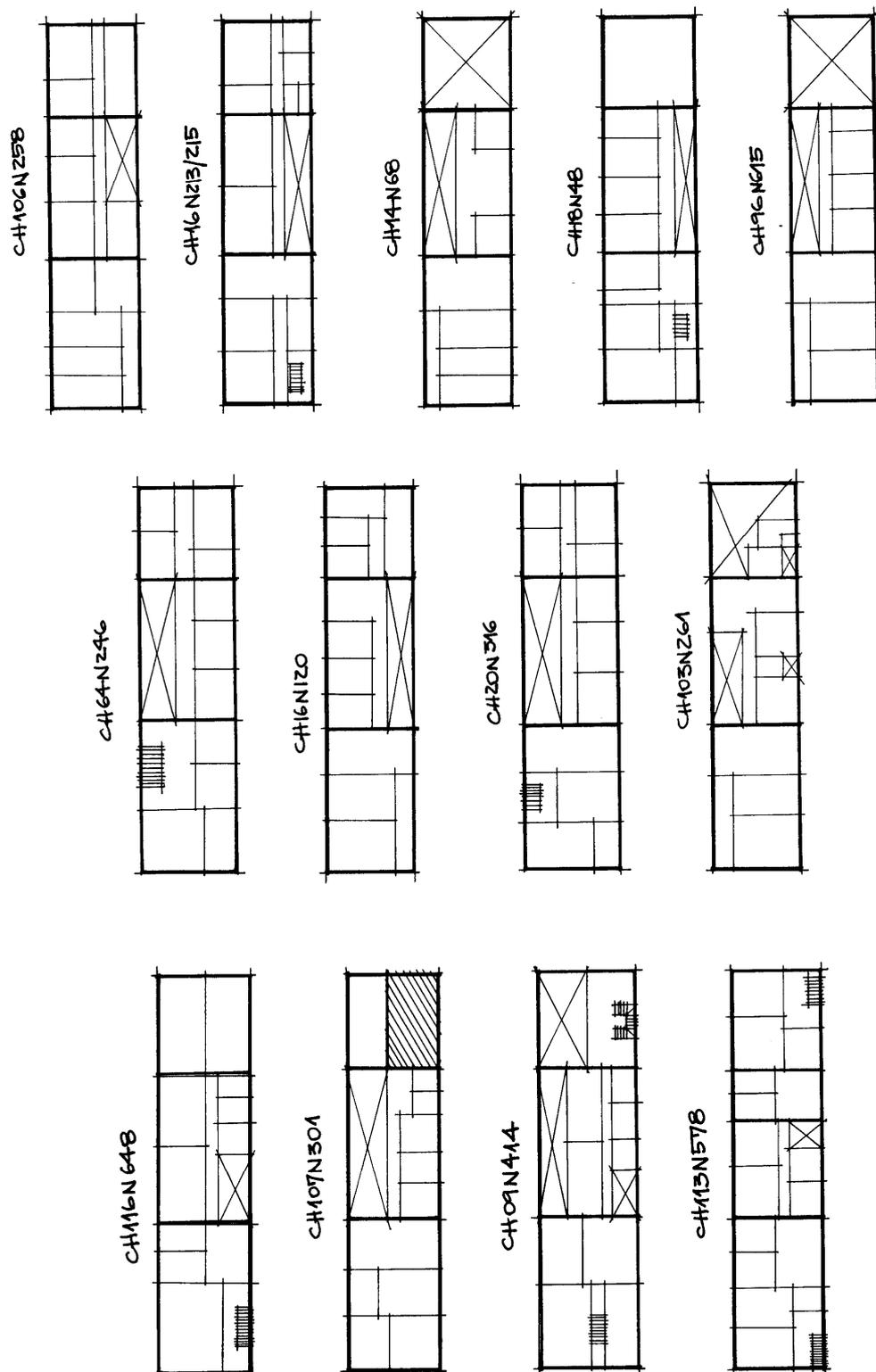
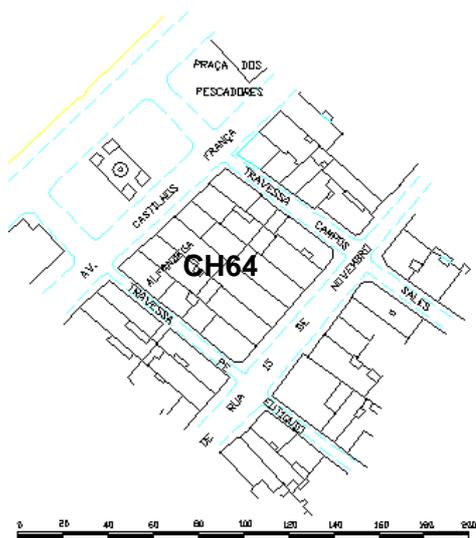
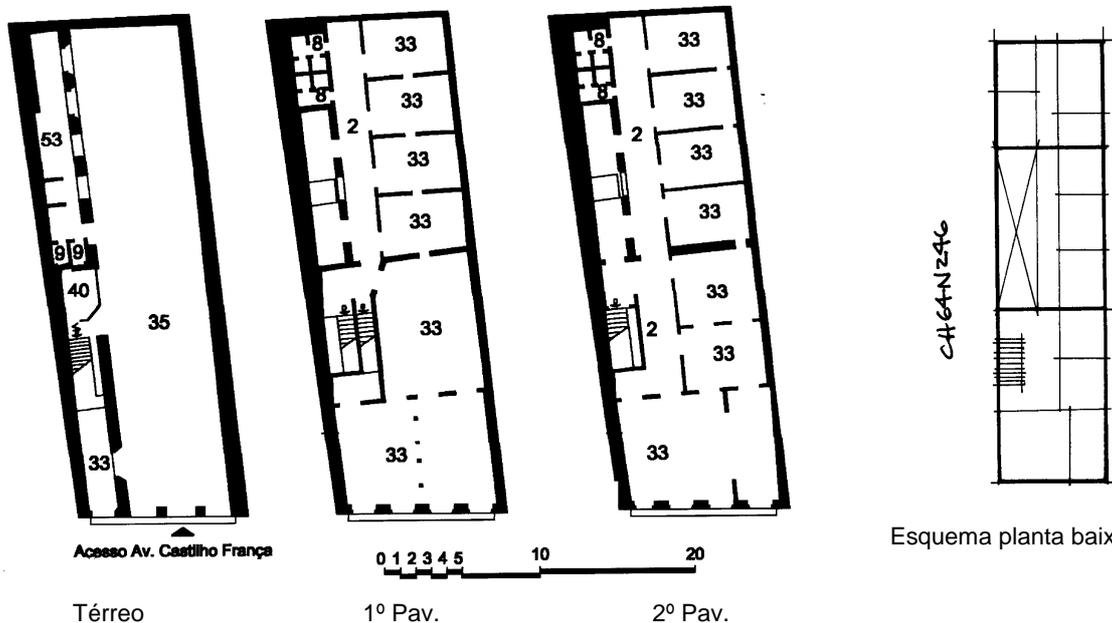


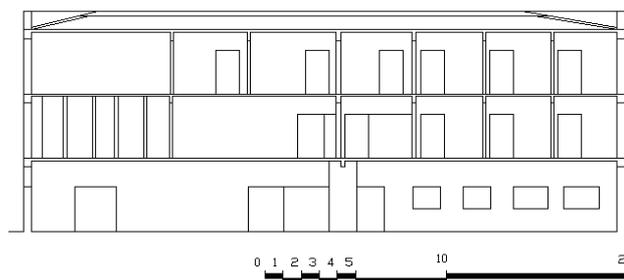
Figura 128: Parte dos esquemas dos imóveis estudados. Observa-se as subdivisões das partes componentes, o partido e a implantação no lote. Nesse ramo tipológico, da habitação civil não excepcional, há a constância de três partes componentes do imóvel (Observar as marcações dos desenhos).



Fonte: CODEM/SEGEP.



Fonte: IPHAN – 2ª SR.



Corte esquemático (Desenho do autor)

Figura 131: Análise do imóvel CH64N246 (sobrado de 03 pavimentos) – observa-se a implantação no alinhamento de lote retangular com acentuada diferença entre as dimensões de largura e comprimento. O agenciamento interno de cômodos, dos pavimentos caracterizados pela atividade residencial (1º e 2º pavimentos), também nesse caso, desenvolve-se em três partes distintas: corpo principal, puxado e pós-puxado. Já no pavimento térreo vê-se, novamente, o vão livre predominante de tal tipologia. (Foto do autor)

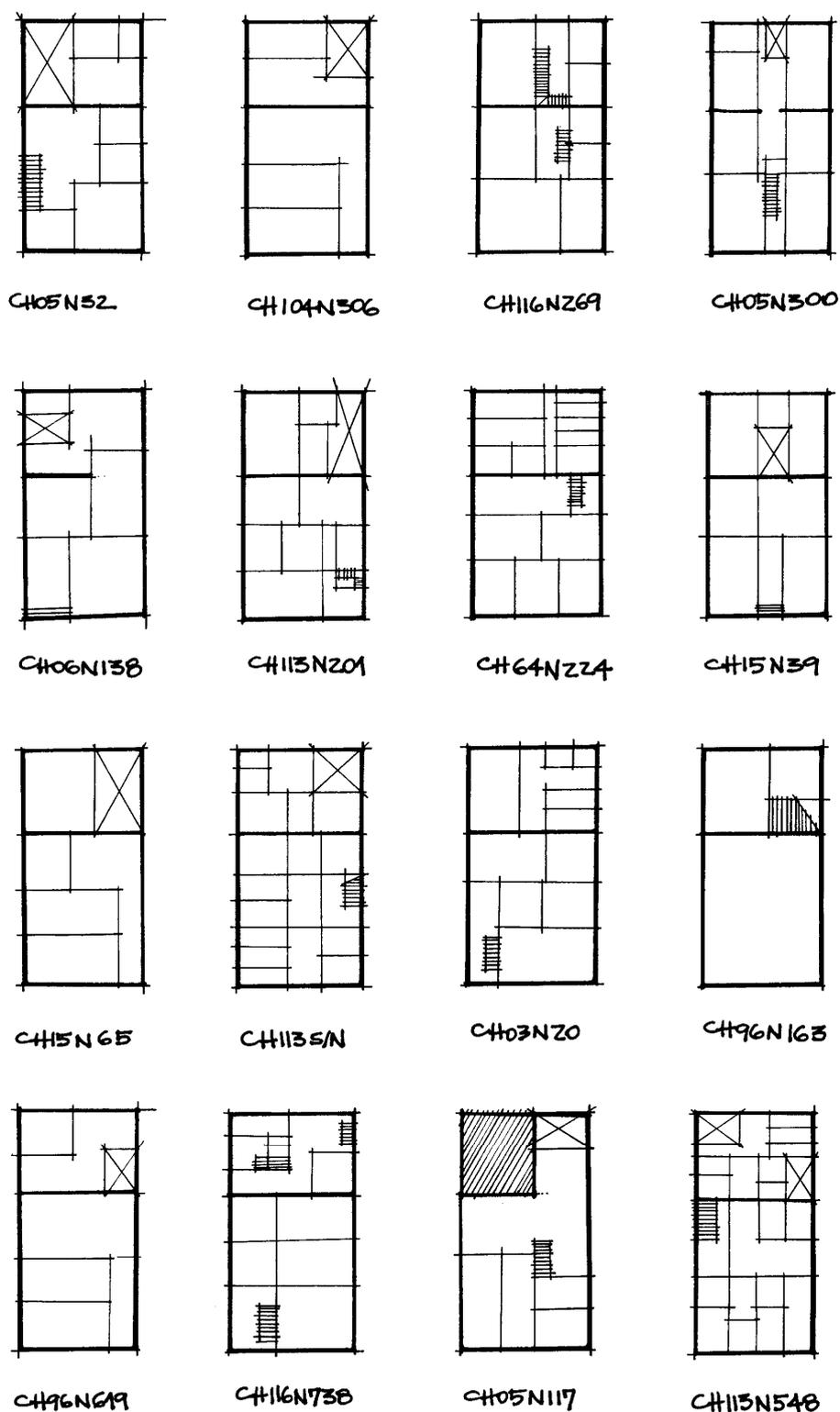
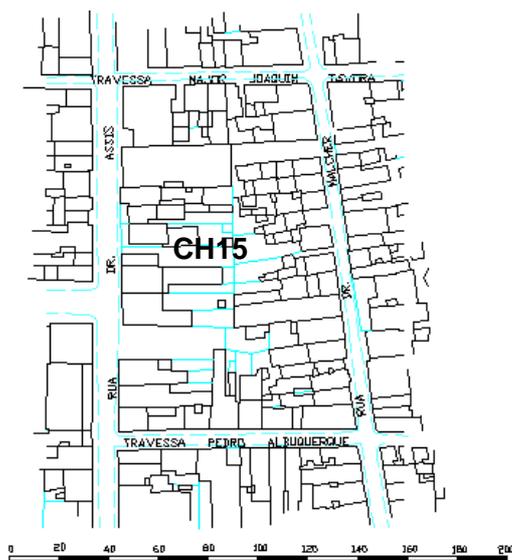
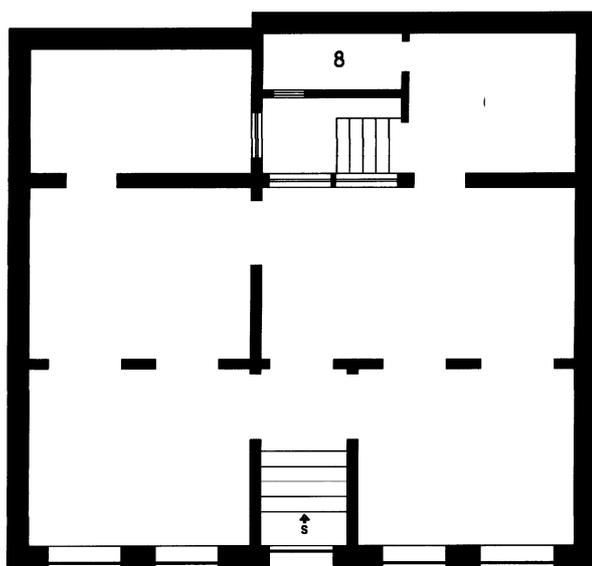


Figura 132: Todos os esquemas encontrados compostos de duas partes dentro do universo dos imóveis estudados. Observam-se as subdivisões da partes componentes, o partido e a implantação no lote; que nesse ramo tipológico, da habitação civil não excepcional, caracteriza-se pela constância de três partes componentes.

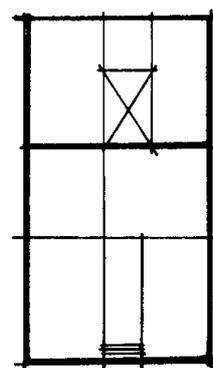


Fonte: CODEM/SEGEP.



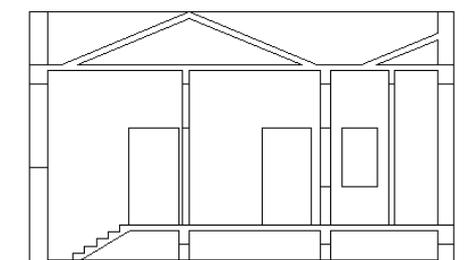
Térreo

Fonte: Levantamento de campo realizado com ajuda de estagiário.



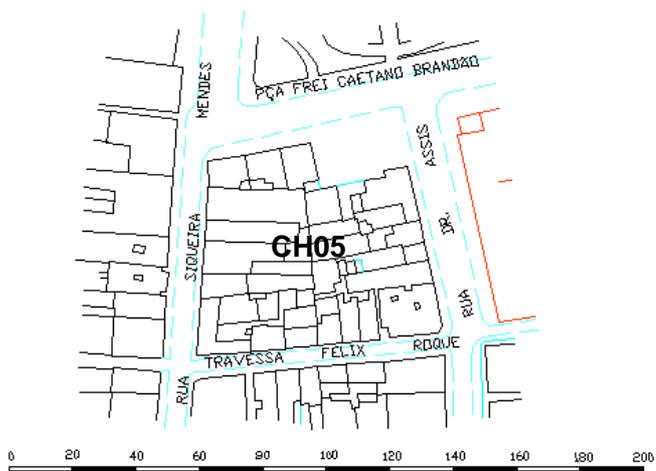
CH15N39

Esquema planta baixa

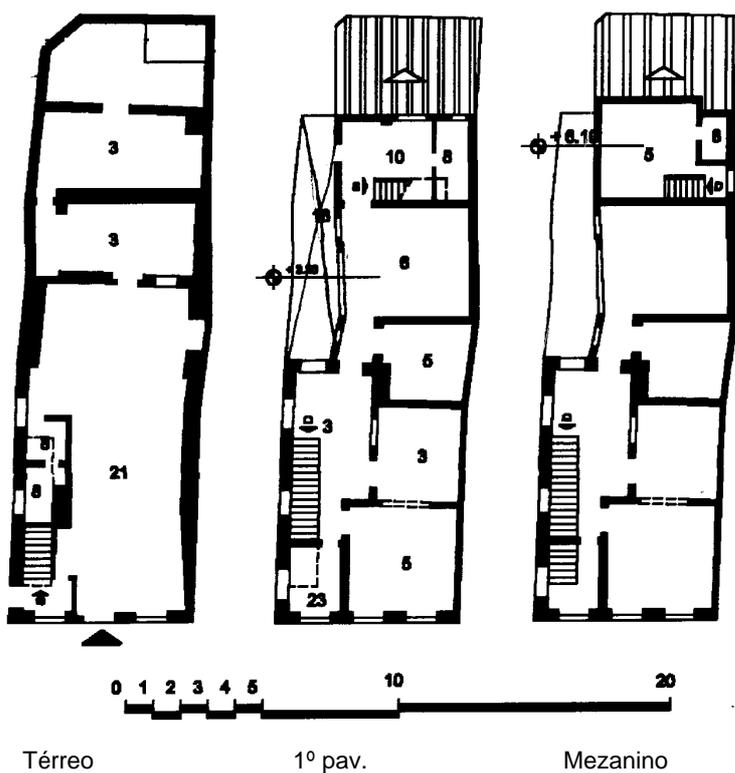


Corte esquemático (Desenho do autor)

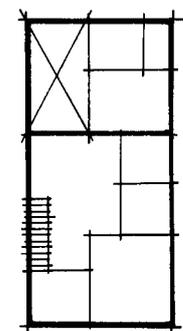
Figura 133: Análise do imóvel CH15N39 (morada inteira) – observa-se a implantação no alinhamento de lote retangular com aproximação, considerável, entre as dimensões de largura e comprimento. O agenciamento interno de cômodos desenvolve-se em duas partes distintas: corpo principal e mescla de puxado e pós-puxado. (Foto do autor)



Fonte: CODEM/SEGEP.



Fonte: IPHAN – 2ª SR.

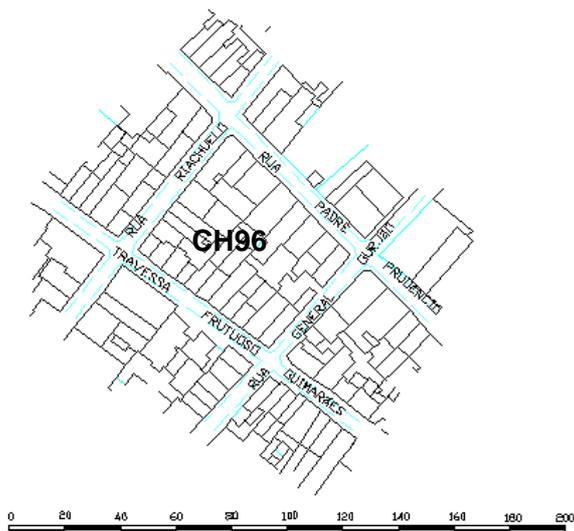


CH05N32
Esquema planta baixa

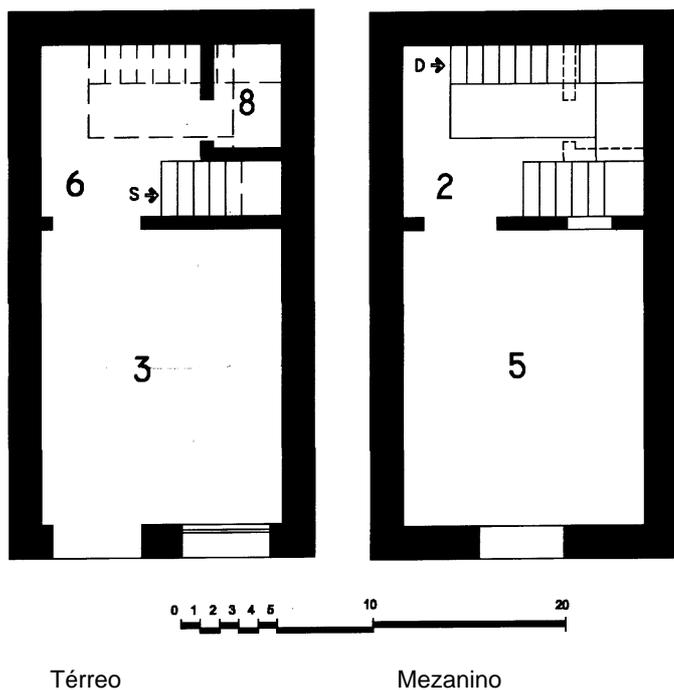


Corte esquemático (Desenho do autor)

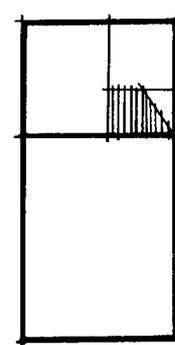
Figura 134: Análise do imóvel CH05N32 (sobrado de 02 pavimentos) – observa-se a implantação no alinhamento de lote retangular com aproximação considerável entre as dimensões de largura e comprimento. O agenciamento interno de cômodos dos pavimentos caracterizados pela atividade residencial, também nesse caso, desenvolve-se em duas partes distintas: corpo principal e mescla de puxado e pós-puxado. Já no pavimento térreo vê-se o vão livre predominante de tal tipologia. (Foto do autor)



Fonte: CODEM/SEGEP.

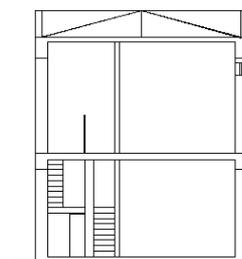


Fonte: Levantamento de campo realizado com a ajuda de estagiário.



CH96N163

Esquema planta baixa.



0 1 2 3 4 5 10

Corte esquemático (Desenho do autor)

Figura 135: Análise do imóvel CH96N163 (casa térrea) – observa-se a implantação no alinhamento de lote retangular com grande aproximação, entre as dimensões de largura e comprimento. O agenciamento interno de cômodos desenvolve-se em duas partes distintas: corpo principal e mescla de puxado e pós-puxado, bastante simplificadas neste caso. (Foto do autor)

Num dos ramos, então, o tamanho do lote especifica dois esquemas de plantas baixas peculiares. Num deles, o lote é estreito e comprido, tendo a maioria, largura menor ou igual a 08m e comprimento entre 20 e 30m. A planta é composta de 03 (três) partes: o corpo principal (**CP**), o puxado (**P**) e o pós-puxado (**PP**).

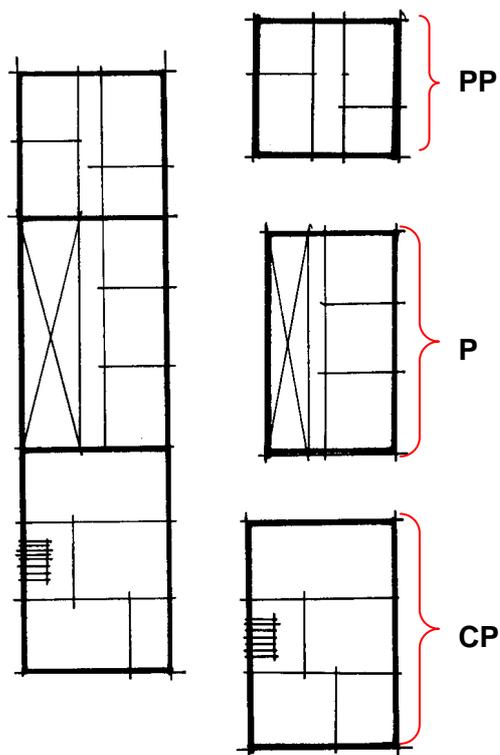


Figura 136: Exemplo de esquema com três partes: 1ª) corpo principal (**CP**); 2ª) puxado (**P**) e 3ª) pós-puxado (**PP**).

O corpo principal tem como esquema básico o corredor lateral, a sala de estar, o quarto (ou alcova) e a sala de jantar (esta, ligada ao quarto, o qual não possui acesso ao corredor). A variação ocorre quando o imóvel recebe o acréscimo de pavimentos, pois há a inserção da circulação vertical (escada) — geralmente o imóvel de uso misto; ou quando a circulação se desloca da lateral da edificação.

O puxado complementa-o de acordo com as necessidades de uso do imóvel. Apresenta circulação longitudinal ligada a uma área livre de ventilação, por um lado, e ao quarto, banheiro e cozinha do

outro. Não há variação desse esquema básico mesmo quando ocorre o acréscimo de pavimentos.

Já o esquema básico do pós-puxado varia bastante, pois este, ou é o quintal do imóvel ou complementa o puxado com área de serviço, ou ainda, conforme a necessidade que se apresente.

Nesse esquema, após desmembramento das partes para análise em separado, verificou-se que o corpo principal pouco se transformou nos imóveis analisados (mudanças só com o acréscimo de pavimentos ou compartimentação de cômodos); o puxado teve transformações e permanências equiparadas; e o pós-puxado, sem repetições de esquemas, apresentou transformações constantes.

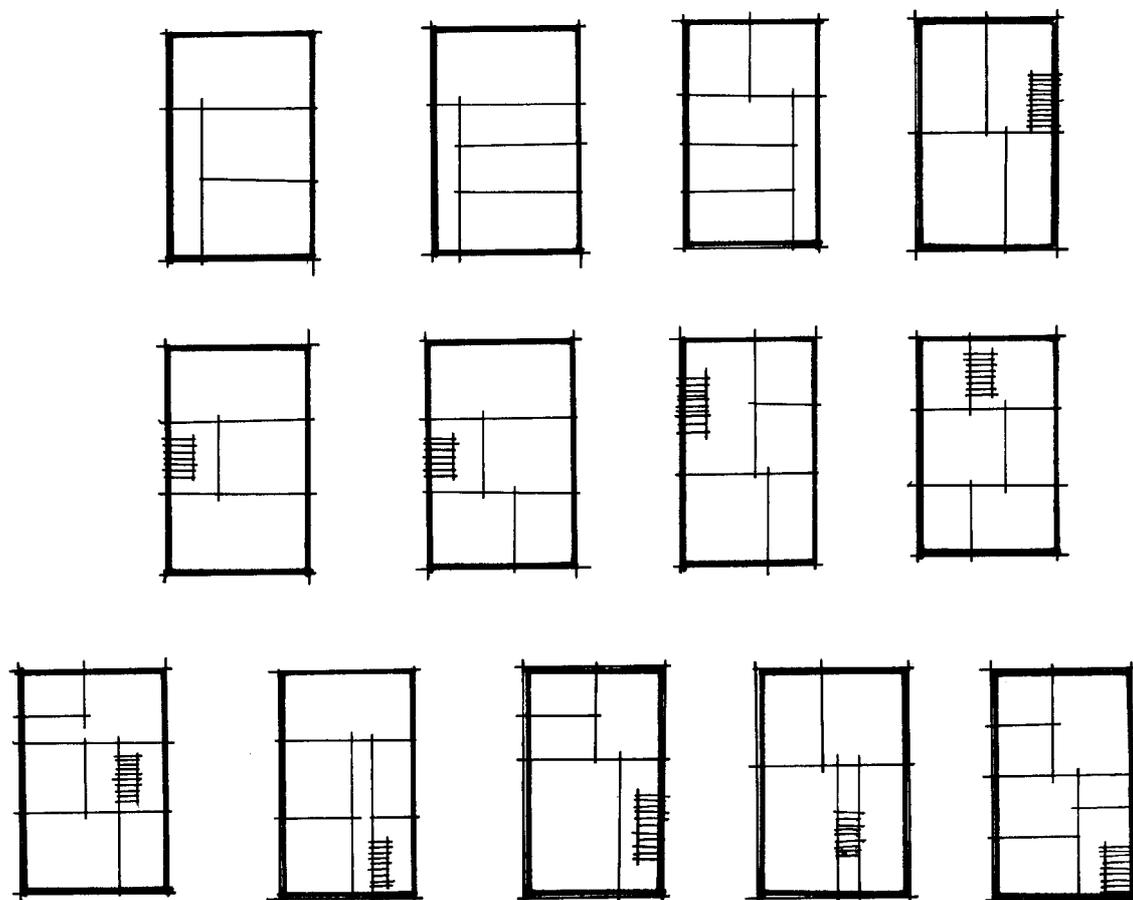


Figura 137: Conclusão dos esquemas de Corpo Principal do 1º Tipo, encontrados dentro do universo de bens imóveis, da habitação civil não excepcional, estudado. Observa-se a constância da lógica de conformação interna, de cômodos e circulações, segundo acréscimos de cômodos pela compartimentação crescente na evolução da apropriação interna do imóvel.

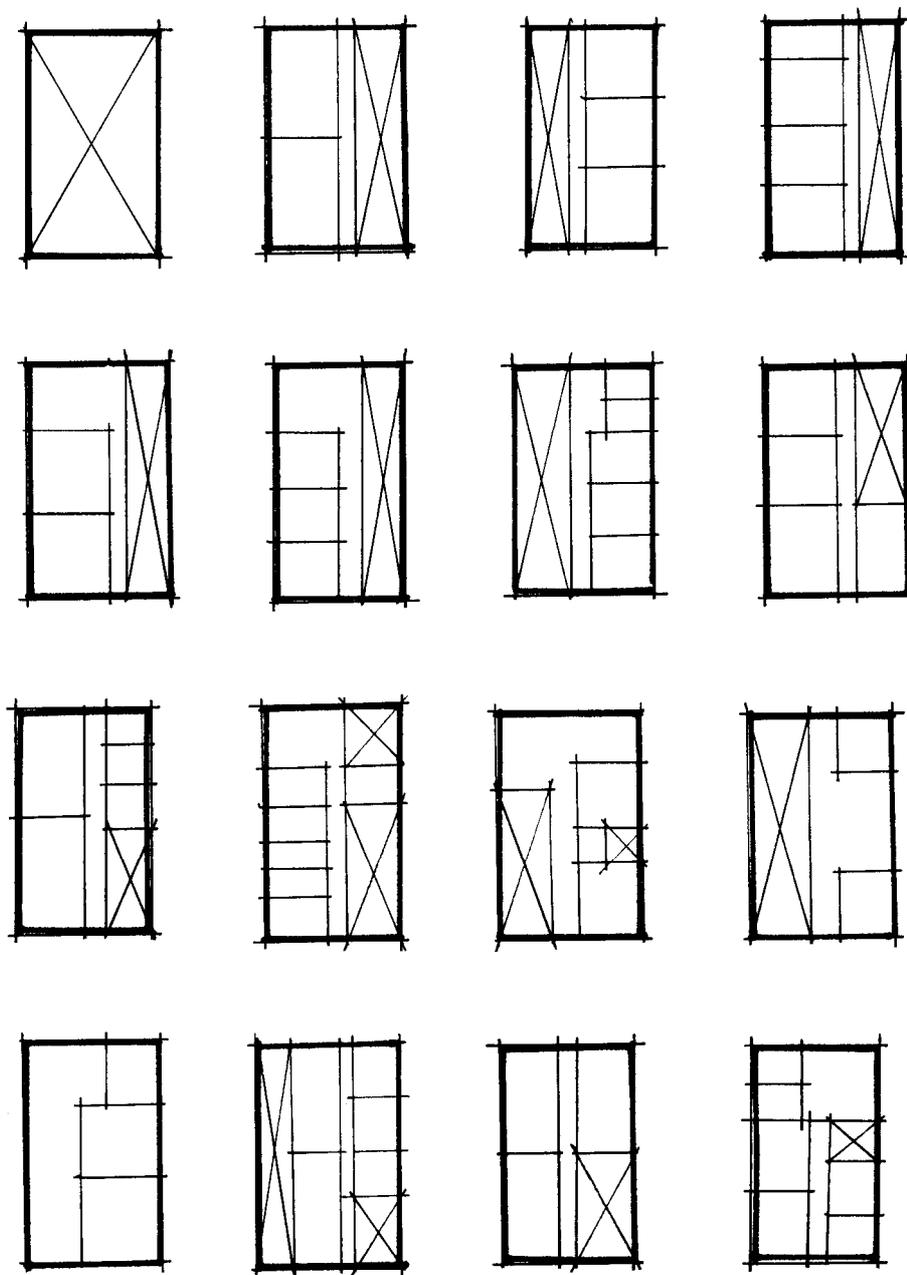


Figura 138: Conclusão dos esquemas de Puxado do 1º Tipo, encontrados dentro do universo de bens imóveis, da habitação civil não excepcional, estudado. Observa-se a constância da lógica de conformação interna, de cômodos, área livres e circulações, segundo subdivisões internas crescentes na evolução da apropriação interna do imóvel.

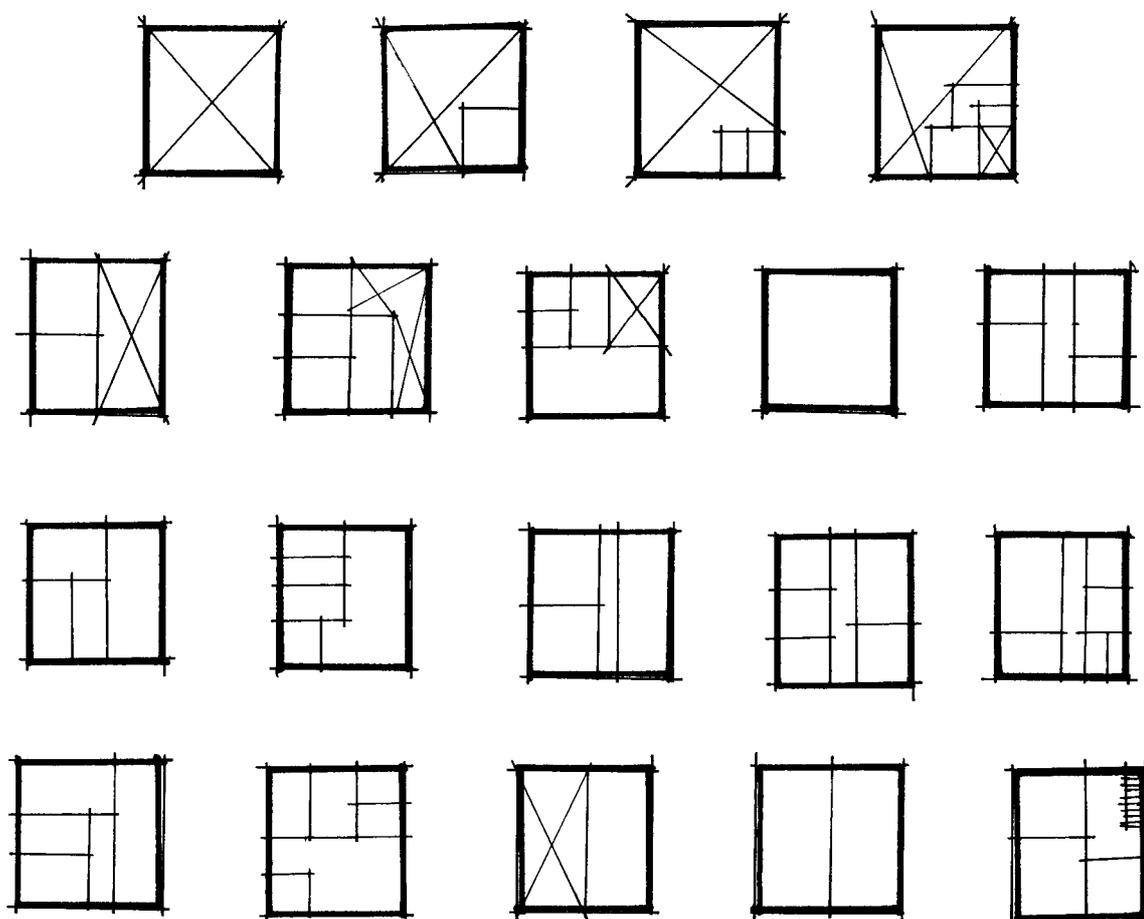


Figura 139: Conclusão dos esquemas de Pós-Puxado do 1º Tipo, encontrados dentro do universo de bens imóveis, da habitação civil não excepcional, estudado. Observa-se a diversidade da lógica de conformação interna, de cômodos, áreas livres ou circulações, segundo compartimentação na evolução da apropriação interna do imóvel. A conformação do Pós-Puxado ocorre segundo exigências do restante da edificação.

No segundo esquema, ocorre uma aproximação considerável das dimensões de comprimento e largura, apesar de ainda predominar o lote retangular. Na maioria das edificações, a largura é menor ou igual a 10m e o comprimento entre 10 e 20m.

Esta grande redução no comprimento do lote, explica a não existência de uma terceira parte (o pós-puxado), a freqüente interpenetração do corpo principal com o puxado ou, ainda, a existência de uma segunda parte que é a síntese de puxado e pós-puxado.

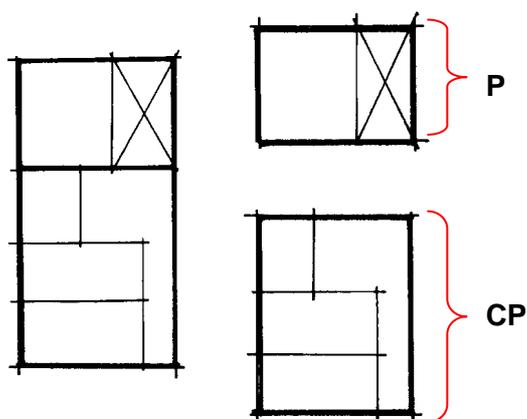


Figura 140: Exemplo de esquema com duas partes: 1ª) corpo principal (CP) e 2ª) mesclado de puxado + pós-puxado (P).

O corpo principal segue o esquema anterior com corredor lateral, sala, quarto (alcova) e sala de jantar, apresentando variação também pela inserção de circulação vertical. O puxado complementa-o variando, portanto, de acordo com as necessidades de uso do imóvel e do lote de assentamento, apresentando, ou não, circulação ou área livre de ventilação. Às vezes incorpora a sala

de jantar do corpo principal, ocorrendo interpenetração das partes.

Nesse esquema, assim como no primeiro, também foi feito o desmembramento das partes para análise em separado; e verificou-se que o corpo principal pouco se transformou (mudanças só com o acréscimo de pavimentos ou compartimentação de cômodos); já o puxado, como era de se esperar, não apresentou repetição de esquemas, as transformações foram constantes (mescla de puxado e pós-puxado).

No caso do térreo dos imóveis assobradados, o vão livre é predominante. Uns, porém, sofreram compartimentação e sublocação em função do mercado imobiliário; nesse caso, como já foi dito, privilegiaram-se os imóveis de esquina.

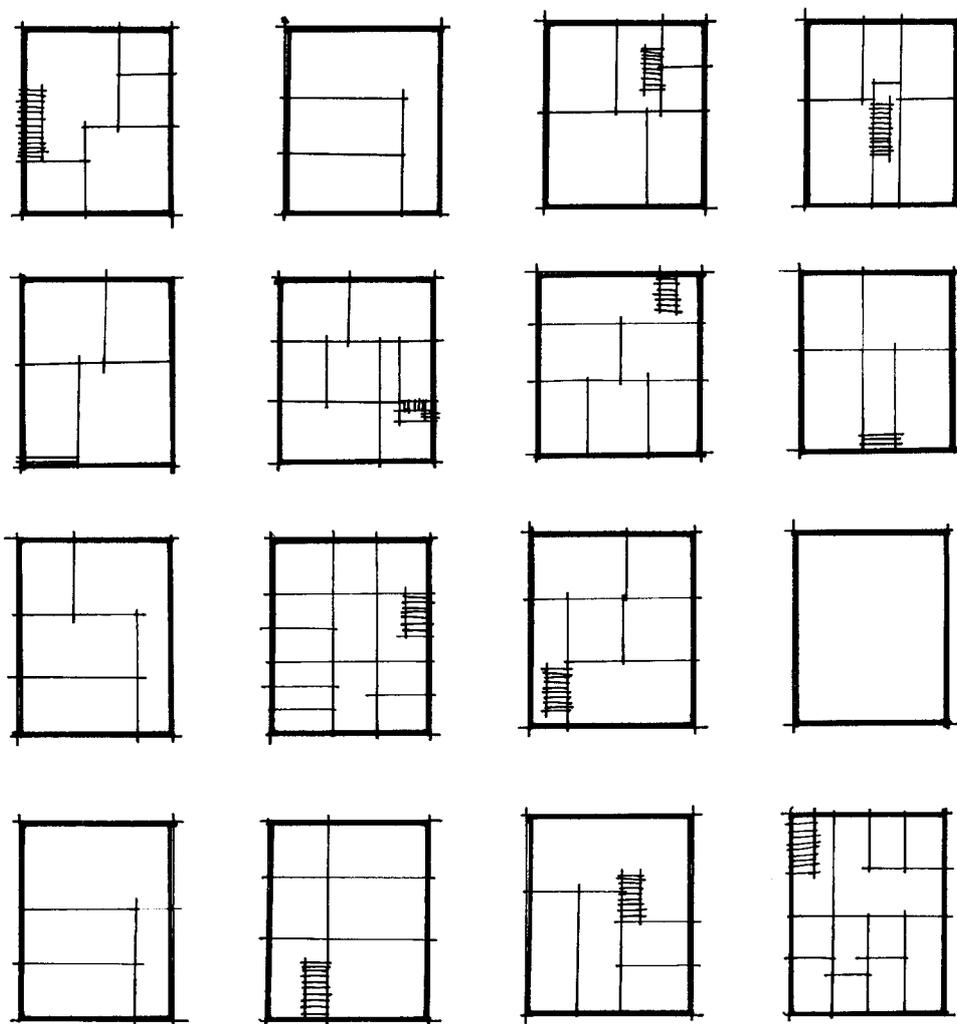


Figura 141: Conclusão dos esquemas de Corpo Principal do 2º Tipo, encontrados dentro do universo de bens imóveis, da habitação civil não excepcional, estudado. Observa-se uma variedade maior, em relação ao 1º Tipo, da lógica de conformação interna, de cômodos e circulações.

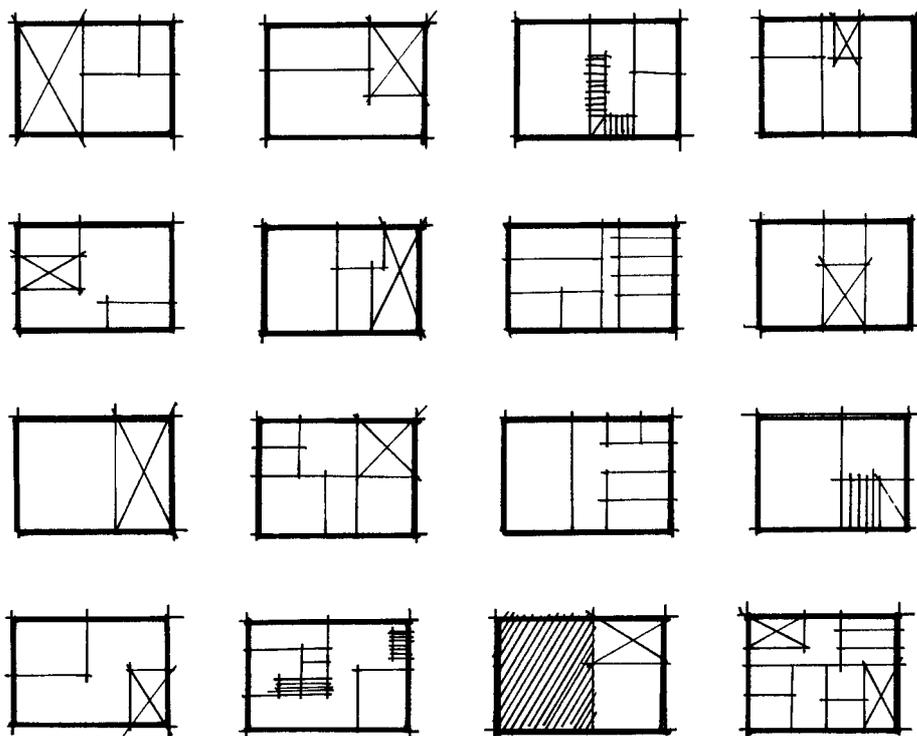


Figura 142: Conclusão dos esquemas de Puxado + Pós-Puxado do 2º Tipo, encontrados dentro do universo de bens imóveis, da habitação civil não excepcional, estudado. Observa-se a diversidade da lógica de conformação interna, de cômodos, área livres ou circulações. A conformação dessa mescla de Puxado + Pós-Puxado ocorre segundo exigências do restante da edificação. Às vezes, a 1ª e 2ª partes do 2º Tipo se interpenetram face às dimensões reduzidas do lote.

No que tange à conformação interna de cômodos, o imóvel constituído apenas de área íntima e social é característico do primeiro século de ocupação do novo assentamento; já em meados do século XVIII ocorre o acréscimo do puxado próximo à varanda de permanência das mulheres; mas é apenas no século XIX que o esquema completa o puxado efetivamente, com a cozinha e o banheiro próximos pela necessidade das tubulações de esgoto e água.

Entretanto, vale frisar que quatro edificações, aproximadamente 7,5% da amostra, seguem apenas parte do esquema básico, constituindo-se no segundo ramo discriminado. Devido ao uso a que se destinaram ou a subdivisão interna peculiar do imóvel, possuem características à parte dos esquemas acima referidos. Tais edificações não foram consideradas “imóveis excepcionais”, e sim variações do tipo base frente a usos originais específicos.

Com relação às **características arquitetônicas** de vãos, adornos e acabamentos predominantes nos imóveis pesquisados, a análise das fichas de caracterização confirmaram o predomínio das paredes de pedra e taipa; dos forros de tabuado ou saia e camisa; das coberturas de duas águas em telha de barro; dos pisos assoalhados; das vergas retas e arcos plenos dos vãos; das sacadas de ferro entaladas; das folhas giratórias, de venezianas, das esquadrias de madeira e vidro; das platibandas com ornatos, almofadas e cimalthas; e dos revestimentos em pintura ou em azulejos decorados.

Tais características arquitetônicas predominantes, mais uma vez, configuram a importância do Ciclo da Borracha para Belém. Realmente, a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX materializaram na substância do C.H.B. os anos de prosperidade e desenvolvimento cultural da cidade. Um “morar a belemense” de tão significativo período.

Constatou-se, por fim, que **a evolução tipológica** no C.H.B. segue as características gerais da habitação brasileira, de casas térreas e sobrados, mas que, de acordo com peculiaridades históricas e geográficas locais, diferencia-se nos acréscimos das plantas baixas estudadas e nas características arquitetônicas verificadas, como foi exposto.



Figura 143: Detalhes característicos do interior dos imóveis de interesse histórico, da habitação não excepcional, do C.H.B..

Fonte: Fotos do autor.

Enfim, após a análise concluída, **a Autenticidade tipológica do C.H.B** se define, especificamente neste trabalho, em relação a um tipo único na arquitetura civil residencial, não excepcional, e ao seu processo de evolução descrito.

Os imóveis que seguiram a evolução do tipo base, segundo sua evolução histórico-social, são os imóveis descritos com conformação de planta baixa de três ou de duas partes; já os imóveis que não apresentaram tal evolução são os classificados como descaracterizados.

Comparando-os podemos perceber que os imóveis descaracterizados perderam sua autenticidade porque houve uma quebra na leitura da relação lote, fachada e partido arquitetônico de sua evolução histórica e social. No caso dos imóveis que conservaram tal leitura tipológica, estes são o verdadeiro exemplo da cultura, história e meio social em que estão inseridos.

A **Autenticidade do C.H.B.** está ligada, justamente, à conservação da leitura de formação de lotes e edificações segundo o universo histórico e social do qual fazem parte. Pois, não é a permanência dos materiais que garantem a Autenticidade da habitação civil não excepcional, como nos imóveis de valor excepcional, e sim, a permanência da leitura de evolução histórica e social de conformação do construído.

De fato, a evolução histórica guiando o desvendar da relação sujeito x objeto no construído da cidade, possibilita referências para o planejamento de intervenções urbanas que busquem acima de tudo a conservação da Autenticidade de áreas de interesse histórico, sem impedir transformações inerentes ao próprio evoluir humano.

Vale frisar novamente que, a metodologia aqui traçada e seguida, para investigar a questão da Autenticidade do C.H.B., constituiu-se a partir do estudo em questão sobre tipologia civil habitacional comum, objeto específico de investigação, segundo os aspectos, aqui priorizados, históricos e funcionais.

RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar, sempre que possível, que propostas de intervenção, em qualquer sítio patrimonial, sejam de que natureza forem (restauradoras, revitalizadoras, etc.), devem ser precedidas de pesquisa pormenorizada a respeito de valores referentes ao objeto em estudo. A identificação e apreensão de fontes de informações das mais diversas possibilitam tal investigação.

A partir daí, pode-se traçar um planejamento, embasado em considerações referentes às peculiaridades locais, com avaliações regulares e manutenção preventiva de acordo. Realmente, um planejamento que objetive a conservação da Autenticidade patrimonial de um sítio histórico.

As investigações deste trabalho foram desenvolvidas visando a dois produtos finais: 1) a busca das relações do processo de identificação da Autenticidade tipológica, frente aos usos contemporâneos, para o planejamento de intervenções em áreas históricas patrimoniais; e 2) a pesquisa das relações do universo específico do Estudo de Caso, o C.H.B., visando a recomendações para intervenções projectuais na matéria histórica do sítio estudado.

As recomendações justificam-se como preocupação do estudo ora desenvolvido pela temática maior envolvida: o planejamento de intervenções urbanas. O trabalho preocupou-se em ir além da análise para se aproximar da realidade; e dar um passo à frente em relação aos estudos no Brasil sobre a habitação civil não excepcional e a conservação desse legado que possui valor paisagístico de alta relevância para a conservação patrimonial.

Mais que subsidiar estudos sobre a conservação urbana, o estudo procurou demonstrar que se pode planejar a partir da análise tipológica, e mais, que através de tal análise é possível a conservação da identidade e memória do sítio histórico e, conseqüentemente, do valor maior de nossas áreas de interesse histórico que é o valor de Autenticidade.

Sendo assim, a pesquisa proposta e desenvolvida buscou ter como produto um documento de reflexão teórica e investigação prática, sobre a conservação da Autenticidade Tipológica, especificamente da autenticidade tipológica da habitação civil não excepcional do Centro Histórico de Belém do Pará.

Em se tratando da conservação da autenticidade do processo tipológico no C.H.B., para o planejamento de intervenções urbanas no patrimônio construído, no que tange à tipologia da sua arquitetura civil habitacional não excepcional, a partir da leitura (análise) tipológica feita, recomenda-se:

— **Em relação à distribuição e composição arquitetônica de planta baixa:**

Conservar, impreterivelmente, a *unidade compositiva* do tipo base. Deve-se garantir a conservação da leitura de distribuição e composição do tipo base, residencial ou misto, segundo a distinção das áreas semipúblicas e privadas (atenção aos 04 esquemas do tipo base vistos no Capítulo III desta pesquisa). A planta baixa é que define a tipologia do imóvel.

Pode-se especificar ainda, segundo os ramos encontrados, três tipos de intervenções: 1) restritiva no corpo principal, com conservação da unidade mínima — sala de visitas, quarto ou alcova, circulação lateral e sala de jantar ou varanda, pressupondo conservação da leitura da fachada em sua composição de cheios e vazios; 2) flexível no puxado, com conservação da lógica de distribuição através de corredor central; e 3) livre no pós-puxado, com atenção apenas para a conservação da unidade total do imóvel.

Nos imóveis em que o puxado mescla-se ao pós-puxado, deve-se seguir as observações feitas anteriormente sobre o corpo principal e encontrar um equilíbrio, conforme o caso, para a intervenção no restante da edificação (devendo ser esta mais flexível do que no caso anterior pela própria característica de transformação constante encontrada).

A intervenção nos imóveis assobradados é livre no andar térreo, e seguirá as regras acima traçadas no pavimento superior. Quando o imóvel possuir mais de dois

pavimentos, as regras acima traçadas serão válidas ao pavimento que for caracterizado pelo tipo base, nos demais pavimentos a intervenção é livre. A utilização do porão habitável seguirá as regras para o pavimento térreo dos imóveis assobradados.

No caso da existência ou inserção de mezanino ou pavimentos intermediários que aproveitem o pé direito alto dessas edificações, recomenda-se a utilização de novos materiais sem que esses agridam a ambiência e estrutura construtiva do prédio. Não devem também, tais acréscimos, interferir na unidade de leitura da fachada, ou seja, acréscimos de pavimentos podem ser aceitos caso não comprometam a apreensão do imóvel, e da paisagem na qual está inserido, por parte do transeunte.

— **Em relação às características estruturais arquitetônicas:**

Privilegiar e preservar as características arquitetônicas sempre que possível. Utilizar em prol da conservação dos adornos, coberturas, forros, etc, tudo o que a tecnologia (passada e/ou contemporânea) pode nos ser útil. O pressuposto é conservar os registros históricos e estéticos quando existentes, sem tolher o uso de novos materiais.

Quando do uso de novos materiais em estruturas remanescentes e acréscimos de novos materiais, ou de novas estruturas, a recomendação (orientação) é a observância da totalidade do imóvel; da conservação da lógica mínima de sua substância e significação cultural frente às transformações necessárias demandadas.

Em relação às paredes deve-se procurar, quando possível, conservá-las em seus materiais originais; caso contrário intervir e modificá-las apenas em relação à matéria e não à imagem. Esta recomendação se aplica a forros, pisos (que no caso da imagem é quase impossível preservá-la), cobertas (geralmente ocorre modificação das telhas e do madeiramento), vãos (sacadas, cercaduras e esquadrias) e na composição e revestimento da fachada.

Especificamente, em relação à fachada deve-se evitar a descaracterização sempre que possível, preservando a leitura de composição de vãos e aberturas e a sua escala. No caso de imóveis de porão habitável, que têm a possibilidade de abertura de garagem, deve-se primeiramente fazer um estudo minucioso sobre a melhor maneira de concretizar tal intervenção, observando perdas e ganhos em relação à leitura da composição da fachada — já que não podemos fechar os olhos para tal demanda social da contemporaneidade.

Ainda em relação à garagem, caso esta venha a intervir no agenciamento interno da planta baixa do imóvel, comprometendo a leitura tipológica do mesmo, tal transformação deve ser tolhida, pois acarretaria perda de Autenticidade Tipológica.

Na verdade, não podemos permitir todo o tipo de transformação nas características arquitetônicas do imóvel de interesse histórico, pois interferiria na Autenticidade do construído, mas tampouco se deve tolher modificações. Acréscimos e transformações nos materiais originais é possível e permitido; precauções constantes com a imagem é que vão equilibrar permanências e mudanças.

Observar o existente e adaptações não agressivas é a posição mais condizente aos objetivos da conservação da Autenticidade. A conservação visa à permanência dos processos de consolidação do construído; sem impossibilitar, entretanto, mudanças na matéria e na estruturação da herança frente aos novos materiais e novos usos.

— **Em relação aos usos e funções:**

Privilegiar e incrementar o uso privado residencial em áreas de interesse histórico, sempre que possível, pois é ele que possibilita maior permanência e conservação do legado histórico. Privilegiar e incrementar, também, o uso misto, principalmente nos sobrados e nos imóveis térreos com porão habitável, pois possibilita atividade constante, durante o dia inteiro, na área do centro histórico.

Pormenorizando, deve-se garantir a conservação da tipologia residencial a qualquer custo, principalmente nos andares superiores dos sobrados, caracterizados pelo tipo

base, deixando a utilização dos andares térreos mais susceptível a novos usos sem restrições.

Em verdade, o desafio é adaptar a contemporaneidade social no construído histórico de séculos passados; adaptação que pressupõe mudanças, mas que deve ocorrer até o limite do não comprometimento (ou perda) da Autenticidade tipológica do imóvel. Os inventários e a análise tipológica, assim como as pesquisas históricas em geral, são os instrumentos de investigação e planejamento da ação a ser implementada.

— **Em geral:**

No que tange à conservação da Autenticidade tipológica da habitação civil, não excepcional, no Brasil, pela constância do morar, entende-se um tipo base comum no território em geral. Belém apresentou tal tipo base. Esse tipo base caracteriza-se pela conformação mais simples de duas áreas (partes) no imóvel (social e íntima) até a organização básica de um corpo composto de sala, alcova, corredor e varanda.

No evoluir de tal tipo, mesmo com a permanência de semelhanças no território nacional, determinantes locais se farão presentes, devido a variáveis sociais distintas de tempo e lugar (materiais, técnicas, clima, economia, cultura, etc.), e assim definirão mais particularmente ou distintamente a Autenticidade tipológica de cada legado específico.

Recomenda-se, então, para a habitação civil comum, no mínimo a conservação do tipo base para uma conservação da Autenticidade tipológica condizente aos princípios expostos ao longo do trabalho. Deve a análise tipológica ser o instrumento de investigação da evolução tipológica e conseqüentemente da Autenticidade tipológica do construído. O inventariar das fontes de informação é imprescindível à conservação patrimonial.

É fato que, a análise tipológica é instrumento eficaz não apenas na investigação da Autenticidade tipológica do construído isolado dos imóveis constituintes do legado histórico. A análise tipológica pode ser utilizada na apropriação de escalas do

construído que vão do edifício ao território urbanizado. Então, a Autenticidade Tipológica pode ser conservada segundo a conservação do tipo a partir da análise tipológica do legado histórico.

A conservação dos nossos centros históricos urbanos não é importante apenas pelos valores diferenciados da área patrimonial, mas pela possibilidade de se começar a equilibrar a relação sociedade e meio ambiente a partir de uma estrutura física (e social) já organizada (consolidada).

A conservação de um centro histórico parte da conservação da sua escala arquitetônica (composta por uma enorme variedade de bens); a partir dela deve-se levantar e regulamentar o que fazer com tal acervo construído. Para isso, tais variedades de casos particulares de imóveis precisam ser agrupadas em ramos tipológicos, com a reconstituição da evolução de consolidação do seu agenciamento interno para que possam, a partir dela, estabelecer os modos possíveis e aceitáveis de transformações e permanências.

De fato, apenas levando em consideração as tipologias, nas suas escalas distintas, é possível traçar recomendações e normas para as intervenções no patrimônio. Só as recomendações e normas referentes a uma classificação tipológica podem se concretizar e interferir na conservação do que não pode ser transformado, no que pode ser alterado e no que pode ser acrescido no legado patrimonial.

As informações tipológicas são a possibilidade de solucionar a dicotomia existente entre o antigo e o novo, principalmente em relação à autenticidade material do legado patrimonial, pois pela identificação de sua lógica de conformação, através do entendimento de seu projeto, pode-se conservar valores não reproduzíveis com maior ou menor integridade.

Portanto, para o conhecimento, apreensão, avaliação, crítica e proposição sobre a conservação da Autenticidade Tipológica são importantes o inventariar contínuo de bens (materiais e imateriais), as análises sob os diversos aspectos (tipológicos e morfológicos) envolvidos e a divulgação a parcelas cada vez maiores da população sobre tais práticas, para que a comunidade seja, dia após dia, um parceiro mais atuante na gestão da conservação do seu próprio patrimônio.

A Autenticidade Tipológica dos nossos sítios históricos manifesta-se, primeiramente, em relação à matéria e ao design do construído. Pode ser aferida nos seus diversos níveis de abrangência e conformação, as ações de reabilitação de tal legado, o entendimento da sua lógica de evolução e estruturação possibilita um planejamento consciente sobre permanências e transformações necessárias e possíveis nesses sítios.

Sem permanências o legado histórico pode ser perdido, tendo sua identidade e valores, pelos quais foi classificado como de interesse à conservação, seriamente comprometidos. Sem atender às mudanças demandadas pela contemporaneidade, o legado histórico também pode ser perdido, pois fora da dinâmica urbana entram em processo de degradação e abandono, impossibilitando sua conservação e transmissão às gerações futuras.

Adaptar-se a novos usos é imprescindível, encontrar, então, pontos de equilíbrio, condizentes aos tempos e lugares diversos, é o objetivo maior da conservação; é o objetivo imprescindível de se alcançar em se tratando dos nossos legados históricos. Pensar a curto, médio e longo prazo as intervenções no patrimônio é um exercício constante, infundável. Perdas e ganhos ocorrerão, sem dúvidas.

Por fim, algumas considerações sobre a problemática que envolve a conservação da Autenticidade da herança cultural não podem deixar de serem retomadas nesse momento. Considerações sobre Autenticidade, processo tipológico e planejamento de intervenções urbanas no construído histórico.

De fato, todas as esferas, mundial ou local, neste final de século, vêem a herança cultural como recurso não renovável, frágil e insubstituível. A prioridade é demandar todos e quaisquer esforços necessários para a salvaguarda da herança, a qual tem *status* de riqueza (passada, presente e futura). O objetivo maior da conservação de sítios de interesse histórico é a manutenção da autenticidade e dos valores ali existentes.

Diversos caminhos podem ser seguidos visando a tal fim, porém qualquer estratégia deverá ser de intervenções mínimas, baseadas e inseridas num contexto maior de prevenção e manutenção, controle e monitoramento.

As administrações públicas, maiores agentes e responsáveis pelo legado patrimonial, devem basear as suas ações, em busca da conservação, primeiramente partindo das análises de suas estruturas morfológicas e tipológicas e das regras ditadas pela cultura do lugar. Poderão, assim, avaliar, mensurar e monitorar a vontade e capacidade de quaisquer que venham a intervir no espaço.

Além disso, deve haver também uma vontade de conter ao máximo os custos relativos aos processos de reabilitação de estruturas patrimoniais, procurando conciliar as exigências da conservação de tipologias construtivas com as necessidades de contenção de custos e as causas sociais envolvidas na intervenção como um todo. Não podemos ser românticos sobre as questões econômicas envolvidas, tampouco cegos para a problemática social delicada em que essas áreas se inserem.

A intervenção mista inúmeras vezes, é a solução mais coerente a ser feita, ou seja, quando convém utiliza-se medidas alternativas para viabilizar a conservação patrimonial como, por exemplo, para conservar a leitura tipológica do pavimento superior (em seu uso habitacional) permite-se a transformação total do pavimento térreo (visando a usos coletivos ou comerciais). Questões legislativas, administrativas e de incentivos devem trabalhar e se adaptar nesse sentido.

Por fim, como nos coloca o Nara Documento (1994), o sucesso de uma intervenção de conservação de sítios históricos depende de um processo efetivo de avaliação e monitoramento; de um sistema de retroalimentação constante do inventariar, planejar e implementar de intervenções urbanas.

Esse processo servirá como uma investigação para os valores representativos do sítio em questão; definindo objetivos de manutenção e traçando as estratégias de ação. Sem esquecer, porém, que qualquer objetivo de manutenção ou estratégia de ação deverá ser traçado em acordo com as recomendações internacionais existentes.

Considerando que a conservação das áreas de interesse histórico depende, em grande parte, de sua integração no quadro de vida dos cidadãos e de sua valorização contínua e constante no planejamento urbano, físico e territorial, a educação patrimonial e contínua divulgação sobre a temática são de extrema importância numa gestão da conservação integrada.

Por fim, o problema maior da conservação, principalmente de centros históricos urbanos, constitui-se numa problemática social, porque na sua abrangência o objetivo final é o incremento da qualidade de vida.

O estudo em questão é apenas uma visão restrita e específica do universo, enorme e complexo, que é a Conservação da Autenticidade Cultural, frente às Intervenções de Reabilitação de Áreas de Interesse Histórico. A visão trabalhada foi a autenticidade tipológica, da habitação civil não excepcional, do patrimônio construído, segundo a relação entre usos, matéria e design construtivo, para recomendações ao planejamento urbano.

Sabe-se que muitos outros aspectos devem ser analisados numa investigação sobre Autenticidade Tipológica do patrimônio construído, além dos que aqui nesta pesquisa foram abordados. Porém, considerando tempo e condições de desenvolvimento do trabalho a que se propunha fazer, o universo de observação restringiu-se ao aqui exposto.

O trabalho tem como relevância maior a reflexão sobre Autenticidade patrimonial do legado não excepcional construído. Discute e afirma a não conservação da Autenticidade patrimonial nas ações de reabilitação deste legado, pois são intervenções que apenas conservam a “aparência” histórica, fruto de um impasse entre propriedade privada e patrimônio histórico que barganha pelo menos a conservação da paisagem construída.

Mais ainda, o trabalho abre as portas de universo tão instigante da análise tipológica como instrumento que possibilita a reabilitação do legado não excepcional construído (e também do excepcional, só que neste caso não foi objeto de estudo),

de maneira a equilibrar permanências e transformações frente às intervenções e ao impasse da propriedade privada exposto acima.

E, além disso, estuda tais reflexões e posicionamentos em relação ao caso do Centro Histórico de Belém, que pelas pesquisas em relação à habitação civil não excepcional no Brasil é de grande relevância ao universo da conservação de sítios históricos da Nação, pois tal legado pouco se diferenciou em conformação de agenciamento interno do território nacional em geral.

Tem-se plena consciência, como já foi dito, de que muitos aspectos da temática da Autenticidade tipológica ficaram de fora desse estudo aqui exposto; mas esse estudo não se propôs nem teve a pretensão de desvendar, em sua totalidade, universo tão complexo. O trabalho é apenas uma contribuição ao universo instigante da conservação de áreas de interesse histórico. Estudos mais abrangentes virão, procurando cada vez mais contribuir com o universo grandioso da Conservação Integrada, urbana e territorial.

Fica então, e apenas, a certeza de que é primordial para o futuro que o presente saiba lidar com o passado; visualizando-o, escutando-o, sentindo-o. Segundo Benévolo (1984:71), *“ontem foi possível construir um ambiente diferente e ainda funcional e amanhã será possível construir um novo ambiente que respeite os mesmos valores essenciais, dos quais as habitações antigas já fazem parte do modo ideal. Não nos interessam porque são belos ou históricos, mas porque indicam uma possível transformação futura de toda a cidade em que vivemos”*.

É importante saber conversar com o ontem, o hoje e o amanhã, procurando pela essência do existir, sempre, incessantemente, pois, sem dúvidas, isso é a identidade, isso possibilita a memória e isso define a autenticidade de cada local, de cada povo, de cada tempo.

BIBLIOGRAFIA

01. **A CIDADE HISTÓRICA DE ALCÂNTARA:** medidas para a sua preservação face ao novo dinamismo. Documento elaborado pelo SPHAN/ Pró-Memória em acordo com o GICLA/DEPED. Rio de Janeiro: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.
02. **ALCÂNTARA**, Dora. *Praça XV e imediações: estudo de uma área histórica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 114-121.
03. **ALMEIDA**, Aluizio. *Casas dos séculos XVIII e XIX em Sorocaba*. Rio de Janeiro: Revista do SPHAN, n. 9, 1997, p. 347-368.
04. **ALVA**, Eduardo Neira. *Metrópoles (In) Sustentáveis*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1997.
05. **ARQUIAMÉRICA I** — 1º CONGRESSO PAN AMERICANO DO PATRIMÔNIO DA ARQUITETURA. *Intervenções em Estruturas Urbanas Consolidadas*. IAB-MG, setembro, 1992.
06. **AZEVEDO**, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão Pará*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.
07. **AZEVEDO E SILVA**, E., **MEDEIROS**, J. P. de, **GOIS**, T. L. C. de. *Manual do morador de Olinda: conservação das edificações particulares do sítio histórico de Olinda*. Olinda: Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1992.
08. **BAENA**, Antônio Landislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.
09. **BARRETO**, Paulo T. *O Piauí e sua arquitetura*. Rio de Janeiro: Revista do SPHAN, n. 2, 1938, p. 187-224.
10. **BASSALO**, Célia Coelho. *Patrimônio Histórico e Memória de Belém do Pará*. Revista Ver-o-Pará n. 2, p. 18-19, 1993.
11. **BELÉM DO PARÁ - ALUNORTE**. São Paulo: Gráfica Editora Hamburg, 1995.
12. **BENEVOLO**, Leonardo. *A cidade e o arquiteto*. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1984.
13. _____. *História da Cidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1993.
14. **BORBA**, Fernando de Barros. *Pernambuco: patrimônio cultural de todos*. Recife: FUNDARPE, 1998.

15. **BOSI**, Vera. *Participação e Pesquisa na Preservação do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 22, 1987, p. 138.
16. **BOZZO**, Cláudia. *Nos caminhos de Belém*. Revista Arquitetura e Urbanismo, n. 23, 1990.
17. **BRANDI**, Cesari. *Teoría de la restauración*. Madrid: Ed. Alianza Editorial S.A., 1993.
18. **BYMAN**, Eva, **SVENSSON**, Magdalena. *Shaping Urban Quality – Guamá*. Stockholm: Division of Regional Planning, 1995.
19. **CANCLINI**, Nestor G. *O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional*. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, n. 23, Heloísa Buarque de Holanda (org.), 1994.
20. **CANIGGIA**, G., **MAFFEI**, G. *Il Progetto Nell'Edilizia di Base*. Veneza: Saggi Marsilio Editori S.P.A., 1984.
21. _____. *Lettura dell'edilizia di Base*. Veneza: Marsilio Editori S.P.A., 1995.
22. **CANTACUZINO**, Sherban. *Nuevos usos para edificios antiguos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1979.
23. **CARDOSO**, Joaquim. *Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio*. Rio de Janeiro: Revista do SPHAN, n. 7, 1943, p. 209-256.
24. **CARTAS PATRIMONIAIS** — Caderno de Documentos n. 3. Brasília: MINC/IPHAN, 1995.
25. **CASTRO**, Sônia Rabello. *O Estado na Preservação de Bens Culturais: o Tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
26. **CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO/ Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia**. Salvador: Corrupio, 1995.
27. **CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS – MARANHÃO: PATRIMÔNIO MUNDIAL/ Coordenação Geral Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès**. São Paulo: Audichromo Editora, 1998.
28. **CERVELLATI**, P., **SCANNAVINI**, R. *Bolonha, Política y Metodología de la Restauración de Centros Históricos*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1976.
29. **CERVO**, Amado Luiz, **BEVIAN**, Pedro Alcino. *Metodologia Científica*. São Paulo: Makron Books, 1996.
30. **COELHO**, Gustavo Neiva. *Guia dos Bens Imóveis Tombados em Goiás: Vila Boa*. Goiânia: Instituto de Arquitetos do Brasil, v. I, 1999.
31. **COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

32. **CORDEIRO**, G. I., **COSTA**, A. F. da. *Bairros: contexto e inserção. Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal – Gilberto Velho (org.)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
33. **CORONA e LEMOS**. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Livraria Editora Ltda., 1972.
34. **COSTA**, Lúcio. *Documentação Necessária*. Rio de Janeiro: Revista do SPHAN, n. 1, 1937.
35. **CRITÉRIOS E FUTURAS CLASSIFICAÇÕES IN INFORMAR E PROTEGER** (compilação interna). IPPAR — Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico, Direção regional de Lisboa. Lisboa, 1995.
36. **CRUZ**, Ernesto. *Belém: Aspectos Geo-Sociais do Município*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria José Olympio, 1945, v. I.
37. _____. *As edificações de Belém*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.
38. **DEBRET**, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, 1975, v. I e II.
39. **DUARTE**, Cristóvão Fernandes. *Belém do Pará na virada do século XIX: modernidade no plano urbanístico de expansão da cidade*. Dissertação de mestrado, FAU/ UFRJ, 1997.
40. **DUSHKINA**, Natalia. *Urban Heritage and the conflict between architecture and conservation*. In ZANCHETI, Sílvio (org.). *Conservation and Urban Sustainable Development – A Theoretical Framework*. Recife: CECI/UFPE, 1999.
41. **FALINI**, Paola (org.). *Il Recupero Rinnovato: esperienze e strategie urbane degli anni '80*. Edizione Kappa, 1986.
42. **FONSECA**, M. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ - MINC – IPHAN, 1997.
43. **FREITAS**, Marcelo de Brito. *Dos Monumentos Arquitetônicos aos Sítios Históricos Urbanos: Um estudo sobre a evolução do padrão de intervenção estatal nos sítios históricos no Brasil*. Dissertação de mestrado, MDU/ UFPE, 1992.
44. **FREYRE**, Gilberto. *Casas de Residência no Brasil – Introdução às cartas de Vauthier*. Rio de Janeiro: Revista do SPHAN, n. 7, 1943, p. 99-127.
45. _____. *Olinda 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980.
46. **GARCIA LAMAS**, José M. R. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Carlouste Gulbekian/ JNICT, 1993, parte II, p. 37-61.

47. **GEERTZ**, Clifford. *A interpretação das culturas*. São Paulo: Editora Guanabara, 1989.
48. **GRACIA**, Francisco de. *Construir en lo construido: La arquitectura como modificación*. Madrid: Nerea, 1991.
49. **GREGOTTI**, Vittorio. *Território da Arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
50. **GODOFREDO FILHO**. *A influência do Ecletismo na arquitetura baiana*. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 18, 1978, p. 15-27.
51. **ICCROM POSITION PAPER**, by dr. Jukka Jokilehto (15 march 1998), presented in World Heritage Global Strategy, natural and cultural heritage expert meeting - Amsterdã, 24 - 18 march 1998.
52. **JOKILEHTO**, J., **FEILDEN**, B. *Manegement Guidelines for World Cultural Heritage Sites*. ICCROM/ICOMOS, 1993.
53. **JOKILEHTO**, J. *Manegement of historic cities and areas*. In ZANCHETI, Sílvio, MARINHO, Geraldo, MILET, Vera (org.). *Estratégias de Intervenções em Áreas Históricas*. Recife: CECI/MDU/UFPE, 1995.
54. **JOKILEHTO**, J. *Manegement of sustainable change in historic urban areas*. in ZANCHETI, Sílvio (org.). *Conservation and Urban Sustainable Development – A Theoretical Framework*. Recife: CECI/UFPE, 1999.
55. **JUREMA**, Aderbal. *O sobrado na paisagem recifense*. Recife: Editora Nordeste, 1952.
56. **KOHLSDORF**, Maria Elaine. *A apreensão da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
57. **LARAIA**, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
58. **LARKHAM**, Peter J. *Conservation and the City*. London/New York: Routledge, 1996.
59. **LAROCHELLE**, Pierre, **IAMANDI**, Cristina. *Continuity and change in antrophic enviroments: toward a control based on the knowledge of historical transformation processes*. in ZANCHETI, Sílvio (org.). *Conservation and Urban Sustainable Development – A Theoretical Framework*. Recife: CECI/UFPE, 1999.
60. **LEAL**, Fernando Machado. *Restauração e Conservação de Monumentos brasileiros: subsídios para o seu estudo*. Recife: UFPE, 1977.
61. _____. *A antiga comercial vila dos Lençóis?* Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 18, 1978, p. 115-160.

62. **LEMOS**, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
63. _____. *Cozinhas, etc. Um estudo sobre as Zonas de Serviço da Casa Paulista.* São Paulo: Perspectiva, 1978.
64. _____. *Arquitetura Brasileira.* São Paulo: Ed. USP, 1979.
65. _____. *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café.* São Paulo: Nobel, 1989.
66. _____. *História da casa brasileira.* São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a História), 1996.
67. _____. *A República ensina a morar melhor.* São Paulo: Hucitec, 1999.
68. _____. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café.* São Paulo: Ed. USP, 1999.
69. **LEONE**, Milna M. O. *Revitalização através da preservação como instrumento de resgate e identidade da cultura local.* In ZANCHETI, Sílvio, MARINHO, Geraldo, MILET, Vera (org.). *Estratégias de Intervenções em Áreas Históricas.* Recife: CECI/MDU/UFPE, 1995.
70. **LOMBARDI**, G. *Brescia: Il recupero urbano.* Brescia: Grafo edizioni, 1989.
71. **LOPES**, Filipe. *A reabilitação urbana em Lisboa.* In ZANCHETI, Sílvio, MARINHO, Geraldo, MILET, Vera (org.). *Estratégias de Intervenções em Áreas Históricas.* Recife: CECI/MDU/UFPE, 1995.
72. **LYNCH**, Kevin. *La buena forma de la ciudad.* Barcelona: G. Gilli, 1985.
73. **MAFFEI**, Gian Luigi. *La Casa Fiorentina nella storia della città dalle origini all' Ottocento.* Com scritti originali di Gianfranco Caniggia. Venezia: Marsilio Editori, 1990.
74. **MARETTO**, Paolo. *La Casa Veneziana nella storia della città dalle origini all' Ottocento.* Venezia: Marsilio Editori, 1986.
75. **MARQUES**, Sônia. *As estratégias dos lugares de memória: um novo elo entre cultura e política.* In ZANCHETI, Sílvio, MARINHO, Geraldo, MILET, Vera (org.). *Estratégias de Intervenções em Áreas Históricas.* Recife: CECI/MDU/UFPE, 1995.
76. **MARX**, Murillo. *Cidade brasileira.* São Paulo: Melhoramentos, 1980.
77. _____. *Nosso chão: do sagrado ao profano.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
78. _____. *Cidade no Brasil Terra de quem?* São Paulo: Livraria Nobel S.A., 1991.

79. _____. *O cenário e os bastidores da revalorização*. In ZANCHETI, Sílvio, MARINHO, Geraldo, MILET, Vera (org.). *Estratégias de Intervenções em Áreas Históricas*. Recife: CECI/MDU/UFPE, 1995.
80. _____. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel Ltda, 1999.
81. **MASCARELLO**, Sonia Nara P. R. *Arquitetura Brasileira: elementos, materiais e técnicas construtivas*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1982.
82. **MATTA**, Roberto da. *Casa, rua e outro mundo: reflexões sobre o espaço e a sociedade*. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, n. 19, 1984, p. 05-14.
83. **MEIRA FILHO**, Augusto. *Evolução Histórica de Belém do Grão Pará*. Belém: Governo do Estado do Pará, 1974.
84. **MEIRA**, Ana Lúcia G. *Programa corredor cultural de Porto Alegre*. In ZANCHETI, Sílvio, MARINHO, Geraldo, MILET, Vera (org.). *Estratégias de Intervenções em Áreas Históricas*. Recife: CECI/MDU/UFPE, 1995.
85. **MENEZES**, José Luís Mota. *Horizontes das Intervenções em áreas históricas*. In ZANCHETI, Sílvio, MARINHO, Geraldo, MILET, Vera (org.). *Estratégias de Intervenções em Áreas Históricas*. Recife: CECI/MDU/UFPE, 1995.
86. **MENEZES**, Marluce. *From the culture of memory to the culture of design: consideration issues*. in ZANCHETI, Sílvio (org.). *Conservation and Urban Sustainable Development – A Theoretical Framework*. Recife: CECI/UFPE, 1999.
87. **MILLET**, Vera. *A Teimosia das pedras*. Olinda: FCPO, 1987.
88. _____. *A experiência de gestão e proteção ao Sítio Histórico de Olinda*. In ZANCHETI, Sílvio, MARINHO, Geraldo, MILET, Vera (org.). *Estratégias de Intervenções em Áreas Históricas*. Recife: CECI/MDU/UFPE, 1995.
89. **MONET**, J. *O Álibi do Patrimônio: Crise da Cidade, Gestão Urbana e Nostalgia do passado*. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional: Cidadania, n. 24, Ed. IPHAN, 1996.
90. **MONTEIRO**, Ana Cláudia Cardoso. *Estudo de Configuração Urbana – subsídios para a revitalização do Bairro do Reduto, Belém–PA*. Dissertação de Mestrado, UNB/ FAU, 1994.
91. **MOUDON**, A. V.. *Getting to Know the Built Landscape: Typomorphology*. In Franck, K A and Schneekloth, L (eds.) *Ordering spac: types in architecture and design*. New York: Van Nostrand Reinhold, p. 289-311, 1994.
92. **NARA CONFERENCE ON AUTHENTICITY** — In relation to the World Heritage Convention. Nara, Japan: UNESCO, ICROOM and ICOMOS, 1994.

93. **NOSSO PARÁ - HISTÓRIA.** Agência Ver Editora, n. 1.
94. **OLIVEIRA, Silvio Luiz.** *Tratado de Metodologia Científica.* São Paulo: Ed. Pioneira, 1997.
95. **PENTEADO, Antônio.** *Belém, estudo de geografia urbana.* Belém, Universidade Federal do Pará, 1968, v. I e II.
96. **PINTO, Estevão.** *Muxarabis e Balcões.* Rio de Janeiro: Revista do SPHAN, n. 7, 1943, p. 309-340.
97. **PPSHI - PLANO DE PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS DO INTERIOR:** Primeira parte – Municípios do Litoral e do Circuito Fazenda Nova. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/SEPLAN/FIAN, 1982.
98. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELÉM.** *Lei Orgânica do município de Belém,* 1990. Diário Oficial do Município.
99. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELÉM.** *Lei do Plano Diretor de Belém,* 1993. Diário Oficial do Município.
100. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELÉM.** *Dispõe sobre a preservação e proteção de Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do município de Belém e dá outras providências,* n. 7.709, 18 de maio de 1994. Diário Oficial do Município.
101. **ICOLÓQUIO DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM/** Prefeitura Municipal de Belém – FUMBEL. Belém, 1999.
102. **REABILITAÇÃO URBANA, Núcleos Históricos.** Ed. Câmara Municipal de Lisboa, 1993.
103. **REIS, Arthur Cezar Ferreira.** *Das condições defensivas da capitania do Pará ao findar o século XVIII.* Rio de Janeiro: Revista do SPHAN, n. 7, 1943, p. 283-308.
104. _____. *Guia histórico dos municípios do Pará.* Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 11, 1947, p. 233-322.
105. **REIS FILHO, Nestor Goulart.** *Quadro da Arquitetura no Brasil.* São Paulo: Ed. Perspectiva, 1970.
106. **REZENDE E SILVA, M. B.** *Preservação na Gestão das Cidades.* Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional: Cidadania, n. 24, 1996.
107. **RIEGL, Alois.** *Monumentos: Valores atribuídos e sua Evolução Histórica.* Revista de Museologia, n. 1, p. 17-23, 1989.
108. **RODRIGUES, José Wash.** *A casa de moradia no Brasil.* Rio de Janeiro: Revista do SPHAN, n. 9, 1945, P. 159-198.

109. **ROTEIRO PARA EXECUÇÃO DE LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO – METODOLOGIA DE INVENTÁRIO 01.** Olinda: Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1987.
110. **SAIA**, Luís. *Notas sobre a arquitetura rural paulista do Segundo Século.* Rio de Janeiro: Revista do SPHAN, n. 8, 1944, p. 211-275.
111. _____. *Morada Paulista.* São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1972.
112. **SAMUELS**, Ivor. Paper given at Institute of British Geography Conference on Urban Morphology. Birmingham University 1st July 1982. Research Note 14. Oxford Polytechnic Joint Centre for Urban Design (mimeo), p. 2-3, 1983.
113. **SANTOS**, José Luiz dos. *O que é Cultura?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
114. **SANTOS**, Milton. *Espaço e Método.* São Paulo: Nobel, 1997.
115. **SÃO JOÃO DEL REI:** passado, um presente para o futuro. São João Del Rei: IPHAN – 13ª CR/ Minas Gerais, 1995.
116. **SARGES**, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque: Belém do Pará (1870-1910).* Dissertação de mestrado, Mestrado em História/ UFPE, 1990.
117. **SCHORSKE**, Carl E. *Viena Fin-de-Siècle: Política e Cultura.* São Paulo: Editora da UNICAMP, 1988.
118. **SILVA f.**, Olavo Pereira da. *Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão.* Belo Horizonte: Formato, 1998.
119. **SILVA**, O. P. *Preservação e Perda de Bens Culturais.* Belo Horizonte: suplemento especial IEPHA, 1991.
120. **SIMÕES JUNIOR**, José G. *Revitalização de centros urbanos.* In ZANCHETTI, Sílvio, MARINHO, Geraldo, MILET, Vera (org.). *Estratégias de Intervenções em Áreas Históricas.* Recife: CECI/MDU/UFPE, 1995.
121. **SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO MUNICIPAL:** Patrimônio Histórico/ Prefeitura Municipal De Belém – FUMBEL – SIMBESA. Belém, 1996.
122. **SMITH**, Robert C. *Documentos baianos.* Rio de Janeiro: Revista do SPHAN, n. 9, 1945, p. 85-134.
123. _____. *Arquitetura Civil no Período Colonial.* Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 17, 1969, p. 27-126.
124. _____. *Igrejas, casas e móveis: aspectos de arte colonial brasileira.* Recife: MEC/UFPE/IPHAN, 1979.

125. **TELLES**, Augusto C. da Silva. *Vassouras: estudo da construção residencial urbana*. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 16, 1967, p. 09-136.
126. **THE DECLARATION OF SAN ANTONIO** - Authenticity and Preservation in the Americas. San Antonio: ICOMOS, 1996.
127. **TRINDADE JR**, Saint-Clair Cordeiro da. *Produção do Espaço e Uso do Solo Urbano em Belém*. Belém: NAEA/ UFPA, 1993.
128. **VALENTE**, José. *A História nas Ruas de Belém: Cidade Velha*.
129. **VASCONCELOS**, Sylvio de. *Formação urbana do arraial do Tejuco*. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 14, 1959, p. 121-134.
130. _____. *Vila Rica*. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1977.
131. _____. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.
132. **VAUTHIER**, L. L. *Casas de Residência no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista do SPHAN, n. 7, 1943, p. 128-208.
133. **VERÍSSIMO**, F. S., **BITTAR**, W. S. M. *500 anos da Casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de morada*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
134. **VER O PARÁ**. Agência Ver Editora, n. 2, 1993.
135. **VICENTINI**, Iara. *Mudanças e permanências nos conceitos contemporâneos sobre as áreas centrais nas cidades*. In ZANCHETI, Sílvio, MARINHO, Geraldo, MILET, Vera (org.). *Estratégias de Intervenções em Áreas Históricas*. Recife: CECI/MDU/UFPE, 1995.
136. **ZANCHETI**, S., **JOKILEHTO**, J. *Values and Urban Conservation Planning*. JAP, n. 6, London, 1996.
137. **ZANCHETI**, Sílvio, **LACERDA**, Norma. *Introduction – Urban Sustainable Development: a Theoretical Challenge*. in ZANCHETI, Sílvio (org.). *Conservation and Urban Sustainable Development – A Theoretical Framework*. Recife: CECI/UFPE, 1999.
138. **ZANCHETI**, Sílvio, **MARINHO**, Geraldo, **LACERDA**, Norma (org.). *Revitalização do Bairro do Recife: plano, regulação e avaliação*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.
139. **ZANCHETI**, Sílvio. *Revalorização de áreas centrais: a estratégia do Bairro do Recife*. In ZANCHETI, Sílvio, MARINHO, Geraldo, MILET, Vera (org.). *Estratégias de Intervenções em Áreas Históricas*. Recife: CECI/MDU/UFPE, 1995.

ANEXO 01: INFORMAÇÕES FUMBEL (D.P.H.)

➤ Edifícios de Interesse à Preservação no Centro Histórico de Belém – C.H.B.:

C.H.B. → Bairro da CIDADE VELHA: **236** imóveis
Bairro do COMÉRCIO: **635** imóveis
TOTAL: **871** imóveis

Quanto a Classificação:

P.A.I. → Preservação Arquitetônica Integral: **46 (5,3%)**

P.A.P. → Preservação Arquitetônica Parcial: **451 (51,8%)**

R.A. → Reconstituição Arquitetônica: **309 (35,5%)**

A. → Acompanhamento: **40 (4,6%)**

F.F. → Falta Ficha: **25 (2,8%)**

	Cidade Velha	Comércio	Total
P.A.I.	16	30	46
P.A.P.	150	301	451
R.A.	50	259	309
A.	13	27	40
F.F.	07	18	25

ANEXO 02: IMÓVEIS DE VALOR EXCEPCIONAL (CLASSIFICADOS COMO P.A.I.) NO C.H.B. SEGUNDO A FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM.

1. CH02 → n.º 144: Guaraná Soberano.
2. CH03 → s/n.º: Forte do Castelo.
3. CH03 → n.º 216: Depósito de Suprimento da 8ª região.
4. CH09 → n.º 10: Capela de Ordem Terceira do Carmo.
5. CH09 → n.º 72: Colégio do Carmo – Palácio Velho (parte antiga séc. XVIII; parte nova séc. XX).
6. CH09 → s/n.º: Igreja do Carmo.
7. CH11 → n.º 586: Palacete Pinho.
8. CH17 → s/n.º: Igreja da Sé.
9. CH18 → s/n.º: Arcebispado de Belém.
10. CH18 → s/n.º: Igreja de Santo Alexandre.
11. CH19 → n.º 62: Solar do Barão de Guajará.
12. CH19 → n.º 15/84/19/85: sobrados (azulejos estampilhados de Lisboa).
13. CH20 → n.º 248: residência (azulejos e cercaduras padrão decalcomania).
14. CH28 → s/n.º: Igreja de São João.
15. CH29 → s/n.º: Palácio Lauro Sodré (1772).
16. CH38 → s/n.º: Palácio Antônio Lemos (1860).
17. CH41 → s/n.º: Mercado de Ferro.
18. CH45 → n.º 09/15/21/23/33/45:.
19. CH46 → s/n.º: Colégio Paes de Carvalho.
20. CH46 → n.º 235: Academia Paraense de Letras.
21. CH47 → n.º 236: Corpo de Bombeiros.
22. CH51 → s/n.º: Quartel General.
23. CH55 → n.º 280/282:.
24. CH57 → n.º 176: antigo “Banco do Pará”, construção de 1883.
25. CH57 → n.º: antiga “Livraria Cardoso”.
26. CH59 → s/n.º: Mercado de Carne do Ver-O-Peso (Bolonha).
27. CH67 → s/n.º: Capela Pombo.
28. CH81 → n.º 270/272: Perfumaria Orion.
29. CH88 → n.º 125: Alfândega (1893-1898) - Secretaria do Ministério da Fazenda.
30. CH88 → s/n.º: Igreja das Mercês.
31. CH91 → n.º 132: “Paris N’América”.
32. CH92 → n.º 471/477/479/483: “Grêmio Literário Português”.
33. CH107 → s/n.º: Igreja do Rosário.
34. CH112 → n.º 180/182/21/25.
35. CH113 → n.º 203/211.
36. CH113 → n.º 578.
37. CH119 → n.º 304/296/290/284.
38. CH124 → n.º 790: Farmácia e Drogaria “República”.
39. CH128 → s/n.º: Teatro da Paz.
40. CH129 → s/n.º: Teatro Waldemar Henrique.
41. CH129 → s/n.º: Núcleo de Arte da UFPA.
42. CH134 → n.º 339: SEGUP.
43. CH134 → s/n.º: SEGUP.
44. CH137 → s/n.º: ENASA.
45. CH142 → n.º 112: Capela da Ordem Terceira.
46. CH142 → s/n.º: Colégio Santo Antônio.

ANEXO 03: DEFINIÇÃO DA AMOSTRA DO C.H.B.

Amostra 1 (T1): Edificações com porão

Amostra 2 (T2): Edificações sem porão

TIPOLOGIA	QUANTIDADE	%	AMOSTRA (5%)	
T1	225	28,125%	11,25 (11)	
T2	1 PAV	172	21,5%	8,6 (10)
	2 PAV	334	41,75%	16,7 (17)
	3 PAV ou +	69	8,625%	3,45 (10)
TOTAL	800	100%	40 (48)	

Observações:

1. trabalho iniciou-se pela definição do acervo a ser pesquisado na área pré-definida: o C.H.B.. A fonte de pesquisa foi o Inventário de Bens Imóveis do D.P.H. da FUMBEL (ano 1996), que conta com 871 imóveis de interesse à preservação; onde 46 imóveis (5,3%) são de P.A.I., 451 imóveis (51,8%) são P.A.P., 309 imóveis (35,5%) são de R.A. e 25 imóveis (2,8%) não possuem ficha de inventário.
2. Deste acervo, que é em sua maioria remanescente do século XIX e início do século XX, mais precisamente da época áurea do Ciclo da Borracha (1840-1810), o número total de edificações de interesse à pesquisa somou 760 (setecentos e sessenta) imóveis.
3. Apenas os classificados como P.A.P. e R.A. foram elencados, porque são justamente aqueles imóveis de interesse à preservação que não possuem os seus interiores protegidos pela legislação, sendo então, os mais sujeitos à descaracterizações que comprometam a sua Autenticidade Tipológica.
4. A partir daí, pré-definiu-se, segundo critérios de tempo e material humano disponíveis à pesquisa, a amostra de investigação com o percentual de 5% do total dos imóveis considerados, ou seja, 38 (trinta e oito) imóveis ao todo deveriam ser investigados.
5. Imóveis que foram classificados segundo determinada característica, identificada pelo invólucro externo (já que não se tinha referência dos interiores), que pudesse produzir uma diferenciação inicial das edificações escolhidas, a qual deveria englobar todo o universo de pesquisa.

6. A característica, portanto, escolhida foi o número de pavimentos da edificação; classificando-as em imóveis térreos com porão (T1-1PAV); imóveis térreos sem porão (T2-1PAV); imóveis sobrados de 02 pavimentos (T2-2PAV), e imóveis sobrados de 03 ou mais pavimentos (T2-3PAV ou +).
7. Na definição quanto ao número de imóveis a serem investigados, de cada uma das sub-classificações acima definidas, foi observado o quanto cada qual significava ao total de imóveis de interesse à pesquisa, sendo posteriormente apropriado ao universo da amostra.
8. Entretanto, ajustes nos números finais de imóveis, referentes às sub-classificações, tiveram que ser feitos; optando-se pelo número mínimo de 10 (dez) imóveis para cada sub-classificação. A amostra totalizou, assim, 48 (quarenta e oito) imóveis a serem investigados. Esses imóveis a princípio foram escolhidos aleatoriamente na área em estudo.
9. Além disso, antes de partir para pesquisa de campo, foi necessário estruturar um instrumento de coleta de dados sobre as características arquitetônicas a serem investigadas conjuntamente com a apreensão da planta baixa do imóvel. Pois, a análise do processo tipológico do C.H.B. deveria complementar-se com o conhecimento das características arquitetônicas construtivas do mesmo.
10. Na pesquisa de campo, ocorreram, como era previsto, adaptações e mudanças, devido às dificuldades encontradas para adentrar a propriedade privada e levantar a planta baixa da mesma; pois muitos moradores foram contrários a tal ação.
11. Sendo assim, deu-se preferência aos imóveis levantados pelo Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados do IPHAN-2ªSR, já que englobavam o universo da amostra pré-definida, assim como as áreas mais antigas do C.H.B., além de proporcionar uma diminuição do tempo em pesquisa de campo.
12. Entretanto, como esse número de imóveis, com planta baixa levantada, não atingiu o mínimo necessário para determinadas sub-classificações, foram complementados, a posteriori, com imóveis escolhidos aleatoriamente dentro da área do C.H.B. e levantados com a ajuda de estagiário.
13. Foram totalizados, por fim, 38 imóveis levantados pelo Inventário de Bens Imóveis e Sítios Históricos Tombados do IPHAN – 2ª SR; e 15 imóveis levantados com a ajuda de estagiário. A amostra levantada em campo somou 53 imóveis, sendo que a amostra final considerada foi de 51 imóveis de habitação civil não excepcional de interesse à preservação; pois dois imóveis demonstraram ser imóveis excepcionais da habitação civil (foram excluídos portanto).
14. Com a pesquisa de campo concluída, partiu-se para análise minuciosa dos imóveis, observando e considerando a implantação, a planta baixa e as características estéticas e estruturais de cada um levantado. O objetivo era identificar a lógica história de evolução, continuidade e transformação tipológica *do* e *no* C.H.B..

ANEXO 04: IMÓVEIS COMPONENTES DA AMOSTRA FINAL DO C.H.B.

Legenda: **T1** - Edificações com porão

T2 - Edificações sem porão

S01 - Setor 01 do C.H.B.

S02 - Setor 02 do C.H.B.

S04 - Setor 04 do C.H.B.

TB1 - Tipo Base com planta composta de 03 partes

TB2 - Tipo Base com planta composta de 02 partes

TBU – Segue o Tipo Base com modificações devido ao uso original

TD - Imóvel com planta descaracterizada

CLASSIF. AMOSTRA	QUADRA C.H.B.	N.º DO IMÓVEL	LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL	SETOR/ CLASSIF. TIPOLOGIA
T1-1PAV	CH03	n.º 264	Praça Frei Caetano Brandão	S01 – TB1
T1-1PAV	CH06	n.º 127	Trav. Major Joaquim Távora	S02 – TB1
T1-1PAV	CH06	n.º 139	Trav. Major Joaquim Távora	S02 – TB1
T1-1PAV	CH09	n.º 414	Rua Dr. Assis	S02 – TB1
T1-1PAV	CH14	n.º 68	Travessa Pedro Albuquerque	S02 – TB1
T1-1PAV	CH15	n.º 39	Travessa Pedro Albuquerque	S02 – TB2
T1-1PAV	CH15	n.º 65	Travessa Pedro Albuquerque	S02 – TB2
T1-1PAV	CH96	n.º 615	Trav. Frutuoso Guimarães	S04 – TB1
T1-1PAV	CH96	n.º 619	Trav. Frutuoso Guimarães	S04 – TB2
T1-1PAV	CH103	n.º 261	Trav. Ferreira Cantão	S04 – TB1
T1-1PAV	CH104	n.º 306	Travessa Carlos Gomes	S04 – TB2
T2-1PAV	CH03	n.º 252	Praça Frei Caetano Brandão	S01 – TBU
T2-1PAV	CH03	n.º 46	Rua Siqueira Mendes	S01 – TB1
T2-1PAV	CH06	n.º 130	Travessa Félix Roque	S02 – TB1
T2-1PAV	CH06	n.º 138	Travessa Félix Roque	S02 – TB2

T2-1PAV	CH06	n.º 161	Rua Siqueira Mendes	S02 – TB1
T2-1PAV	CH16	n.º 120	Rua Dr. Malcher	S02 – TB1
T2-1PAV	CH96	n.º 163	Trav. Frutuoso Guimarães	S04 – TB2
T2-1PAV	CH106	n.º 258	Rua Riachuelo	S04 – TB1
T2-1PAV	CH107	n.º 301	Rua Riachuelo	S04 – TB1
T2-1PAV	CH107	n.º 293	Rua Riachuelo	S04 – TB1
T2-2PAV	CH02	n.º 108	Rua Siqueira Mendes	S02 – TBU
T2-2PAV	CH02	n.º 130	Rua Siqueira Mendes	S02 – TD
T2-2PAV	CH03	n.º 20	Rua Siqueira Mendes	S01 – TB2
T2-2PAV	CH03	n.º 58	Rua Siqueira Mendes	S01 – TD
T2-2PAV	CH05	n.º 300	Praça Frei Caetano Brandão	S01 – TB2
T2-2PAV	CH05	n.º 117	Travessa Félix Roque	S01 – TB2
T2-2PAV	CH05	n.º 32	Rua Dr. Assis	S01 – TB2
T2-2PAV	CH06	n.º 94	Rua Dr. Assis	S02 – TB1
T2-2PAV	CH06	n.º 100	Rua Dr. Assis	S02 – TB1
T2-2PAV	CH06	n.º 107	Rua Siqueira Mendes	S02 – TB1
T2-2PAV	CH08	n.º 40	Praça do Carmo	S02 – TBU
T2-2PAV	CH09	n.º 422	Rua Dr. Assis	S02 – TB1
T2-2PAV	CH09	n.º 39	Rua São Boaventura	S02 – TB1
T2-2PAV	CH15	n.º 234	Trav. Major Joaquim Távora	S02 – TBU
T2-2PAV	CH16	n.º 213/215	Rua Dr. Assis	S02 – TB1
T2-2PAV	CH18	n.º 48	Travessa Marquês de Pombal	S01 – TB1
T2-2PAV	CH18	n.º 07/05	Ladeira do Castelo	S01 – TD

T2-2PAV	CH20	n.º 316	Travessa Félix Roque	S02 – TB1
T2-2PAV	CH65	n.º 273	Rua Conselheiro João Alfredo	S01 – TD
T2-2PAV	CH113	n.º 201	Rua Gaspar Viana	S01 – TB2
T2-2PAV	CH116	n.º 269	Rua Gaspar Viana	S01 – TB2
T2-3PAV ou +	CH116	n.º 640	Av. Castilhos França	S01 – TD
T2-3PAV ou +	CH64	n.º 224	Av. Castilhos França	S01 – TB2
T2-3PAV ou +	CH64	n.º 246	Av. Castilhos França	S01 – TB1
T2-3PAV ou +	CH113	s/n.º	Av. Castilhos França	S01 – TD
T2-3PAV ou +	CH113	n.º 548	Av. Castilhos França	S01 – TB2
T2-3PAV ou +	CH113	n.º 578	Av. Castilhos França	S01 – TB1
T2-3PAV ou +	CH113	s/n.º (entre 578 e 550)	Av. Castilhos França	S01 – TB2
T2-3PAV ou +	CH116	n.º 648	Av. Castilhos França	S01 – TB3
T2-3PAV ou +	CH116	n.º 738	Av. Castilhos França	S01 – TB2

